História do Paraná

HISTÓRIA DO PARANÁ

História

do Paraná

1.° VOLUME

AUTORES DÊSTE VOLUME

ALTIVA PILATTI BALHANA

Professor docente-livre de História da América da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (População do Paraná tradicional, Imigração e colonização, Novos empreendimentos coloniais e Desenvolvimento demográfico e urbano, e *co-autoria* de Procura de ouro e prata. Potosi, Caminhos rumos à bacia do Paraná, Espanhóis no Ocidente, Norte do Paraná, Sudoeste e Oeste do Paraná e Problemas agrários).

BRASIL PINHEIRO MACHADO

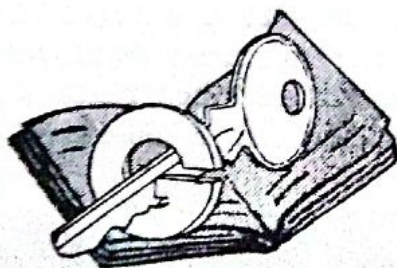
Professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (Procura de gentio e minas, Ouro em Paranaguá, Fixação do povoamento. Curitiba, Organização da comunidade tradicional, Câmaras Municipais e Capitães-Generais. Morgado do Mateus, Expedições militares de conquista, Expansão da sociedade campeira, Sociedade tradicional. Gênero de vida, Economia provincial, Desagregação da sociedade tradicional, Política da 1.ª República e Integração das comunidades paranaenses, e *co-autoria* de Norte do Paraná, Sudoeste e Oeste do Paraná e Problemas agrários).

CECÍLIA MARIA WESTPHALEN

Professor catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (Costa do pau brasil — costa "do ouro e prata", Reduções — organização e vida, Reduções — destruição, Problemas do Prata e do Ocidente, Jesuítas em Paranaguá, Emancipação político-administrativa, Situação da Província ao tempo da emancipação, Erva-mate e madeira, Política provincial, Política final do Império e início da República, Revolução Federalista, Guerrilhas do Contestado. A questão do Contestado, Revolução de 1930 e a Intervenção, Economia cafèeira, Industrialização, Cultura paranaense e Bibliografia e co-*autoria* da Procura de ouro e prata. Potosi, Caminhos rumo à bacia do Paraná, Espanhóis no Ocidente, Norte do Paraná, Sudoeste e Oeste do Paraná e Problemas agrários).

EDIÇÃO

Gráfica Editôra Paraná Cultural Ltda.

DISTRIBUIÇÃO

Rua Dr. Murici, 256 — C.P. 1716 — Fone: 4-0229

CURITIBA — PARANÁ — BRASIL

Digitalizado com CamScanner

Revisor-geral da 1.ª edição, Professor

VASCO JOSÉ TABORDA RIBAS

de Português e Literatura do Colégio Estadual do Paraná; presidente da Associação Profissional de Escritores do Paraná e da Academia Internacional Americana (A.I.A.), do Brasil.

Organizador e coordenador-geral, Professor

FAISSAL EL-KHATIB

coordenador-geral do Dicionário Cultural da Língua Portuguêsa e diretor editorial da GRAFIPAR - *Gráfica Editôra Paraná Cultural Ltda.*

DA NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PARANAENSE

Nenhuma região brasileira tanto quanto a paranaense, exige, atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas, sobretudo, sua divulgação intensiva.

O Paraná povoou-se sùbitamente, diante de nossos olhos. De repente ficou cheio, numa geração que pôde assistir o coroamento da longa preparação, com que as lideranças do passado, com plena consciência das possibilidades paranaenses, foram delineando a realidade de hoje.

Tôda a atual expansão paranaense estêve antes na mente dos homens que tiveram as responsabilidades, tanto políticas quanto sociais e econômicas, em nosso Estado.

Nada do que se tem feito deixou de ser previsto, numa quase intuição da gente de vanguarda, em nosso passado.

Tôda uma grande documentação já conhecida e a ser ainda computada, aí está, atestando essa afirmação.

Os homens que conheciam o Paraná, acreditavam nêle, sentiam sua grandeza, a diversidade de seus recursos. a perspectiva de utilização de suas reservas. Relatos de viagens, projetos, relatórios, concessões, sucedem-se, testemunhando previsão e confiança em nosso futuro, não obstante a falta de condições concretas, durante longos anos.

Faltava o amadurecimento, não nosso, não de nosso meio, onde já existia a consciência de quanto poderíamos e viríamos a ser, mas de condições nacionais, com a dianteira de várias regiões que, integradas num determinado processo sócio-econômico e por sua situação geográfica, puderam, antes, amanhecer.

Tomemos o exemplo do café que alterou a fisionomia clássica do Paraná. Nosso litoral possui cafeeiros centenários em meio da mata. E em nosso Nordeste paranaense que foi, na verdade, a região pioneira a empurrar para o sul a onda cafeeira, está Tomazina, fundada em 1865 por Tomaz Pereira da Silva, mineiro de Itajubá que, atravessando florestas paulistas ainda inexploradas, veio iniciar sua lavoura cafeeira em zona própria do Paraná. Foi, entretanto, um caso esporádico, que não teve repercussões econômicas de monta. Faltou-lhe entrosamento com os centros nacionais de comercialização, como tinha de ser. Outros casos isolados foram surgindo, ainda no século passado e já no começo dos novecentos, como obra pessoal de alguns pioneiros de grande visão, vindos de São Paulo ou Minas. Tinham êles a tradição da lavoura do café, mas não con-

seguiram, pelo fato mesmo de constituírem casos isolados, emprestar valor ponderável à sua produção incipiente.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no comêço do século, como a denominação indica, seria por muitos anos a ligação terrestre entre o sul e o centro-sul. Atravessou o Paraná porque o Paraná estava no meio, mas sem nada consultar de seus interêsses. Entre Itararé e Pôrto-União-da-Vitória, abriu regiões ao pioneirismo da época, atravessando nossos campos gerais e terras de lavoura e pinhais ao sul de Ponta Grossa.

Seguiu a estrada uma diretriz que não serviu o Paraná, mas permitiu a consolidação de colônias européias entre Ponta Grossa e União da Vitória, colônias de lavoura de subsistência, que prosperaram e se estabilizaram com a demanda de mão-de-obra das indústrias de erva-mate e madeira.

A São Paulo-Rio Grande veio de uma concessão dos últimos instantes do Império, em novembro de 1889, pela qual a emprêsa concessionária, além de outras vantagens, gozava da garantia de juros de 30 contos ouro por quilômetro de via construída. O projeto espichou, o mais que pôde, o desenvolvimento e, em certos trechos como entre Jaguariaíva e Itararé, chegou quase a acompanhar as curvas de nível, o que exigiu retificação futura para melhoria de suas condições.

Dizem que quando o Presidente Afonso Pena inaugurou o trecho, em seu govêrno, um cabôclo da região, montado em seu ótimo cavalo, cumprimentou o Presidente, várias vêzes, pois enquanto o trem percorria a nova linha, êle, bem montado, buscava os atalhos, encurtando o caminho, e chegava muito antes à estação seguinte, esperava o trem e repetia o rito de cumprimento ao Presidente.

O ponto de ligação com o Estado de São Paulo era Itararé, em região de terras pobres. Era por ali que passava a civilização, como continuou a acontecer por largo tempo. Em 1930, na revolução que derrubou a velha e estável estrutura da primeira República, Itararé foi um símbolo. Ia marcar o encontro guerreiro das energias de nossos polos políticos, quando nosso comportamento tradicional de tendência às acomodações, evitou a luta. Ainda assim, Itararé continuou um símbolo, marcando fronteiras no arquipélago brasileiro.

Se a ligação ferroviária em busca do sul do país, ao atravessar o Paraná, pudesse ter sido jogada uns cinqüenta quilômetros para oeste — o que seria impossível na época — e atingisse, então, a região de Ourinhos, o nordeste paranaense teria sido aberto imediatamente ao pioneirismo intensivo, e a etapa cafeeira da economia paranaense poderia ter tido condições de ser antecipada de 50 anos.

Mas não acredito que pudesse ser antecipado o rush que começou em 40 e se acentuou definitivamente nos anos cinqüenta. Nem São Paulo no comêço do século tinha ocupado tôdas as suas terras aptas para a cultura cafeeira, e menos ainda, esgotado sua fertilidade.

O surto cafeeiro do Paraná só poderia atingir o seu clímax, quando São Paulo, que possuía a tradição de suas lavouras, tivesse esgotado as próprias reservas, como a província fluminense esgotara as suas e, em menor escala, o Estado de Minas.

Aí, então, a onda cafeeira desceu irresistivelmente para o Paraná, espraiando-se para o Norte e Noroeste do Estado, ultrapassando as terras rôxas e atingindo o arenito.

A concessão de 1926 feita pelo Govêrno do Estado à Companhia de Terras Norte do Paraná, marca uma época. Foi um dos fatos mais decisivos em nossa história econômica e social, pois viria a alterar em profundidade a própria estrutura da vida paranaense.

Os concessionários se obrigaram à construção de duas estradas de ferro, uma de penetração regional, na direção do Noroeste, e outra, a mais importante sob o ponto-de-vista paranaense, entre Ponta Grossa e um ponto que, futuramente, viria a ser Apucarana. Concessão sábia que abria a mais extensa e contínua faixa de terras férteis de todo o país à expansão da tradição de nossa lavoura básica que só poderia vir com paulistas, fluminenses e mineiros; e, ao mesmo tempo, tendia, como era dever nosso, a integrar a atividade cafeeira na economia global do Paraná.

No entanto, essa segunda construção, de importância tão fundamental, não foi cumprida, ficando mais tarde como encargo do Estado, e até hoje, apesar de todos os esforços, ainda está para ser ultimada.

A expansão cafeeira no Paraná se processou, em conseqüência da concessão inicial e de acôrdo com as tradições paranaenses com uma inovação verdadeiramente revolucionária, ponto de partida para a construção de um mundo diferente na paisagem brasileira: a democratização da propriedade da terra.

Essa foi a grande inovação que o Paraná trouxe à produção brasileira de café, alterando a estrutura que vinha de São Paulo, Estado do Rio e Minas. As pequenas lavouras começaram a predominar sôbre as grandes fazendas.

O Paraná, atingindo em 1959-1960, a liderança da produção brasileira do café, adquiriu uma característica que não lhe era própria, que não estava em suas heranças nem nos estilos com que iniciou sua civilização. Incorporou os comportamentos comuns à realidade sócio-econômica mais comum ao Brasil, antes da fase industrial: a atividade agrícola de um produto tropical de exportação, de que depende ainda nosso balanço comercial e portanto, nosso balanço de pagamentos. Foi um fato notável que o Paraná pôde viver, por sua diversidade.

É justamente no interior de nosso Estado, que se limitam duas grandes regiões geo-econômicas da classificação de Américo Barbosa de Oliveira: a Região das Lavouras Tropicais e a Região Subtemperada, que os franceses chamam de clima mediterrâneo e coincide no Paraná com o aparecimento da araucária. Florestas de pinheiros e campos limpos com capões de pinheiros caracterizaram tradicionalmente a paisagem paranaense, e a alti-

tude dando o frio intenso dos planaltos condicionam a atividade agrícola de lavoura de subsistência.

Quando as lavouras fluminenses de café entraram em decadência e sofreram, em 1888, com a abolição da escravatura, o golpe definitivo, surgem as lavouras paulistas, novas e trabalhadas pelo imigrante italiano assalariado. Quando as lavouras paulistas decaem, aparecem as paranaenses, acionadas por paulistas como também por fluminenses e mineiros e trabalhadas pelos migrantes nordestinos.

O Paraná, região intermediária entre duas ilhas brasileiras, se uniformizava mais com o convencional do país, através das fabulosas correntes migratórias atraídas pelo mercado de trabalho que a lavoura cafeeira cria em sua expansão.

Parece-me impossível obter uma visão panorâmica do processo histórico do Paraná, sem acompanhar seu crescimento demográfico que, êste, só por si, já serve para indicar sua evolução sócio-cultural e as conseqüências necessárias em todos os setores, principalmente no econômico e político.

Talvez o crescimento extraordinàriamente rápido, evidenciado pelos últimos recenseamentos, tenha tomado de surprêsa suas elites e exigido delas um largo trabalho de adaptação a novas perspectivas nacionais impostas, desde então, ao Estado, justificando alguns tropeços inevitáveis. A integração no ciclo econômico do café foi mais fácil.

Houve conflitos de comportamento que vão, aos poucos, sendo superados. O paranaense se habituou, desde logo, numa época de rapidez de comunicações e de transportes, à diversidade do seu meio.

Pelos quadros seguintes, observa-se a posição do Paraná nos vários recenseamentos nacionais e, assim, o seu crescimento demográfico.

1872

1	Minas Gerais	2.039.735
2	Bahia	1.379.616
3	Pernambuco	841.539
4	São Paulo	837.354
5	Rio de Janeiro	782.724
6	Ceará	721.686
7	Rio Grande do Sul	434.813
8	Paraíba	376.226
9	Maranhão	359.040
10	Alagoas	348.009
11	Pará	275.237
12	Guanabara (Côrte)	274.972
13	Rio Grande do Norte	233.979
14	Piauí	202.222
15	Sergipe	176.243
16	Goiás	160.395
17	Santa Catarina	159.802
18	Paraná	126.722

1890

1	Minas Gerais	3.184.099
2	Bahia	1.919.802
3	São Paulo	1.384.753
4	Pernambuco	1.030.224
5	Rio Grande do Sul	897.455
6	Rio de Janeiro	876.884
7	Ceará	805.687
8	Guanabara (D.F.)	522.651
9	Alagoas	511.440
10	Paraíba	457.232
11	Maranhão	430.854
12	Pará	328.455
13	Sergipe	310.926
14	Santa Catarina	283.769
15	Rio Grande do Norte	268.273
16	Piauí	267.609
17	Paraná	249.491

1900

1	Minas Gerais	3.594.471
2	São Paulo	2.282.279
3	Bahia	2.117.956
4	Pernambuco	1.178.150
5	Rio Grande do Sul	1.149.070
6	Rio de Janeiro	926.035
7	Ceará	849.127
8	Guanabara	811.443
9	Alagoas	649.273
10	Maranhão	499.308
11	Paraíba	490.284
12	Pará	445.356
13	Sergipe	356.264
14	Piauí	334.328
15	Paraná	327.136

1920

1	Minas Gerais	5.888.174
2	São Paulo	4.592.188
3	Bahia	3.334.465
4	Rio Grande do Sul	2.182.713
5	Pernambuco	2.154.835
6	Rio de Janeiro	1.559.371
7	Ceará	1.319.228
8	Guanabara	1.157.873
9	Pará	983.507
10	Alagoas	978.748
11	Paraíba	961.106

12	Maranhão	874.337
13	Paraná	685.711

1940

1	São Paulo	7.180.316
2	Minas Gerais	6.736.416
3	Bahia	3.918.112
4	Rio Grande do Sul	3.320.689
5	Pernambuco	2.688.240
6	Ceará	2.091.032
7	Rio de Janeiro	1.847.857
8	Guanabara	1.764.141
9	Paraíba	1.422.282
10	Paraná	1.236.276

1950

1	São Paulo	9.134.423
2	Minas Gerais	7.717.792
3	Bahia	4.834.575
4	Rio Grande do Sul	4.164.821
5	Pernambuco	3.395.185
6	Ceará	2.695.450
7	Guanabara	2.377.451
8	Rio de Janeiro	2.297.194
9	Paraná	2.115.547

1960

1	São Paulo	12.974.699
2	Minas Gerais	9.798.880
3	Bahia	5.990.605
4	Rio Grande do Sul	5.448.823
5	Paraná	4.277.763

Com as projeções do I.B.G.E., às vésperas do recenseamento de 1960, previa-se a população do Paraná naquela data em 3.701.446 e que pelo censo atingiu a 4.277.763. Para Curitiba previa-se a população de 257.712 e o censo a elevou a 361.309.

As projeções atuais, ao contrário, exageram, não em relação a Curitiba, mas em relação ao Estado. A população estimada pelo I.B.G.E. para o Paraná em 1970 peca pelo exagêro, mas o recenseamento está aí, e os resultados preliminares deverão ser publicados até os fins de 1971, ou talvez antes, com o processamento eletrônico. Acredito que o crescimento demográfico do Paraná entre 60 e 70 seja ainda dos maiores do país, senão o maior, não se repetindo, entretanto, o fato ocorrido entre 50 e 60. Entre êsses dois recenseamentos, enquanto o Brasil, com seu crescimento explosivo, teve sua população aumentada de 36,62%, a do Paraná atingiu a 102,21%.

Esse fato não se deve repetir. Secou a corrente migratória do rush

cafeeiro e em algumas regiões de nossas lavouras tropicais, houve êxodo, com a implantação de pastagens. O oeste e o sudoeste do Estado, continuam a receber migrantes nacionais, mas não na mesma escala dos anos cinqüenta, quando atingiu seu clímax a onda de teuto e ítalo-gaúchos, expulsos do Rio-Grande, pelo minifúndio, e vinda diretamente para o Paraná, ou com o estágio de uma geração, no oeste catarinense.

O simples exame de nossa evolução demográfica indica a composição atual da população do Paraná que, possui, desde muito, o maior saldo entre as correntes migratórias nacionais. Mas essa característica acentuou-se muito na década de 50.

A gente nova do Paraná precisa conhecer a história da terra que adotou, o passado que não passa, mas explica. Precisa conhecer porque o Paraná evoluiu nos têrmos conhecidos.

A gente nova do Paraná precisa saber a preparação que antecipou a sua vinda. E porque o ciclo cafeeiro chegou em determinada época e de forma determinada, e os teuto e ítalo-gaúchos puderam implantar-se no sudoeste e no oeste, nas duas margens do Iguaçu. É preciso que se conheça e divulgue a luta do homem paranaense antes que nosso território se povoasse com a recente intensidade, principalmente num tempo em que gentes e instituições são superadas intencionalmente e por planejamento, e assim envelhecem, como, pela propaganda, os bens de consumo duráveis que não duram quanto deviam ou podiam, porque são substituídos por outros, mais aperfeiçoados, mas freqüentemente, apenas mais novos.

É preciso dizer à gente nova do Paraná que superação não é negação pura e simples, nem negação de tudo, mas antes, desde que o sentido dialético está implícito em sua inspiração — ainda que com seu desconhecimento — a superação é negação mas, ao mesmo tempo, absorção.

A gente nova do Paraná precisa conhecer a formação da terra que é sua, e é, sobretudo, a terra de seus filhos. Precisa saber porque o Paraná atraiu, chamou com tanta fôrça, em determinado momento. Precisa conhecer a diversidade do Paraná para compreendê-lo como êle é. Para perceber a síntese que o Paraná representa.

No comêço foi a praia. Como em todo o Brasil, a civilização veio pelo mar. Paranaguá, a mais antiga cidade paranaense, é de 1648. Lembre-se que São Vicente, início da colonização do Brasil, é de 1532. São Paulo é fundada em 1554. Curitiba, povoada por paulistanos e sorocabanos, já em 1668 levanta o pelourinho, que só funciona em 1693, data definitiva da fundação da Capital paranaense.

Mas essas datas, significativas como projeto e ocupação, não representam nem desenvolvimento nem progresso efetivo. A Serra do Mar estava ali, como paredão enorme, enfeitando a paisagem, mas dificultando o acesso, assim no Paraná como em São Paulo.

No Nordeste brasileiro sem muralha de separação no litoral, o progresso pôde penetrar logo para longe da costa, e justificar pelo comércio, aglomerados urbanos importantes.

Em 1872, data do primeiro recenseamento nacional, a cidade de São Paulo tem população igual à de São Luiz do Maranhão e muito menor que de Fortaleza, metade de Belém do Pará, já não falando em Recife e Salvador, grandes metrópoles. Das Capitais de província, só Aracaju era menos populosa do que Curitiba.

Isso em 1872.

Só com a estrada de ferro subindo o paredão, se accelerou e se estabilizou o progresso, surgindo cidades de categoria.

A estrada da Graciosa, ligação do planalto com o litoral, só se concretiza com a Província, depois de 1853. A ligação ferroviária entre Paranaguá e Curitiba é de 1885.

Só então começa a arrancada e a Serra do Mar deixa de representar obstáculo, e quem está no litoral está também no interior, como no Nordeste.

Os paranaenses em seus planaltos frios, fixaram, com sua pequena população, nosso território, e realizaram seu destino histórico, nesta latitude do Império português na América: ocupar o território, tendo a consciência de que havia pouco além, logo em seguida, outro império colonial, de língua diferente, a castelhana.

As tropelias de Raposo Tavares, com as reduções jesuítico-espanholas de Guaira, já além dos planaltos frios, marcaram um comportamento que viria a ser característico da gente paranaense: o contacto de gente de outra língua dando-nos a noção do Império português e, portanto, da nacionalidade brasileira.

Os jesuitas espanhóis que reclamavam das Côrtes de Madrid, em pleno domínio espanhol, contra Raposo Tavares e seus portuguêses, assim chamando os bandeirantes paulistas, tiveram a intuição, êles espanhóis, de que estavam diante da elaboração de uma nação marcada pela cultura luso-brasileira.

O paranaense foi sempre definido por uma dupla evidência. A de sua diversidade dentro do continente cultural brasileiro (por muitos anos arquipélago geográfico) e sua integração na sociedade global brasileira.

Teve, por contingências históricas, de um lado, a consciência da missão de assimilar, de incorporar à nacionalidade, culturas diferentes, dando-lhes nossa versão regional, e, de outro lado, a consciência da diversidade de seu meio físico em seus planaltos frios, os primeiros que caracterizaram nossa província.

Diante do habitat do pinheiro, diante dos campos de Palmas e Guarapuava, com seus invernos de grandes geadas e freqüentemente de neve, região que o paranaense incorporou ao mundo que o português criou, teve êle, desde logo, a noção da diversidade de seu meio físico diante da paisagem clássica, convencional e real do Brasil, caracterizada pelo trópico em suas maiores áreas habitadas e pela hiléia amazônica, na enormidade da

superfície de uma região, onde ainda hoje, a civilização brasileira está persistentemente lutando.

O paranaense, diante dos campos cobertos de neve, em Palmas e Guarapuava, ou das grandes geadas em Curitiba, Castro ou Ponta Grossa, deveria achar estranho que o Brasil fôsse tido como um país tropical.

Sentiu-se necessàriamente isolado, quase solitário, diante das atividades rurais características da civilização brasileira e que não eram as suas.

Suas reivindicações ficavam sem repercussão, sem eco; falava uma linguagem que não era a usual dos meios brasileiros.

Só muito mais tarde, como já afirmei, no ciclo cafeeiro de nossa economia, com a plenitude da floração de sua região quente e, portanto, com a atividade centrada num decisivo e tradicional produto tropical de exportação, o paranaense se sentiu incluído, discutido, ponderado, nos altos escalões da Nação, cuja economia começou a depender do Paraná. Antes, quando defendíamos mercados e melhores condições para a exportação da erva-mate e do pinho, nossos produtos tradicionais, recebíamos sempre, como resposta, o argumento de que o café estava em primeiro lugar, como o grande fornecedor de divisas.

No início, o paranaense sentiu que estava construindo para o Brasil, uma versão diferente de seus estilos mais conhecidos e divulgados.

Sabia das diversidades que eram evidentes e também das afinidades. Tinha os caminhos que atravessavam seu território e pela gente que vivia a circular entre os dois polos brasileiros da região sul, São Paulo e Rio Grande, foi compreendendo sua situação. Foi compreendendo e se afirmando. Foi, aos poucos, se compenetrando de sua função, no panorama brasileiro.

No início do século XIX começa a imigração européia. A colonização alemã de Rio Negro é de 1829 e ao longo dos oitocentos se acentuam as correntes migratórias de alemães, italianos, poloneses, russos, ucranianos.

Procuram nossos planaltos frios, e os que inicialmente se destinam para a baixada paranaense, como os italianos de Alexandra e Morretes, com a melhoria dos transportes, sobem para o planalto.

Consolida-se no paranaense a consciência da necessidade de incorporação ao Brasil das novas culturas sem maiores conflitos, e êle já estava preparado para a grande missão.

Tinha, no seu passado, o conhecimento de outra cultura, como a hispano-americana que se desenvolvia além do grande rio que deu o nome à nossa Província. E pôde, tranqüilamente, operar a sua função, bem firmado, como os brasileiros de tôdas as latitudes, em suas boas raízes portuguêsas. E até com maior ênfase, pois enquanto os brasileiros das regiões em que o português foi o europeu quase exclusivo de nossa formação, aqui, pela convivência de outras culturas e etnias, convergência prolongada que, ainda hoje, continua, o paranaense mais do que muitos brasileiros tradicio-

nais, teve e tem a consciência bem fundada de que é luso-brasileiro; luso-brasileiro pela cultura.

Neste setor, é muito significativo e, mais ainda, verdadeiramente comovedor, o comportamento de jovens paranaenses da área curitibana, principalmente universitários. São tìpicamente curitibanos de origem européia de duas gerações, sem uma gôta de sangue português nas veias. Vão à Europa e visitam naturalmente o país de seus ancestrais onde admiram, com razão, sinais e monumentos de grande civilização. Mas quando chegam a Portugal, dá-se a grande revelação. Sentem-se em casa. Sentem-se como se estivessem num prolongamento do Brasil, compreendendo então, a medida, a intensidade, com que são luso-brasileiros pela cultura.

Em nosso século a capacidade paranaense de assimilação se amplia por novos horizontes.

Antes, a assimilação era de estrangeiros que se incorporavam à cultura brasileira, por intermédio da modalidade regional paranaense. Agora são nacionais de outras províncias que, aos poucos, adquirem ou vão adquirindo a nossa versão brasileira, e também alterando essa versão, com suas contribuições.

Os ítalo e teuto-gaúchos, do Sudoeste e Oeste, tendem a manter as características que o Paraná começou a adquirir no século XIX com a imigração européia, principiando pelo aspecto somático. Com êles continua o Paraná a ser a mancha loira do Brasil em que se incluem Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Justamente nessa área a divulgação da História do Paraná terá de criar um estado de espírito que conceda aos novos paranaenses, com a identificação necessária com nossas tradições de incorporar ao continente brasileiro, terras e culturas, tradições que, sob êste aspecto, muito se parecem com os dos gaúchos e que aqui ainda mais se acentuam, em determinados sentidos, como logo adiante veremos. Serão êles, sem esfôrço, assimilados, integrados à moda paranaense, à versão paranaense da cultura brasileira.

O povoamento de velocidade trepidante da área do café, com brasileiros oriundos das regiões nacionais da mais pura tradição, sem influências, portanto, de contribuições recentes que enriquecem a subcultura regional do Paraná, trouxe-nos, de início, a volta às fontes mais originárias de nossa província.

Sem lavouras coloniais de produto tropical de exportação, a contribuição do negro foi diminuta na formação étnica do paranaense. O escravo africano, aqui, como na Nova Inglaterra, foi destinado aos trabalhos domésticos nas cidades. E aqui, também aos trabalhos domésticos e aos misteres das fazendas de criar, em que a mão-de-obra, por sua própria natureza, era de demanda escassa.

Posteriormente, a imigração européia criou, como já disse, no Paraná e nos três Estados do Sul, a mancha loira do Brasil.

O rush do café e a lavoura da cana-de-açúcar na região quente do Estado, tornaram o Paraná mais moreno. Acentuou-se nossa diversidade e, mais

do que nunca, tornou-se o Paraná em síntese do Brasil, em encontro de suas culturas regionais, tendo de um lado, os velhos estilos brasileiros que em tudo se refletem, na vida econômica, no trato pessoal talvez de maior cordialidade e suavidade, na hierarquia mais estratificada, na polarização mais definida de classes, e às vêzes, também, na possibilidade mais fácil de radicalizações; e de outro lado, um sentimento de maior independência pessoal, de afirmação mais altiva de igualdade, de não aceitação de privilégios ou exclusões.

Diversidade dentro da unidade paranaense, sintetizando o Brasil, passou a nos caracterizar, desde que se desenvolveram, por igual, nossas duas regiões geo-econômicas: a das lavouras tropicais e a das lavouras de clima temperado e de campos rasos.

Até preparação psicológica foi exigida do paranaense para a compreensão de seu clima, e se há ainda confusões, o tempo se encarregará da criação de um estado de espírito que assimile, neste setor, a unidade paranaense.

O homem dos planaltos frios habituou-se a conviver com a geada e até com a neve. Tem ciência de que se as geadas chegam no tempo próprio e muito intensas, os resultados são benéficos para a cultura do trigo como das frutas européias, e que as pragas e parasitos serão menos destruidores.

Já para o homem do café a geada esporádica é o castigo temido, o castigo que pode destruir patrimônios, o castigo tìmidamente adivinhado mas não falado, nas noites de inverno, de céu limpo.

Mas a norma é que gie no centro e no sul do Estado e não no norte, e que assim, o paranaense incorpore e harmonize dois comportamentos antagônicos.

O conhecimento comum e divulgado de todos os aspectos e diversidades de nosso Estado, determinará nos paranaenses de tôdas as origens, latituaes e tempos de permanência, a compreensão mais exata do meio que escolheram para viver e progredir.

Mas com o conhecimento do que o passado legou e com o conhecimento científico e, portanto, sistematizado do Estado, em sua visão global, aumentarão as possibilidades dessa compreensão.

Divulgando nossas origens, nossa formação, o conhecimento de nosso meio, com a colaboração de professôres de nossa Universidade, a Grafipar realiza um trabalho de alcance insuspeitado.

Os paranaenses novos, e os velhos também, precisam conhecer nossa história, nossos homens representativos de ação e pensamento decisivos, nossa geologia, nossa botânica, nossa zoologia, a herança ainda que diminuta de nossos índios, nosso folclore, nossa música, nossos municípios, tanto os antigos quanto os recentes, cuja data de criação serve para indicar a expansão demográfica, politica e econômica do Estado, como até a natureza de suas terras.

Nesses municípios, tanto nos antigos quanto nos recentes, pela própria mentalidade que engloba todo o Estado, estão se revelando vocações surpreendentes, com uma possibilidade de seleção que, por sua amplitude, talvez seja única em todo o Brasil e em todos os tempos.

Claro que são comuns os equívocos como as seleções às avessas, sempre inevitáveis na luta política, e talvez mais comuns ainda no clima de aventura e improvisação, sombra do pioneirismo. Mas, a grosso modo, a revelação de vocações em todos os terrenos e assim, também na política, é uma constante compensadora do pioneirismo.

E o pioneirismo caracteriza, acima de tudo, o Paraná. No século XIX foram os europeus que o procuraram em grande escala. Neste século ainda, europeus, até agora em menor número, mas com projeto bem pensado, com organização, com planejamento. Nacionais de ascendência italiana e alemã, de duas ou três gerações de Brasil, originários do Rio Grande e Santa Catarina, já integrados em características regionais, trazem uma contribuição de primeira ordem. São migrantes qualificados sob o aspecto da educação e da economia. Não aventuram nem são trabalhadores assalariados. São sempre proprietários de suas glebas, assim continuam e só assim compreendem seu deslocamento para o Paraná. E, last but not least, a avalanche trazida pela onda cafeeira, com trabalhadores assalariados e uma elite de alta qualificação e largos recursos econômicos.

Do amálgama de tôdas essas correntes humanas e da constância com que convergiram para o Paraná, pôde-se criar aqui, um comportamento comum de atividade, iniciativa e independência.

Não que o migrante seja necessàriamente o melhor. Mas é sempre o mais corajoso. É sempre o inconformado, aquêle que quer mudar, melhorar, inovar, progredir. E, na verdade, muita coragem era precisa no século XIX, com meios de transporte quase pré-históricos em face de nossas disponibilidades atuais, para que o europeu, freqüentemente, sem recursos, abandonasse sua terra e viesse para um mundo desconhecido, de língua, clima e hábitos diferentes dos seus.

O inconformismo, a não aceitação do convencional, do consagrado, a confiança na própria iniciativa e energia, numa palavra, o espírito pioneiro, marca sempre o migrante.

Com os nacionais, dá-se o mesmo, sejam êles os pequenos proprietários do oeste e sudoeste sejam os grandes lavradores de café, entre os quais se pode indicar, como um símbolo, o velho Barbosa, de Cambará, que se desfaz no comêço do século, de sua fazenda em pleno fastígio da época de ouro de Ribeirão Prêto e vem abrir sertão no Paraná, lutando com índios, clima e tôdas as dificuldades de um meio despreparado então, para implantação de emprêsa da envergadura projetada.

A constância com que durante mais de um século, o Paraná foi procurado por gente dessa estirpe, deu ao paranaense de hoje, suas características fundamentais.

O paranaense, parece-me ser hoje, a gente mais preparada, em todo o

Brasil, para o processo do desenvolvimento econômico. Aqui vive o exemplo de homens que se locomoveram, às vêzes, de longes terras, para criar desenvolvimento, acreditando nêle e na possibilidade de que o desenvolvimento global a todos inclui, aos mais ricos e aos mais pobres, aos grandes e aos pequenos. Talvez em nenhuma outra região brasileira, exista tanta [illegible] quanto aqui, de comportamento compatível com o desenvolvimento, sabedor dos seus processos e crente em sua promoção social. Talvez não haja hoje, em todo o Brasil, outra região como a paranaense, em que seja tão intensa a mobilidade social e, conseqüentemente, a promoção humana.

A par dessa promoção, o comportamento pioneiro afasta, por definição, o comportamento burocrático, cheio de formalismos, prudências, canais competentes, degraus de acesso, normas muito rígidas. O comportamento pioneiro é, como vimos, justamente o oposto, e por sua natureza, lhe é intrínseco um sentido muito forte de igualdade, de idêntica possibilidade para todos.

No Paraná de hoje, se divulgaram entre o maior número estas características fundamentais: desejo de desenvolvimento econômico, conhecimento de seu processo acumulativo, hábito de poupança para investimento, costume de apertar o cinto hoje para folgar amanhã nos começos difíceis, capacidade de esperar que as reservas se multipliquem sem usá-las e a crença na promoção social com tôdas suas implicações inclusive o acesso pleno à educação; consciência de igualdade, convicção de que todos são iguais a todos, todos podem aspirar a tudo, todos podem ser tudo.

Cría-se assim atitude generalizada favorável a uma estrutura política democrática e, conseqüentemente, antitotalitária em tôdas as suas modalidades, inclusive naquele aspecto fluido de algumas versões de democracias representativas e formais, em que o Estado vai, aos poucos, se imiscuindo em tudo e asfixiando as liberdades e as afirmações pessoais, muito caras ao espírito pioneiro.

Essas duas características devem honrar os novos paranaenses. Devem honrar aquêles que precisam conhecer a história regional da terra que escolheram e é dêles por adoção e, por todos os títulos, é a terra de seus filhos.

Curitiba, Janeiro de 1969.

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO

COSTA DO PAU BRASIL — COSTA DO OURO E PRATA

Descoberto o Brasil, realizadas as primeiras expedições e fundados os primeiros núcleos de povoamento, em São Vicente, em Pernambuco e na Bahia, viram os portuguêses, contudo, frustradas as suas expectativas de fácil achamento de metais e pedras preciosas.

Encontraram, no entanto, os paus ricos em tintas que passaram a derrubar e a enviar para a metrópole. Aos portuguêses logo vieram juntar-se, na exploração de madeiras do litoral brasileiro, outros europeus, principalmente os franceses. Desta maneira, "*antes de tornar-se uma economia do açúcar, a economia brasileira foi uma economia da madeira. Por volta de 1550, o Brasil era, ainda, para os portuguêses e para os europeus em geral, o país dos belos troncos, rubros e violáceos, talhados em móveis preciosos*" (1).

O início da colonização efetiva, por Martim Afonso de Souza, fizera surgir também, em São Vicente, o primeiro engenho de açúcar, e o Brasil que fôra apenas madeira, torna-se o complexo escravo-açúcar. O eixo principal, entretanto, da economia açucareira, desde o final do século XVI, estaria no Nordeste.

Tanto pelas madeiras, como pelo açúcar e pelo tráfico de escravos, a presença de colonizadores efetivava-se, realmente, apenas ao longo da costa, exceção feita a São Paulo de Piratininga, com o centro maior de interêsse dos portuguêses localizado ao norte do Cabo Frio.

Contudo, desde o descobrimento do rio da Prata, o litoral de São Vicente para o sul, "a costa do ouro e prata", era visitada principalmente por espanhóis, atraídos pelas notícias de riquezas no Prata e no Ocidente.

Os anos de 1580 a 1641 seriam particularmente auspiciosos para o desenvolvimento de estreitas relações comerciais entre portu-

---

(1) Mauro, Frédéric — L'expansion européenne, Presses Universitaires de France, p. 115, Paris, 1964.

guêses da Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente, com os espanhóis de Buenos Aires e, pois, para a maior freqüência ao litoral sul.

De outro lado, desde o final do século XVI, os vicentistas percorriam o litoral da Capitania, indo abaixo de Cananéia, à procura de índios. Da mesma maneira, o planalto curitibano seria também percorrido pelos sertanistas que preavam indígenas, procuravam metais ou demandavam ao Ocidente.

O próprio Gabriel de Lara teria participado de movimentos que objetivaram escravizar índios carijós, na região do Taguaré, antes da sua fixação em Paranaguá.

A escravização de indígenas e a constante procura de metais teriam, por conseqüência, ainda na primeira metade do século XVII, a ocupação portuguêsa de terras do litoral e do primeiro planalto paranaenses.

PROCURA DE GENTIO E MINAS

O índio foi, no sul do Brasil, o braço de trabalho sôbre o qual foi possível a colonização e o estabelecimento das instituições de fundo português.

Um informante do século XVII, dirigindo-se ao rei, mostrava já perceber êsse aspecto fundamental da viabilidade da colonização: "*Senhor* — dizia êle — *o que só digo é que carecem muito aquelas Capitanias, dêste mesmo gentio, quer liberto quer cativo, porque sem êles nem V. Majestade terá minas nem nenhum outro fruto daquelas terras, por ser tal a propriedade daquela gente, que o que não tem gentio para o servir, vive como gentio, sem casa mais que de palha, sem cama mais que uma rêde, sem ofício nem fábrica mais que canoa, linhas, anzóis e flechas, armas com que vivem para se sustentarem, e de tudo o mais são esquecidos, sem aptidões de honra para a estimação, nem aumento de casa para a conservação dos filhos, porque para irem à desobriga da Igreja, alegam que não têm vestido, e os que mais tem, antes de tratarem do que hão de vestir, tratam do que hão de comer com descaso de suas pessoas...*" (2).

Neste impressionante discurso está caracterizada a degenera-

(2) Carta de Bartolomeu Lopes de Carvalho — Ms. do Arq. Ultramarino Português — Cópia fotostática do I.H.G.E. Paranaense — documento n.º 201.

ção cultural do colonizador português, no sentido de uma "barbarização" do homem europeu quando não podia apoiar seus valores culturais sôbre uma massa de escravos que lhe assegurasse as bases materiais da vida.

E isso acontecia no Brasil meridional, já no século XVII, quando começava a rarear o estoque de índios livres.

É que o índio, e mais tarde o negro, tanto no período da escravidão, como no período dos aldeiamentos, era a mão-de-obra que sustentava tôdas as estruturas superiores da sociedade colonial: nos trabalhos domésticos, nas derrubadas e lavouras, *"na jornada das minas e na condução das cargas"*, como soldados das guerras do sertão contra outros índios que deveriam ser caçados, nos serviços públicos de estradas, nos transportes de mercadorias, nas construções de fortalezas.

Já no final do século XVI, em 1585, os moradores de S. Vicente, Santos e São Paulo, precisando a renovação de sua escravaria, pediam ao Capitão-Mor a organização de bandeiras para caçar os índios carijós dos territórios hoje paranaense e catarinense, e advertiam que, se o capitão discordasse, *"protestamos de largar a terra e nos irmos viver onde tenhamos remédio de vida, porquanto não nos podemos sustentar sem escravaria"* (3).

Nas últimas décadas do século XVII já estavam extintas as tribos de índios livres dos sertões ao alcance dos paulistas. Restavam, apenas, para sustentar as populações do sul, os índios aldeiados sob a direção dos jesuítas, dos carmelitas, dos franciscanos e de clérigos seculares. Êstes índios eram cedidos aos paulistas para a execução de todos os trabalhos da comunidade, mediante o pagamento de um salário que a lei estipulava (4). Os próprios índios aldeiados, porém, submetidos a um regime de escravidão disfarçada, encaminhavam-se para a extinção. Alguns dos aldeiamentos visitados pelo Ouvidor Pardinho, nos princípios do século XVIII, abrigavam apenas velhos imprestáveis para os serviços que dêles se exigia.

Não se pode, ainda, afirmar quando se deu a substituição do escravo índio pelo escravo negro no sul do Brasil, mas pode-se captar na documentação disponível, a ocorrência de um período intermediário, durante o qual a falta de escravos acarretou transformações dramáticas. Assim, por exemplo, o Capitão-General de São

---

(3) Revista do Inst. Hist. Geogr. de S. Paulo — vol. 20 — pág. 715.

(4) Informação do Ouvidor Rafael Pires Pardinho — Ms. do Arq. Ultram. Port. — cópia fotostática do I.H.G.E. Paranaense — doc. n.º 360.

Paulo observava no final do século XVIII: que a Capitania de S. Paulo que era a mais antiga e que tinha conquistado e povoado as outras, agora, pela falta do índio, tinha ficado em grande atraso, pois desapareceram *"os gentios povoadores"* e os paulistas se viram *"num instante reduzidos a não terem quem os servisse e ajudasse, ainda nos trabalhos necessários à sua subsistência, donde se seguiu ficarem muitas familias, aliás distintas, em estado de suma pobreza, sem lhe ser possível adquirir jamais o antigo esplendor proveniente da melhor fortuna que possuiram. Naquele tempo, várias famílias antigas se disputavam o direito de entrarem na governança e lugares de distinção, e isto muitas vêzes com armas na mão, mas é certo que mudando-se as circunstancias pelas razões ponderadas, foram se pondo estas famílias em tal esquecimento que, como já disse, apenas consta que as houve pelos escritos públicos, e por ainda se verem conservados os seus sobrenomes por muitos tão pobres e indigentes quanto são pertinazes em conservar os antigos brazões"* (5).

É no início dessa situação, quando chegava ao final o processo da extinção dos carijós dos sertões paranaense e catarinense, que os paulistas iniciam dois grandes movimentos: a procura de mais índios no oeste do atual Paraná, na região de Guairá, e a procura do ouro no leste do atual Paraná, na região de Curitiba e Paranaguá.

OURO EM PARANAGUÁ

Nos fins do século XVI, no período do domínio espanhol, para organizar e dirigir a procura do ouro e da prata no Brasil, veio como Governador-geral, D. Francisco de Souza. Foi êle (no julgamento do historiador que mais profundamente estudou êsse período histórico), *"um convicto das riquezas minerais do Brasil e um obstinado na sua pesquisa. Com tal certeza que nenhuma desilusão conseguiu abalar, foi o promotor e o metodizador dos veículos que posteriormente criaram, quase por completo, a nossa hodierna feição geográfica. Antes dêsse delegado régio eram as entradas ao leo, os bandos desordenados dos aventureiros ou da gente de guerra. Na sua regência, as levas disciplinadas, com divisões militares, com ouvidores de campo, escrivães partidores, capelães e*

(5) Informação do governador de S. Paulo, Manuel de Melo Castro e Mendonça — Ms. do Arq. Ultram. Port. — Cópia fotost. do I.H.G.E. Paranaense — doc. n.º 98.

roteiros pre-estabelecidos". Embora não tivesse encontrado as minas, D. Francisco *"deixara fixadas, definitivamente, com ciência perfeita do terreno, duas grandes diretrizes da expansão paulista no século que nascia: o centro mineiro e a região parano-paraguaia"* (6).

Mas, com a saída do governador, os paulistas, premidos pelas necessidades, empenharam-se muito mais na caça de índios de Guairá do que na procura de minas, para o que, aliás, não tinham nem conhecimentos nem experiência.

Não obstante, ao lado das bandeiras caçadoras, os paulistas procuravam ouro nos roteiros de leste. De fato, depondo numa devassa procedida pelas autoridades espanholas em Tucumã, sôbre a pretensa exploração de ouro em Guairá, um marinheiro português que estava aí prêso, declarou, em 1647: que os paulistas exploravam ouro *"a sete léguas da vila* (de S. Paulo), *num cêrro chamado Ibituruna, e no Porto de Paranaguá, 12 leguas ao sul de Cananéia"*, e disse mais que o ouro era extraído por quem quisesse ir lá cavar, pois as minas eram em comum (7).

Essa exploração era, porém, difícil e pouco rendosa pelas condições das distâncias e da natureza do trabalho. Um informante de 1662 explica essas dificuldades: *"vão a tirar êsse ouro os moradores de S. Paulo e mais vilas circunvizinhas, que têm cabedal de escravaria para o poderem fazer, porque aos pobres de três, quatro e até de dez escravos é impossível, pelas distâncias que se alongam de suas vivendas e despovoação daqueles ermos a que vão tirar o ouro, que pela fuga dos índios naturais daquela costa, não têm nelas mantimento algum de que se sustentarem, e forçosamente hão de levar, de suas casas, o gasto para a jornada, dias de assistência e dilação na vinda, e nunca pode levar tanto mantimento um índio às costas que, sustentando-se ida e vinda, se possa deter nas diligências de tirar ouro mais de 12 ou 15 dias, causas porque são tão poucos os que vão e não muito o que se tira"* (8).

A duração de uma viajada do minerador, desde S. Paulo aos campos de Curitiba, medida pelos recursos que os escravos índios podiam carregar, era de quarenta dias (9). Todo o transporte

(6) F. A. Carvalho Franco — "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas de S. Paulo" — S. Paulo — 1954 — p. 394.
(7) "Anais do Museu Paulista" — vol. 5 — p. 118-22, São Paulo.
(8) Carta ao Conde de Atouguia — Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G. E.P. — doc. n.º 200.
(9) Petição dos moradores de Paranaguá — Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 241.

era feito nas costas dos índios. Um mineiro espanhol de S. Paulo informava ao rei: *"Las bestias descansan en los campos desta tierra (S. Paulo), y los indios cristianos y fieles a V. Mag. acarrean las cargas"* (10).

Diz o informante acima citado que tôdas essas dificuldades obrigaram os que procuravam ouro a se fixar com residência nos campos de Curitiba e no litoral de Paranaguá. Assim, antes da fundação das vilas, já existiam povoados nesses lugares. Habitavam êsses povoados famílias dos mineradores que se dedicavam, primeiro, à cata do ouro de aluvião, embora o que se procurasse fôssem minas, isto é, bêtas, como se dizia.

Há indicações documentárias de que essas bêtas foram descobertas e exploradas, embora não se possa localizá-las com precisão.

Já no século XVII se discutia quem teria revelado as *"minas de Paranaguá"*.

Em 1684, Francisco João Leme, filho do mineiro espanhol que viera com D. Francisco de Souza, reivindicava para seu pai, as honrarias: *"...tanto que se publicou a prata fundida, houveram muitos invejosos opositores, dizendo que êles descobriram ouro e prata de Paranaguá. Tudo são frandolas; os primeiros descobridores e verdadeiros, no princípio... foi meu pai Manuel João Branco..., e de Paranaguá, um espanhol nascido e criado na cidade de Paraguai, por nome Bartolomeu Torales, visto e experimentado no fundir ensaio de prata."* E referindo-se ao filho de Torales, o missivista dizia ao rei: *"V.A. se lembre dêste miserável, não lhe tire seu direito por falsas informações de certidões; o padre ensaiador frei João de Granica, nem o capitão Agostinho de Figueiredo não foram descobridores, mas foram ensaiadores e mostradores do oculto pelos ministros de V.A.; nem foram descobridores um Gabriel de Lara, nem um Manuel de Lemos"* (11).

Bartolomeu de Torales tinha sido um dos povoadores espanhóis de Guairá. Morador em Ciudad Real del Guairá, foi aí procurador do Cabildo e tinha a patente de tenente. Comandou tropas espanholas contra a rebelião dos índios guairenhos e procurou retomar aos bandeirantes paulistas, os índios caçados. Quando, em 1632, os paulistas destruiram Vila Rica, no Ivaí, muitos dos

(10) Carta de Manuel Juan de Morales ao Rei da Espanha, 1636 — *in* "Jesuítas e Bandeirantes no Guairá" — p. 184.

(11) Carta de Francisco João Leme ao Rei, 1684. Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 202.

espanhóis de Guairá passaram para São Paulo. Entre êsses estava Torales, que aparece logo depois, como integrado na família dos fundadores de Sorocaba.

Em 1654, Torales estava no litoral de Paranaguá, manifestando ao administrador-geral, uma nova descoberta, dizendo: "*...me puse con toda mi caza, muger y hijos y esclavos, sin favor de otra ninguna persona mas que la de Diós, y con mil incomodidades revolvy y busqué todos los montes y cerros deste reconcavo (de Paranaguá), en los quales fué Diós servido de hallarse muchos de los sierros con piedra minerales, que conforme la experiencia de las minas del Rio de la Plata me ha parecido ser metal de consideracion*"(12). E assinava assim: "*Del poblador y descobridor de las minas de Pernaguã, Bartolomeu de Torales.*"

Dois anos depois, o administrador Pedro de Souza Pereira comunicava ao govêrno que mandara fazer a vistoria, exame e demarcação das minas descobertas por Torales. Dizia: "*naqueles serros eram grandíssimos, e pelas aberturas dêles, mostravam ser de metais, e pelo que sua vista julgava, seriam 80 palmos de bêta, e em outras partes 50 ou 60, mas que não pudera averiguar o gênero do metal, por lhe faltarem mineiros e fundidores*"(13).

Não obstante, a primeira mina manifestada, foi a de Gabriel de Lara, que é tido como o descobridor do ouro de Paranaguá. A ata de vereança, de 27 de novembro de 1649, da Câmara de S. Paulo, o atesta.

Em 1648, o governador do Rio de Janeiro, tendo notícia de descobrimento de ouro em Paranaguá, para lá enviou Heliodoro Ébano, o qual, segundo a patente que lhe passou, tinha grande experiência e prática daquele sertão e serras (de Paranaguá), por já ter feito essa jornada "*primeiramente*"(14).

Em informação datada de Paranaguá, 1651, dizia Ébano: "*Nos campos de Curitiba, sertão desta baía, se descobriram outros ribeiros de lavagem, onde já estive e fiz experiencia haverá 12 anos, vindo em visita destas Capitanias, por ordem do Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, de que lhes levei amostras, e ora tenho mandado rever os ditos ribeiros e minas. Espera-se haverem*

---

(12) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 940.
(13) Documento transcrito por Alberto Lamego, *in* "Terra Goitacá" — vol. II.
(14) Patente de Heliodoro Ébano — Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G. E.P. — doc. n.º 4.

(minas) da serra para o sertão, como as ha da serra para o mar desta costa" (15). Estas fontes documentárias revelam que, já nos meados do século XVII, os habitantes do litoral paranaense e do planalto curitibano constituiam uma única comunidade, com centro em Paranaguá, e que, embora êsses povoadores fôssem paulistas, já se tinha estabelecido, em certo nível, uma diferenciação com os habitantes de S. Paulo.

Depois da morte de D. Francisco de Souza, a administração das minas da repartição sul do Brasil foi conferida pelo govêrno português ao governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá e sua família.

Os paulistas, mais interessados na captura de índios do que na mineração, sabotavam a ação dos administradores das minas. As populações de Paranaguá e Curitiba tinham, como base de sua própria vida, o descobrimento e a exploração do ouro, sob a proteção dos governadores do Rio de Janeiro.

As autoridades régias já tinham compreendido as razões da oposição paulista ao manifesto das minas, como mais tarde explicou um governador: *"Sendo, pois, esta a natureza e o estado dêstes homens (os paulistas), considerando êles que se as minas reais da prata e do ouro se descobrirem, se ha de mandar governador ou vice-rei para aquelas capitanias, meter nelas presídios para a sua segurança, multiplicar-lhes os tributos, que hão de ficar as suas casas expostas ao descrédito, que têm padecido muitos nos estragos que costumam fazer os cabos e os soldados; que o govêrno quase livre que tem de sua república há de ser sujeito; que donde mandavam tudo, hão de ser mandados; que os não deixarão ir ao sertão, ou se forem lhes hão de tirar os índios para as minas; que tôda a utilidade destas há de ser a de suas pessoas, casas e famílias; e que aquelas terras que seus antepassados povoaram e seus descendentes foram descobrindo e multiplicando tão numerosas vilas, com tanto trabalho seu, aumento da Fazenda real do Estado, hão de ser agora prêmio dos estranhos sem merecimento, e terem seus netos por remuneração do que tinham merecido seus progenitores, ficarem quase escravos dos que hão de ir dominar".* E o governador comentava: *"Bem se infere que para se conservarem no estado presente e evitarem aquêle dano futuro, hão (os paulistas) de dispor de tôdas as indústrias para se não descobrir a preciosidade daquelas minas"* (16).

---

(15) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 1.
(16) Relatório do Governador Antonio Pais de Sande, 1692 — *in* "Anais da Biblioteca Nacional", vol. 39 — p. 197.

Êsse era o ânimo dos paulistas em relação ao ouro de Paranaguá. Em 1647, quando o bandeirante Antonio Nunes Pinto saiu para o sertão, a Câmara de S. Paulo negou-lhe índios para pesquisar prata, e ameaçou-o por falar afirmativamente na existência de minas, obrigando-o a se mudar para Paranaguá([17]).

Era essa a situação, quando Heliodoro Ébano veio a Cananéia e Paranaguá para verificar os descobrimentos do ouro, em 1649.

O Provedor das Minas de S. Paulo, Pascoal Afonso, compareceu perante a Câmara paulista e disse que tinha conhecimento de que Heliodoro Ébano estava em Paranaguá, *"onde dizem que tem feito Casa de Fundição, e quinta e manda marcar ouro por oficiais que para isso lá tem feito, sendo que não tem ordem para o poder fazer, e ser contra o Regimento de S. Majestade"*. Podia, ainda, que lhe dessem *"todo o favor e ajuda, e indios para irem em sua companhia à dita vila de Paranaguá, a impedir e atalhar ao dito Heliodoro Ébano a que não vá para diante com o seu intento"*. Ainda mais, Pascoal Afonso requeria à Câmara que se expedissem precatórias para as autoridades das vilas de Cananéia e Paranaguá, para que quem tivesse que quintar ouro, *"o venha fazer a esta vila de S. Paulo onde S. Majestade tem Casa de Moeda e Quintos Reais"* ([18]).

Ante as precatórias, Ébano, apoiado pela Câmara de Paranaguá, reagiu, pedindo providências ao governador do Rio: *"... e por não achar em mim sítio ao seu intento, (o Provedor de S. Paulo) tem semeado precatórias por estas vilas, contra esta ocupação e assistência em que estou, como se fôra meu superior, causando confusão a muitos moradores..."*, e, afinal: *"lhe requeiro mande extranhar ao dito Provedor o grande desserviço de S. Majestade, e informado por V. Senhoria de seus atrevidos desaforos e encontros, acuda com o castigo que merece"* ([19]).

Ébano investigava as condições da exploração de ouro em Paranaguá, e depois de inquirir os principais mineradores, conclui pela existência do metal, mas que sua exploração só seria possível, se se conseguisse mão-de-obra, isto é, índios e técnicos, o que não havia em Paranaguá.

Neste ponto perde-se o contato documentário com as atividades mineradoras da população de Paranaguá. Sabe-se, porém, que

---

(17) "Anais da Bibl. Nacional" — vol. 39 — p. 203.
(18) "Atas da Câmara de S. Paulo" — vol. 5 — p. 389.
(19) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P., docs. n.º 1 e 2.

foram remetidas amostras de ouro ao Rei de Portugal, em face de que o Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Pedro de Souza Pereira, por ato régio, foi investido na Administração das Minas de Paranaguá. Em 1651, o Provedor deslocou-se para as vilas do sul, tentando resolver os problemas apontados por Ébano.

Para o trabalho das minas, Pedro de Souza ordenou à Câmara e Capitão-Mor de S. Paulo, que remetessem as três aldeias de índios de S. Majestade, a fim de as instalar no litoral, *"nas partes que convinha estivessem para a lavoura das minas do ouro, e descobrimento de outras minas que, à falta de gente, se deixa de fazer, porque é impossível que se lavre ouro e se alcance o que promete a Ribeira (de Iguape) e Paranaguá, sem índios"* [20].

A Câmara de S. Paulo, porém, desobedeceu ao representante do rei e impediu a transferência dos índios. Pedro de Souza nada *pôde fazer, pois que, embora fôsse "fôrça castigá-los", não o fêz,* porque os paulistas *"com muito menos causa costumam amotinar-se"* [21].

Desacatado pelos paulistas, o Provedor, afinal, conseguiu em Cananéia 30 índios, *"uns alugados e outros dados pelos oficiais da Câmara"*. Com êsses índios, em Paranaguá, Pedro de Souza incorporou à sua comitiva Gabriel de Lara, *"que é o que se intitula descobridor desta chamada mina"*, e foi reconhecer o sítio da mesma. Fêz algumas fundições, mas como chovia muito e era Semana Santa, voltou à vila, sem poder avaliar a mina, *"porque a gente era pouca para o grande trabalho de derrubar matos e fazer covas"*, e por falta de *"mineiros e pessoas que o entendam"* [22].

Pedro de Souza Pereira é uma personagem muito importante na história da formação da comunidade de Paranaguá; organizou o serviço de mineração, instituiu as autoridades municipais, organizou a defesa militar do pôrto contra os corsários que rondavam as propaladas minas de ouro, fêz o levantamento topográfico do lugar das minas e da baía de Paranaguá. Foi, porém, muito hostilizado pelos paulistas e pelos cariocas, por ser membro atuante da oligarquia dos Corrêa de Sá, que dominavam o govêrno do sul do Brasil. Em certo momento, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro se rebelou contra Salvador de Sá e pediu a aliança da Câmara de S. Paulo. Nas acusações contra Salvador de Sá, dizia a Câmara carioca,

---

(20) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 942.
(21) "Anais da Bib. Nacional" — vol. 39 — p. 202.
(22) Anais da Bib. Nacional — vol. 39 — p. 202.

que Pedro de Souza mandou estancar a aguardente, o vinho e outras mercadorias, a fim de obter recursos para comprar ouro e remeter ao rei, como se fôssem quintos das minas de Paranaguá, de modo a alimentar as esperanças do ouro na Côrte portuguêsa, e manter, por conseguinte, os títulos de benemerência dos Corrêa de Sá, a fim de que a família fôsse mantida no poder.

Referindo-se a êsse fato, C. R. Boxer, com apoio em cartas de Pedro de Souza, que possui em sua coleção, diz o seguinte: *"Isso não parece verdade, e nós temos provas independentes de que Pedro de Souza Pereira mandou para Portugal uma quantia substancial de ouro aluvional, proveniente dos quintos reais, pela frota de Francisco de Brito Freyre em 1654, e ainda com a frota de Pedro Jaques de Magalhães em 1657"* [23].

Como quer que tenha sido, ainda não se conhece o valor da produção do ouro das minas de Paranaguá. Não obstante, há indícios de que, já em 1659, se reconhecia que essas minas não correspondiam às expectativas do govêrno.

Nesse ano, o govêrno do Rio deu ordem para se fazer retornarem as aldeias de índios que tinham sido remetidas de lá para Paranaguá, para suprir a mão-de-obra que os paulistas negaram.

A ordem de retôrno provocou agitações em Paranaguá. Os moradores, chefiados por Gabriel de Lara, fizeram ver a Pedro de Souza, que se encontrava na vila, que a terra ficaria despovoada sem os índios, e não haveria mais quem trabalhasse nas minas, *"já muitos moradores iam despovoando o país, e a terra ficava sem defesa por falta de gente, sendo um pôrto aberto com três barras ao mar; e que já o inimigo holandês tinha chegado com embarcações e uma sumaca depois da bêta do ouro, e que sua ambição podia chegar a tanto que entrassem por elas e tomassem conhecimento das minas"* [24].

A situação parece ter estagnado, mas as queixas e reclamações continuaram, até que Salvador de Sá decidiu ir pessoalmente a Paranaguá, para desenganar de uma vez as esperanças do ouro ou para entabolar as minas, se as houvesse. Segundo suas próprias informações, demorou-se três meses em Paranaguá, trabalhando intensamente com o auxílio de cinco mineiros que trouxera de

---

(23) C.R. Boxer — "Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1608" — University of London — 1952 — p. 302 — A documentação de Boxer é constituída de cartas de Pedro de Souza e do comandante da frota, Brito Freyre.

(24) in Vieira dos Santos, "Memória Histórica de Paranaguá" — § 75.

Portugal, com muito aparelhamento. E não encontrara nem uma onça de ouro para amostra (25).

Pelos quinze anos que se seguiram à visita de Salvador de Sá, a costa sul ficou abandonada pelos funcionários reais.

Mas a decadência da produção dos metais alarmou o govêrno português.

Observando que tinha diminuído muito o trabalho *"dos moradores das minas e lavagens, perdendo a Fazenda Real do direito do quinto, que ao presente não rendem quase nada"*, o rei escreveu às Câmaras de Paranaguá, São Vicente, São Paulo, Itanhaem e Parnaíba, pedindo que assentassem o melhor meio que julgassem, *"para que a prática do ouro de lavagem continue e vá em aumento"*, e se possa descobrir mina de bêta.

Em 1674, Agostinho de Figueiredo, Capitão-Mor de São Vicente, sob pressão real, desceu a Paranaguá para levantar a situação. Aí, convocou o Provedor das Minas, Manuel de Lemos Conde, *"para o acompanhar aos cêrros e minas desta vila, com sua pessoa, filhos e negros de seu serviço, à sua custa, como pessoa inteligente que sabe as paragens onde se há de fazer as experiências, para efeito de se descobrirem minas de prata"* (26).

Desde, pelo menos, 1666 estava em Paranaguá o frade franciscano, frei João de Granica, que nesse ano aceitara a administração da Igreja. Era espanhol, e segundo se dizia, tinha aprendido no Peru fazer experiência e ensaio com prata.

Governava o Brasil, Afonso Furtado, Marquês de Barbacena, que desenvolvia grandes esforços para o descobrimento das minas de prata. Na Bahia, lidando com a pseudo mina de prata de Itabaiana, Afonso Furtado recebeu do Capitão-Mor de S. Vicente a notícia de descobrimento de minas de prata em Paranaguá. Acompanhavam a notícia, duas barras de prata, *"que eram amostra de sua fineza"* (27).

O inflamável governador, em grande alvorôço pela notícia, acreditando *"serem essas minas como a de Potosi"*, (28) mandou imediatamente seu próprio filho a Lisboa, levando as barras de prata e pedidos de honras e mercês para seus descobridores.

Com novas amostras, o governador fez experiências na Bahia:

---

(25) *in* C.R. Boxer, "Salvador de Sá etc." — p. 317.
(26) *in* Vieira dos Santos, "Memória etc." — p. 45, nota 50, p. 47.
(27) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — vol. VI — série V — p. 280.
(28) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — vol. X — série VIII — p. 448.

"mandei aqui fazer diante de mim vários ensaios". Mas de tôdas essas experiências, só se extraía um metal chamado *tambaracá*, que se pensa ser chumbo(29). Acreditando que fôsse *"falta de ciência dos ourives"*, mandou remeter amostras a Fernão Dias Pais, em S. Paulo, e êste, *"de uma libra de pedra de Paranaguá tirára trinta reis de prata do valor antigo"* (30).

Envolto no sonho da prata, Afonso Furtado, mesmo antes da verificação da mina, tomou tôdas as providências para explorá-la: despachou o Capitão-Mor Braz Rodrigues Arzão para S. Paulo, a fim de ajuntar todos os índios das aldeias reais, que estavam espalhados pelas casas e fazendas dos paulistas: *"porque é muito necessário estarem prontos para o que importar obrar-se com êles"* (31). Prevendo que os paulistas iriam resistir à recruta dos índios que estavam a seu serviço, Furtado recomendava que, na execução de suas ordens, não se fizesse exceção *"a pessoa alguma de qualquer qualidade, pôsto, fôro ou condição que seja"*. E se alguém recusasse restituir os índios, *"lhos façam entregar com efeito"*, e ordenou que remetessem prêso para a Bahia, *"quem o repugnar"*.

Ao mesmo tempo em que assegurava a mão-de-obra, Afonso Furtado prevenia a defesa. Despachou para o sul o engenheiro Antonio Corrêa Pinto, *"a reconhecer tôda essa costa, o Rio de São Francisco e os rios e portos que mais importantes forem para se fortificarem e segurarem as minas de Paranaguá"* (32).

Não esqueceu também do técnico. Em carta, pediu ao superior dos franciscanos que isentasse frei João de Granica da jurisdição dos prelados conventuais da Custódia. Pedia ao rei a remessa de negros de Angola; a licença do Núncio para o frade ficar fora da autoridade do bispo; mercês para os descobridores das minas; ferro, aço, azougue, armas, munições e engenheiros(33).

Encontrava-se no Brasil, a serviço do rei de Portugal, o fidalgo espanhol, D. Rodrigo de Castel Branco, *"que havia muitos anos assistia nas minas do Peru e delas tinha tôda a inteligência"*. Vinha com a missão de verificar as pretensas minas de prata de Itabaiana, na Bahia. Desfez logo aquêle sonho: não havia prata em Ita-

---

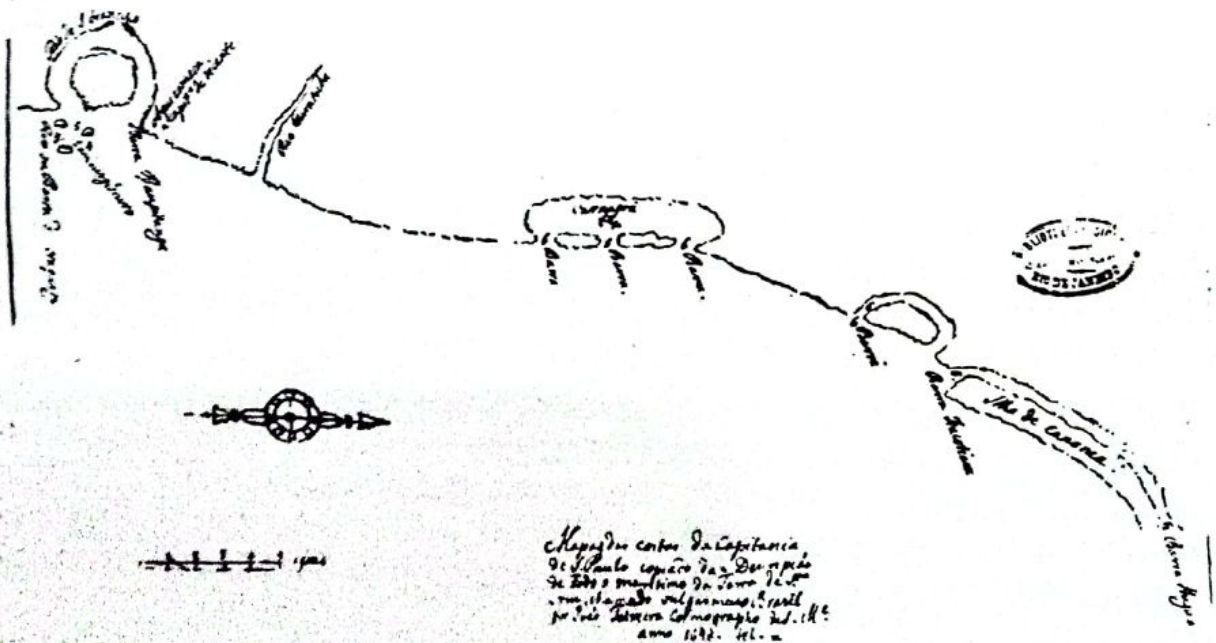
(29) Nas regiões do Vale da Ribeira, que eram lugares percorridos pelos pesquisadores de ouro e prata no século XVII, está instalada uma emprêsa mineradora, a Plumbum S.A. que extrai chumbo e prata, no atual município de Adrianópolis. Em 1955, a produção de prata foi de 3.870 quilos.
(30) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — vol. VI — série IV — p. 282.
(31) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — vol. VI — série IV — p. 283-7.
(32) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — id. ib. — p. 289.
(33) "Documentos Históricos", B.N.R.J. — vol. X — série VIII — p. 440.

baiana. Restavam a Afonso Furtado, as esperanças de Paranaguá e Sabarabuçu.

Em 1679, D. Rodrigo foi mandado para Paranaguá e Curitiba. Viajava com quinhentos soldados armados de espingarda, além de seus criados, também armados.

Com amplos poderes chegou a Paranaguá, passou patentes para algumas pessoas, entre as quais Manuel de Lemos Conde, e colocou todos sob suas ordens. Fêz as verificações, e em 1680 escrevia ao rei desenganando-o por completo sôbre a existência de minas de prata em Paranaguá.

Voltou-se logo D. Rodrigo contra os descobridores. Prendeu frei João de Granica a quem expulsou de Paranaguá. Acusou todos de descaminho. *"Depôs Manuel de Lemos Conde de provedor das minas e prendeu-o. Não parou aí sua fúria. Manuel de Lemos Conde suicidou-se na prisão em 1681, e D. Rodrigo, antes de penetrar o sertão de Sabarabuçu, seqüestrou-lhe os bens"* (34).

Com a partida de D. Rodrigo que, por sua vez, iria morrer assassinado nas Minas Gerais, em conflito com os bandeirantes em 1682, e também com seus bens seqüestrados por ordem real, desaparecem os sonhos de riquezas, e a exploração do ouro de lavagem

Mapa da costa da Capitania de São Paulo copiado da Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente Brasil por João Teixeira, cosmógrafo de Sua Majestade, ano de 1690.

(34) Cartas Régias de 1690 a 1691 — transcritas por Moysés Marcondes *in* "Documentos para a História do Paraná" — p. 207.

continua como uma atividade da vida quotidiana, por meio da qual os habitantes de Paranaguá e Curitiba obtinham os meios para comprar as mercadorias de importação.

Na última década do século XVII, a Câmara de Paranaguá pedia à autoridade real, mais índios para a mineração, pois o sarampo e a bexiga tinham exterminado os trabalhadores indígenas da vila. Insistiam os parnanguaras em alegar a inferioridade em que se encontravam em relação aos paulistas. Diziam êles que a maior parte dos mineradores dos campos de Curitiba eram das vilas de S. Paulo, que iam, vinham e mineravam, com índios das aldeias de S. Paulo e levavam ouro em quantidade, subtraindo-o da Casa dos Quintos de Paranaguá (35).

Os paulistas, que constituiam a maioria dos mineradores dos campos de cima da serra, começaram porém a se retirar quando foram descobertas as minas de Cataguazes e, afinal, abandonaram inteiramente os campos de Curitiba, quando foram descobertas as minas de Cuiabá (36).

FIXAÇÃO DO POVOAMENTO — CURITIBA

Nos princípios do século XVIII, quando o ouro deixou de ser um sonho de riquezas e depois que os mineradores paulistas emigraram para Minas Gerais e Cuiabá, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba passaram a ser uma única base geográfica para uma mesma comunidade — que nesta altura já se pode denominar de comunidade paranaense. Essa comunidade fixava-se ao redor das duas vilas — Curitiba e Paranaguá — e amadurecia para a sua expansão geográfica.

Os campos de Curitiba eram uma região complementar da sociedade litorânea. Já, em 1653, o Provedor indicava êsse fato: *"(de Paranaguá), com três dias de caminho pelo sertão, se dá nos campos que chamam de Curitiba, que são mui férteis, e em que há já gado de alguns moradores de Paranaguá"* (37).

O Ouvidor Pardinho, em 1721, atestava o vigor da lavoura litorânea e sancionava o costume dos moradores de Paranaguá de

---

(35) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E.P. — doc. n.º 241.
(36) Relatório do Ouvidor Pardinho — *in* M. Marcondes, obra cit. — p. 18-26.
(37) "Anais da Bibl. Nacional" — vol. 39 — p. 206.

destinarem as terras litorâneas à lavoura e as terras do planalto à criação de gado(38).

Parte secundária, a princípio, e logo elemento central da comunidade paranaense, Curitiba nasceu das povoações provenientes da expansão de Paranaguá. Recebeu o predicamento de vila em 1693, por iniciativa dos próprios moradores que sentiam necessidade da instauração da ordem civil. Constituídas as autoridades municipais — as "justiças" — a vila traçou o seu aspecto igual a tôdas as outras fundadas pelo colonialismo português.

O Ouvidor Pardinho, depois de quatorze meses de residência na vila, em 1721, redigiu o seu célebre provimento, pelo qual adaptou às circunstâncias locais, os velhos princípios das instituições municipais portuguêsas(39).

As casas eram construídas com madeira, barro, taquara e pedra. Para a coleta dêsse material, era considerada do domínio público uma légua das terras além do rocio, "*que será livre a todos os moradores irem cortar e lavrar madeiras para fabricar casas, e assim tirar taquara, e barro para barrear, e pedra*". A fim de que os vizinhos se socorressem dia e noite, e para que as ruas não fôssem disformes, mas "*direitas por corda*", as casas eram unidas umas às outras, e no alinhamento da rua. Tôdas tinham quintais que iam fazer alinhamento na rua do fundo. Por segurança, os quintais deveriam ser fechados, pois assim se evitavam "*os desastres e ofensas a Deus que resultam dos quintais estarem abertos e mal tapados*".

A atividade administrativa era alimentada muito mais pela solidariedade e cooperação direta dos moradores do que pelos impostos. A limpeza das ruas e dos riachos que cortavam a vila, era obrigação dos vizinhos. A conservação dos caminhos também era contribuição direta das propriedades: "*...obrigassem todos os vizinhos, não só do rocio, mas ainda do termo, a terem os caminhos que vem para esta vila limpos de trancas, e aterrados feitos cada um na testada de sua fazenda*". A conservação da estrada que ligava Curitiba a Paranaguá — caminho do Cubatão — era encargo dos moradores das duas vilas, cabendo aos curitibanos o trecho que ia de Curitiba ao alto da serra. Por êsse caminho se desenvolvia importante comércio entre as duas vilas. Os habitantes de Paranaguá subiam de canoa, pelos rios, até Morretes ou Pôrto de Cima,

---

(38) Provimento do Ouvidor Pardinho — *in* M. Marcondes, ob. cit. — 1721.
(39) Ms. do Arq. Ultr. Port, — Cópia fotostática do I.H.G.E.P., doc. n.º 495. Provimento de 1721, *in* "Boletim do Arq. Municipal de Curitiba", vol. 1.

onde se encontravam com os curitibanos que desciam a serra com mercadorias carregadas em lombo de mulas. De Curitiba remetia-se para Paranaguá, gado vacum e cavalar, trigo e erva-mate. De Paranaguá subiam as mercadorias estrangeiras, *"peças de pano de algodão, barris de vinho, aguardente do Reino ou da terra, vinagre e azeite"* e sal.

A conservação da estrada para os Campos Gerais, que afinal ia para S. Paulo estava exclusivamente sob a responsabilidade dos curitibanos, até Itararé. A Câmara Municipal dividia a extensão do caminho em trechos, para cuja conservação, isto é, construção de aterros, pontes, desvios, nomeava um chefe — o cabo — sob cujas ordens, e sob pena de multas, trabalhavam pessoalmente ou por meio de escravos, os moradores. Por essa estrada, os mercadores de S. Paulo vinham vender *"fazendas secas"* a trôco de ouro em pó, das faisqueiras dos campos, e os curitibanos mandavam para São Paulo, gado vacum e cavalar.

Na criação de gado é que estava a fonte principal das atividades econômicas. Por isso a Câmara Municipal velava pelo seu comércio, e o Ouvidor recomendava: *"nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja, leve ou mande ir para fora desta vila e todo o seu termo, gado algum ou cavalgaduras sem licença da Câmara, ainda que seja das suas criações, para o que farão petição, na qual declaram a quantidade e qualidade do gado e cavalgaduras que querem levar, e para onde as levam e donde as houveram. Os oficiais da Câmara não concederão fàcilmente, licença para levarem novilhas ou poldras para fora dêste têrmo..."*

Grande parte da população morava pelos arredores, em sítios e fazendas. Êsses moradores rurais vinham sempre à vila, tratar de negócios e assistir às festas religiosas. Vinham a cavalo ou em carros de boi. Para os receber e abrigar, era proibido construir entre os dois rios que cortavam a vila, onde havia pasto, *"para que os vizinhos que vem dos seus sítios possam nêle meter os seus cavalos e bois carreiros a pastar, enquanto assistem na vila"*.

O comércio só podia ser exercido dentro dos limites da vila. Não só não eram permitidas lojas fora do rocio da vila, como era proibido aos mascates irem *"pelos sítios vender fazendas"*.

Todos os atos da vida civil e os seus respectivos têrmos judiciais estavam assegurados pelas *"justiças"* da Câmara Municipal. Dentro da vila era proibido o porte de armas a qualquer pessoa, e os escravos, *"negros e carijós"*, não podiam usá-las nem fora da vila.

Os trabalhadores eram, na sua maior parte, antigos índios incorporados hereditàriamente ao patrimônio das grandes famílias, *"carijós e seus descendentes"*, que tinham a denominação jurídica de *"administrados"*, e entravam nas fôlhas de partilha dos inventários.

Ainda pelas três décadas iniciais do século XVIII, os moradores persistiam em faiscar ouro nas velhas catas exauridas. Os curitibanos haviam obtido a concessão de não quintar o ouro enquanto não saisse dos limites da vila. Assim, o ouro circulava como moeda, medida essa que a Câmara justificava: *"pois que, como sejam todos êstes moradores sumamente pobres e miseráveis, êstes se estão valendo para suas necessidades, de umas lavras velhas de ouro, em as quais tiram algumas limitadas faiscas com as quais compram algumas varas de pano, com que se vestem a si e a sua família, o que não fariam se êste remédio não buscassem, porque a terra de tudo é miserável para qualquer comércio, e por isso cheio de miséria e pobreza, porque além do pouco dinheiro que corre, não seria possível virem a esta vila alguns mercadores"* [40].

Durante os três anos de 1730, 31 e 32, o montante do ouro que circulava em Curitiba era igual a 4.395 oitavas de ouro em pó [41].

PROCURA DE OURO E PRATA — POTOSI

Descoberta a rota do Prata, foi ela a porta de entrada para o interior do Continente. Êste foi procurado principalmente pelos espanhóis a quem, pelo Tratado de Tordesilhas, cabiam as terras, motivados pelas notícias da existência de um poderoso império, de um rei branco, no coração da América do Sul, *"onde havia quantidades imensas de ouro, prata e pedras preciosas"* [42].

Aleixo de Garcia, um dos náufragos da expedição de Juan de Solís, a partir da ilha de Santa Catarina realizara a grande proeza de penetrar, via terrestre, no interior do Continente, acompanhado de três outros europeus e com um exército de índios da costa. Atravessara o *"grande rio"*, o Paraguai, e chegara aos *"montes de*

(40) "Bol. do Arq. Munic. de Curitiba" — vol. 10 — p. 82-102.
(41) "Bol. do Arq. Municipal de Curitiba" — vol. IX — p. 26-7.
(42) Samhaber, Ernst — Sudamérica — Biografia de un Continente, p. 167 — Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1946.

plata", ou seja efetivamente a Chuquisaca, onde encontrou a resistente barreira do Império Inca. Se êle próprio não foi feliz, dois dos seus companheiros que se haviam adiantado, como portadores da notícia do achado, chegaram de volta ao litoral catarinense, com mostras de preciosas peças de prata e ouro. Tais notícias é que inflamariam a imaginação e animariam novas expedições, em procura de riquezas.

Mas, o Peru, seria, no entanto, conquistado pelo Norte, e não pelos expedicionários vindos do Sul ou do Paraguai. Outros espanhóis é que conseguiriam alcançar e conquistar os domínios do lendário rei branco. Seriam inúteis, neste sentido, todos os esforços de Irala. O tesouro do Inca, por via do Peru, já se encontrava em mãos dos conquistadores. No entanto, o estuário do Prata teria um papel relevante, com o achamento do cêrro do Potosi, realizado quase por acaso por um índio, servo de Juan de Villaroel, descobrindo a mina de prata mais rica do mundo, em 1545.

A prata foi, a partir de então, obtida em abundância que alteraria as estruturas econômicas vigentes, enquanto que chegar ao Potosi era a grande aspiração.

CAMINHOS RUMO À BACIA DO PARANÁ

Estabelecidos os paulistas serra acima, uma vez transposta a barreira maior representada pela serra do Mar, e com os vales dos rios Tietê, Paranapanema, Paraná e outros, descendo rumo ao Oeste, a ausência de grandes florestas intransponíveis e a presença dos campos do Sul, tiveram facilidades de ordem ecológica para o seu movimento expansionista, além das motivações de ordem econômica, escravos índios e procura de ouro e prata.

"Consolidada a situação de sua vila natal, depois das campanhas da última década quinhentista, pôsto o arraial piratiningano a coberto de qualquer assalto eventual, com a vitória das campanhas de Jerônimo Leitão, Jorge Correia e João Pereira de Souza, passaram os paulistas de agredidos a agressores" [43]. Êste último, em 1596, abre a ofensiva. Os paulistas que até então lutaram

---

(43) Taunay, Affonso E. — Na era das Bandeiras (Estudos de História Colonial Paulista), *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 84, p. 449, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

contra os índios visando defender sua vida e suas posições, tornam-se os senhores das atividades de apresamento, encontrando no índio *"o remédio para a sua pobreza"* e *"o seu modo de lucrar"*. [44].

Cópia do globo de Guilherme Jansenius Blaeu, de 1640, por Reinhard Maack. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná — Geografia Física — n.º 1, Curitiba, 1959.

Disciplinadas as bandeiras pela ação de Francisco de Souza, puderam, pois, partir rumo ao Oeste, penetrando em terras do ocidente do Paraná. Caminhos rumo à bacia do Paraná, ligando

---

(44) Hollanda, Sérgio Buarque de — História Geral da Civilização Brasileira — I — A época colonial, p. 277 — Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

São Vicente a Assunção, no Paraguai, eram já conhecidos desde os primeiros dias da colonização.

O sistema de caminhos do Peabiru fôra, desde cedo, através de terras paranaenses, palmilhado, em ambos os sentidos, por espanhóis e portuguêses. Era o caminho transcontinental mais importante da época anterior ao descobrimento.

"O Peabiru dirigia-se do atual litoral paulista, em São Vicente, sôbre Itu, Piratininga-Sorocaba, para o Sul, rumo ao Paranapanema e de lá uma das principais nascentes do rio Ribeira acima, até os campos de Castro. Lá, na aldeia Abapany, um atalho, vindo da foz do rio Itapocu, encontrava-se com o Peabiru" (45).

Álvar Nuñes Cabeza de Vaca, em 1541-42, mostrara a viabilidade da viagem por terra, de Santa Catarina a Assunção, atravessando o Iguaçu e outros rios. Em 1551, uma parte da guarnição de Diego de Senabria realiza pràticamente o mesmo itinerário. Designado também adelantado do Prata, no lugar de Alvar Nuñes, uma parte da sua expedição foi ter a Venezuela, enquanto que duas naves, com sua madrasta, Mencia Calderon, suas filhas e um grupo de mulheres, com Juan de Salazar que comandava as embarcações, foram ter a Santa Catarina.

Embora a proibição de Tomé de Souza, preocupado com êsse trânsito, o caminho terrestre entre São Vicente e o Paraguai, ganharia animação nessa década. Vindos do Paraguai, passariam Cristoval Saavedra, em 1551, Hernando de Salazar, em 1552, Ulrico Schmidel, em 1553, Francisco de Gambarota, em 1555.

Ruy Dias Melgarejo percorreu o Peabiru, desde Ontiveiros até São Vicente, em 1554. No ano seguinte, regressou, a partir de São Francisco, seguindo o mesmo roteiro de Cabeza de Vaca.

Vindos de São Vicente, em 1556, chegaram ao Paraguai, Juan de Salazar e Cipriano de Goes.

E o trânsito continuava ainda no princípio do século XVII quando *"foram numerosos os portuguêses e paulistas que pelo interior das terras vicentinas procuraram galgar o Paraguai . Conta-nos um documento de Sevilha, o auto do Governador Martins de Ledesma Valderrama, mandando que à sua presença compareçam todos os súditos de Portugal entrados em terras de além Paraná, pela via de São Paulo. Vinte e cinco homens obedeceram*

---

(45) Maack, Reinhard — Sôbre o itinerário de Ulrich Schmidel através do Sul do Brasil. Boletim da Universidade do Paraná, Geografia Física, n.º 1, p. 6 — Curitiba, 1959.

Esbôço do itinerário de Ulrico Schmidel. de sua viagem de Assunção a São Vicente, em 1552-53, segundo a reconstrução de Reinhard Maack. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná — Geografia Física, n.º 1 — Curitiba, 1959.

à intimação, depondo a 23 de abril de 1633, sôbre a sua vinda ao Paraguai" (46).

O rei de Espanha também, de há muito, proibira a utilização dêsse caminho, estabelecendo como entrada ao Paraguai, apenas o Rio da Prata. Facilitado, no entanto, pela reunião das duas coroas, constantes haviam sido as desobediências às reais cédulas e *"muchas personas las habiam quebrantado"* (47). Entre os portuguêses que, dessa maneira, haviam entrado no Paraguai, estavam Pedro Franco de Tôrres, em 1607, Henrique Paes, em 1613, Sebastião de Freitas, em 1620, Antônio Preto e vários outros.

Em 1628, o Governador do Paraguai, Luiz de Céspedes y Xeria, pelo Tietê até o Paranapanema, e descendo o Paraná, entrava ainda no Paraguai, vindo de São Vicente.

Durante, pois, quase um século, o caminho do Peabiru foi percorrido por viajantes e mesmo por altos funcionários da administração espanhola que, aliás, em grande parte, consideravam as terras ocidentais do Paraná, como pertencentes ao rei de Espanha.

Seriam também os atalhos do Peabiru que conduziriam os bandeirantes paulistas às Reduções do Guairá.

ESPANHÓIS NO OCIDENTE DO PARANÁ

As terras ocidentais do Paraná, ou seja a região do Guairá, pertenciam à governação espanhola do Paraguai. A viagem de Alvar Nuñes Cabeza de Vaca colocara o próprio Adelantado em contato com a região, e, conhecedor das suas possibilidades, conceberia o projeto de ali criar, abrangendo terras paranaenses e catarinenses, a nova Província de Vera, o qual, todavia, não teria concretização.

O governador Martinez de Irala, no entanto, após êle próprio haver explorado o rio Paraná, teve a iniciativa do povoamento espanhol no Ocidente do Paraná.

No ano de 1554, o seu preposto Vergara fundava a povoação de Ontiveiros, à margem oriental do rio Paraná, poucos quilômetros abaixo das Sete Quedas. Em virtude, porém, da sua precariedade, a nova povoação seria, em 1557, transferida por Ruy Dias

---

(46) Taunay, Affonso E. — Op. cit., p. 449.
(47) Ibidem.

Melgarejo, homem também enviado por Martinez de Irala, para três léguas acima, junto à foz do rio Piquiri, denominando-a agora Ciudad Real del Guairá.

Foi, ainda, Ruy Dias de Melgarejo que, em 1576, fundaria, na confluência dos rios Corumbataí com o Ivaí, Villa Rica del Espiritu Santu. A nova cidade que contava com 60 moradores brancos parecia ter futuro, dominando uma região com cêrca de quarenta mil famílias indígenas, cujo trabalho poderiam explorar sem obstaculos.

A iniciativa de Irala decorrera do fato de, em sua viagem de exploração na Província de Itatim, haver encontrado o local onde o Peabiru, como caminho melhor e mais seguro para o litoral vicentino, atingia o rio Paraná. Já haviam sido descobertas as minas do Potosí, em 1545, e era preciso defendê-las ante o perigo de uma avançada dos portuguêses. Foi, assim, com o objetivo *"de segurar"* o Peabiru que Irala mandara fundar Ontiveiros, iniciando o povoamento espanhol nas regiões do Guairá.

Além das razões de necessidade da posse efetiva do território e do impedimento da passagem para os metais preciosos do Potosí, a ocupação espanhola do Guairá foi, sem dúvida, motivada, ainda, pela presença de milhares de índios que procuraram desde logo explorar. Fôra já adotado, em outras regiões de colonização espanhola, o sistema das "encomiendas" e, assim, os moradores de Ciudad Real e de Villa Rica, procuraram também reduzi-los à servidão.

Aos "encomendados" cabia lavrar a terra, caçar e pescar para os seus senhores, além de prestar serviços na construção de habitações e outros. Era, porém, na coleta da erva-mate, nos grandes ervais nativos da região, que a mão-de-obra indígena constituía a grande e única fôrça de trabalho existente.

Os índios, contudo, reagiram, batendo mesmo as tropas de Hernando Arias de Saavedra que, em conseqüência, recomendaria ao rei Felipe III, fôsse confiada a sua pacificação e conversão aos missionários jesuitas.

A Carta Régia, de 1608, acolheria essa proposta, criando a Provincia del Guairá, abrangendo as terras do Ocidente paranaense.

Os padres jesuitas, Ortega e Filds, em 1588, já haviam percorrido a região e informado aos seus superiores acêrca da existência de 200 mil índios no Guairá e apontado a conveniência, para a missão, da sua reunião em grandes aldeiamentos.

Autorizados, mais tarde, a colocar em prática o projeto de aldeiamentos sob a sua jurisdição, os jesuítas, no entanto, encontrariam dificuldades e obstáculos, resultantes da oposição aberta dos moradores de Ciudad Real e de Villa Rica, frustrados êstes na exploração do trabalho indígena.

Apesar de tudo, efetivou-se a Província Jesuítica do Guairá, alcançando em vinte anos, a instalação de 13 núcleos, e chegando, a Leste, ao rio Tibagi; ao Norte, ao rio Paranapanema; ao Sul, ao rio Iguaçu; e ao Oeste, ao rio Paraná.

"Formam em 1610, com a aprovação de Felipe III, uma república cristã, onde nenhum espanhol podia entrar sem a permissão de um religioso. Os indígenas ali aprendiam ofícios e artes. Pagavam um imposto ao Rei da Espanha, eram cuidados pelos Jesuítas, bons médicos e tornaram-se bons cristãos, trabalhadores e pacíficos" (48).

Haviam sido reduzidos não à servidão que lhes explorava o trabalho, mas à vida cristã. *"Chamamos Reduções aos povos de índios que vivendo à sua antiga usança nos montes, foram reduzidos, pelas diligências dos padres, a povoações grandes e à vida política e humana"* (49). Tal conceituação, formulada pelo Padre Montoya, objetiva, aliás, a organização e a vida das Reduções do Guairá.

A Redução, na verdade, não era outra coisa que um "município" de índios, *"sòmente que isenta e independente de todo funcionário civil espanhol. Os padres a dirigem, e são consultados para tudo pelos alcaides e regedores índios. O missionário é nelas padre, pastor, juiz, chefe, professor, cacique, médico, gerente, contador e evangelizador. As características externas de uma missão são: a honradez administrativa, a densidade e a amplitude da vida cerimonial catequética e religiosa, a disciplina rígida que lhe dá matiz de comunidade conventual, o regime de trabalho suave e bem organizado (seis horas diárias) e geral bem-estar econômico"* (50).

"Face às civilizações elementares dos povos nômades, a missão teve que recorrer a uma forma radical de integracionismo, aquela das Reduções. Sua finalidade era a de reunir os índios nômades

---

(48) Mauro, Frédéric — op. cit. p. 204.
(49) Pe. Ruiz de Montoya — *In* Romário Martins, História do Paraná, p. 87. Editôra Rumo, S. Paulo, 1939.
(50) Vicens Vives, Jayme — Historia social y económica de España y América, tomo III, p. 550. Editorial Teide, Barcelona, 1957.

em grandes aldeias federadas, as Reduções, ensinar-lhes um nôvo gênero de vida, técnicas agrícolas e artesanais européias, ainda que bem ou mal adaptadas ao meio" (51).

REDUÇÕES — ORGANIZAÇÃO E VIDA

Aceita, pelo govêrno espanhol, a idéia de entregar a pacificação dos indígenas aos missionários jesuítas, êstes, a partir de 1610, estabeleceram-se efetivamente na região do Guairá, organizando suas Reduções.

Aldeias indígenas foram transformadas em Reduções, outras foram formadas. Os viajantes que seguiam os caminhos do Peabiru, no século XVI e no início do século XVII, bem como os mapas da época, com freqüência localizavam essas grandes aldeias anteriores, como as de Tindiqüera, A-ti-ba-gy e Abapany.

Os padres José Cataldino, Simão Maceta, Lorenzana, e Francisco de São Martinho, foram os primeiros a entrar na região, com o nôvo objetivo, iniciando a obra catequética. As Reduções de Nossa Senhora de Loreto e de Santo Inácio foram as primeiras estabelecidas no médio Paranapanema, à margem esquerda, em 1610. Via de regra, procurou-se a proximidade dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Corumbataí para os grandes aldeiamentos.

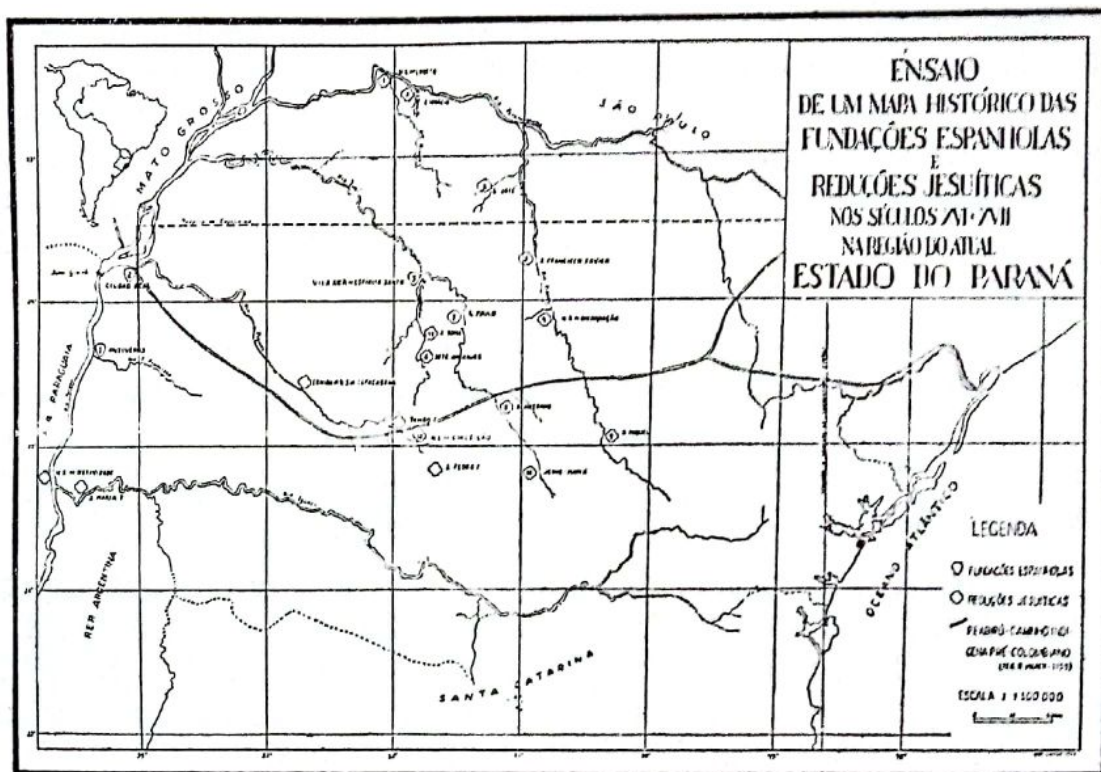
Foram estabelecidos pelos jesuítas, no Guairá, os seguintes núcleos: Nossa Senhora de Loreto, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnação, São José, Sete Arcanjos de Taiaoba, São Paulo do Iniai, Santo Antonio, São Miguel, Jesus-Maria, São Tomé e Nossa Senhora da Conceição do Guaranhos. Há, contudo, certa discordância e imprecisão, em variadas fontes, quanto à exata localização, denominação e mesmo existência de algumas Reduções, assim a de São Tiago não teria chegado a ser fundada, enquanto que as de São Pedro, Tambo, ermida de Nossa Senhora de Copacabana, Santa Maria e São Antão, permanecem duvidosas (52).

Os índios, aldeiados nas Reduções, eram na sua grande parte guaranis, porém, outros havia, entre os quais, tupis e carijós.

---

(51) Chaunu, Pierre — L'Amérique et les Amériques — De la Préhistoire à nos jours, p. 130 e 131. Armand Colin, Paris, 1964.

(52) Chmyz, Igor — Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá, p. 104. *In* Revista de História n.º 2, Curitiba, 1963.

As Reduções foram organizadas na base de vida comunitária. Suas atividades econômicas foram principalmente aquelas relacionadas à coleta de erva-mate que os padres exportavam, divulgando o uso da erva do Paraguai entre os espanhóis do Prata. Tinham plantações de mandioca, milho e outras, praticando lavouras coletivas. As terras eram tôdas, aliás, de uso comunal. A criação de gado era, por sua vez, realizada no regime do compáscuo.

Ensaio de um mapa histórico das fundações espanholas e Reduções jesuíticas, nos séculos XVI e XVII, na região do atual Estado do Paraná por Igor Chmyz. *In* Revista de História n.º 2, Curitiba, 1963.

Os homens dedicavam-se principalmente às atividades do setor primário (agricultura e pecuária), enquanto que as mulheres eram orientadas para as artes. O artesanato das Reduções, com a produção de tecidos de algodão e de lã, alcançou qualidade. Os ofícios manuais tiveram grande desenvolvimento nas comunidades aldeiadas. Foram os índios carpinteiros, tecelões, ferreiros, pintores, estatuários, fundidores; tudo enfim era provido na própria Redução.

O aldeiamento produzia o necessário para a sua subsistência, exportando os excedentes da sua produção agrícola e pecuária, além da erva-mate. Os seus produtos, aliás, concorriam no tráfico dos artigos de exportação mais importantes.

O saldo favorável, verificado com a exportação, permitiu-lhes

edificar igrejas maiores e mesmo mais ricas do que aquelas de Assunção.

As aldeias eram também objeto de planejamento urbano e arquitetônico, "*... e tôdas por um mesmo risco com ruas direitas, e encruzadas em ângulos retos, as casas geralmente térreas, cobertas de telha, branqueadas, e com varandas pelos lados para preservarem do calor, e da chuva...*" (53).

Eram divididas em quadras que umas davam para a praça, de forma quadrada ou retangular, situada no centro da povoação. A igreja, as casas dos padres, a escola, as oficinas, os depósitos e o cemitério, geralmente, em um único lado, enquanto nos demais estavam os edifícios com as habitações para as famílias indígenas. As casas, em forma simétrica, eram feitas de taipa, com tetos de duas águas.

Os indígenas levantam-se cedo para o trabalho, para o qual seguiam depois do mate. Os empregados na lavoura reuniam-se diante da igreja e seguiam juntos para o campo. Os operários das manufaturas dirigiam-se para as respectivas oficinas. As mulheres para os teares. As crianças para a escola.

As lavouras, os ervais, as manufaturas tudo estava sob o regime comunal; cada família, no entanto, além do trabalho comunitário que servia a todos indistintamente, podia plantar a sua chácara. Os produtos, porém, face à imprevisibilidade característica dos indígenas, eram guardados em depósito geral.

Pomares e hortas eram ainda plantados, sobretudo as vinhas que deviam fornecer o vinho para a Missa.

A vida comunitária encontrara apoio na tradição tribal dos indígenas, a qual foi mantida e respeitada. Abaixo da autoridade superior do Cura, ou seja, do padre diretor da Redução, estava aquela do alcaide, para os assuntos administrativos, e do corregedor, para os assuntos judiciários. Estas funções, no entanto, eram exercidas pelos próprios chefes dos grupos indígenas aldeiados, obedecida a hierarquia tribal.

A educação era também comunitária, ministrada pelos padres que enfatizavam sua influência sôbre a infância e a juventude.

Apesar do êxito dos aldeiamentos, continuava a oposição dos espanhóis de Ciudad Real e de Villa Rica aos padres que lhes arre-

(53) Casal, Pe. Aires de Corografia Brasílica, p. 159, tomo I, fac-símile da edição de 1817, Instituto Nacional do Livro, Coleção de Obras Raras, Rio de Janeiro, 1945.

batavam os escravos e que concorriam na exportação da erva-mate e de outros produtos das Reduções.

Outro perigo, maior ainda, desde logo também se apresentaria, aquêle das incursões preadoras dos bandeirantes paulistas.

REDUÇÕES — DESTRUIÇÃO PELOS BANDEIRANTES

O índio, como foi já observado era *"o remédio da pobreza"* do paulista e o seu maior e talvez único *"meio de lucro"*.

Dessa maneira, *"a captura e o comércio de índios tornou-se a atividade essencial dos paulistas"* (54), principalmente entre 1590 e 1630.

Logo após a sua entrada no Guairá, já os jesuítas do Paraguai, em 1611, *"denunciavam que Luiz de Souza aliciava índios na região do Guairá, atraindo-os para a costa de São Vicente"* (55).

Mesmo antes, ainda, em 1602, a bandeira de Nicolau Barreto descera os rios Tietê e Paraná, chegando ao Guairá. Em 1607, Manuel Prêto também preara índios nessa região.

O primeiro encontro, porém, entre os jesuítas espanhóis e os paulistas, dar-se-ia em 1611, quando a bandeira de Pedro Vaz de Barros, autorizada por Luiz de Souza, foi batida por Antônio de Añasco que lhe saira ao encalço, obrigando-a a abandonar a prêsa.

Em 1612, o Cabildo de Ciudad Real apresentava queixa ao governador de Buenos Aires, contra os portuguêses de São Paulo, os quais, incursionando no seu território, haviam já aprisionado e levado mais de 3.600 índios. Êstes *"estavam no maior alvorôço e ameaçavam despovoar a região, emigrando tumultuosamente além do Paraná e além do Iguaçu"* (56).

Muito pouco tempo tiveram os jesuítas para viver a experiência do Guairá, ameaçados pela animosidade e oposição dos espanhóis, e pela guerra aberta movida pelos paulistas. Êstes, justamente, preferiam buscar suas prêsas nos aldeiamentos dos jesuítas, pois que os índios ali aldeiados, além de reunidos em grande número, estavam pràticamente incorporados à civilização e, sobretudo, já acostumados aos hábitos do trabalho rural. Aos paulistas

---

(54) Mauro, Frédèric op. cit. p. 148.
(55) Taunay, Affonso E. op. cit. p. 450.
(56) Taunay, Affonso E. op. cit. p. 451.

interessava o braço índio para o trato de suas lavouras. Em 1628, em Santos, o governador do Paraguai que se dirigia pelo caminho terrestre a Assunção, Luiz de Céspedes y Xéria, apresentava a Amador Bueno da Ribeira, formal proibição de entradas de paulistas no Paraguai. Ainda em São Paulo teve, porém, a notícia que se encontrava em campo *"uma expedição de 900 homens e 3.000 índios para apresar as aldeias do Guairá"* (57).

O próprio Luiz de Céspedes y Xéria, casado que era com uma sobrinha de Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, seria suspeito de cumplicidade com os bandeirantes paulistas, em troca do fornecimento de índios para o seu engenho do Rio e para os seus ervais de Maracaju, fornecedores do produto para os mercados do Prata (58).

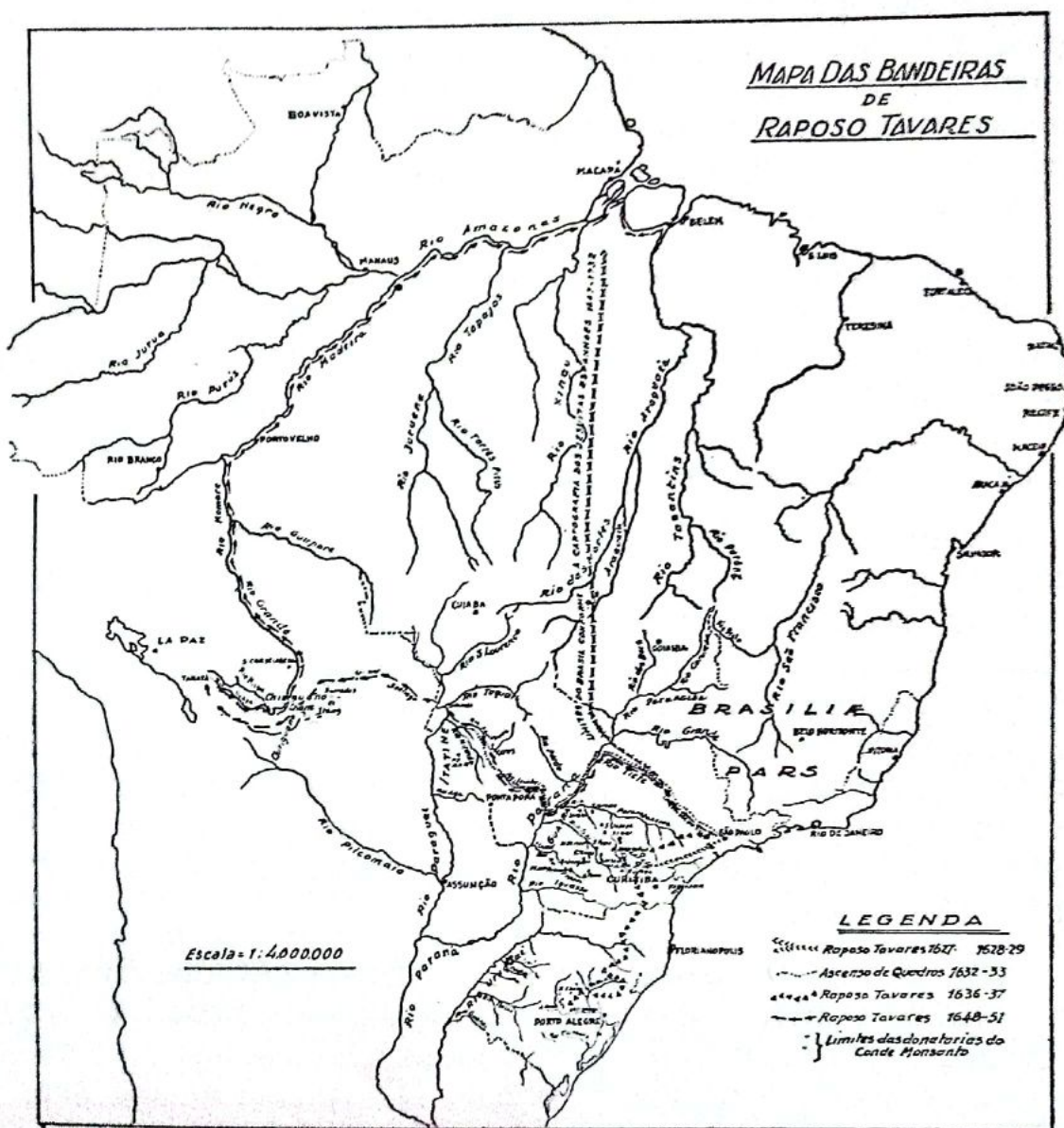
A bandeira de Antonio Raposo Tavares e Manuel Prêto partira, de fato, a 18 de setembro de 1628, com 69 paulistas, 900 mamelucos e cêrca de 3.000 índios, dirigindo-se para a região do Guairá.

Os paulistas, divididos em várias colunas, preferiram seguir a via terrestre pelo antigo caminho indígena do Tibagi, continuando água abaixo pela *cuenca* dêste até o Ivaí, apresentando-se de repente no coração do Guairá, provocando consternação e confusão indescritíveis.

Após os primeiros choques, desde Encarnação, registrou-se finalmente o incidente que serviria de pretexto ao grande ataque armado às Reduções. A partir da conversão do chefe índio Taiaoba, pelo padre Montoya, e que fôra prisioneiro dos espanhóis em Villa Rica, as Reduções se haviam convertido no asilo habitual *"de todos os índios evadidos, desde o Paraguai até São Paulo"* (59). Os jesuítas abrigavam assim e protegiam a todos que escapavam tanto aos espanhóis como aos paulistas.

Um índio, antigo aldeiado, escapara aos paulistas e refugiara-se em Santo Antonio dirigida pelo padre Mola. Os padres, embora ultimato dos paulistas, recusam-se a entregar Tataurana. A 29 de janeiro de 1629, os paulistas dão assalto à Redução, era o início da destruição total. Ataques continuados, de tal maneira que, em março, estava destruída a obra dos jesuítas no Guairá. Reduções ficam em ruínas, como as de Jesus-Maria e São Miguel, outras foram abandonadas pelos próprios aldeiados, como as de Nossa Senhora da Encarnação, São Paulo, Arcanjos e São Tomé, que fugiam

(57) Taunay, Affonso E. op. cit. p. 467.
(58) Cortesão, Jayme op. cit. p. 403.
(59) Samhaber, Ernst. op. cit. p. 264.

ante a ameaça paulista. Os padres Montoya, Dias Taño e Simão Maceta, comandam o êxodo tremendo dos indígenas, pelo Paranapanema e Paraná, até a região do Paraná-Uruguai, tentando escapar, tanto aos ataques dos bandeirantes paulistas e conseqüente prêsa, como dos espanhóis que desejavam, por sua vez, aproveitar-se da oportunidade para reduzir os índios à servidão.

Mapa das Bandeiras de Raposo Tavares, de Jayme Cortesão, Curitiba, 1952.

Sòmente as reduções Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Mini, pela sua posição geográfica mais ao norte, escaparam aos ataques diretos dos bandeirantes. Debaixo da direção do padre Dias Taño foram, porém, evacuadas em 1631. Doze mil índios concentraram-se na confluência do Paranapanema e do Paraná. Era o que restava dos 40 mil conversos aldeiados.

Os padres Mansilla e Maceta recusaram-se a deixar os índios aprisionados pelos paulistas e acompanharam-nos na escravidão. Tentaram libertá-los, representando ante as autoridades, nada conseguindo, entretanto, ante a necessidade que tinha o Govêrno do apoio dos colonos portuguêses, em virtude do ataque holandês a Pernambuco.

Contudo, *"por ordem do rei, abriu-se processo contra Antonio Raposo Tavares. Êste possuía em São Paulo grande número de inimigos. Teve que apresentar-se no Rio para justificar-se. Porém, com sua atitude firme e orgulhosa logrou que o tribunal presidido pelo juiz Francisco da Costa Barros, o restituisse a sua cidade e a seus direitos"* (60).

Continuaram as razias dos bandeirantes no Guairá e as próprias povoações espanholas foram também atacadas, de tal maneira que Ciudad Real e Villa Rica foram abandonadas em 1632. Villa Rica resistira ao assédio durante meses, caindo por fim. Os seus moradores evacuaram para oeste, muitos, porém, na retirada, uniram-se aos paulistas, vindo para São Paulo.

A ofensiva paulista, iniciada por volta de 1590, vai sòmente encontrar o seu ponto final quando os jesuítas e os índios reorganizados, derrotam, em 1641, junto ao Mbororé, a bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Pires. Foram, em conseqüência, obrigados a recuar, depois de meio século de vitórias sôbre os índios e jesuítas espanhóis. Porém, haviam contido a expansão espanhola rumo ao Atlântico, representada pelas Reduções que, em terras paranaenses, chegaram a atingir aos Campos Gerais, afirmando para o domínio português as terras à margem esquerda do Paraná.

Após os ataques bandeirantes e a destruição das Reduções, bem como do abandono das povoações espanholas, ficou o Ocidente do Paraná que animação tivera por quase todo o século precedente, em completo esquecimento, pois que, sem índios e sem ouro e prata, não mais atrairia atenção.

De qualquer maneira, nem a ocupação espanhola, nem as Reduções Jesuíticas, chegaram a constituir uma comunidade em terras do Paraná.

---

(60) Samhaber, Ernst. op. cit. p. 272.

PROBLEMAS DO PRATA E DO OCIDENTE

Dois pontos de fricção teriam Portugal e Espanha, em decorrência das dúvidas quanto ao alcance do meridiano de Tordesilhas e das situações de fato que se criariam nos séculos XVI e XVII — o Sul e o Sudoeste, ou seja às margens esquerdas respectivamente do Prata e do Paraná.

Se aos portuguêses, por razões de ordem econômica, não haviam no século XVI e primeira metade do século XVII, interessado grandemente as terras situadas abaixo de São Vicente, o direito português às terras do Sul até o Rio da Prata era por todos reconhecido. A *Pastoralis Solicitudo,* de 22 de novembro de 1676, bula pontifícia que criava o Bispado do Rio de Janeiro, atribuia-lhe, como território diocesano, tôda a costa e o sertão que da capitania do Espírito Santo, ia até o Rio da Prata ("usque ad Flumen de Prata").

Se a expansão espanhola visou chegar ao Atlântico, ganhando as terras do Oeste do Paraná e do Rio Grande do Sul, os portuguêses, pelos bandeirantes, detiveram o avanço, e procuraram agora afirmar sua ocupação ao Sul, no Prata.

"A ambigüidade do Tratado de Tordesilhas favorecia as ambições portuguêsas sôbre a região do Prata em uma política de expansão que visava dois fins: rumo ao Oeste, em busca de metais preciosos; e rumo ao Sul, para assenhorar-se das férteis planícies mesopotâmicas e dominar o comércio do Prata com a possessão de Buenos Aires. Para tais fins, Portugal contava com o apoio de sua aliada Inglaterra" (61).

O objetivo não seria, pois, a consecução tão sòmente de fronteiras naturais, mas a recuperação do comércio de Buenos Aires que se desenvolvera durante o tempo da reunião das coroas ibéricas, tão rendoso, porém agora obstaculizado pela Restauração, face sobretudo às proibições do rei de Espanha. De outro lado, o declínio do açúcar e a perda dos mercados britânicos, na segunda metade do século XVII, levaram a essa direta atenção pelo comércio do Prata, através do qual a prata do Potosi podia chegar ao Brasil e a Portugal.

---

(61) Ibañez, José C. — op. cit. p. 59.

É conhecido o memorial de Salvador Correia de Sá, de 1643, em que preconiza o envio de uma armada para a conquista de Buenos Aires, com apoio, por terra, dos paulistas, homens afeitos à luta e conhecedores do terreno, assegurando-se *"proveito em carnes, para o sustento do Brasil, e em couramas"* entendendo-se ainda que o estuário do Prata era o caminho, senão o próprio tesouro do Potosi (62).

Em 1648, ó padre Antonio Vieira falava claramente na tomada do Rio da Prata pelos portuguêses, entre outros motivos, pela compensação necessária em virtude da queda de Pernambuco em mãos dos holandeses.

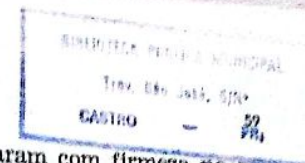
Embora o empenho de Salvador Correia de Sá em fundar a capitania do Sul que deveria estender-se até o Prata, a Coroa, no entanto, preferiu agir diretamente.

A primeira tentativa foi a da expedição, em 1679, de Jorge Soares de Macedo que não logrou, porém, chegar ao seu destino. O Governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, contudo, em 1680, fundaria a Colônia Nova do Sacramento, à margem esquerda do Prata e defronte a Buenos Aires.

A nova colônia foi desde logo o entreposto do comércio e do contrabando. *"O dinheiro enviado do Potosi, some-se, passando para a Colônia dos portuguêses"* que ali vendiam artigos europeus e negros da Angola (63). Em 1738, Sacramento servia de armazém, não apenas para o comércio português, mas também ao de outros, inglêses principalmente. Era contínua a movimentação, entre Sacramento e Buenos Aires, das pequenas embarcações, de navios de *asiento*.

Sacramento, com uma reduzida população de cêrca de 600 pessoas, recebia a visita de 30 embarcações por ano. *"Portugal no Prata significava o acesso da Inglaterra, era o contrabando que brechava a política monopolística da Espanha, o perigo iminente sôbre os depósitos de prata do Potosi"* (64). Eis porque a reação dos espanhóis. Fundada e destruída foi Sacramento no mesmo ano, embora o Tratado Provisional de 1681 reconhecesse logo a seguir a presença portuguêsa. Porém, foi acidentada, com Sacramento sitiada por quatro vêzes e ocupada três vêzes pelos espanhóis, sendo a última definitivamente, em 1777.

---

(62) Hollanda, Sérgio Buarque de — op. cit. p. 324.
(63) Hollanda, Sérgio Buarque de — op. cit. p. 351.
(64) Hollanda, Sérgio Buarque de — op. cit. p. 365.

Os portuguêses de Sacramento entraram com firmeza no comércio de carnes, sêbo, graxa e couros. *"O comércio de couros entre Buenos Aires e Espanha está sendo prejudicado pelo de Sacramento e Portugal"* (65).

Novamente são os jesuítas das Missões que devem alertar o Govêrno espanhol, face ao perigo e o risco que correm os 28 Povos das Missões do Paraná e Uruguai, com a cercania da cidadela e da colônia do Sacramento. Os portuguêses, aliados a índios infiéis, trazem constante sobressalto aos milhares de índios aldeiados que, afinal, no início do século XVIII, como afirmam os padres Juan Baptista de Zea e Mateos Sanchez, ao rei de Espanha, eram *"êstes vassalos a única fôrça e defesa que tem V.M. contra os portuguêses e para a defesa das cidades de Assunção, no Paraguai, e do pôrto de Buenos Aires, porta e chave do Peru, e único fim dos portuguêses"* (66). O superior das Missões do Paraná e Uruguai, padre Francisco Dias Taño, acentuara já os serviços qualificados e notórios prestados, com fidelidade, pelos índios das Missões, *"defendendo continuamente estas Províncias e fronteiras dos inimigos portuguêses, rebeldes do Estado do Brasil, desde o ano de 1640 quando se levantaram contra os mesmos e até o presente, estorvando-lhes o passo para as províncias do Prata, Paraguai e Tucuman, e reino do Peru..."* (67).

Nesse documento que invoca sejam os índios das Missões aliviados dos tributos que deveriam pagar, assinalava o pe. Dias Taño claramente os pontos básicos de fricção no Sul e no Sudoeste, ao dizer que os mesmos *"defendem estas fronteiras e províncias do inimigo português rebelde, assistindo continuamente em sentinelas em diversas partes, como são no Salto de Guairá, no rio do Iguaçu, entre os dois rios do Paraná e Uruguai..."* (68).

Os portuguêses do Sacramento também logo se iniciaram na retirada de mulas e cavalos para uso e serviço nas minas. A abertura do caminho terrestre do Viamão, por Curitiba, a Sorocaba, iria intensificar o comércio de tropas.

Esse comércio de tropas é que aparecerá na argumentação de Alexandre de Gusmão, a fim de convencer aos portuguêses da conveniência do Tratado a ser firmado com a Espanha. *"As dilatadis-*

---

(65) Cortesão, Jayme — Tratado de Madri — Antecedentes — Colônia do Sacramento, p. 123, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1954.
(66) Cortesão, Jayme — op. cit. p. 120.
(67) Cortesão, Jayme — op. cit. p. 15.
(68) Cortesão, Jayme — op. cit. p. 17.

simas campanhas que se compreendem dentro da demarcação que nos fica, são capazes de sustentar muitas mil pessoas: na criação de vacarias, bêstas, muares e cavalares, se farão opulentos os que tomarem êste modo de vida: navegando os seus couros e carnes para os portos do Brasil, e os mais animais terão uma grande saída para o serviço das povoações, onde tem dêles necessidade" [69]. Observa-se pois que o comércio de gado com o Sul passava agora para o primeiro lugar nas preocupações portuguêsas. Era vantagem, pois, segundo Gusmão, trocar-se a colônia do Sacramento pelas terras dos Sete Povos das Missões que, além de garantir a presença e a ocupação portuguêsa no Rio Grande do Sul, propiciava tão rendoso comércio. De outro lado, difícil seria manter a Colônia face à oposição intransigente dos moradores de Buenos Aires.

Em conseqüência, resolviam-se também pelo Tratado de Madri, de 1750, com base no invocado argumento do *uti-possidetis*, as fronteiras ocidentais do Paraná.

ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL

O século XVIII trouxe grandes transformações para o regime colonial e, em geral, para a sociedade brasileira.

A descoberta e a exploração do ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, acarretou ajustamentos no sistema administrativo da colônia. A ocorrência e continuidade das guerras espanholas no sul, desde a fundação da Colônia do Sacramento, obrigou a população a um grande esfôrço inteiramente dirigido pelo govêrno. O resultado foi a instalação de um Estado Colonial Português, mais definido, mais centralizado e mais profundamente autoritário. Nesse periodo perdem a sua importância as Câmaras Municipais, anulam-se as liberdades locais, submetem-se ao govêrno colonial português todos os grupos de famílias que governavam *"com soltura"* as várias regiões que se exprimiam por meio das instituições municipais. Desaparece o bandeirismo espontâneo e as populações se transformam em uma organização militar inteiramente dirigida pelos prepostos do govêrno português. Definiu-se com mais rigor o monopólio comercial da colônia em favor da economia da Metrópole. Suprimiram-se os restos das capitanias dos donatários e

(69) Hollanda, Sérgio Buarque de — op. cit. p. 354.

instalou-se uma nova e poderosa instituição — a Capitania Real, ou Capitania Geral. Cada uma delas era governada por um Capitão-General, designado pelo Rei e que do Rei recebia diretamente as instruções e ao Rei se ligava diretamente na explicação de seus atos de govêrno. Êsse poder despótico dos Capitães-Generais se sobrepôs com violência aos poderes locais dos grupos familiares que dominavam as Câmaras Municipais, as quais, depois de um certo tempo de reação contra o poder das Capitanias, se submetem inteiramente e só vão ressurgir quando a revolução liberal agita o constitucionalismo, na época de D. João VI.

Em 1810, quando já estavam abertos os portos ao comércio internacional, o Conselheiro Veloso, um dos economistas-conselheiros do Regente, ofereceu a êste, um estudo para a administração do Reino. Nesse trabalho, o Conselheiro rememorava as grandes limitações que, no século XVIII, impediam o desenvolvimento da Capitania de São Paulo, aí incluído o Paraná.

Dizia o Conselheiro que as populações não puderam se assentar na agricultura, porque a Capitania *"ainda no berço, perdia todos os dias uma grande parte de sua população em guerras destruidoras em lugares remotos e desertos"*, referindo-se às guerras do Rio Grande e ao sistema de recrutamento militar.

Como se isso não bastasse, o Conselheiro apontava o sistema do monopólio comercial como estrangulador de qualquer desenvolvimento: *"o comércio acanhado e mesquinho das frotas, que finalizou em 1765, conhecia apenas os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; não tinha navios bastantes para o transporte de todos os gêneros que se cultivavam nas diferentes Capitanias dêste vasto continente;... tôdas estas circunstâncias tornaram necessàriamente inúteis os trabalhos agrários superiores ao gasto e consumo do próprio país nativo produtor, em benefício particular (dos comerciantes) daqueles portos privilegiados"*.

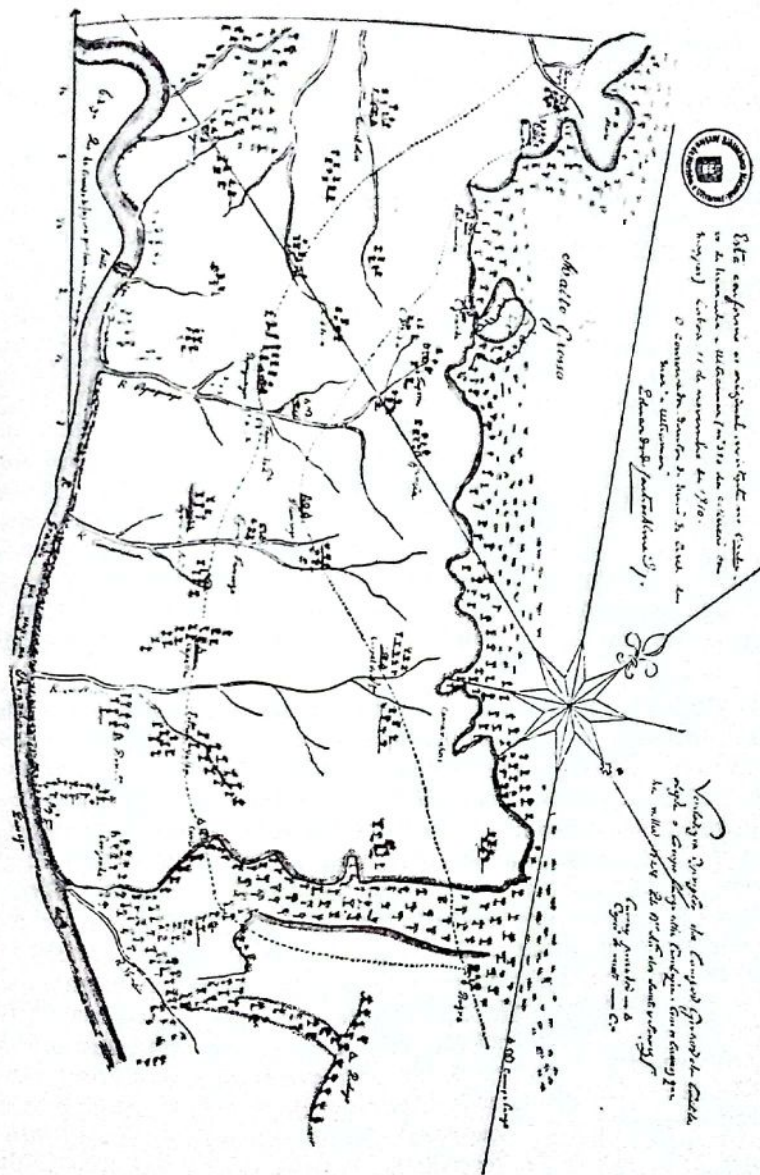
Lembrava o Conselheiro como fato auspicioso, a restauração da Capitania de S. Paulo, que até 1765 era subordinada à do Rio, mas lamentava que nem todos os seus Capitães-Generais-governadores fôssem *"melhores e mais sábios administradores"*, e resumia a história do século XVIII da Capitania de S. Paulo, nestes têrmos: *"No ano de 1765 apareceu em S. Paulo o Morgado do Mateus, governador e capitão-general. Mandou êle examinar a confluência e a navegação dos rios da Curutiba, o Iguassú e o Ivaí... e bem assim o Iguatemi, em cuja margem setentrional, e na distancia de sessenta léguas do famigerado sítio das Sete Quedas, se erigiu a*

praça de N. S. dos Prazeres ... Olhava-se essa praça como origem certíssima de grande comércio ... nem doutra sorte se divisavam as duas mais, para cuja edificação se haviam tomado medidas práticas e bem dispendiosas; e o dito governador ... intentava levantar a primeira na margem meridional do Ivaí, e no mesmo sítio em que existira Vila Rica ... e a segunda na entrada dos campos de Guarapuava". Essas três *"praças"* — dizia o Conselheiro examinando o plano do Morgado de Mateus — teriam assegurado a posse brasileira até Assunção e fechado aos espanhóis, *"três portas francas muito a seu salvo nas Capitanias de S. Paulo, Goiás e Minas Gerais ...* Do estabelecimento das *"praças"* citadas, *"teria resultado a criação doutras tantas povoações, ao menos de multiplicadas estâncias para a educação dos gados ... e finalmente, para o comercio que poderiam ter introduzido no Paraguai, no Uruguai e grande parte do Peru..."* (70).

Antes, porém, da vinda de D. Luis Antonio, o Morgado do Mateus, cuja ação de govêrno tocaria tão profundamente a população paranaense, com o desenvolvimento de seu plano de ocupação de todo o oeste — é preciso que se examine o evoluir da comunidade paranaense durante a primeira metade do século XVIII, quando começa sua expansão sôbre o atual território paranaense.

Nas suas informações sôbre Curitiba de 1721, dizia o Ouvidor Pardinho que a comunidade vivia num raio de apenas sete léguas, ao redor da vila; que além dêsse limite existiam infinitos campos, que eram desconhecidos, para os lados de oeste e do sul, e que só para o norte da vila, ao longo da estrada que ligava Curitiba a S. Paulo, existiam algumas fazendas de criação de gado, de propriedade de habitantes de Paranaguá e de S. Paulo.

Quando se descobriram as minas de ouro de Minas Gerais, houve uma concentração de população no território dessas minas, acrescida de grandes levas de aventureiros que imigraram de Portugal, na esperança do ouro. A carência de gêneros, numa população que se formou sùbitamente, e que se dedicava exclusivamente à cata do ouro, criou tremendos problemas de abastecimento, que raiaram pelo drama da fome. A organização dêsse abastecimento foi o grande problema enfrentado pelo govêrno colonial, na primeira parte do século XVIII. O norte e o sul do Brasil se empenharam nesse problema, encontrando, afinal, em Minas Gerais, o mercado para o produto de suas atividades econômicas.

(70) Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira — "Memória sôbre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às demais províncias do Brasil" — 1810.

Campos Gerais de Curitiba desde Campo Largo até Cambiju, em 1728. *In* Moysés Marcondes, Pae e Patrono, Typ. do Annuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1926.

Aquelas fazendas de criação de gado dos Campos Gerais do Paraná se desenvolveram com a venda de seu gado aos mineiros, a altos preços pagos em ouro. Mas sua produção era insuficiente para o grande abastecimento.

As campanhas e a região serrana do Rio Grande estavam cheias de gado selvagem, que poderia suprir as regiões mineiras, se fôsse possível conduzi-lo para lá. Mas não havia ligação por terra entre o Rio Grande e Curitiba, separados por léguas de campos desconhecidos.

Foi nessa conjuntura que o governador de S. Paulo, Caldeira Pimentel, mandou abrir a estrada da Laguna, que, ligando os campos do Rio Grande com os de Curitiba, possibilitasse a subida de tropas de gado. A estrada, cujos trabalhos começaram em 1728, e continuaram com grandes dificuldades, foi afinal retificada, de Viamão, no Rio Grande, aos Campos Gerais do Paraná, e começou a ser usada em 1731. Mas enquanto se construía, contra ela se levantaram os jesuítas espanhóis das Missões do rio Uruguai, que temiam pelo seu gado chucro da Vacaria da Serra; os fazendeiros dos Campos Gerais do Paraná, que temiam pela baixa de preço de seu gado no mercado das Minas Gerais; e a própria população curitibana, que antevia agravamento tributário para as despesas da abertura da estrada.

A tôdas as dificuldades resistiu o governador. Um seu emissário, tentando vencer a indiferença dos curitibanos, enquanto se construía a estrada, argumentava perante a Câmara de Curitiba, em 1730: "*...pelo dito caminho (se conduzirão) gado e cavalgaduras daquelas campanhas (do Rio Grande) e mais partes remotas donde se acham os ditos gados brabos, com muita abundância dêles, por cuja razão mandou o dito Senhor (governador) abrir o caminho, e assim para aumento da Fazenda Real, como para o bem comum dos povos desta Capitania (de Curitiba), principalmente para os mais pobres, porquanto indo sòmente com suas pessoas, poderão trazer todo o gado que puderem, sem lhes custar naquela paragem estipendio algum mais que o conduzirem-lhes, e assim como os mais, com o dito gado poderem povoar as quantidades de campos que se acham despovoados nesta Capitania, e assim ficarem utilizados, como também se proverão as novas minas de Goiases, dos gados necessários, de que são faltos, e por êste meio ficarem mais utilizadas as ditas minas, como também os que para elas conduzirem os ditos gados*" (71).

(71) "Bol. do Arq. Munic. de Curitiba" — vol. 9 — p. 51.

Apesar da descrença dos curitibanos, em 1731 entrou nos campos de Curitiba, vinda do Rio Grande, e rumando para S. Paulo, a primeira tropa, tangida por cem tropeiros, e composta de "*duas mil e tantas cabeças, entre cavalos, mulas e eguas*". Não era gado vacum, portanto, como mesmo continuou a ser: tropas de mulas. É que nas minas também era cruciante a falta de transporte para a condução, tanto do ouro que descia para o Rio, como do comércio que subia do Rio para as minas. Essa atividade econômica, o comércio das tropas de mulas, se tornou a atividade mais rendosa do sul. Cristovam Pereira, que retificada a estrada, conduzira a primeira tropa, informava ao governador os grandes lucros do negócio: "*Só as cavalgaduras que entraram em minha companhia renderam para a Fazenda Real mais de dez mil cruzados*" (72).

E com isso se inaugurava uma nova fase de atividades econômicas dos habitantes do Paraná e do sul de S. Paulo: o tropeirismo. Consistia o negócio em ir comprar as muladas no Rio Grande, no Uruguai, na Argentina, conduzi-las em tropas, numa caminhada de três meses pela estrada do Viamão, inverná-las por alguns meses nos campos do Paraná, e vendê-las na grande feira anual de Sorocaba, onde vinham comprá-las paulistas, mineiros, e fluminenses.

O "ciclo das tropas" começa em 1731 e se esgota na década de 1870, quando as construções das estradas de ferro do café, em S. Paulo, desvalorizam o muar como meio de transporte.

Durante o período dêsse "ciclo", as fazendas de criação de gado e invernagem de muares, estendem-se por tôdas as regiões de campos naturais do Paraná, campos que vão desde Curitiba, Campos Gerais, aos campos de Guarapuava e de Palmas, numa ocupação fundamental do território paranaense, até as fronteiras do Rio Grande e Argentina.

Sob a base da grande propriedade de terras de campo natural, da criação de gado, do tropeirismo e da invernagem, e do trabalho escravo de índios e de negros, caracterizou-se no século XIX, a classe dominante regional, configurada em famílias fazendeiras, vivendo em suas terras e detendo o poder político local e regional, por meio de oligarquias parentais. É nesse período que florescem as cidades dos planaltos paranaenses: Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava, Palmas, tôdas elas nos roteiros das tropas, das fazendas, das invernadas.

(72) — R.I.H.G. Brasileiro — vol. 69 — p. 259.

OS JESUÍTAS EM PARANAGUÁ

Não apenas no Guairá estiveram os jesuítas. A êles coube também dar início à educação sistemática no Paraná, com a fundação do Colégio de Paranaguá.

Desde o final do século XVII, pode ser precisado o ano de 1682, conforme petição da Câmara da Vila de Paranaguá, solicitavam os seus moradores ao Superior Geral da Companhia de Jesus, a residência de padres jesuítas em sua Vila, visando a instrução e educação de seus filhos, ou, pelo menos, a realização de Missões anuais.

A Câmara volta a insistir nessa petição em 1685 e, em 1690, unida à representação do povo, solicitou ao Provincial da Companhia de Jesus, a vinda de seis padres, com a promessa de construir para êles um colégio e residência, à custa dos moradores de Paranaguá, bem como dar-lhes dinheiro para a aquisição de escravos e terras para os seus estabelecimentos agrícolas. Tudo isto prometiam em troca de aulas, de ensino primário e de latinidade e, ainda, que fôsse a mocidade instruída nos dogmas da religião católica. No ano de 1699, o Provincial da Companhia de Jesus enviou a Paranaguá alguns religiosos que receberam, da Câmara, seis escrituras de doação.

Em agôsto de 1704, a Câmara acusava, com muito gôsto e alegria, a comunicação do Provincial acêrca da fixação de residência de padres jesuítas em Paranaguá. Nesta mesma Câmara de 1704 foi realizada, em nome do povo, a promessa em favor da Companhia de Jesus, para efeito da fundação de um convento, dos bens necessários, doando-lhes Antonio Morato, os bens e alfaias da capela de Nossa Senhora das Mercês, além de outros, como cabeças de gado vacum nos campos de Curitiba, a metade da ilha da Cotinga e tôdas as terras pertencentes ao Varadouro.

Por ocasião da vereança de 2 de maio de 1707, a Câmara realizava ainda a doação, aos padres da Companhia, de sete mil cruzados para a edificação da igreja, e mais dois currais e quatrocentas cabeças de gado, para a côngrua, bem como de terras suficientes para o pastoreio e plantações. A 14 de maio de 1708, os padres Antonio da Cruz e Thomaz de Aquino entravam na Vila de Paranaguá, sendo que esta data pode assinalar a fundação da Casa dos Jesuítas em Paranaguá.

DIFICULDADES PARA A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO

Desde então pretenderam os padres dar início às obras do edifício do colégio, sendo que a 3 de fevereiro de 1709, o ouvidor João Saraiva de Carvalho, de São Paulo, oficiava à Câmara de Paranaguá, no sentido de que esta não deveria consentir no levantamento da obra, sem que fôsse obtida a real licença para tanto, mas que os materiais para a mesma poderiam ser reunidos, ficando assim próxima a fazer-se.

Em sessão de 8 de outubro de 1710, por se haver acabado o tempo consignado em escritura anterior, os oficiais da Câmara de Paranaguá firmaram nova escritura de obrigação com os padres da Companhia, segundo a qual, em nome do povo, obrigavam-se a dar aos jesuítas o restante dos sete mil cruzados prometidos pelos seus antecessores em escrituras mais antigas, na importância de 1:260$480 réis. Indicam as doações em dinheiro e materiais, os nomes dos ofertantes, o plano do colégio, o número de cubículos que haveria de ter e outros detalhes da construção. No entanto, novos embaraços sofreria ainda a construção do colégio quando, em 1720, pelo provimento n.º 60, o Ouvidor Rafael Pires Pardinho não reconheceu como legítimas as doações feitas à Companhia, da metade da ilha da Cotinga e das terras do Varadouro, sustando as obras do edifício.

Embora os embargos de posse e medição, opostos pelos jesuítas, o Ouvidor Pardinho manteve a posse da Câmara de Paranaguá sôbre aquêles imóveis doados à Companhia por Antonio Morato.

Aliás, é de referir-se que a ilha da Cotinga era objeto, desde 1648, de demanda possessória entre a Câmara da Vila de Paranaguá e o provedor Manuel de Lemos Conde e seu filho e sucessor Antonio Morato.

Em seus provimentos o Ouvidor Pardinho alegara também que a capela de Nossa Senhora das Mercês, doada por Antonio Morato, fôra levantada com as esmolas do povo e, portanto, era bem comum pertencente a êste mesmo povo, e não propriedade privada daquele.

Os parnanguaras, porém, não haviam desistido dos seus anseios e data de 17 de março de 1722, nova representação da Vila, pedindo a permanência dos padres e solicitando permissão para

que pudessem fundar um colégio. Em outubro novamente os oficiais da Câmara representam a Sua Majestade, pedindo autorização para os padres da Companhia criarem colégio naquela Vila. Queixam-se da falta de sacerdotes que administrem os sacramentos e eduquem os filhos da terra. Declaram, ainda, que os padres têm meios suficientes para a criação do referido colégio, sem dispêndio da Fazenda Real. O primeiro Ouvidor-geral e Corregedor da Ouvidoria de Paranaguá, Antonio Álvares Lanhas Peixoto, pelo provimento n.º 5, do ano de 1726, reformou os provimentos de Pardinho, reconhecendo as doações feitas à Companhia de Jesus.

No entanto, continua a demanda pela posse da ilha da Cotinga e dos terrenos do Varadouro. Em 1731 a Câmara representa junto à Coroa, que manda restaurar os provimentos anuladores do Ouvidor Pardinho.

Nôvo pedido de licença é formulado pela Câmara em 23 de agôsto de 1732. Referem-se aos provimentos de Pardinho e de Lanhas Peixoto, esperam que lhes fique a posse da ilha da Cotinga, até que seja decidida a parte que os jesuítas dizem ter contra a mesma Câmara. Pedem, porém, licença para que os padres da Companhia possam fundar casa colegial naquela vila, para o que os mesmos já possuíam patrimônio suficiente.

Em carta dirigida ao rei, em 22 de novembro de 1733, a Câmara de Paranaguá refere-se a êsse pedido do ano anterior, no qual deu conta das coisas necessárias ao bem comum, e à capela de Nossa Senhora das Mercês que outrora estêve edificada no morro da Cotinga, cuja reconstrução fôra recomendada pelo Ouvidor Pardinho e pediam licença para que fôsse a Câmara a protetora da dita capela.

Justamente respondendo a essas petições de 1732 e 1733, em que a Câmara de Paranaguá solicitava a confirmação do provimento de Pardinho quanto às doações de Morato, mas em que pediam também licença para que os jesuítas fundassem uma casa colegial, o rei, conforme carta régia do Conselho Ultramarino para o Ouvidor-geral da Comarca de Paranaguá, de 18 de novembro de 1735, pedia informações donde poderia sair o dinheiro para a despêsa da fundação do colégio e sustento dos padres.

O Ouvidor-geral, Manuel dos Santos Lobato, em carta dirigida ao rei de Portugal, em 28 de março de 1736, relata a falta de confessores que encontrara nas vilas de Curitiba e Paranaguá, o que atribuía, entre outras razões, o não haver ali convento de religiosos. Existia apenas um hospício dos padres da Companhia, com

três sacerdotes, um dos quais em missão nas vilas de Cananéia e Iguape, o outro ocupado em sermões, e o outro no hospício, também ensinando estudantes a ler, escrever e princípios de gramática. Os mesmos pretendiam fundar colégio, o que não haviam ainda conseguido por falta de licença real.

Este mesmo Ouvidor-geral, atendendo à consulta formulada pelo Conselho Ultramarino, em março de 1737 informava ao rei que, para a fundação do colégio, os jesuítas já haviam recebido doações em dinheiro e materiais e, quanto à sustentação dos padres, que deveriam ser oito, possuíam algumas fazendas de gados e plantações de mandioca e legumes, onde tinham escravos, alguns dêles pescadores, os quais poderiam aproveitar o pescado abundante nos mares e rios daquela povoação. Assim, parecia-lhe que Sua Majestade devia conceder a licença pedida e uma ajuda de custo, se fôsse do seu real agrado.

Junto a esta carta autógrafa do Ouvidor-geral, foram remetidos à Metrópole cópia do traslado da escritura de obrigação novamente feita pelos oficiais da Câmara, para com os padres da Companhia, em 8 de outubro de 1710, e o auto de testemunhas feito na Vila, a 23 de março de 1737, para se conhecerem os bens dos referidos padres.

Nesta ocasião depuseram, como testemunhas, o capitão Manuel Gonçalves Correia, o s a r g e n t o-m o r Damião Carvalho da Cunha, o capitão-mor André Gonçalves Pinheiro. Referem-se estas testemunhas a fazendas situadas no têrmo da Vila de Curitiba e no Superagui, onde os jesuítas tinham gado e escravos, alguns dêles pescadores e ferreiros, e as esmolas que os padres recebiam. Dizem mais que os padres foram para ali a rôgo dos moradores e assistiam a um hospício, pretendendo fundar um colégio.

Finalmente, em 18 de junho de 1738, manifestou-se o Conselho Ultramarino. Em sua consulta refere-se à petição de 1733 e às informações do Ouvidor-geral de 1737. O procurador da Fazenda fôra de parecer que se fizesse justiça. O procurador da Coroa, porém, disse que se aos jesuítas fôsse dada a licença pretendida, se lhes deveria proibir expressamente a compra de novas terras. Ao Conselho pareceu o mesmo que ao procurador da Coroa.

Em minuta, sem data, de parecer do Conselho Ultramarino, êste refere o benefício que resultará para a Vila de Paranaguá e povoações circumvizinhas, da criação do colégio dos padres da Companhia, para a administração dos sacramentos e instrução dos povos na doutrina cristã.

Por fim, depois de tantas petições e de anos passados, foi, por Manuel Caetano Lopes do Lavre, secretário do Conselho Ultramarino, em 19 de setembro de 1738, mandado passar provisão de licença aos padres da Companhia de Jesus para fundar um colégio na Vila de Paranaguá e pagarem o nôvo direito que deviam.

A CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO E A EXPULSÃO

Na vereança de 2 de dezembro de 1739, compareceu o padre Antonio da Cruz, o qual, fazendo ver que Sua Majestade fôra servido em conceder licença para a construção do colégio e desejando os padres dar logo início às obras, solicitava a ajuda dos oficiais da Câmara para a referida construção. Os presentes declararam-se favoráveis a esta obra pia, prometendo que dariam auxílio à mesma, uns em canoas de pedras e outros no que pudessem, e com o serviço de seus escravos.

Assim, em 1740, teve princípio, de fato, a construção do edifício do colégio, sendo que as obras se prolongaram até 1759, quando da expulsão dos jesuítas, restando inacabado. Vieira dos Santos assim se refere ao prédio do colégio: *"Este majestoso edifício do lado do mar representa um grande aparato, é composto de dois sobrados no corpo do Convento, com uma Igreja anexa; é tôda feita de pedra de cantaria primorosamente lavrada, no frontespício da Igreja em frisos, cordões, meias canas e outros lavores, principalmente no nicho do meio, onde pretendiam colocar Santo Inácio de Loiola, o grande patriarca da sua Associação; ao lado da qual estão duas grandes janelas para darem à Igreja a competente claridade; seus portais, umbreiras, e até mesmo a própria cimalha do remate do edifício é de cantaria"* (73).

A data canônica da sua fundação é a de 10 de dezembro de 1752. A transferência dos padres para a sua nova casa, bem como dos serviços religiosos para a nova Igreja do Colégio, foi realizada em 1754. Até êsse ano os padres viviam em casa alheia e praticavam também o culto em igreja alheia. Contudo, a inauguração oficial do colégio foi sòmente realizada em 19 de março de 1755.

(73) Vieira dos Santos, Antonio — Memória Histórica de Paranaguá — Vol. 2.º, p. 193 — Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1951.

Pensou-se em dedicar a igreja à invocação de Santa Bárbara, e colocaram o colégio sob a proteção de Nossa Senhora do Têrço.

Pouco tempo tiveram os jesuítas para o seu trabalho no colégio de Paranaguá, pois que a Ordem foi banida em 1759, prêsos e deportados os padres, sendo que já em 19 de janeiro de 1760 era procedido o seqüestro dos seus bens em Paranaguá.

Expulsos os jesuítas, o desembargador Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade veio a Paranaguá para proceder o confisco e inventariar os bens do colégio, apresentando-se à Câmara na vereança de 4 de junho de 1760, juntamente com o capitão Antonio Ferreira Mattoso, depositário geral do mesmo confisco.

Em janeiro, fôra realizado, em Paranaguá, o seqüestro não sòmente dos bens do colégio, mas também das fazendas do Superagui, Boguaçu ou Emboguaçu, a do rio Cubatão e Borda do Campo, e demais terras que possuíam os jesuítas.

Já em 1766, Dom Luiz Antonio de Souza, relata ao conde de Oeiras, o estado de abandono em que se encontram as antigas fazendas dos jesuítas, sugerindo a conveniência da sua venda.

Novos inventários dos bens confiscados foram realizados em 1771 e 1803. Em 1806, a Real Junta da Fazenda participava à Câmara de Paranaguá a decisão de serem vendidas em praça pública as fazendas dos jesuítas, encarregando a mesma de proceder o competente inventário e avaliação. Quanto ao colégio, construção inacabada, abandonada pràticamente durante mais de setenta anos, logo foi ruína, sendo mais tarde ocupado em parte como Casa da Alfândega, para aquartelamento de guardas nacionais e, ainda, para depósito de trens militares.

Da mesma maneira que o ocorrido com os jesuítas do Guairá, não teve maiores conseqüências a obra dos jesuítas de Paranaguá, na formação histórica da comunidade paranaense.

CÂMARAS MUNICIPAIS E CAPITÃES-GENERAIS MORGADO DO MATEUS

Ao findar a primeira metade do século XVIII, a penetração para o interior do território paranaense era ainda apenas obra de aventureiros sem possibilidades de permanência.

Em 1765 restaurava-se a Capitania de São Paulo e vinha como seu Capitão-General, D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado do Mateus. Permaneceria no govêrno durante dez agitados anos, nos quais tentou desenvolver um grandioso plano de conquista e desenvolvimento.

Escrevendo ao ministro sôbre sua ação, dizia o Morgado que *"os dois maiores negócios que atualmente tinha esta Capitania"* eram o estabelecimento dos portuguêses sôbre o rio Iguatemi e os *"descobrimentos que se estavam fazendo em os sertões sôbre o rio Tibagi"*. E esclarecia: *"O grande sertão chamado vulgarmente pelos paulistas, ao Tibagi, por ficar da parte dalém dêste rio, que principia junto ao Registro da Curitiba, corre de sul para o norte (de cujo continente trata na sua geografia antiga o Medrano, no capítulo do Paraguai, e o reparte em várias províncias com vários nomes, que diz ser habitadas de muitas nações gentílicas, e pouco conhecidas, pelo intratável do país, ainda que muita parte dela se achava naquele tempo civilizada com muitas vilas e cidades castelhanas de que traz os nomes), contudo foi sempre país incognito, e muito decantado pelas grandes riquezas que alguns antigos paulistas viram ocularmente, nas ocasiões em que, seguindo os gentios para os cativar, descobriram aquêles grandes haveres de que se não puderam aproveitar, e só deixaram fidedignos roteiros a seus descendentes, para as procurarem"*.

Faz, depois uma observação: *"os paulistas penetraram todo êste Brasil; estenderam os seus descobrimentos às mais remotas partes, penetrando entre o Cuiabá e Mato Grosso; ao depois entre os Guaiazes, e destas Capitanias até o Maranhão e Pará: mas o Tibagi, que estava nas suas vizinhanças ficou sempre do mesmo modo"*. Outro lugar, ainda com contornos muito vagos na imaginação do tempo, mas tinha a tradição de contar com riquezas de ouro, era o *"morro de Apucarana"*, onde estariam grandes *"haveres"* que os antigos paulistas descobriram e para os quais teriam deixado *"fidedignos roteiros"*.

Conta o Morgado que, no ano de 1761, os paulistas *"propuzeram a S. Majestade, um plano para se intentar esta conquista"*. A emprêsa foi aceita. Mas as instruções do Marquês de Pombal ao Morgado, constavam de cláusulas secretas, a respeito da proposta dos paulistas: não devia o Capitão-General deixar os paulistas descobrirem minas de ouro no sertão de Tibagi. Devia dar-lhes ajuda e favor *"para irem avançando estabelecimentos para aquela parte da serra de Apucarana, debaixo da esperança de* haveres, *que nela*

se propõem, sem que contudo se lhes permita irem logo de salto à referida serra buscar os tais haveres; pois que seria o mesmo que i-los mostrar aos castelhanos das Missões confinantes sem os tais aventureiros terem, depois, forças bastantes para os sustentar em tão grande distância". Na verdade, nessa época não interessava mais minas de ouro. O interêsse era usar os aventureiros paulistas para firmar a posse da terra, pois se pensava que as Missões dos jesuítas do rio Uruguai estivessem próximas ao sertão do Tibagi. Continuava a instrução de Pombal: *"aos paulistas se lhes deve ponderar, dizendo-lhes, que o único meio para aquêle fim* (alcançar os haveres), *é o de nos irmos avançando para aquela parte debaixo de todo o segrêdo, com povoações e estabelecimentos de dez em dez léguas, quando mais; recolhendo e civilizando para êste efeito os índios ... Que para as tais (povoações) se devem também recolher e aproveitar os vadios, que andam dispersos nos sertões pelos chamados sitios volantes, ajuntando-os em colonias civis de vilas e aldeias, com juizes, vereadores e camaras"*.

Os paulistas, porém, não se resolviam a dar início. Não lhes permitindo nem se apossar das riquezas nem escravizar os índios — a emprêsa não interessou. Já se tinha, aliás, passado da fase do bandeirismo. Como diz um historiador: o bandeirante paulista do século XVII passa a ser o soldado pago do século XVIII. O Capitão-General bem compreendera que os paulistas de seu tempo não eram mais bandeirantes: *"sendo imensos os trabalhos a que se haviam de sujeitar os homens para poder descobrir o dificultoso sertão do Tibagi, e cessando aquêle interêsse, não restavam outros meios de lhes compensar estas fadigas, senão o de lhes estabelecer soldos, e obriga-los a entrar na emprêsa"* (74).

Apesar de tudo o Morgado não conseguiu convencer os paulistas e resolveu fazer soldados no Paraná e conquistar o Tibagi e os demais rios de seu grandioso plano, a partir de Curitiba. Para êsse fim, enviou para Curitiba o seu ajudante-de-ordens, o coronel Afonso Botelho.

Dentro dêsse contexto, inicia-se na Capitania tôda o exercício do poder tirânico dos Capitães-Generais, ainda mais exasperado pelos sucessos das guerras espanholas no Sul.

O Conselheiro Veloso, liberal do século seguinte, caracteriza o sistema como *"o mais duro e dinâmico despotismo"*, nos seguintes têrmos: *"falta de devida atenção às mais justas representações dos*

(74) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E. Paranaense — doc. n.º 26.

pobres quando dizem respeito aos ricos e poderosos; usurpação da jurisdição dos juizes pelos governadores, capitães-mores e comandantes; a violência que se faz aos milicianos pobres de se fardarem à sua custa, não tendo meios nem proporções para o fazerem, e sendo de cavalaria tanto pior. É mais insuportável ainda a outra violência de os obrigarem a comparecer na cidade, não só para mostras e exercícios, compelidos a jornadas de 50 ou 60 léguas por ida e volta, deixando ao desamparo suas casas e famílias, perdendo muitos dias de trabalho, obrigados a despesas extraordinárias e sujeitando-se muitos a empréstimos e dívidas, que ao depois não podem pagar sem custosos sacrifícios ... E quem diria que a fatalidade inseparável dos negócios de S. Paulo, devia acender os fachos da guerra no continente do sul, e que a brava legião daquela cidade seria obrigada a desamparar os seus lares para a defesa da pátria, arrastando a flor da mocidade e os capitais mais líquidos e a moeda do país, para ser tudo consumido em outra parte, com grande número de seus habitantes e perda irreparável do povoamento, da agricultura, comércio e indústria?" (75).

Dentro dêsse quadro geral da Capitania, pode ser particularizada a parte do Paraná. Procurando prevenir as recrutas e as requisições militares, a Câmara de Curitiba descrevia a mediocridade de vida da comunidade paranaense: *"Os moradores da freguesia desta vila (de Curitiba), além de não serem as terras muito frutíferas, e porque não têm para que nem para onde dêm consumo ao fruto de suas lavouras, estão já no costume de plantarem tão sòmente quanto baste para o sustento de suas famílias, porque sempre o que lhe sobra o perdem do bicho, e se o aproveitam é só emprestando aos vizinhos que precisam, para o tornarem quando o tem, por êste motivo já estão em hábito de não fazerem esfôrço em grandes plantações, porque nunca alcançaram disso utilidade. Isto é falando daqueles moradores que têm modo e comunidade de o fazerem, porque uma grande parte dêles, e talvez a maior, porque moram à beira campo e terras menos aptas para a lavoura, nem para o preciso se empenham nela, porque fazem vida a conduzir congonhas para Paranaguá, onde as permutam pelo sal, algodão e farinha, sem sairem desta miséria desde seus tataravós, e não se lhes pode condenar êste gênero de vida, porque inda assim comem farinha, e têm o sal, e vestem o algodão, e se largassem dela pelo empenho da lavoura, sim, teriam milho e feijão para comer, mas sem o sal, e nus até do pobre algodão, pois não haveria quem lhes*

(75) "Memória etc." — citada.

desse pelo milho e feijão, e chegariam a ser mais miseráveis do que são".

"Os da freguezia de S. José, obrigados da necessidade de se alimentarem, é querível a diligência que terão em plantar para comer, e contudo é constante que nunca tiveram de seus frutos com que passar o ano, vivendo comumente das farinhas de Paranaguá, e por isso os que podem lavram nas faisqueiras do arraial e na congonha para ela e para o Rio de S. Francisco. Os da freguezia de S. Antonio da Lapa e dos Campos Gerais, porque as terras são mais ferteis e porque abeiram a estrada que vem de Viamão para S. Paulo, por onde passam tropas que gastam muitos mantimentos, fazem vida de lavoura pela utilidade que experimentam, e por isso abundam demais quantidade delas" (76).

"Os moradores de Paranaguá são mais abastados porque, sendo ela a cabeça de uma das comarcas, é mais avultado o seu comércio e além disso corre o seu ouro, que se extrai das faisqueiras de alguns lugares de sua comarca" (77).

Foi com essa população nesse nível de vida que se fêz a expansão para o oeste, e que se procurou executar o plano do Morgado do Mateus. Mas foi preciso, primeiro, militarizar tôda a comunidade.

A história colonial brasileira é um permanente estado de guerra. Contra os índios, contra os piratas, contra os franceses, contra os holandeses, contra os espanhóis. Desde a implantação das primeiras vilas, juntamente com as Câmaras Municipais, implantou-se o *"sistema das milicias"*, organizações muito pouco rígidas, a que pertenciam todos os homens válidos do lugar, armados à sua própria custa e obedientes, em tempo de guerra, a um capitão. As milícias foram, mesmo, a condição da sobrevivência das povoações e das vilas (78).

Foi, porém, com a abertura das guerras espanholas no Prata, que se iniciou a dura organização militar. Habituados a um tipo de guerra só justificada pelos seus interêsses locais, às populações do sul aborreciam vivamente as guerras empreendidas aparentemente divorciadas do interêsse dos colonos, das famílias e das Câmaras Municipais. Estas protestavam continuamente contra a nova organização militar das suas populações. Mesmo depois de

(76) "Bol. do Arq. Munic. de Curitiba" — vol. 21 — p. 14.
(77) Manuel Cardoso de Abreu, "Divertimento admirável".
(78) Martius — "Como se deve escrever a história do Brasil", in R.I.H.G.B., vol. 6, 1844.

muitos anos de recrutamentos e de comandantes estranhos ao seu meio, em 1777, a Câmara de Curitiba observava irônicamente: *"mas nem por isso se tem visto as terras bem defendidas, nem mais utilidade no real serviço do que quando o mesmo povo servia no comando dos capitães-mores da terra..."* (79). É que já há oito anos dessa data, por ordem de Pombal, em S. Paulo e no Paraná, as autoridades alistavam *"todos os moradores que se achassem em estado de servirem nos terços e auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos ou libertos"* (80). Para o recrutamento, o Capitão-General impunha às Câmaras Municipais o encargo do pagamento das despesas e dos soldos dos comandantes, contra o que elas se insurgiam. A Vila de Paranaguá — escrevia o Morgado — era *"governada pelos naturais, e com orgulho, e fundados em um privilégio que alcançaram de S. Majestade no ano de 1725 para não lhe poderem fazer soldados naquela comarca, levaram muito a mal que eu ali instruisse Companhias e inda mais que para lá mandasse o Sargento-Mor, querendo viver sempre despóticos e absolutos, sem outro govêrno mais que o seu"* (81). E indiferente à queixa da Câmara, D. Luis Antonio escrevia a seu lugar-tenente, em Paranaguá: *"também me remeterá alguns homens para soldados pagos, prendendo-os sem outro pretexto, sem que percebam os mais para que é, e os vá remetendo, e eu cá é que os faço soldados"* (82). A fuga, diante do recrutamento, era geral, como informava o governador, em 1776: *"muitos moradores da Vila de Curitiba, atendendo às conveniências de sua acomodação, e por servir ao serviço de S. Majestade, se têm ausentado de suas habitações, desertando delas para os matos"*, mas mesmo aí não teriam segurança, seriam procurados e prêsos, *"a todo o tempo que aparecerem, e remetidos em correntes a esta praça (Santos) e serão castigados rigorosamente a meu arbítrio"* (83).

Dominadas as Câmaras Municipais, abafados os poderes locais das grandes famílias, organizado o povo dentro da disciplina militar das tropas de primeira linha, de auxiliares, de ordenanças e de milícias, e de corpos de soldados aventureiros, estava o Brasil do século XVIII preparado para as grandes campanhas que se feriam nas fronteiras dos espanhóis. No sul, D. Luis Antonio podia por em prática o seu plano, que consistia em avançar de S. Paulo e de

(79) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E. Paranaense, doc. n.º 254.
(80) R.I.H.G. Brasileiro — vol. 31 — p. 194.
(81) "Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo", vol. XXIII.
(82) "Documentos Interessantes etc." — vol. LXVII — p. 102.
(83) "Bol. do Arq. Munic. de Curitiba". vol. XVI — p. 17.

Curitiba, no caminho dos grandes rios da bacia platina, e por meio de uma enorme diversão, invadir o Paraguai, marchar pelas missões do rio Uruguai e atacar os espanhóis do Prata pelo interior do continente. Seu plano seria, depois, veementemente desaprovado por Pombal, que queria concentrar tôda a guerra nas campanhas a partir do litoral (84).

EXPEDIÇÕES MILITARES DE CONQUISTA

Na parte do território paranaense, porém, o plano teve execução, sob o comando geral do coronel Afonso Botelho, que organizou e enviou ao sertão, onze expedições militares de conquista dos rios do Paraná, entre 1768 e 1774. Para as expedições que seguiam pelos rios, recrutavam-se soldados de Paranaguá, Iguape e Cananéia, *"praticos de embarcação"*; para as que iriam reconhecer as matas e descobrir campos, os recrutados eram do planalto, *"mateiros e caçadores"*.

A primeira expedição iria reconhecer o rio Iguaçu e tomar posse de suas terras. O que se procurava era, afinal, entestar com as Missões espanholas do rio Uruguai e achar um caminho que levasse aos campos de Guarapuava. A ordem do Morgado do Mateus era a de fazer contato com os espanhóis: quando os encontrassem, deveriam parar, mas nunca recuar. A expedição partiu do pôrto de N. S. da Conceição, hoje Caiacanga, município de Pôrto Amazonas. Tinha trinta homens, *"embarcando-se com três canoas com mantimentos, munições e mais trem necessário para três meses"*. Durante êsses três meses, a expedição navegou setenta léguas até encontrar os saltos, hoje no município de Bituruna, e andou mais treze léguas, reconhecendo tôda a região. Não havia espanhóis, nem índios, nem campos. Só rios e florestas. Com essa experiência, no ano seguinte, 1769, saindo do mesmo pôrto, seguiu a quarta expedição das organizadas por Afonso Botelho. Desceu o rio Iguaçu até a foz do seu tributário, o Potinga, subindo por êste à procura dos campos de Guarapuava. Deixando as canoas na foz do rio Verde, afluente do Potinga, a expedição *"marchou por ter-*

(84) R.I.H.G.B. — vol. 31 — p. 168.

ra, levando os camaradas as armas e os mantimentos que puderam às costas". Andaram os homens quarenta dias por dentro das florestas e foram sair no Pôrto da Vitória, perto dos saltos onde tinha parado a primeira expedição.

Ainda de Caiacanga, e no mesmo ano que a anterior, partiu a quinta expedição, terceira do rio Iguaçu. Esta procurava encontrar as Missões espanholas do rio Uruguai, pois os componentes da anterior julgavam ter ouvido, à distância, o mugido das vacarias que, afinal, nada mais era do que *"os urros das onças e tigres"*, pela imensidão da floresta. Chegando aos saltos do Iguaçu, o comandante desta expedição, Silveira Peixoto, com apenas quinze homens, seguiu a pé pelos matos, à procura da foz do Iguaçu e foi sair nas Missões espanholas, onde foram todos prêsos pelos espanhóis e remetidos para as masmorras de Buenos Aires, onde ficaram alguns anos.

Ainda de Caiacanga, no ano seguinte, saiu outra expedição do rio Iguaçu, a sexta das gerais de Botelho. Esta expedição atingiu o Pôrto das Capivaras, no rio Iguaçu, muito abaixo da barra do Chagu. Daí, o sargento Cândido Xavier de Almeida, atravessando o rio, com trinta e um soldados, marchou pelos matos para o norte, e descobriu os campos de Guarapuava, e, pela primeira vez, na história paranaense, topou com tribos de índios bravios, em 1770.

Localizados os grandes campos de Guarapuava, nesse mesmo ano, a oitava expedição, das de Botelho, procurando caminho mais fácil, entrou pelo rio Guaraúna, afluente do Tibagi, que *"divide os Campos Gerais do Sertão"*, e chegou até a Serra de Capivaruçu (atual Serra da Esperança). Firmado êsse caminho, no ano seguinte, 1771, entrando pelo Carrapato e Guaraúna, seguiu a nona expedição, comandada como a anterior, pelo Guarda-Mor Lustosa, que chegou a ver os campos de Guarapuava, mas não entrou por êles, estabelecendo-se com roças e fortificações, na Serra, *"que ficava em igual distância para os Campos Gerais de Curitiba como para os novos de Guarapuava"*.

Nesse mesmo ano partiu a décima expedição, comandada pelo próprio Afonso Botelho, pelo caminho do Carrapato. Entrou nos campos de Guarapuava, onde fêz junção com o destacamento de Cândido Xavier, que tinha entrado pelo Pôrto da Vitória sôbre o rio Iguaçu, e que tinha já construído uma fortificação, a de N. S. do Carmo. Avançaram pelos campos até o rio Jordão, afluente do Iguaçu, onde entraram em luta com os índios.

A décima primeira expedição, em 1773, ainda sob o comando de Afonso Botelho, explorou os campos de Guarapuava, procurou aldear os índios, quando recebeu ordem de voltar a Curitiba, para preparar socorro para as guerras do sul.

Ainda, na mesma época, outro grupo de expedições, seguindo outro rumo, procurava atingir o rio Paraná, para fazer junção com os paulistas da fortaleza de N. S. dos Prazeres, nas margens do Iguatemi, na atual fronteira entre Paraguai e Mato Grosso.

Em 1769, a primeira expedição (segunda das organizadas por Botelho), partiu do pôrto de S. Bento, no rio Tibagi. Os expedicionários andaram perdidos pelos matos, e, afinal, descobriram o rio Ivaí, ao qual deram o nome de rio de Dom Luis. Navegando por êle chegaram à barra de um grande afluente da margem esquerda, a que deram o nome de rio Mourão, onde existiam grandes bananais e laranjais, dos antigos espanhóis dos tempos da Província de Guairá. Continuando a navegar pelo Ivaí, entraram no rio Paraná, e navegando por êste para o sul, reconheceram *"a grande bôca das Sete Quedas"*. Voltando, subindo o Paraná, entraram pelo seu afluente da margem direita, o Iguatemi, e alcançaram a Praça de N. S. dos Prazeres, onde estavam os paulistas, em 1770.

A segunda expedição do Tibagi (terceira das de Botelho) seguiu, em 1769, o rumo da anterior até o rio Paraná, onde encontraram canoas dos paulistas, que vinham pelo Tietê, Paraná e Iguatemi. Esta expedição desceu o rio Paraná e foi explorar as correntezas do rio Piquiri. Voltou a subir o Paraná, alcançou a foz do Tietê, subiu por êste rio e chegou a S. Paulo, em 1770. *"Gastaram um ano e três meses neste grande círculo, ficando assim reconhecido aquêle grande sertão, e descoberta a comunicação daquela parte para a Praça de Iguatemi"*. Parte dos homens desta expedição descobriu as ruínas de Villa Rica del Espiritu Santu, *"que os paulistas tinham destruído antigamente"*, e aí fundaram uma praça armada, a que deram o nome de Vila Real do Rio Mourão[85].

A primeira fase do plano de D. Luis Antonio tinha sido executada com todo o rigor e precisão. Todo o território do Paraná estava reconhecido em 1774. O Conselheiro Veloso, mais tarde, achava que apenas houvera uma falha: o reconhecimento do Paranapanema, único grande rio que ficou esquecido. A outra parte

(85) "Notícia da Conquista, e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Govêrno do General Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme ordens de Sua Majestade" - in "Anais da Biblioteca Nacional" — vol. 76 — 1956.

do plano também fôra cumprida: fundaram-se três praças militares, que deviam assegurar a expansão da população e o aproveitamento das novas terras: N. S. dos Prazeres de Iguatemi em Mato Grosso; Vila Real do Rio Mourão, nas margens do Ivaí, nos Campos do Mourão; e Nossa Senhora da Esperança, na entrada dos campos de Guarapuava.

Em 1773, o governador do Rio Grande do Sul, José Marcelino Figueiredo, em carta, pedia socorros para defender contra os espanhóis, a barra do Rio Grande e o Registro de Santa Vitória. Os esforços daí em diante se concentrariam nas guerras do sul. D. Luís Antonio, o Morgado do Mateus, é substituído no govêrno de S. Paulo pelo Capitão-General Lopo Saldanha. Falando dêste governador, diria mais tarde o Conselheiro Veloso: *"vaidoso e inimigo do antecessor, destruiu quanto êle havia principiado. Foi a praça de Prazeres, por falta de socorro, como de propósito entregue aos espanhóis e desfeita a povoação que já contava quase dez anos, perecendo uma parte dos colonos à fome, na volta para a pátria, e reduzida a outra a maior indigência"*. Abandonados, também, foram os estabelecimento de Guarapuava e Rio Mourão.

Por ocasião da mudança de govêrno, estabelecia-se um processo de tomada de contas do que saía — a *"tomada de residência"* — ocasião em que todos os perseguidos e prejudicados articulavam a sua acusação contra o govêrno anterior.

A Câmara de Curitiba, em 1777, assim articulou suas queixas contra o Morgado do Mateus e Afonso Botelho: *"logo segue-se criarem-se* (em Curitiba) *seis companhias de auxiliares de pé e de cavalo, obrigados a um quase contínuo exercício, como tropas pagas, com que ficou grande número de povo, que é pequeno, impedido para o trabalho da mineração e plantação, e aumentada a decadência e miséria do povo. Inventaram-se expedições de gente para vadearem o sertão do Tibagi, e posto que se pagavam os jornais ou soldos do seu trabalho, êste nem era bastante para os mesmos, quanto mais para suas famílias, e assim aumentou-se a desgraça. Agora últimamente, nestes dois anos, confundiu-se tudo, porque além de serem os auxiliares obrigados a se fardarem com uniformidade, fazendo-os violentamente passar de pobres descalços a homens de gravata, para o que uns venderam as poucas vacas que possuiam, outros as éguas, de que tiravam a utilidade para se vestirem e a suas famílias, com o pobre e grosso algodão, todo o mais geralmente foi obrigado a dar as bestas mansas que possuiam, e a maior parte dos mantimentos que tinham para o seu neçessário sustento, para as grandes tropas que transitaram no ano passado*

e neste, para as chamadas guerras do sul, e não só o deram para o fornecimento da estrada que passa pelo distrito desta vila, que compreende mais de cinqüenta léguas, mas também para atravesarem o sertão desta (vila) até a de Lages, que dista algumas cem léguas, em que se consumiram perto de mil rêses, e um grande número de bêstas de transporte, que tiram-nas, e desesperadamente os mesmos soldados matavam, cujo grande número inda se não poude averiguar, e de nada serão seus donos pagos, como tem sucedido, e só sucederá pagar-se se V. Majestade positivamente mandar que o façam".[86].

A queixa da Câmara de Curitiba não era especìficamente contra o Morgado do Mateus, pois abrange fatos que se verificaram depois, era a queixa contra todo um sistema de govêrno e de vida que não iria se alterar até os princípios do século XIX, com as revoluções liberais do ciclo da Independência.

EXPANSÃO DA SOCIEDADE CAMPEIRA

Se o século XIX se abre para a história brasileira com as transformações provocadas pela presença da Família Real no Brasil, para a comunidade paranaense o início está na efetiva conquista dos campos de Guarapuava.

O plano do Morgado do Mateus de ocupação efetiva das regiões interiores do Paraná, por meio da expansão forçada da população em novas vilas e estâncias, até entestar efetivamente com os estabelecimentos espanhóis — apresentava-se, nesse comêço de século, com nova oportunidade e urgência, quarenta anos depois das expedições de Afonso Botelho.

Haviam recrudescido as guerras espanholas no sul, onde os riograndenses tomaram a iniciativa para a reconquista das Missões. A ocupação dos campos de Guarapuava se inseria, a princípio, no esquema geral dessas guerras. Acrescia, ainda, que durante aquêles quarenta anos de inação, as tribos indígenas que Afonso Botelho encontrara, em 1770, nos campos guarapuavanos, e

(86) Ms. do Arq. Ultr. Port. — Cópia fotostática do I.H.G.E. Paranaense, doc. n.º 254.

que não pudera dominar, seguiram uma marcha de expansão para leste, entrando em conflito com a expansão da comunidade paranaense para o oeste.

A Carta Régia de 5 de novembro de 1808 (87), reconhecia aquela situação. Reconhecia o Príncipe Regente que os Campos Gerais e os de Guarapuava tinham ficado ao abandono, e propiciara a correria dos índios *"denominados bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos países têm procurado tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado; de tal maneira que em todo o terreno que fica a oeste da estrada real, desde a vila de Faxina até a vila de Lages, a maior parte das fazendas que estão na dita estrada se vão despovoando, umas por terem os índios morto seus moradores e outras com o temor de que sejam igualmente vítimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeável senão para viajores que são reunidos em grandes números e bem armados"*. Reconhecia o Príncipe, também, a inutilidade das guerras defensivas contra os bugres, e autorizava a ofensiva: *"deveis orgànizar em corpos aquêles milicianos de Curitiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntàriamente quiserem armar-se contra êles, e perseguir os mesmos índios infestadores do meu território, procedendo declarar que todo o miliciano ou qualquer morador que segurar alguns índios poderá considerá-los por quinze anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhes convier"*. E para fixar a população, autorizava ao Governador de S. Paulo conceder sesmarias nos campos de Guarapuava, *"proporcionais às fôrças e cabedais dos que assim as quiserem tomar"*.

Para se cumprirem todos êsses objetivos — ocupação do território, domínio sôbre os índios, encontro de uma passagem para as Missões — preparou-se planejadamente uma expedição militar. Para êste fim, destinou-se a arrecadação de tributos sôbre animais em Sorocaba, em cujo Registro se cobrava o imposto sôbre as tropas de muares que vinham do sul; criou-se em S. Paulo uma Junta de direção para a expedição; encomendou-se ao Regimento de Milícias de Curitiba *"duzentos soldados dos mais capazes"*, soldados que soubessem lavrar e serrar madeiras; dois índios que soubessem a língua; trabalhadores que soubessem arrear tropas; requisitaram-se peças de artilharia das fortalezas de Santos. Os Capitaes-Mores das vilas de Curitiba, Castro e Lapa deveriam forçar os

(87) Transcrita por F.R. Azevedo Macedo *in* "Conquista Pacífica de Guarapuava" — Edição Gerpa, 1951 — Curitiba — p. 95.

fazendeiros dos Campos Gerais a concorrer com escravos e com gado, os lavradores com farinha e feijão, e a juntar todos os vadios para trabalhar na estrada que se ia abrir para a conquista. Para o comando da expedição foi nomeado o Coronel Diogo Pinto, que cumpriu inteiramente sua missão.

Em junho de 1810, a expedição atingiu os campos de Guarapuava. Durante oito dias os expedicionários fizeram o reconhecimento da campanha até uma distância de oito léguas e fundaram a povoação de Ataláia, de onde se avistava a imensidão dos campos, sem que se tivesse encontrado índios. Dias depois, porém, apareceram os bugres, como inimigos, pondo cêrco à Ataláia, atacando o destacamento e incendiando os ranchos. Mas foram afinal repelidos. De acôrdo com autorização da Junta, os índios aprisionados foram distribuídos *"pelos mais abonados moradores"* e os campos foram dados em sesmarias, para *"cultura e criação própria, e não para venderem"* (88).

A expedição militar tinha sido apenas a vanguarda da conquista daqueles campos. O grosso realmente estava na multidão de fazendeiros dos Campos Gerais, à procura de novas terras de campo limpo para a ampliação de suas criações de gado. Em 1821, segundo informações do Padre Chagas, só estavam ocupadas cinqüenta léguas quadradas dos campos que mediam, no seu total, cento e trinta léguas quadradas. Moradores pobres dos Campos Gerais se mudaram para Guarapuava, com tôda a sua família, e receberam pequenas porções de terra ao redor da vila. Mas os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de campo, levaram *"seus animais aos montões"*, mas continuaram com suas residências nos Campos Gerais, passando por ano uns dois meses em Guarapuava, para verificar suas criações soltas na imensa campanha, *"onde não fizeram mais outro benefício algum, nem currais nem lavouras, nem casas de vivenda"* (89).

Mas já em 1836, Guarapuava se achava *"muito opulenta em riquezas e população, habitada por abastados fazendeiros e negociantes, o campo todo povoado e coberto de animais de criar, não*

(88) Arthur Martins Franco — "Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava" — Curitiba, 1943 e F.R. Azevedo Macedo — obra citada — reunem tôdas as fontes da história da ocupação dos campos de Guarapuava. Joaquim José Pinto Bandeira — "Notícia da Descoberta do Campo de Palmas" *in* "Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes" — fevereiro de 1937 — Curitiba.

(89) Padre Francisco Chagas. "Estado atual da conquista de Guarapuava, no fim do ano de 1821".

havendo mais lugar para se estenderem as fazendas e menos para o estabelecimento de novas" (90).

É nessa situação que os fazendeiros de Guarapuava se lançam à procura de novos campos. Sabia-se da existência de campos extensos junto às Missões. Entre 1814 e 1819, o comandante da expedição de Guarapuava mandou alguns homens comandados pelo alferes Atanagildo Pinto de Almeida e guiados por um índio vaqueano, a procurar o caminho das Missões do Rio Grande do Sul. O índio, *"conhecendo o perigo a que todos seriam expostos se procurasse varar em direitura ao ponto que lhe foi designado, pela multidão de índios selvagens que ocupava o sertão por onde devia passar, guiou a expedição um pouco mais ao oriente, passando pela ponta ocidental dos campos de Palmas e saiu nos campos da Vacaria"* no Rio Grande, e de lá voltou com uma tropa de muares (91).

Assim, *"quando os campos de Guarapuava já se achavam divididos em fazendas prósperas e chamavam a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passou-se a olhar os campos de Palmas como ofertantes de possibilidades que algumas pessoas, mais animosas, entenderam de conquistar, a todo o custo, aos índios"* (92).

Realmente a conquista era feita contra os bugres. Mesmo depois de instaladas as fazendas, havia a necessidade de *"protegerem as suas moradas e dependências das fazendas, por meio de estacadas ou paliçadas, contra o ataque dos selvagens"* (93).

Em 1839, um grupo de fazendeiros levantou capitais e organizou a Sociedade dos Primeiros Povoadores dos Campos Palmenses, integrada por vinte e três estancieiros guarapuavanos.

Enquanto a expedição dessa sociedade, chefiada por José Ferreira dos Santos, partia de Guarapuava e atravessava os matos do Iguaçu, entrando nos campos palmenses para dividi-los entre si, Pedro de Siqueira Côrtes, tendo notícias dessa emprêsa, quis to-

(90) Joaquim José Pinto Bandeira, "Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Curitiba, Provincia de S. Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem tido lugar até o presente" — 1851 — *in* "Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes" — Tomo 1.º, n.º 4 — 1937 — Curitiba.

(91) J.J.P. Bandeira — loc. cit.
Carta de Serafim d'Assis e Oliveira França ao Coletor das Rendas Públicas de Curitiba, 1846 — Ms. do Arquivo do Est. de S. Paulo.

(92) Romário Martins, "Bandeiras Povoadoras do Paraná" — *in* "Rev. do Circulo de Estudos Bandeirantes" — Tomo 1.º — n.º 4 — Curitiba, 1937.

(93) Artur Martins Franco, "1.º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas", *in* "Rev. do Circ. de Estudos Bandeirantes", T. 1.º — n.º 4.

mar parte na sociedade, mas os organizadores dela a isso se opuseram, alegando já serem muitos os subscritores da emprêsa. Siqueira Côrtes não se deu por vencido. Tratou de organizar outra sociedade, com grandes capitais que reuniu e com forte bandeira rompeu da Palmeira, via Pôrto União (94).

Os pioneiros de ambas as Sociedades chegaram ao mesmo tempo. Procurava Siqueira Côrtes vencer *"a dificuldade de recolher animais por uma picada mal aberta e ainda não transitada"*, quando encontrou os homens da outra Sociedade, e *"tiveram uma animada altercação sôbre o direito da descoberta, que pouco faltou a que viessem às mãos"*, resolvendo-se tudo, porém, pela arbitragem, pois, tinham que conduzir o gado às pressas para os novos campos de modo que *"todo o resto do ano de 1839 empregaram nesta diligência, a despeito das dificuldades com que tinham de lutar pela falta de estradas, víveres, habitantes e tudo quanto lhes era mister, o que lhes tornava a situação pouco favorável e sua tarefa mais incômoda e penosa, tendo de permanecerem reunidos, a bem de sua segurança"*.

Enquanto aguardavam de Curitiba os árbitros, verificaram os pioneiros *"que não tinham meios de suprir com o gênero de primeira necessidade, o sal, sem o qual veem os fazendeiros seus animais definharem e morrerem, visto que a única via de trânsito conhecida para Curitiba, era por Guarapuava, viagem excedente às fôrças da maior parte dos fazendeiros"*. Exploraram, então, a navegação do rio Iguaçu, agora auxiliados e protegidos pela Companhia de Municipais Permanentes, criada pela Assembléia Provincial em 1837, *"para com ela fazer-se por parte do Govêrno a descoberta dêstes campos"*. Para efetivar a partilha dos campos, os pioneiros fizeram pesquisas e descobriram *"nas suas imediações alguns faxinais, que queimados duas outras vêzes, tornaram-se campo limpo e servem para o estabelecimento de fazendas de criar, e entre outros, aquêles chamados Campo Erê — que por dilatados já contêm cinco fazendas, e demora ao sudoeste do de Palmas, à distância de sete léguas"* (95). Nesse mesmo relatório, datado de 1851, informa Pinto Bandeira, um dos dois árbitros da partilha de 1839: *"hoje se acha o Campo de Palmas coberto de animais, onde há fazendas de mais ou menos consideração, marcando anualmente, as menores, duzentas crias, e as outras proporcionalmente mais, até mil, e por isso já exporta numero avultado de cavalos, bestas e gado vacum"*.

(94) Francisco Negrão, "Os Campos de Palmas", in Rev. do Circ. de Est. Bandeirantes — T. 1º — n.º 4, 1937.

(95) J.J.Pinto Bandeira — loc. cit.

Ocupados aquêles campos, renasceu a necessidade de descobrir uma passagem para as regiões missioneiras, uma das fontes principais do comércio de tropas muares. Essa estrada para as Missões teria, ainda, como função, desalojar os índios que, dos campos de Nonoái, no Rio Grande do Sul, *"até então desconhecidos e exclusivamente habitados por diversas hordas de selvagens, desde tempo imemorial ali concentrados, e de onde dirigiam suas correrias a diversos pontos do caminho geral da Mata* (por onde passavam as tropas de muares), *atacando, matando e roubando os negociantes (tropeiros), cujo número de vítimas chegou a algumas centenas, sem que os governos todos empenhados na cessação dêsses desastres, pudessem obstá-los"* — como informava Pinto Bandeira em 1851.

Em 1844 o Govêrno Provincial encarregou o Alferes Francisco Ferreira Rocha Loures de explorar o local da estrada para as Missões do Rio Grande. Essa estrada foi feita, saindo de Palmas e passando pelos campos de Nonoái, já no Rio Grande, e atingindo as Missões. Cumprida a tarefa, Rocha Loures e um seu companheiro regressaram a Palmas, pela mesma picada que abriram, trazendo uma tropa de quinhentas mulas, que invernaram nos campos palmenses, antes de serem vendidas na Feira de Sorocaba (96).

Começa nessa data o fluxo de tropas de muares pelo caminho das Missões, em demanda de Sorocaba, e começa também o uso dos campos de Guarapuava e Palmas para a invernagem das mesmas, como o maior negócio de que dispunham os fazendeiros.

Êsse ano de 1846 pode ser tomado como a data que assinala o limite máximo a que chegou a comunidade paranaense tradicional, na sua expansão originada na área parnanguara-curitibana, a partir dos meados do século XVII. De uma forma esquemática, durante o século XVII ocupou a área do litoral e o planalto curitibano; no século XVIII ultimou a ocupação dos Campos Gerais e, no século XIX ocupou os campos de Guarapuava e os de Palmas.

O elemento fundamental da expansão e da fixação das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho.

Baseada fundamentalmente no comércio de tropas muares e bovinas, a comunidade paranaense tradicional ocupou as regiões a isso apropriadas: tôda a vasta área de campos naturais. A flores-

(96) Carta de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao Coletor de Rendas Públicas, datada de Guarapuava, 1846. Ms. do Arquivo Público de S. Paulo.

ta foi o limite de sua expansão, pois que, de acôrdo com o mercado existente, a floresta não oferecia possibilidades de exploração comercial. As vastas regiões de florestas só seriam ocupadas e valorizadas no século XX, quando o mercado o justificasse, mas por outras comunidades, com outras tradições de culturas econômicas: os plantadores de café e de cereais, originários de outras regiões sócio-econômicas situadas fora do Paraná, em expansão, ocuparam as grandes regiões e ricas áreas florestais que rodeiam a região dos campos limpos.

SOCIEDADE CAMPEIRA — GÊNERO DE VIDA

Desde os primeiros povoadores da faixa litorânea até o final do século XIX, em que se completou a expansão fazendeira sôbre a totalidade dos campos do Paraná, a sociedade apresentou a mesma estrutura social que caracterizou tôda a formação brasileira, marcada por uma rígida estratificação dominada pela relação senhor-escravo. Nem o objeto da exploração econômica, nem o ambiente geográfico, nem fator qualquer afetou a estrutura tradicional, até o final do século XIX.

Cada "emprêsa" da economia colonial brasileira pode ser vista em dois aspectos que interacionavam permanentemente, e o sistema das fazendas de criação do Paraná não escapava disso.

O primeiro aspecto é o predomínio, de certa maneira, de sua estrutura interna, orientada para a subsistência do seu próprio grupo social e para a manutenção da estrutura geral tradicional, do predomínio de uma classe senhorial composta de famílias patriarcais.

No regime patrimonialista das fazendas, podia viver e se conservar a grande família patriarcal baseada nas relações hierárquicas de todos os seus componentes. No século XVIII, a família fazendeira se encastela dentro de suas terras, apoiada em seus escravos. Incapaz de enfrentar o govêrno colonial, nega-se também a participar, fazendo-o só à fôrça. Com as Câmaras Municipais, negam-se a participar do monopólio do sal, produto indispensável

às suas criações (97). O govêrno colonial do século XVIII, era como um govêrno que houvesse conquistado um povo inimigo. Recrutava, para as milícias, os jovens, confiscava, para os exércitos, os cereais, o gado e as cavalgaduras. Exigia trabalho pessoal de transporte sem retribuição; punha a ferro os pais, quando os filhos recrutados à fôrça, desertavam, até que se apresentassem ou que fôssem denunciados. Criava impostos de guerra, de passagem, de dotes para princesas, de privilégio para pagamento de serviços hereditàriamente, à família ilustre ou enobrecida, proibia a criação de mulas para não prejudicar as estâncias do Rio Grande.

Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sòzinhas contra os bugres que invadiam suas terras e incendiavam seus paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões, construiam suas casas, suas mobílias, suas cêrcas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, buçais, cinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão-General, a Câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam *"de serventia"*, mas de necessidade eram apenas *"o aço e o sal"* (98).

Para êsses trabalhos, criaram nas fazendas um artesanato escravo: havia escravos oficiais de carpinteiro, oficiais de sapateiro, oficiais de alfaiate, roupeiros, cozinheiros, arrieiros, domadores, campeiros (99). Na biografia dos seus antepassados, Moysés Marcondes evoca as atividades numa fazenda dos Campos Gerais: *"... na criação dos gados, no plantio e colheita de roças, na lavoura do trigo, na fabricação dos laticínios; e alongando os serões, onde as filhas e escravas fiavam e teciam panos, fabricavam baixeiros, coxonilhos, rendas finas de bilros e até cigarros..."* (100)

Nos inventários das famílias fazendeiras, de 1795 a 1870, são arrolados os instrumentos de trabalho que completam a descrição das atividades: machados, foices, enxadas, enxadões, facões grandes, facas, cavadeiras, martelos, torquezes, formões, verrumas, compassos, bordana de carpintaria, plainas, serrotes, serras, sepilhos, enxós goivas, enxós chatas, bigornas, tornos, craveiras, limas, brocas, pregos, barras de ferro com duas arrobas, rodas de fiar, teares de tecer panos com todos os utensílios, pedras de moinho, prensa e roda de ralar mandioca, carros, mesas de carro, bois mansos, cangas, selas, estribos de ferro e de prata, freios, cangalhas, bruacas, tesouras de tosar burros, escôvas de preparar cavalos, espingardas, pares de pistola, pólvora, chumbo, algemas de ferro, correntes de ferro.

(97) Boletim do Arq. Munic. de Curitiba, V. 13, p. 86.
(98) Ms. da Câmara Municipal de Castro.
(99) Autos de inventários de 1795 e 1870 — Cartório de Castro.
(100) "Pai e Patrono", Tip. Anuário do Brasil, Rio, p. 10.

Na economia quase auto-suficiente das fazendas, o trabalho fundamental era, necessàriamente, o da produção de alimentos, que consistiam bàsicamente em carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz (101). Eram os artigos de subsistência. Embora o rebanho bovino fôsse o mais numeroso, a carne de boi não era alimento diário. É que o gado vacum, razão econômica da existência da fazenda era produto de exportação, e a êsse fim reservado. Não se comercializavam produtos de subsistência produzidos na fazenda, e em sua produção se empregava maior mão-de-obra do que na do artigo exportável.

Não era, pois, intensiva a criação de suínos, que existiam nas fazendas apenas como capados, para o fornecimento do toucinho e de carne. Os demais gêneros da alimentação fundamental eram produzidos em roças *"Geralmente se fazem as lavouras pelas terras de mato* — informava o Capitão-General em 1730, — *que cortam e queimam, e a êste respeito lhe chamam roças que, sem mais benefícios que o referido, produzem os mantimentos com pasmoso excesso ao que nesses reinos se colhe ... na mesma terra ou roça, em que semeiam êste ano, o não fazem para o seguinte, mas derrubam e queimam nôvo mato"* e esperam os anos necessários para que na *"primeira roça tenham crescidos novas árvores e lenhas para se tornarem a queimar"*. (102). Cento e quarenta e seis anos depois, ainda se aplicava o mesmo processo: *"na vasta extensão dêste território a derrubada e a queima é o que se aplica no plantio do milho e do feijão, que sem mais trabalho recompensa o lavrador com 100 por 1"* — dizia em seu Relatório de 1876, o Presidente da Província.

Plantava-se e moía-se o trigo. *"O trigo* — relata Saint-Hilaire — *cultiva-se nas terras que já foram cobertas de mato ou nos cam-*

(101) Relatório do Pres. Lamenha Lins, 1876.
(102) Carta do Capitão-General Pimentel ao Rei, Ms. do Arq. Col. de Lisboa. Fotocópia do I.H.G.E. Paranaense, doc. n.º 547.

pos. Não se planta, semeia-se ... Quando se quer cultivar no campo, começa-se por fazer o gado estacionar aí (para estercá-lo); *depois trabalha-se a terra, e se semeia à mão, e cobrem-se os grãos fazendo passar por cima, à maneira de grade, a copa de uma árvore puxada por bois ... Semeia-se o trigo dois ou três anos em seguida no mesmo lugar sem ser preciso fazer o gado adubar de nôvo... parece que a colheita é tanto melhor quanto mais forte tenham sido as geadas ... Para a cultura do trigo usa-se o arado e sabem (os cultivadores) aproveitar bem os campos"* (103).

Para completar a informação, Daniel Muller consigna no seu "Quadro Estatístico da Província de S. Paulo", de 1836: *"Método para plantar e colher o trigo: pronto o terreno, abrem-se as covas, nas quais se depositam os grãos. Ou semeia-se depois de volvida a terra com enxada, ou arado, e êste método é o mais comum"*.

Na própria fazenda moía-se e panificava-se o trigo. Inventários de fazendeiros de Castro arrolam *"pedras de moinho"*, e Saint-Hilaire comeu o pão feito com a farinha dos Campos Gerais, achando-o *"bem branco e muito saboroso"*. A cultura do trigo foi abandonada mais tarde.

O médico da Província, Dr. Muricy, explicava em 1875: *"...ela foi abandonada quando os lavradores desanimados pela ferrugem, que não tiveram paciência de combater, colhiam 30 por 1 não obstante aquela moléstia, acostumados como estavam à colheita de 60 ou 80"* (104).

Leite e laticínios fabricados na fazenda, integravam a dieta. Ordenhavam-se algumas vacas, e fabricava-se queijo. Segundo Saint-Hilaire, os laticínios constituiam *"a principal alimentação dos pobres e dos escravos"*. Para o fabrico do queijo o leite era coalhado com o *"coalho de veado, cujo efeito é mais pronto que o do bezerrinho"* — notou Ayres do Casal (105).

Estavam comumente as casas das fazendas cercadas de pomares e hortas, onde as frutas européias se misturavam às do país: laranjeiras, pessegueiros, ameixeiras, macieiras, jabuticabeiras, figueiras, cerejeiras, pereiras, marmeleiros, ananazes, limoeiros, romãzeiras, parreiras, e nas hortas, couves, cebolas, batatas (106).

(103) Saint-Hilaire, "Voyage dans les Provinces de Saint Paul et Sainte Catherine", Paris, p. 9, 10 e 11.
(104) José Cândido da Silva Muricy, "Ligeiras Notícias sôbre a Província do Paraná", Curitiba, 1875.
(105) "Corografia Brasílica", tomo I, p. 231.
(106) Saint-Hilaire, op. cit.

Mantinha cada fazenda um pequeno rebanho de ovelhas, destinadas exclusivamente ao fornecimento da lã para as necessidades do vestuário, dos abrigos e das peças dos arreios. Fabricavam-se cobertores, tecidos grosseiros, *"cochonilhos, que são uma sorte de pelúcia grosseiríssima com todo o comprimento da lã, a qual deve ser churra; e servem de colchão e de cobertura no inverno; e comumente para cavalgadura; há-as de côres e se vendem caro"* (107). Bigg Wither, em 1874, viu numa fazenda de Tibagi, *"algodoeiros muito bons, cujo produto supria a casa com panos e lençóis e também com material para manufatura de rendas"*, que eram feitas pela senhora e suas filhas (108).

Serviços especiais eram dedicados à formação de tropas de bois para o comércio. De um modo geral, para o abastecimento dos mercados de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Mas as fazendas situadas em Guarapuava e Palmas, exportavam gado vacum para o Rio Grande, também, quando as grandes charqueadas do sul devastaram os rebanhos gaúchos. Também se exportavam cavalos, sendo muito conhecidos, em certa época, os cavalos de Guarapuava. Saint-Hilaire em 1820, e Etienne de Rencourt em 1900, viram compradores de S. Paulo virem comprar o gado na própria fazenda produtora. O Presidente da Província afirma no Relatório de 1876, que os cavalos de Palmas e Guarapuava *"em certas épocas do ano descem em tropas para a cidade de Ponta-Grossa, e aí se faz uma pequena feira, à qual concorrem compradores de fora da Província"*.

Escravos e camaradas, nas fazendas, desde que amanhecia, saíam em grupos para as invernadas, a fim de *"parar rodeio"*. Consistia o rodeio no seguinte: espalhava-se sal em montinhos sôbre o capim do campo, e os peões galopando ao longo da invernada, gritando, chamavam o gado, que acorria de todos os lados para o lugar em que se encontrava o sal, e aí chegando se atirava a êle com avidez. Usando de seus laços, então, os peões à cavalo laçavam as rêses e os cavalos em pleno campo, derrubando-os e imobilizando-os para curar-lhes, com mercúrio, as "bicheiras"; para castrar os novilhos de quatro anos para a engorda; para marcar a ferro os novilhos de dois anos. Separavam as vacas com cria nova, para as conduzirem para os potreiros mais próximos à sede, e conduziam para outra invernada os bezerros em idade de desmame. Bigg Wither, que assistiu um dêsses rodeios em 1874, na

(107) Op. cit., loc. cit.
(108) Op. cit., loc. cit.

Fazenda Fortaleza, fêz a apologia do laço, *"sem o que seria impossível a conquista daqueles lugares"*.

Nas grandes fazendas, com muitas invernadas, dias após dias, esta operação dos rodeios se repetia. Senhores e escravos saíam cedo, à cavalo, da sede da fazenda, levando um farnel de feijão com farinha e charque, e acompanhados de tropa de mulas com bruacas cheias de sal.

Aprontada uma tropa com bois gordos, saía pela estrada rumo a São Paulo, tangida por escravos e camaradas sob a chefia de um capataz (109).

Quase todos os serviços da fazenda eram feitos por escravos, nem sempre negros, porém. Os primitivos, que acompanharam a expansão paulista para o litoral paranaense, eram carijós, e sua situação jurídica era definida como *"administrados"*. Encontramo-los em Paranaguá nos tempos da mineração e muito mais tarde nas fazendas dos Campos Gerais. Nos inventários dos fazendeiros da última década do século XVIII e princípios do século XIX, são comuns os *"gentios de guerra"*. Eram escravos indígenas (coroados e botocudos), aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represália, contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas. Assim, na fazenda de Jaguariaíva, em 1795, em 25 escravos, 11 eram *"gentios de guerra"*. Os negros, porém, constituiram maioria. Distinguiam-se entre "crioulos" e de *"nação"*, conforme tivessem nascido no Brasil ou na África. Na segunda década do século XIX houve uma importação maciça de negros em S. Paulo (110). Como reflexo, encontramos nas fazendas do Paraná, nessa época, escravos africanos *"de nação"* e jovens, dominando em número a fôrça de trabalho. Eram das *"nações"* Caçanje, Congo, Cabinda, Munjolo, Loanda, Moçambique, Rebôlo (111). Os escravos do sexo masculino predominavam ligeiramente sôbre os do feminino. O número de escravos na fazenda foi em aumento, desde o último quartel do século XVIII, até mais ou menos 1860, em que começou a declinar. Assim, em 1772, uma determinada fazenda da região de Castro tinha oito escravos e 152 cabeças de gado. Essa mesma fazenda, 1795, tinha 25 escravos e 1346 cabeças de gado. Em 1842, o número de escravos elevou-se a

(109) Saint-Hilaire, "L'Agriculture etc" — Etienne de Rencourt, "Fazendas et Estancias. Notes de Voyage sur le Brésil et la Rep. Argentine", Paris, Plon, 1901 — Bigg Wither, op. cit. loc. cit.
(110) Relatório do Pres. da Prov. de S. Paulo, Almeida Tôrres, 1829.
(111) Autos de Inventário de F. Xavier da Silva, 1829 — Cartório de Castro.

44 e o de gado a 2827. E, afinal, em 1870, o rebanho baixara a 2675 e o número de escravos a 35 (112).

Mas não apenas escravos e senhores compunham o grupo social da fazenda. Havia, como em todo o Brasil, uma camada intermediária, a que já se consagrou a denominação de *"agregados"*. Eram homens jurìdicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. Eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda. O Chefe de Polícia da Província, em seu Relatório de 1857, acusava os fazendeiros de terem *"os malfeitores, ou como seus capangas, ou como trabalhadores em suas fazendas"*. Em geral, eram parte de uma população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda para fazenda, e que acorria em massa para os ervais, nos períodos do corte da erva, quando os preços eram altos. Gente que vivia *"em periódicas peregrinações, fazendo-se acompanhar da família ... por causa da erva-mate, que quando é tempo de colhê-la, a todos convida êsse fácil trabalho, de um lucro sempre certo ... recolhendo-se para os bosques homens, mulheres, velhos, inválidos e até crianças, sem exceção"* (113).

Esta camada da sociedade adquire novas funções depois da Abolição. Em geral, com a libertação, os escravos abandonaram em massa as fazendas e foram para as cidades. Os camaradas os substituiram, e a relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser a de *"patrão-camarada"*. Em geral caboclos, mas não excluindo negros e mulatos, os camaradas assumiram inteiramente a sua nova função pelos princípios do século XX. Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro. Com suas famílias, moravam em casas de madeira ou ranchos, espalhados pelos campos das fazendas; mantinham relações de compadrio com seus patrões; suas filhas e os filhos menores, alguns dêles, eram criados pelos fazendeiros nas casas dêstes, onde executavam serviços domésticos. Não se chamavam mucamas nem moleques, mas cumpriam a mesma função. Eram castigados pelo padrinho com castigos corporais nos raros momentos de rebeldia. E fugiam de casa, como os escravos, sendo necessário às

(112) Autos de inventário dos donos da Fazenda Jaguariaíva — Cartório de Castro.
(113) Relatório do Pres. da Província — 1876.

vêzes a polícia para os reconduzir. Quando cresciam, eram os camaradas, assalariados, mas prêsos por certos laços de lealdade que não se rompiam fàcilmente.

Tôda a estrutura social e econômica, naturalmente, se compunha tendo como centro a classe senhorial. Em grande parte, os fazendeiros dos Campos Gerais eram descendentes de primeira geração de portuguêses vindos para o Brasil durante a grande imigração peninsular do século XVIII, imigrantes que primeiro se estabeleceram como comerciantes nas vilas, como militares no tempo das guerras platinas, e que depois, pelo casamento nas antigas famílias ou aquisição de terras com o capital conseguido no comércio, inclusive no comércio de tropas, se estabeleceram como fazendeiros. Em 1770, o Capitão-General observava que o negócio de tropas era o que dava *"modo de vida aos que vem do Reino"* (114).

Com a Independência, os chefes das grandes famílias fazendeiras começaram a participar da vida política, apoiando os presidentes de Província, e com a criação da Província do Paraná, a liderança política se institucionalizou com os fazendeiros dos Campos Gerais. Com isso, acentuaram-se os laços patriarcais da organização social, pelas maiores exigências de relações de lealdade, que tinham como base o parentesco. De fato, a liderança política exercida pelos fazendeiros se processa sob a forma de oligarquia. Nos princípios da República, quando umas oligarquias cederam lugar a outras da mesma base, um dos mais poderosos Presidentes do Estado dizia em carta a parente: *"...confesso que se outra satisfação eu não pudesse ter de minha ação política no Estado, tenho a de ter eliminado, por completo, a oligarquia que dominou por tanto tempo..."* e citava o nome de duas grandes famílias que, no Império, deram barões, conselheiros, comendadores, e que foram grandes fazendeiros e tropeiros.

Durante, pelo menos, a primeira metade do século XIX, as famílias fazendeiras residiam na própria fazenda, onde os filhos varões participavam dos trabalhos campeiros e as filhas dos serviços domésticos, servidas pelas escravas. Mas, no inverno, quando os serviços campeiros quase paralisavam, a família se transportava para as cidades. Passando pela cidade de Castro, em 1844, notou um viajante: *"os cidadões moram pelas estâncias de criar, pelo que suas casas da cidade só se abrem aos domingos, dias santos ou de festas, tempo em que concorrem e fazem-na regorgitar"* (115).

(114) Doc. Interessantes p. Hist. Cost. de S. Paulo, V. 34, p. 284-5.

Com a abertura das minas de Goiás, *"que pela multidão de gente que concorrem para ela se farão populosas"*, e considerando que os campos de Curitiba *"em menos de dois anos se verão exaustos de gados e de bêstas se reduzindo tudo a uma falta geral"*, pela pouca capacidade que tinha de abastecer as concentrações de mineiros, o Capitão-General de S. Paulo mandou abrir, em 1730, uma estrada que ligasse as Vacarias da Serra aos Campos de Curitiba, para fazer subir para as minas as manadas de gado chucro do Rio Grande. *"Com a introdução dos gados e cavalgaduras que pelo novo caminho entrarão dos campos do Rio Grande de S. Pedro do Sul e Nova Colônia, hão de diminuir no preço os gados e cavalgaduras de Curitiba"*, pensava o governador.

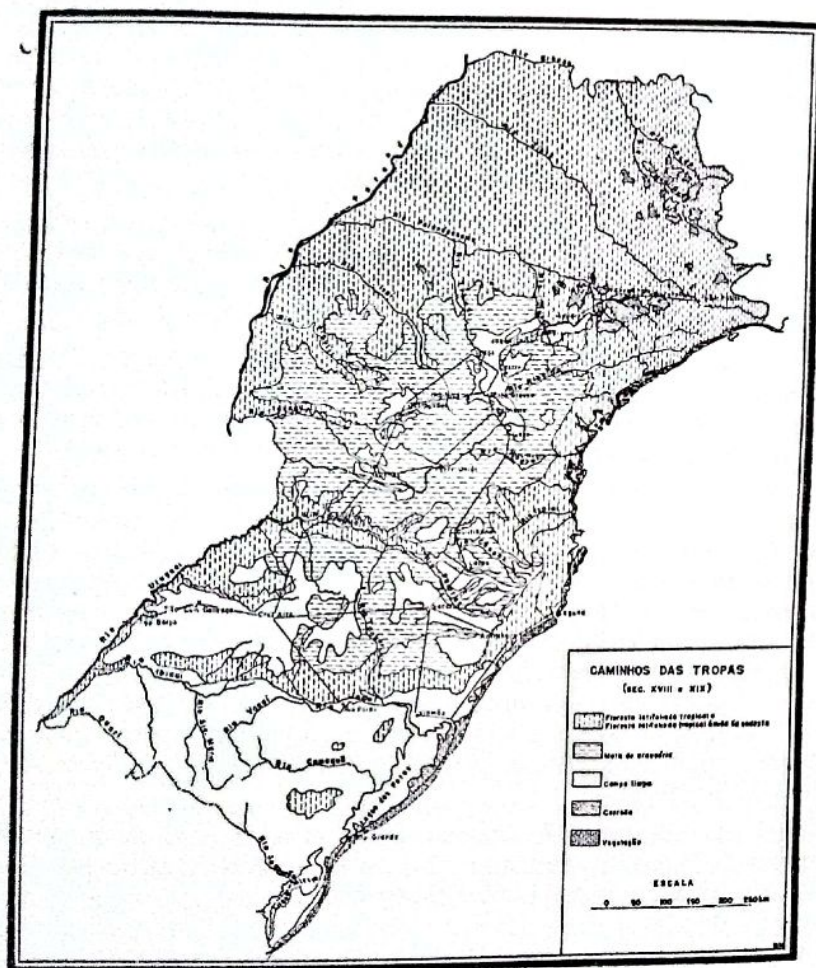
Não foi, porém, gado vacum que transitou pela nova estrada que partia do Viamão. A primeira tropa que entrou nos campos de Curitiba, inaugurando a era do tropeirismo em 1731, compunha-se de *"duas mil e tantas cabeças entre cavalos, mulas e éguas"*. (116)

Desde aquêle ano até o fim do século XIX, inumeráveis tropas de mulas passaram contìnuamente, provenientes do Rio Grande, das Missões, de Corrientes, do Uruguai, do Paraguai, com destino à grande Feira de Sorocaba.

Depois de atravessar as matas ao sul do Rio Negro, as tropas desembocavam nos Campos Gerais, onde deviam invernar algum tempo, para depois seguir para a Feira. Trechos de campo foram considerados reiúnos, e assim protegidos contra a ocupação de particulares, destinados ao descanso das tropas. Mas, pela desordenada apropriação das terras por parte dos fazendeiros, os campos reiúnos desapareceram. Não, porém, sem distúrbios. Em 1786, um ocupante dêsses campos pedia providências da justiça, alegando: *"alguns tropeiros vindos do sul o inquietam e perturbam metendo tropas nos (seus) campos e queimando-os, como se dêles fôssem senhores"* (117).

Com a desaparição dêsses campos, criou-se para os fazendeiros uma nova fonte de renda: o aluguel de suas pastagens, que desde então passaram a se chamar de invernadas.

(115) Salvador José Correia Coelho, "Passeio à minha terra", S. Paulo, 1860.
(116) Carta de Cristovam Pereira que a chefiou. Ms. do Arq. Colonial de Lisboa. Fotocópia do I.H.G.E.P., doc. n.º 626.
(117) Requerimento de Luís de Oliveira, cópia no Arquivo de M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.

Sòmente os estancieiros do Rio Grande podiam criar mulas, sendo proibida a sua criação ao norte do rio Iguaçu, nos campos paranaenses, portanto. E, cada vez mais, nos séculos XVIII e XIX, se fazia necessário grande número de muares para *"a condução das minas"* e para todo o transporte nas Capitanias e Províncias de S. Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, que se abasteciam na Feira de Sorocaba.

Caminho das tropas, por Brasil Pinheiro Machado. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Departamento de História, n.º 3, Curitiba, 1963.

Passaram os fazendeiros dos Campos Gerais (e, em parte, depois, os de Guarapuava e Palmas com a freqüência da estrada das Missões) a reservar cada vez maior número de invernadas em suas fazendas, para arrendá-las aos tropeiros. Era uma renda mais fácil do que a da criação do gado. Mesmo o gado vacum, originário de Guarapuava, e remetido em tropas para S. Paulo, por causa das longas distâncias, deveria ser invernado nos Campos Gerais. Tobias Monteiro, em 1903, fêz esta observação durante sua viagem ao Paraná: *"A tendência atual é transformar os campos do Paraná em campos de invernagem. Ponta Grossa e Palmeira invernam já o gado de Palmas e de Guarapuava e aspiram a invernar o de Mato Grosso. No sentido próprio, a invernagem é a engorda durante o inverno do gado importado, mas o sentido desta palavra se ampliou, e agora se aplica a todo o ano. O gado importado, no fim do verão, se refugia no mato, onde aumenta de valor durante o inverno, enquanto que o gado importado no fim desta estação, encontra belos campos em que engorda ràpidamente"* (118).

O criatório foi se reduzindo nos campos paranaenses, à medida que aumentava o nôvo modo de uso da propriedade. *"Uma parte de novos campos é destinada a invernar as tropas de bestas soltas, que forma o principal negócio da Província"* — informava um fazendeiro ao Presidente, 1860, e outro calculava que nos Campos Gerais invernavam por ano, permanentemente, *"30.000 cabeças de raça muar destinadas às Feiras de Sorocaba"* (119).

Segundo conclusões de pesquisas documentárias de Aluísio de Almeida, o qüinqüênio de 1855-1860, marca o ápice do comércio de mulas em Sorocaba, tendo entrado para a Feira cem mil mulas anualmente (120), que, conseqüentemente, invernaram nos campos das fazendas paranaenses.

Acompanhava a diminuição das áreas do criatório o completo descuido dos rebanhos bovinos pelos fazendeiros. O gado dos campos paranaenses degenerou — segundo a opinião da época. No seu relatório de 1876, dizia o Presidente da Província: *"Percorrendo os Campos Gerais, de que se tem feito tão belas descrições sempre aquem da realidade, notei que a criação de gado ali não corresponde à grande extensão e riqueza dos pastos; fazendas de 3 a 4 léguas de magníficos campos, contém apenas 600 a 800 rêses.*

(118) "De Rio de Janeiro au Paraná, Voyage au sud du Brésil", Rio, 1903.
(119) Informações do Barão de Tibagi e Manuel Inácio do Canto, *in* Relatório do Pres. da Província, 1860.
(120) Citado por Alfredo Ellis Jr. *in* Revista de História, n.º 1, p. 73.

Disseram-me alguns fazendeiros a quem fiz esta observação, que isto era devido ao abandono em que até bem pouco estivera a criação do gado. Os fazendeiros levados pelo lucro fácil e grande que tiveram com as invernadas das tropas vindas do sul ... deixaram a criação do gado quase que completamente abandonada" (121).

De muito antes dessa época, alterada cada vez mais acentuadamente a finalidade do uso da propriedade pela diminuição dos trabalhos de criação, as famílias fazendeiras passaram a residir nas cidades, ao mesmo tempo em que se ampliava a economia monetária, se firmava a supremacia comercial das cidades sôbre a antiga economia auto-suficiente das fazendas e diminuía o número de escravos.

O proprietário da fazenda Fortaleza, a maior da Província, com 31 léguas quadradas, que tinha antes 100 escravos, passou a residir na cidade de Castro, vendeu os escravos, conservando apenas 8. A fazenda deixou de ter agricultura, ficando apenas com invernadas para tropeiros e para engorda de gado. Do arrendamento auferia uma renda anual equivalente a mil libras esterlinas (122).

Em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam os escravos do Paraná para cafèzais paulistas, e em 1867, o impôsto que a Província arrecadava sôbre escravos saídos para S. Paulo *"era quase igual ao impôsto sôbre animais"* (123).

Não era o arrendamento dos campos, porém, uma simples entrega da invernada ao tropeiro, contra uma retribuição. O que o fazendeiro arrendava era tôda a organização da fazenda que, não obstante, continuava na sua administração, geralmente por meio de um capataz. As cláusulas de um contrato de arrendamento, de 1862, esclarecem o negócio: o fazendeiro arrendava uma *"boa invernada com macega de dois anos, para 650 ou 700 mulas"*, recebia a tropa e dela *"cuidaremos com os nossos cavalos, daremos sal de 15 em 15 dias"*, e depois de alguns meses, *"mandaremos conduzir a tropa para a Feira de Sorocaba, com nossos peões e capataz"*. O arrendatário tropeiro *"paga os potreiros e dá 10 mulas mansas para a condução da tropa e nós entramos com o resto dos cavalos"*; o pagamento seria feito na Feira de Sorocaba por ocasião da venda das mulas *"a 5 mil réis por besta"* (124).

---

(121) Relatório do Pres. da Prov., 1876.
(122) Bigg Wither, op. cit., loc. cit.
(123) Relatórios dos Pres. da Prov., 1865 e 1867.
(124) Carta do Barão de Tibagi, Ms. do Arq. de M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.

Os fazendeiros transformaram-se, também, em tropeiros, indo êles próprios para o sul comprar as muladas, invernando-as em suas fazendas e vendendo-as em Sorocaba. Chegaram mesmo a dominar o negócio. Já em 1854, o Presidente Zacarias dizia em seu Relatório: *"é sabido que os filhos desta Província estão em maioria entre os que fazem passar, trazidos do sul, tantos animais; também não admite dúvida que à mesma Província pertence a maior parte do capital empregado em semelhante comércio que, na comum estimativa, é perto de mil contos"*, o que equivaleria aproximadamente a cem mil libras esterlinas.

O capital a que se referia o Presidente era apenas o ouro. O negócio de mulas era feito exclusivamente em moedas de ouro: a onça, isto é, a libra esterlina de ouro. Para efetivar uma compra de mulas no Rio Grande (mulas provenientes de Corrientes, do Uruguai ou do Paraguai), o tropeiro adquiria as onças em Curitiba, em S. Paulo ou Rio, por meio de *"banqueiros"*, que eram os intermediários na aquisição, pagando-as com ágio em moeda nacional (125).

Ampliando, cada vez mais, o seu negócio, os fazendeiros do Paraná tentaram eliminar o estancieiro gaúcho, que era apenas um revendedor. Em 1847, um fazendeiro e tropeiro dos Campos Gerais comprou, nas Missões, uma propriedade de *"cinco léguas de campo comprido a três de largura, para fazer nela uma sociedade, para criar animais e invernar bestas"* (126). E, em 1860, para excluir o intermediário riograndense, os fazendeiros paranaenses iniciaram uma estrada que, de Xapecó, sem passar pelo Rio Grande, iria diretamente a Corrientes, na Argentina, donde provinha grande parte das muladas (127).

Com a transformação do uso da propriedade, partilhada entre o criatório e a invernagem, com a predominância desta, que acompanhou a mudança do fazendeiro em tropeiro, e com a ampliação da economia monetária que a isso se seguiu, desenvolveu-se o comércio contra a auto-suficiência das fazendas, começando o predomínio econômico das cidades. Em 1857, o tenente de engenheiros Souza Pitanga anotava que, em Ponta Grossa, *"as artes e os ofícios já vão sendo apreciados, de modo que encontram-se em pequena escala, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, ourives e sapateiros"*

---

(125) Cartas do Barão de Tibagi, solicitando a banqueiros a compra de onças e propondo juros a serem reembolsados depois da Feira de Sorocaba, 1862, Arq. Moysés Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
(126) Ms. do Arq. M. Marcondes, Biblioteca Pública do Paraná.
(127) Informação de Manoel Marcondes de Sá, in Relatório do Pres., 1860.

[128]), e, em 1875, o Dr. Muricy constatava que naquela mesma cidade fabricavam-se *"lanifícios em pequena escala"* [129]. Aliás, alguns anos antes, a Câmara Municipal daquela cidade informava ao Presidente, *"que a lã já se vende em tecidos"* [130], e em Palmeira — continua o Dr. Muricy: *"fabricam-se também alguns tecidos de lã, próprios para os menos abastados e para os escravos"*.

A indústria artesanal, porém, que se desenvolvia em tôdas as pequenas cidades dos campos, não poderia evoluir, pela entrada da mercadoria importada em grande quantidade, e que atingia todos os núcleos do Paraná. A farinha de trigo, importada do Prata em barricas, se encontrava em tôda parte, anulando qualquer possibilidade de desenvolvimento da cultura do trigo. As cidades se encheram de casas comerciais. O tenente Pitanga na sua viagem em 1857, vai anotando: *"há em Campo Largo 56 casas de moradia habitual, entre elas 13 de negócios variados... O comércio de Ponta Grossa é distribuído por 30 casas, 12 das quais são de fazenda e 18 armazens de secos e molhados"*. Em 1862, a cidade da Lapa tinha *"32 casas de negócio de fazendas sêcas compradas na Côrte"* [131]. Era exagerado o número de casas comerciais nas cidades em relação à população. Vendiam de tudo, remédios, alimentação, tecidos, ferragens, louças, jóias, artigos de couro etc. Pode-se calcular a variedade de seus estoques, pelo fornecimento de uma casa comercial de Castro à fazenda Jaguariaíva, que consta do inventário da proprietária, em 1871. Os medicamentos constituíam longa lista, predominando o óleo de cacau, sabão medicinal, salamargo, erva-doce, cantárida, nitrato de potassa, magnésia, cremor, éter, láudano, pó estomacal, santonina, salsaparrilha, barbitúrico, cânfora, peitoral de anacanhyta, tamarindo, poaia. Grande número de tecidos: morim francês, algodão enfestado, chita de Londres, riscado francês, algodão trançado azul, cadarço de lã, retrós, baeta azul, algodão mescla, baeta vermelha, cassa imperatriz, mousseline, cadarço de linho para cós, cassineta, soutache, veludo, cobertores, chita larga violeta, cortes de vestidos de lã e sêda, colcha de chita, biquinhos de sinhàzinha, merinó prêto francês. Gêneros alimentícios e bebidas: sal, bacalhau, macarrão, barril de vinho tinto de Lisboa, barricas de farinha de trigo, açúcar, café, barricas de aguardente, latas de azeitona, garrafas de cerveja branca, vinho Lacrima Christi, cognac Superior, vinho

---

(128) Relatório ao Ministro da Guerra, *in* Rev. do Inst. Hist. Geo. Brasileiro, T. 26, p. 257.
(129) José Cândido da Silva Muricy, "Ligeiras Informações sôbre a Província do Paraná", 1875.
(130) Informação da Câmara Municipal, in Relatório do Presidente, 1868.
(131) Relatório do Pres. da Prov., 1862.

Bordeaux, latas de chá Lypton. Artigos variados: lampião de querosene, palitos, velas de espermacete, cadeiras, facas com cabo de marfim, faca alemoa, sabonetes de bola, copos de cristal, espelhos, tigelas, canecas doiradas, pratos de travessa grandes, pratos de louça chinesa, fechaduras, espingardas, espoletas, chumbo, botões de madrepérola, alfinetes, pregos de bater, taxas americanas, frigideiras de ferro, anil, roupas feitas, calças e camisas de tecidos grosseiros, toucas de sêda e uma folhinha para 1870.

Enquanto, em 1820, Saint-Hilaire só viu bancos de pinho compridos ao lado de mesas longas e rústicas, os inventários da segunda metade do século denotam mais refinamento. As cadeiras austríacas estavam presentes: 1 dúzia de cadeiras de palhinha novas e 2 de cadeiras de encôsto tecidas com palhinha, mostram a *"sala de visitas"*, com seus tocadores de sala, 2 espelhos grandes de sala, uma marquesa e as escarradeiras de louça. A sala de jantar tinha no meio uma mesa grande de jacarandá, *"com gavetas"*, rodeada de cadeiras de madeira com assento de sola, e um relógio de parede. De uma dessas mesas, que viu em 1874 numa fazenda de Tibagi, disse Bigg Wither: *"from its massive structure and venerable aspect, might have been a relict of the baronial days of England"* [132]. O rol das louças já era mais opulento: meia dúzia de pratos de porcelana da China, 17 pares de xícaras de porcelana da China, 12 pares de canequinhas de porcelana, 1 aparelho de porcelana, de chá. Duas dúzias e meia de colheres de prata *"inclusive as de chá, a de açúcar e a sopa"*, e outros tantos garfos de prata. Aparelhos de louça de pó de pedra, de louça parda e outro de *"louça ordinária"*. Xícaras e pratos azuis, 24 pratos travessas, pratos para doce, copos de vidro para água, 20 cálices, 31 copinhos para vinho, cálices para champagne. Bules de zinco, açucareiros de louça, tigelas, farinheiras de ferro, garrafões, canecas grandes. Na cozinha: caçarolas de ferro com cabo comprido, bacias de assar pão-de-ló, tachos para doces, chaleiras de ferro, fôrno de ferro, fôlhas para assar biscoitos, panelas de ferro, almofariz de bronze, chocolateiras de ferro, espumadeiras de cobre, trempe de ferro para assar pão, caldeirão de cobre. Nos quartos, os velhos estrados de madeira assentados diretamente no chão, já tinham sido substituídos pelas camas, *"catres de armação"*, *"catres tecidos de couro"*, *"camas de armação de jacarandá"*; a roupa era guardada em canastras grandes de couro *"com pregos dourados"*, em baús de fôlha, em cômodas com gavetas e fechaduras e em armários grandes com portas. Completava-se com jarro

---

(132) Op. cit. loc. cit.

e bacia de louça, o *"ourinol grande pintado"*, os lençóis de morim com babados, ou de linho; as colchas de baetão encarnadas, ou de chita, ou forradas de cassa; os travesseiros de cambraia vermelha com fronhas e os colchões de riscado. No quarto que servia de oratório um *"nicho pequeno com a imagem do Divino Espírito Santo"*, imagens do Senhor Crucificado, guarnecido de prata, de 3 palmos; 1 imagem da Senhora do Rosário, dourada, com 2 palmos de altura; 1 de N. S. da Conceição, dourada; 1 de N. S. das Dores. Aos vestidos das mulheres, acrescentavam-se as jóias: cordão de cinco medalhas de prata, rosário de ouro com crucifixo, memória, pares de bichas de ouro, par de bichas de pedras cravadas, par de brincos de pedra.

Os comerciantes das cidades forneciam aos fazendeiros gêneros a crédito. Também emprestavam dinheiro, cobrando-se nos inventários, de dívidas *"provenientes de dinheiro de primor e fazendas"*, com juros de 1 e um quarto por cento ao mês, em 1870.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A Câmara Municipal de Paranaguá, pela primeira vez, teve, em 6 de julho de 1811, a iniciativa de representar junto ao Príncipe Regente, solicitando a emancipação da Comarca e a criação de nova Capitania.

Fundava sua petição no estado de indigência e miséria em que vivia a Comarca pela ausência de Govêrno que lhe animasse a agricultura e o comércio, aumentasse os rendimentos reais, bem como na distância em que estava localizada, em São Paulo, a sede do Govêrno, alheiado êste aos interêsses da Comarca, mor parte das vêzes entregue a alguns comandantes falhos de instrução e perseguidores daqueles que, porventura, reclamavam maior ação.

Argumentavam os oficiais da Câmara que, para o progresso da população, da agricultura e do comércio, seria necessário um Governador residente em Paranaguá, desligado do Govêrno de São Paulo, separando-se em conseqüência a Comarca.

Na mesma petição propunham, desde logo, a Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá para as funções de Governador da nova Capitania a ser criada. Êste, por duas vêzes, representara junto ao Govêrno no sentido da emancipação.

Contudo, não foi concretizado o desejo dos moradores de Paranaguá, permanecendo a 5.ª Comarca ainda integrante da Capitania de São Paulo.

Novamente, quando do juramento das bases da Constituição portuguêsa, em 1821, fizeram os parnanguaras ver a sua vontade de emancipação político-administrativa.

Um grupo de parnanguaras preparou a conjura separatista. Por ocasião da cerimônia do juramento, proclamariam perante o juiz de fora, o desejo de instalação de um Govêrno independente daquele de São Paulo. O sargento-mor Francisco Gonçalves da Rocha e o capitão Inácio Lustosa de Andrade foram os coordenadores da conspiração que teve, entretanto, Floriano Bento Viana, 1.º sargento da 4.ª Companhia do Regimento de Milícias, como o seu intérprete.

Os promotores do movimento haviam conquistado a sua adesão argumentando com *"os grandes vexames que estavam sofrendo, com as arbitrariedades e despotismos praticados pelos comandantes militares daquela Vila e de outras autoridades, por falta de pronto recurso que havia do Govêrno da Província na distância de 110 léguas"*. A Comarca via-se também continuamente desfalcada dos seus filhos pelo recrutamento e *"além de tudo, grandes somas de capitais desta Comarca seguiam para o Depósito da Junta da Fazenda, anualmente, ficando esgotada a mesma Comarca de moeda girável"*. Outras razões poderosas e justificáveis foram ainda apresentadas, de tal maneira que Floriano Bento Viana dispôs-se ao gesto público da conjura [133].

No dia aprazado, 15 de julho de 1821, uma vez juradas as bases da Constituição e as saudações de praxe com vivas ao Rei e à Religião, Floriano Bento Viana, apresentou oralmente o seu requerimento: *"Ilustríssimos Senhores, temos concluido com o nosso juramento de fidelidade, e agora queremos que se nomeie um Govêrno provisório que nos governe em separado da Província; tornam-se os nossos recursos morosos e cheios de desespêro e que de tudo dê-se parte a Sua Majestade"* [134].

A conjura separatista de 1821 insere-se profundamente na história do revolucionarismo brasileiro no século XIX quando *"As Comarcas queriam separar-se das Províncias a que pertenciam e tornarem-se Províncias"*, como aliás notara Saint-Hilaire, *"os ideais*

(133) Vieira dos Santos, Antonio — op. cit. p. 366, vol. 1.º.
(134) Vieira dos Santos, Antonio, op. cit. p. 377, 1.º volume.

do liberalismo no Brasil despertaram a vontade de derrubar todos os poderes que se sobrepunham ao pequeno poder local" (135).

Não vingou, porém, o gesto de Floriano Bento Viana. O juiz de fora, Antonio de Azevedo Melo e Carvalho, despacha imediata e conclusivamente o requerimento apresentado: *"Ainda não é tempo; com vagar se há de representar a Sua Majestade"*. Sòmente Floriano Bento Viana retruca ao despacho, permanecendo calados os demais participantes do movimento separatista: *"O remédio, logo se aplica ao mal quando êste aparece e portanto não há ocasião melhor, nem mais oportuna"* (136). Mas, não encontrando ressonância e apoio concreto entre os próprios companheiros, de nada valeria o seu protesto, permanecendo o Paraná como Comarca de São Paulo, mesmo proclamada a Independência.

A situação geral da Comarca, porém, a partir dessa década ganhava novos aspectos e de importância. Além do comércio de gado, era iniciada, com expressão, a exportação da erva-mate para os mercados do Prata e Chile.

De outro lado, os acontecimentos políticos do Sul, a independência da Província Cisplatina e, sobretudo, a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, davam à Comarca posição estratégica de importância. Sua adesão aos movimentos revolucionários do Sul, poderia implicar no seu avanço até São Paulo, colocando em perigo o poder central.

Tal situação foi particularmente grave e notória quando da Revolução Liberal de Sorocaba, em 1842. A adesão dos paranaenses poderia permitir a união dos revolucionários do Sul àqueles de São Paulo.

O presidente da Província, Barão de Monte Alegre, preocupado com tal possibilidade, envia a Curitiba, um emissário seu, com a finalidade de organizar a defesa do Govêrno, João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina. Êste, chegando a Curitiba, em 23 de junho de 1842, relata ao Presidente da Província: *"a notícia da rebelião de Sorocaba derramou aqui a confusão por haver chegado conjuntamente com a 1.ª proclamação, ordens e cartas diversas, em conseqüência, fizeram-se reuniões noturnas. Uns queriam a separação, nomeando Presidente; outros um govêrno provisório de três membros, outros finalmente não sei o quê até a Câmara se reunir para dar posse aos empregados policiais; foi quando felizmente chegaram aquelas cartas que V. Exa. mandou pela Marinha com tanta prontidão, que, sendo uma para o tenente-coronel Miguel Marques dos Santos, que ali se achava, publicou o seu contexto à face da Câmara, e, como além da recomendação d'ordem lhes assegurava a separação da Comarca, elevando-a à Província, ficaram satisfeitos e desamotinaram-se"* (137).

(135) *In* "Campos Gerais — estruturas agrárias", p. 42. Imprensa da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

(136) Vieira dos Santos, Antonio, op. cit. p. 277, 1.º volume.

A promessa da elevação da Comarca à Província veio, pois, acalmar os ânimos revolucionários dos paranaenses, aquietando-se principalmente os liberais.

Silva Machado, em outra passagem, diz ainda ao Governador da Província: *"Tenho empenhado minha palavra de que Curitiba há de ser elevada à Província e portanto V. Exa. não me deixe ficar em falta; porém, de presidência nem por pensamento, conforme já lhe disse, e espero não me ponham em apuro. Estou velho, quero descansar"* (138).

Tal expectativa mantinha os paranaenses, agora sob a liderança dos curitibanos, ao lado do Govêrno central, infensos aos apelos dos revolucionários. Diz Silva Machado, em 29 de junho de 1842: *"Os curitibanos estão firmes como uma rocha, nada há a temer; porém minha palavra está empenhada; tendo-lhes prometido (debaixo da proteção de V. Exa.) que esta Comarca em breve será separada por um Decreto"* (139).

Cumprindo, por sua vez, a promessa que fizera a Silva Machado e aos paranaenses, o próprio Presidente da Província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, em 30 de julho, recomendava ao ministro do Império, Cândido José d'Araújo Viana, a separação da Comarca, expondo o *"perigo que há de por mais tempo se continuar a desatendê-las* (as aspirações dos paranaenses), *nos perpétuos receios que tem o Govêrno a cada comoção que aparece no Império de que a Comarca se agite e acompanhe o movimento por desgostosa de não merecer atenção seus votos há tão largo tempo manifestados; nas proporções enfim, que êste estado de cousas oferece a todo revolucionário ou demagogo para envolver em seus planos de desorganização um país muitíssimo interessante em todos os tempos e que atualmente ainda o é mais pela proximidade em que fica a Província do Rio Grande do Sul"* (140).

(137) Citado por Osvaldo Pilotto, *in* A criação da Província do Paraná, p. 14, Curitiba, 1953.

(138) *In* Osvaldo Pilotto, op. cit. p. 14 e 15.

(139) Idem, p. 15.

(140) *In* Catálogo de Manuscritos sôbre o Paraná, existentes na Biblioteca Nacional, *fac-símile*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1953.

O Barão de Monte Alegre apresenta, ainda, as circunstâncias que, a seu ver, tornam possível a criação da nova Província. Estava a Comarca com mais de 40 mil habitantes disseminados em território vasto que, cada vez mais se alargava com a descoberta de riquíssimos campos (refere-se particularmente àqueles de Palmas), ocupados por homens ativos e industriosos. Alega que as rendas gerais são elevadas e que as receitas são suficientes para a montagem da nova máquina administrativa provincial, além do crescimento rápido e progressivo dos rendimentos da Alfândega de Paranaguá. E, finalmente, argumenta também com a grande distância que separa a Comarca do centro da administração. Oferece o seu testemunho pessoal acêrca das dificuldades que encerra administrar lugares tão remotos, até onde não se podia estender fiscalização alguma.

O expediente trata, ainda, dos limites que deveriam ter a nova Provincia, e declara que a prerrogativa de Capital deveria pertencer à cidade de Curitiba, situada no centro da Comarca e por isso mesmo mais ao alcance dos seus outros pontos.

Lembra, por fim, ao Govêrno, a fidelidade dos povos de Curitiba ante a rebelião que se verificara na Província (a revolução liberal de Sorocaba), e, portanto, merecedores do benefício que desde anos imploravam.

Encaminhada a matéria pelo Ministro do Império, ao Conselho, êste solicitou, em 12 de setembro, diligências que pudessem esclarecer os pontos seguintes: "*1.º — Se é na Comarca de Curitiba em geral e claramente pronunciada a opinião de ser elevada à Província; 2.º — Quantos são os seus habitantes, estado, profissões, com distinção de sexos, e de livres e de escravos; 3.º — Se tôdas as famílias, ou tribos de índios, são de fácil civilização, em que número se orçam, e que lugares habitam na mesma Comarca; 4.º — A importância das rendas gerais; 5.º — A importância da renda provincial arrecadada; 6.º — A menor, e a maior distância em que está da cidade de São Paulo, se há dificuldade, e embaraços nas comunicações da Comarca com a Capital da Provincia, e dos diversos pontos dela com os seus portos de beira-mar; 7.º — Quais as suas relações comerciais, como estas se fazem, e para onde; 8.º — Quais são os limites da atual Comarca de Curitiba; e quais deveriam ser os da Provincia, no caso de ser decretada a sua fundação*".

Em 31 de outubro, os moradores de Castro dirigiam representação ao Imperador expondo argumentos em favor da separação da Comarca de Curitiba da Provincia de São Paulo, insistindo naqueles já apontados pelo Barão de Monte Alegre. Por sua vez, data de 1.º de novembro, a representação do círculo eleitoral de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaratuba.

Em vereança extraordinária, realizada a 4 de janeiro de 1843, a Câmara de Paranaguá respondeu aos quesitos formulados pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, formulados pelo Conselho de Estado, assim o teriam feito também as demais Câmaras Municipais da Comarca. A Câmara de Paranaguá, porém, defende a sua cidade, e não a de Curitiba, para a sede da Capital da nova Província a ser criada.

A propaganda separatista continuava, pregada a idéia sobretudo por Manuel Francisco Correia Junior e por Francisco de Paula e Silva Gomes.

Em abril de 1843, é apresentado na Câmara do Império, pelo deputado paulista Carneiro de Campos, um primeiro projeto de elevação da Comarca de Curitiba à categoria de Província, justificando "*Há tempo se agita a questão de elevar-se a comarca de Curitiba à categoria de Provincia. Eu sei que outras pretensões dêste gênero se têm apresentado, mas entendo que quaisquer que sejam as razões pelas quais se possam justificar pretensões semelhantes, nenhuma outra parte do território que se queira constituir provincia está nas circunstâncias de o exigir, como o território da comarca de Curitiba*" [141], e renova, na justificativa, os argumentos referentes à população, já com mais de 60 mil habitantes, às terras férteis da Comarca e às suas possibilidades de expansão industrial e, finalmente, o cuidado pela revolução no Rio Grande do Sul.

O Govêrno central manifestou-se favoràvelmente à criação da nova Provincia, levantando, ainda, em seu favor, o Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Tôrres, o argumento das fronteiras que a Comarca mantinha com o Paraguai e a Argentina.

Entretanto, em agôsto de 1843, é apresentada emenda ao Projeto criando também a Provincia do Sapucaí (Minas do Sul), adiando a discussão para nova sessão legislativa.

Por sua vez, a mudança da política do Govêrno central, com a mudança do Gabinete, em 1844, paralisaria, na Câmara, o andamento do Projeto referente à Provincia do Paraná.

A propaganda, no entanto, não esmorecia. Paula Gomes, pelo Jornal do Comércio, não deixava esmorecer a idéia. Em 1847, no

(141) *In* Osvaldo Pilotto, op. cit. p. 16 e 17.

Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil, editado por J. F. Sigaud, bem como no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, publica o seu famoso artigo acêrca da situação do Paraná, a necessidade e o interêsse da criação da nova Província, admirando-se que o Projeto de Lei sôbre a matéria estivesse sem discussão há mais de três anos, na Câmara dos Deputados. *"Admira que, objeto de tamanha magnitude, e verdadeiro interêsse, não só para a dita Comarca, como para todo Império Brasileiro, especialmente para a Côrte do Rio de Janeiro, ficasse desde então morto... conquanto fôsse, nessa ocasião provada à tôda luz a necessidade de semelhante medida, e a existência dos meios, para poder ser excelente Província de segunda ordem..."* (142). O seu objetivo, com essa publicação, era o de capitalizar o interêsse da Côrte, mais precisamente dos deputados, pelas aspirações e a necessidade de atendimento das reivindicações dos paranaenses.

Contudo, sòmente em 1850 o assunto voltou a ser tratado novamente, agora no Senado, quando Batista de Oliveira, apoiado por Carneiro Leão, apresentou emenda ao Projeto que criava a Província do Amazonas, estendendo a medida à comarca de Curitiba.

A fim de obstaculizar as pretensões paranaenses, o senador Vergueiro, de São Paulo, apresenta opinião no sentido de que Santa Catarina e Paraná sejam reunidos em uma só Província.

A requerimento do Visconde de Abranches foi separado o Projeto, um criando a Província do Amazonas, e outro a do Paraná. Embora aprovados, aquêle referente ao Paraná voltou à Câmara dos Deputados, a fim de ser ali, também, discutido e aprovado.

Sòmente em 1853 seria incluído na Ordem do Dia. Recebe agora o apoio decisivo de Cruz Machado que o defende com vigor: *"Trata-se de criar um centro administrativo que possa trazer em resultado fortificações e povoações nas nossas fronteiras, antes que, algum tempo adiante, sejamos apanhados desprevenidos, ou antes que apareçam conflitos a respeito do nosso território"* (143). Cruz Machado argumentava, assim, com os problemas de fronteiras, e a necessidade de ocupar-se efetivamente territórios que poderiam vir a ser objeto de contestações.

A oposição, porém, sobretudo dos deputados paulistas, era ardorosa. Ribeiro de Andrade, Pacheco Jordão e Joaquim Antonio

(142) *In* Antonio Vieira dos Santos, op. cit. p. 268, 1.º volume.
(143) *In* Osvaldo Pilotto, op. cit. p. 19.

Nébias, manifestavam-se através de discursos e emendas protelatórias.

Finalmente, era aprovado em 20 de agôsto, e convertido na Lei n.º 704, sancionada a 29 de agôsto, que dispunha simplesmente acêrca da criação da Província, dando-lhe os limites da comarca de Curitiba e estabelecendo esta cidade como Capital provisória, até que sôbre a matéria dispusesse a nova Assembléia Provincial.

As aspirações dos paranaenses seriam, enfim, concretizadas a 19 de dezembro de 1853, com a chegada de Zacarias de Goes e Vasconcellos, enviado como primeiro presidente, com a incumbência de instalar e organizar a nova Província.

SITUAÇÃO DO PARANÁ AO TEMPO DA EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA

"Era, enfim, chegada a ocasião de transformar-se a antiga e atrasada Comarca de Curitiba na esperançosa Província do Paraná" (144). Desta maneira, Zacarias de Goes e Vasconcellos, a 15 de julho de 1854, iniciava o seu Relatório aos primeiros representantes eleitos da nova Província, reunidos em Assembléia Provincial, dando-lhes conta da situação em que encontrara o Paraná e traçando os rumos que deveriam nortear a vida paranaense, objetivando o seu progresso.

O Presidente da Província trouxera instruções que constituiriam o programa da sua administração. Haviam sido recomendadas pelo Ministro do Império, Luiz Pereira de Couto Ferraz, e delas constava expressamente fôsse informado, sobretudo, a respeito do estado da agricultura, comércio e indústria da nova Província, bem como formulasse o Presidente as medidas necessárias ao seu desenvolvimento.

Criada a nova Província, desprovida de recursos financeiros, difícil era a tarefa a ser realizada de tudo construir e instalar. Jesuíno Marcondes, cuja entrada na vida política coincide com a emancipação do Paraná, apontava *"teremos muito que trabalhar,*

(144) Relatório do Presidente da Província do Paraná, *Zacarias de Goes e Vasconcellos*, à Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854, p. 1. Tip. Paranaense, Curitiba, 1854.

para atender às necessidades do nosso aparelhamento econômico", e delineava as grandes necessidades a serem primeiramente atendidas, quais sejam, a emancipação financeira, o estabelecimento de um sistema de estradas que facilitasse as comunicações, descarregando as despesas com o transporte e aumentando os rendimentos da Província; a instrução pública a ser montada, de modo a ser útil tanto aos filhos dos pobres, como dos ricos; a transferência da feira de Sorocaba para Castro, a fim de que a venda dos animais se efetuasse nas invernadas paranaenses, a melhor preço, e atraindo compradores e capitais de fora; e a melhoria do gado com fazendas experimentais, onde os fazendeiros paranaenses pudessem aprender as regras da boa criação(145).

Ao Presidente e à primeira Assembléia Provincial cabia tudo prover para a organização da nova Província. Os aspectos econômicos eram, por certo, os de maior importância.

Com base nas informações que solicitara às cidades, vilas e têrmos, a respeito de suas atividades econômicas, Zacarias elaborou seu Relatório, constatando que *"presentemente, fôrça é reconhecê-lo, a congonha e a criação absorvem a atenção e a atividade da grande maioria dos habitantes da província, aquela de ricos e pobres, esta dos homens abastados que possuem campos..."* (146).

Os ervais eram nativos no Paraná, cobrindo dilatada porção dos seus territórios. Estavam por tôda parte, e sem custar aos seus habitantes *"o mínimo esfôrço, colhem-lhes as fôlhas, secam-nas ao fogo, no carijo, e quebrada miùdamente, está pronta a erva, e vão vendê-la às fábricas, que as beneficiam para exportar"*. A população da nova Província, *"sem distinção de sexo, nem de idade, pois que tanto as mulheres como os homens, assim os velhos como os meninos, são asados a trabalharem no seu primeiro e facílimo processo"*, estava, assim, entregue às atividades ervateiras constituindo o produto básico da sua exportação(147).

Esta era realizada para a Argentina, Uruguai e Chile. Porém, já nesses momentos da emancipação e instalação da Província, embora o mate representasse o ramo preponderante da indústria paranaense, *"se o nome de indústria merece o mister de colhêr fôlhas de árvores não plantadas, seca-las ao fogo, e quebrá-las"*, estava ameaçado de graves perigos. O próprio Zacarias apontava aquê-

(145) *In Moysés Marcondes*, Pae e Patrono, p. 68 e 69, Tip. do Annuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1926.
(146) Goes e Vasconcellos, Zacarias de, op. cit. p. 67.
(147) Goes e Vasconcellos, Zacarias de, op. cit. p. 66 e 67.

les que lhe pareciam maiores e mais evidentes. Sem dúvida, o primeiro dêles era a sempre temível concorrência das ervas paraguaias e missioneiras, nos mercados de Buenos Aires e Montevidéu. Por sua qualidade superior eram preferidas, sobretudo para o consumo nas cidades, alcançando maior preço que a do Paraná, procurada esta quase sempre apenas para consumo nas regiões da campanha. Desta maneira, a estreiteza dos mercados, além da concorrência ali sofrida, levava o presidente da Província, referir-se à necessidade da abertura de novos mercados onde colocar a erva paranaense; aliás, preocupação sempre presente na indústria ervateira do Paraná, mas pràticamente nunca efetivada em têrmos concretos. O segundo, bastante grave para o harmônico desenvolvimento econômico-social da nova Província, era constituído pelo *"excessivo número de pessoas que, nesta Província aplicam-se à produção quer no primeiro processo da erva em rama, quer no do benefício que lhes dão as fábricas, existe também um gérmen de ruína... Direis, ao ver a ânsia com que todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres ocupam-se e tratam da congonha, direis, repito, que só o carijo faz viver, e que sem um engenho de socar mate não se pode fazer fortuna"* (148). Na realidade, Zacarias apontava que, na indústria do mate, aplicavam-se fôrça de trabalho e capital em maior proporção do que ela realmente comportava, sendo necessário reduzir o número daqueles que dela exclusivamente subsistiam.

Ainda, grave ameaça ao comércio exportador do mate era representada pela fraude, desde há muito freqüente nas atividades ervateiras e praticada por aquêles que, na primeira preparação das congonhas, introduziam-lhes fôlhas estranhas e de menor preço, a fim de aumentar os lucros. Fraude esta que, praticada com a cumplicidade dos senhores de engenho, desejosos também dos mesmos resultados, vinha culminar no descrédito da erva paranaense nos mercados externos, além de reduzir-lhe substancialmente a qualidade.

Todos êstes inconvenientes levavam o Presidente da Província a aconselhar os moradores do Paraná que, gradualmente, pelo menos em parte, fôssem deixando a indústria do mate, e se aplicassem às atividades agrícolas favorecidas, aliás, pelo meio paranaense.

A ação enérgica de Zacarias em favor da economia paranaense

(148) Idem, p. 69 e 70.

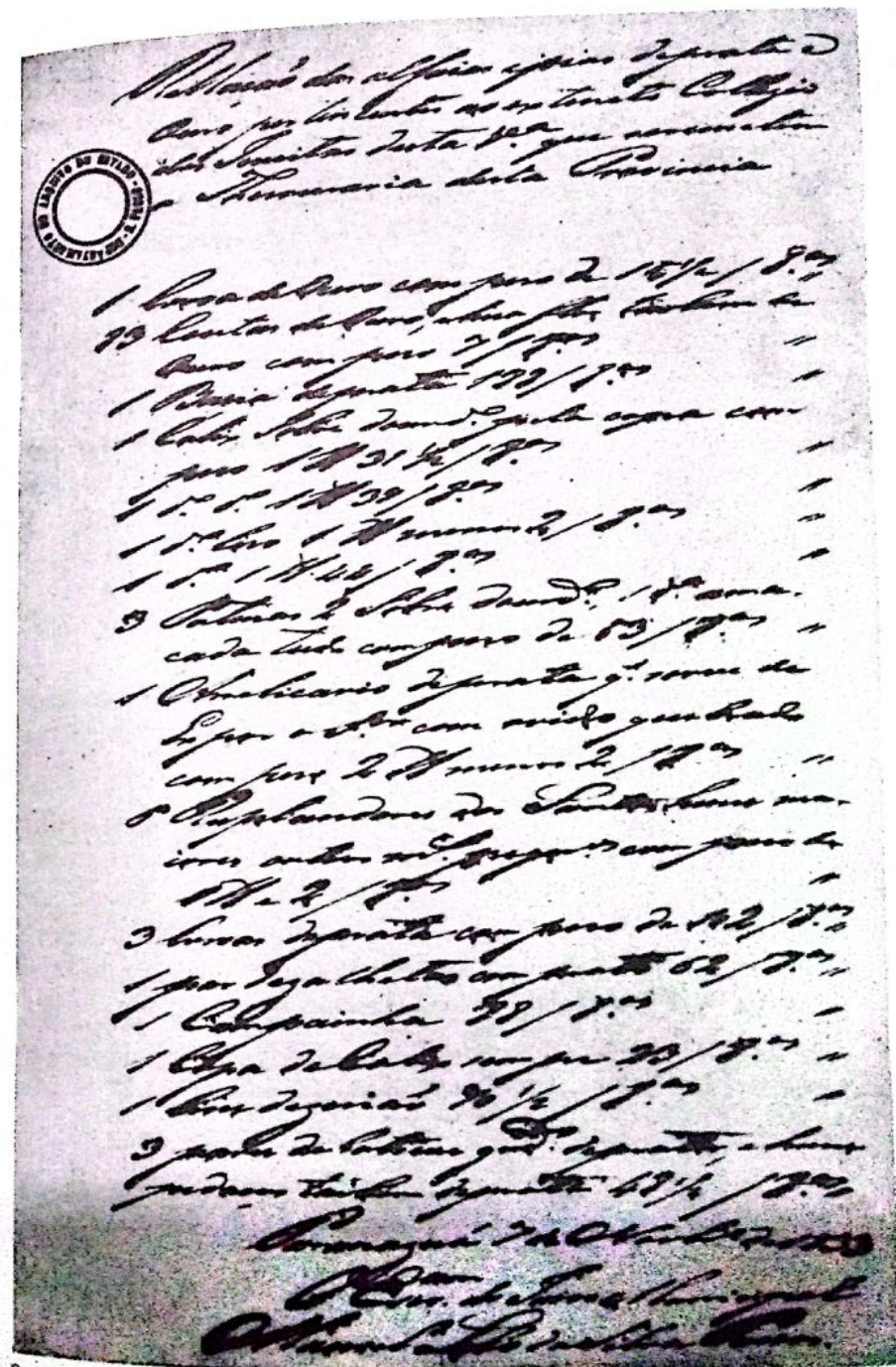
culminou no Regulamento de 6 de dezembro de 1854, pelo qual o benefício da erva-mate exportada melhoraria consideràvelmente, possibilitando, em conseqüência, melhores condições de comercialização.

Quando da emancipação da Província apontava já o comércio de madeiras, limitado embora, ainda, à exploração de madeiras do litoral, em virtude da ausência de estradas que, de serra acima, pudessem oferecer trânsito ao pinho paranaense. Seria uma atividade expressiva sòmente a partir da década dos oitenta.

Da agricultura, quase sòmente as lavouras do arroz e da cana propiciavam produtos para a transformação nas pequenas fábricas do Paraná de 1853/54. Eram, aliás, apenas engenhos de socar erva, em número de 90 mais ou menos, onde o mate recebia o seu último benefício e preparação; engenhos de serrar madeiras, em muito menor número; engenhos de pilar arroz, poucos, e engenhos de fazer açúcar e aguardente, em pequena escala e também poucos. Alguns anos depois notava, ainda, um Presidente de Província *"a indústria não pode deixar de estar na infância, quando sem progresso se acha a agricultura, cujos produtos a alimentam"* (149), e registra a existência na Província, em 1859, de 98 alambiques, de pouca fôrça, para a destilação de aguardente; 81 engenhos de socar e beneficiar erva-mate, sendo, porém, de notar que já se encontrava instalado, em Antonina, o engenho de João Antonio Pereira Alves, movido a vapor, com a produção diária de 400 arrôbas de erva; 29 engenhos de serrar madeiras; 29 engenhos de descascar arroz; 12 engenhocas que, em pequena escala, fabricavam o açúcar; além de 13 moinhos.

Zacarias, vendo a parca lavoura de subsistência praticada pelos paranaenses, solicitava o empenho da Assembléia Provincial, para que o trigo *"que não há muitos anos aqui se cultivava em quantidade, que excedia o consumo do povo, e se exportava"* volte novamente à prosperidade.

A produção do trigo fôra abandonada pelos paranaenses em virtude do aparecimento da praga da ferrugem. No entanto, dizia Zacarias, *"não é logo, tanto, a ferrugem, como a erva que faz mal ao trigo"*, face a preferência daqueles por estas atividades consideradas mais fáceis e rendosas.

(149) Relatório do Presidente da Província do Paraná, *Francisco Liberato de Mattos*, à Assembléia Legislativa Estadual, em 7 de janeiro de 1859, p. 33. Tip. Paranaense, Curitiba, 1859.

Carta patente de nomeação de Diogo Pinto.

Emancipação do Paraná - Ofício do Barão de Monte Alegre.

Chamava atenção, ainda, para as culturas do café e do chá, para as quais o *"futuro parece tão risonho"*, recomendando-lhes maior desenvolvimento[150].

Ao lado do comércio exportador da erva-mate, através do pôrto de Paranaguá, prosseguia ainda o grande negócio das famílias fazendeiras dos Campos Gerais, com a invernagem e o comércio de mulas. A década dos sessenta irá mesmo assinalar o auge da passagem das tropas destinadas à feira de Sorocaba. Os fazendeiros do Paraná, transformados em tropeiros, dominam êsse comércio.

Foram, aliás, os homens do comércio, aquêles do comércio exportador da erva-mate, via de regra comerciantes de Paranaguá e Curitiba, bem como aquêles do comércio do gado muar, da elite campeira dos Campos Gerais, os que trabalharam e, enfim, obtiveram em 1853 a emancipação político-administrativa da Província do Paraná, e que constituiriam as oligarquias políticas dominantes em todo o período provincial.

Entretanto, a organização da nova Província dizia respeito não somente à agricultura, indústria e comércio, mas também aos mais variados setores da vida administrativa. Era preciso, face aos mesmos argumentos que a haviam feito separar de São Paulo, como a distância da Capital e a ausência de atendimento direto nos casos da justiça, dar-lhe uma divisão judiciária compatível, embora a falta de funcionários categorizados. Zacarias propõe à Assembléia Provincial, uma Comarca no litoral e duas serra acima, com sede em Paranaguá, Curitiba e Castro.

Problema dos mais importantes, todavia, era aquêle referente à localização da Capital da Província. A Lei n.º 704, estabelecera a sede do Govêrno em Curitiba até que a Assembléia Provincial reunida deliberasse sôbre a matéria.

Duas correntes de opinião, com pêso maior, logo se delinearam. Uma, representada sobretudo pelos comerciantes de Paranaguá que reivindicavam a cidade portuária, de maior atividade comercial da Província, e mesmo porque era a que apresentava maiores condições de progresso e de cultura, para a sede do Govêrno. Outra, constituída principalmente pela sociedade campeira dos Campos Gerais, que defendia Curitiba como sede da Capital paranaense. Não faltaram também as pretensões da Câmara Municipal de Guarapuava, com base em razões de segurança nacional, face às fronteiras com a Argentina e o Paraguai.

(150) Goes e Vasconcellos, Zacarias de, op. cit. p. 66 e 67.

Jesuíno Marcondes, ao defender a localização da Capital em Curitiba, refere muito claramente às divergências, de tôda sorte, entre os homens do litoral, do comércio importador, e aquêles de serra acima, do comércio de tropas. Zacarias, além de outros argumentos ponderáveis, como a centralidade de Curitiba, invoca os mesmos de Jesuíno Marcondes, seu auxiliar, aliás, na administração provincial: *"A marinha é uma pequena parte da província: o maior número de seus habitantes, a grande vastidão de seus terrenos, e até os seus rios importantes, estão cá em cima. Ainda mais: os usos e costumes, os cômodos dos habitantes do litoral diferem grandemente dos de serra acima"* (151). O Presidente fôra ganho, pelos liberais e pelos fazendeiros liderados pelo Barão do Tibagi, e, assim, iria influir na Assembléia Provincial em favor da designação de Curitiba, o que foi feito pela Lei Provincial n.º 1, de 26 de julho de 1854. Os conservadores do litoral, entretanto, sob a liderança de Manuel Antonio Guimarães, passariam desde então a mover-lhe oposição. No Relatório em que entrega a Presidência da Província, Zacarias refere-se ainda, à oposição do grupo que desejara ditar a lei sôbre a melhor localização da Capital. Realizada a escolha da Capital, era, porém, preciso organizá-la. Curitiba era uma pequena cidade, quase uma simples vila, sem quaisquer serviços públicos, nem edifícios próprios para a administração provincial. Avé-Lallemant que a visitou em 1858, assim, ainda, a descrevia: "...*Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso*...", apresenta contudo uma dupla natureza: ao lado do desmazêlo, dos cantos sujos e praças desordenadas e das cousas em ruínas, próprios "...*da antiga e atrazada Curitiba*...", *"desde a chegada do Presidente e do pessoal administrativo, Curitiba tem o seu palácio. Naturalmente é um simples rés-do-chão e tem aparência despretensiosa, modesta, mas é bonito e asseado"*. Outras construções também já apareciam, como a Câmara Municipal, o Tesouro, o quartel da fôrça militar, a cadeia, "...*em resumo, Curitiba, a velha vila enfezada, marcha com energia para um nôvo desenvolvimento"* (152).

Embora sede de Comarca desde 1812 e cidade desde 1842, em 1854, era ainda preciso fazer de Curitiba uma cidade de fato, capaz de polarizar a nova Província.

De outro lado, a situação da instrução, pública ou particular, era a mais desfavorável em tôda Província. Apenas 615 paranaenses, em 1854, freqüentavam, em escolas públicas, cursos de primeiras letras, e a grande maioria no litoral, sobretudo em Paranaguá. Nesta cidade, apenas, funcionavam cadeiras consideradas de ensino secundário, de Latim e de Francês, com 11 alunos no total. A população da Província era, entretanto, de 62 mil habitantes. Embora criado, em 1846, não funcionava o liceu de Curitiba. Medidas, pois, deveriam ser tomadas, não apenas para a instalação de novos cursos, mas também para o melhor aproveitamento dos já existentes.

---

(151) Goes e Vasconcellos, Zacarias de, op. cit., p. 11.
(152) Avé-Lallemant, Roberto — Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858, p. 275 e 276. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1953.

As estradas da Província, por sua vez, encontravam-se intransitáveis, e era preciso melhorar, sobretudo, aquelas da Graciosa e da Mata. Uma, pelas necessidades do comércio com o litoral, e outra, por aquelas da passagem das tropas de mulas. Era preciso, ainda, serem abertas outras vias de comunicação, onde apenas algumas picadas eram encontradas.

O pôrto de Antonina era também objeto da preocupação de Zacarias, e mesmo da preferência dos novos administradores. Tanto Zacarias, como Jesuíno Marcondes, mostravam-se, na ocasião, favoráveis ao comércio de serra acima, via Antonina.

Tudo, enfim, era necessário prover, como a instalação dos serviços burocráticos da secretaria de Govêrno, a segurança pública e a polícia, e a própria saúde pública, em época em que ainda grassavam as epidemias. Era, enfim, a organização da vida paranaense. Esta constitui, aliás, a grande importância, na História do Paraná, do período provincial, ou seja, a sua configuração.

POPULAÇÃO DO PARANÁ TRADICIONAL

A população do Paraná, originalmente constituída por alguns faiscadores e mineradores de ouro, estabelecidos no litoral e posteriormente no planalto curitibano, configura-se como um contingente populacional diminuto e disperso.

O número de habitantes que viviam nas terras paranaenses, no século XVII, é difícil de ser precisado, em virtude da absoluta carência de dados. No momento pode ser apenas estimado através de escassas referências e informações indiretas, como aquelas con-

tidas no "Requerimento para a criação das Justiças" que os habitantes de Curitiba encaminharam ao Capitão-Povoador, em 1693, as quais permitem estimar a população do planalto curitibano, naquela época: *"Os moradores todos asistentes nesta povoasão de Nossa Senhora da Luz e Bon Jisus dos Pinhais que atendendo ao serviço de deos e o de Sua Magestade, que Deos Guarde, paz, quietasão e ben comun deste povo, e por ser ja oje mui crecido por pasarem de noventa homes, e quanto mais crese a gente se vão fazendo móres desaforos, e ben se vio esta festa andarmos todos com as armas na mão,... seja servido promitir que aja justisa nesta vila pois nela a gente bastante para eyxerser os cargos da dita justisa que faz nomero de tres povos. E pela ordenasão ordena Sua Magestade que avendo 30 homes se eleja justisa..."* [153].

Partindo dessas informações é válido deduzir que, tanto em Paranaguá, em 1646, como em Curitiba, em 1668, houvessem, pelo menos, os trinta homens exigidos para a instalação, naquelas datas, das respectivas justiças e fôssem levantados os seus pelourinhos.

Da mesma maneira, é possível estimar a população partindo do pressuposto de que êsses homens eram chefes de famílias, as quais compostas de, pelo menos, seis pessoas, significariam uma população de 180 habitantes para Paranaguá e Curitiba, cada uma, nas datas referidas da ereção do pelourinho nas duas vilas.

Por outro lado, na data do referido Requerimento, ou seja, em 1693, havendo em Curitiba, noventa homens ou três povos, deveria existir uma população de aproximadamente 540 pessoas. Tais números, embora estimados de modo precário, correspondem em certa medida à realidade, uma vez que, no início do século XVIII, o ouvidor Rafael Pires Pardinho, em carta datada de 7 de junho de 1720, estimava a população do litoral paranaense em cêrca de duas mil pessoas, e a população do planalto curitibano, em mil e quatrocentas pessoas. Referindo-se a Curitiba, assinala: *"Haverá nas duas freguezias de Curithiba 200 cazaes, e mais de 1.400 pessoas de confissão"*. Em relação a Paranaguá, escreve: *"Nesta Villa, e seo termo poderá haver 360 cazaes, e mais de 2.000 pessoas de confissão"* [154].

A população do litoral e do planalto somava, portanto, na se-

(153) *In* Boletim do Archivo Municipal de Curityba, p. 4, volume I. Impressora Paranaense, Curityba, 1906.

(154) *In Moysés Marcondes*, Documentos para a História do Paraná, p. 20 e 23. Typographia do Annuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.

gunda década do século XVIII, 3400 pessoas de confissão, ou seja maiores de sete anos e livres, uma vez que não era considerada a população infantil e não são referidos os escravos.

Uma análise mais completa da população paranaense, no período colonial, quanto ao seu número, distribuição e composição, pode ser efetivada através de algumas fontes primárias pouco utilizadas até o presente, constituídas, sobretudo, pelos registros paroquiais e pelos recenseamentos coloniais, realizados com maior regularidade e precisão nas últimas décadas do século XVIII, e primeiras do século XIX.

O primeiro censo completo da série relativa à Capitania de São Paulo, abrangendo portanto o Paraná, e que permite a construção e análise de um quadro da população paranaense, é o *"Mappa Geral da Capitania de Sam Paulo, de todos os fogos, homens, mulheres, mininos, velhos, escravos que se achavão nas Villas, Freguezias e Povoaçoens neste anno de 1772"*. Segundo êsse mapa, assim estava constituída a população paranaense:

População do Paraná

Localidade	Homens	Mulheres	Escravos	Total
Villa de Paranaguá	859	920	1414	3193
Villa de Guaratuba	105	75	9	189
Villa de Curitiba	907	928	104	1939
Freguezia de S. Jozé	348	340	145	833
Freguezia de S. Antonio	230	230	40	500
Povoação do Yapó	487	486	—	973
Total	2936	2979	1712	7627

Por êstes dados, a população do Paraná compreendia, em 1772 7627 habitantes que representam em relação às estimativas de Raphael Pires Pardinho, um crescimento superior a 100% em meio século. Quanto à distribuição dêsse contingente populacional ocorreu também importante mudança, com a concentração do maior número de habitantes no planalto, e não no litoral.

Distribuição da população do Paraná no século XVIII

	1720		1772	
Litoral	2000	59,0	3382	44,0
Planalto	1400	51,0	4245	56,0
Total	3400	100,0	7627	100,0

O censo de 1772 fornece, igualmente, dados referentes à composição da população quanto ao sexo e ao agrupamento dos habitantes em quatro grandes grupos de idades.

Composição da população do Paraná por sexo e grupos de idades
1772

Grupos de idades	Homens	Mulheres	Total
Menos de 7 anos	783	752	1535
7 a 14 anos	605	523	1128
15 a 60 anos	1401	1559	2960
Mais de 60 anos	147	145	292
Total	2936	2979	5915

Trata-se de uma população jovem, pois a soma dos indivíduos menores de 15 anos, representa 45,2% do total dos habitantes do Paraná. Em relação ao sexo, o grupo populacional apresenta equilíbrio, sendo o número de mulheres, pouco superior ao dos homens.

Finalmente, o censo de 1772 caracteriza a população quanto à sua condição jurídica, ou seja, população livre e escrava, esta última registrada de maneira global, sem especificar o sexo ou a idade dos escravos.

Composição da população do Paraná quanto à sua condição jurídica

Localidades	Livres	Escravos	Total
Villa de Paranaguá	1779	1414	3193
Villa de Guaratuba	180	9	189
Villa de Curitiba	1835	104	1939
Freguezia de S. Jozé	688	145	833
Freguezia de S. Antonio	460	40	500
Povoação do Yapó	973	—	973
Total	5915	1712	7627

A população escrava representava 28,8% do total dos habitantes atingidos pelo censo, porém, observa-se que, na população de Paranaguá, os escravos alcançaram proporções mais elevadas, ou seja de 44,2% dos seus habitantes. Não foram registrados escravos na povoação do Yapó, onde certamente os havia como se conhece através de outras fontes que os mencionam desde o início da ocupação dos Campos Gerais. Também, não é feita, no censo de 1772, nenhuma referência aos *"administrados"*, isto é, a índios que sob esta condição viviam junto aos colonizadores.

A propósito dessas observações convém lembrar que, para a formação do efetivo populacional paranaense, concorreram os mesmos elementos étnicos que constituiram os fundamentos da população brasileira. Assim, na composição da população do Paraná tradicional, isto é, do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da agricultura de subsistência, estão presentes o

branco, o índio e o negro, e tôda a variada gama de mestiços que caracterizam o quadro demográfico de grande parte dos países americanos e da maioria das regiões brasileiras.

A sociedade paranaense, constituída nos séculos XVII, XVIII e XIX, foi uma sociedade escravocrata, fundada na utilização da fôrça de trabalho representada primeiramente pelos índios e, mais tarde, pelos africanos e seus descendentes e mestiços (155).

A presença dêsses contingentes étnicos está registrada em vasta documentação primária, na qual aparecem arrolados sob diversas formas, como *"administrados"*, *"peças"*, *"negros"*, *"pretos"*, *"pardos"*, *"mulatos"*, *"fulos"*, *"fuscos"*, e outros. O melhor conhecimento dessas fontes documentais e também a realização de importantes estudos sôbre o Paraná, têm aberto novas perspectivas para o conhecimento de suas estruturas demográficas. A êsse respeito, era comum afirmar que o índio e o negro não haviam tido participação relevante na formação da população paranaense. Entretanto, proporcionalmente ao total de habitantes, em determinados períodos, e, sobretudo, aos gêneros de vida desenvolvidos no Paraná, os índios e negros ocupam posição significativa também na formação da população paranaense.

A participação do elemento indígena nas atividades dos primeiros povoadores do território paranaense *"que eram todos possantes de muitas peças de gentios da terra aprisionados em guerras defensivas justas e humanitárias"*, ou de índios *"descidos de suas aldeias por suas próprias vontades, para virem residir com os homens civilizados..."* (156), é registrada com freqüência em documentos oficiais ou particulares.

Vieira dos Santos, referindo-se aos provedores das minas, assinala a participação dos índios na mineração: *"Estes Provedores, as admenistravão dirigindo os seus trabalhos, por conta del'Rei, e companhias de Indios mineiros, que se achavão alistados ou aldeiados e promptos sempre a marcharem aos descobrimentos de rios ou sertões que elles desem notiçias ou seus admenistradores os quizessem levar..."* (157).

A sua utilização, no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX,

---

(155) Ianni, Octávio. As metamorfoses do escravo, p. 36. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962.
(156) Negrão, Francisco — "Curityba", *in* Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes, tomo 1, volume n.º 3, p. 236, Curitiba, 1936.
(157) Vieira dos Santos, Antonio — Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município, volume 1, p. 20. Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1951.

torna-se objeto constante, de um lado, de justificativas por parte dos povoadores que os utilizam, e de outro, de regulamentações por parte das autoridades a quem estava afeto, desde o início da colonização, o problema jurídico da legitimidade da escravização do índio.

Nos textos legais, a população indígena tinha sua liberdade assegurada, pois, *"os indios eram homens livres em virtude das leis de Sua Majestade, que Deos guarde, no dizer de seus possuidores, em cujos testamentos a que eram obrigados a fazer em a hora da morte, por serem tementes a Deos, e por desencargo de consiência pediam a seus testamenteiros e herdeiros, que como livres os considerassem, podendo apenas delles de utilizarem, isso para arreda-los do convivio das infestas nações, e para trazel-os à civilização e para o seio da Santa Religião..."* (158).

Porém, a não observância da legislação proibitiva era comum, como o assinalam as Atas da Câmara Municipal de Curitiba, ao registrar, em 1726, mais de um século após sua determinação, ordens reais para que *"se fizesse observar inviolavelmente a lei que se havia passado em des de setembro de mil seis centos e onze sobre o gentio do estado do Brazil serem conservados na sua liberdade..."*, e outras sôbre o mesmo particular e com o mesmo sentido (159).

Por outro lado, tendo em vista a insistência, sempre justificada, dos moradores em não observar tais proibições, a própria legislação acaba por indicar as circunstâncias em que a mesma pode ser violada. A Carta Régia, de 5 de novembro de 1808, ilustra bem tal orientação, ao facultar que *"qualquer morador que segurar alguns indios poderá considera-los por quinze anos como prisioneiros de guerra destinando-os ao serviço que mais lhe convier"*, estas disposições sòmente seriam revogadas pela Lei de 27 de outubro de 1831, que determinou, em seu artigo 3.º: *"Os índios todos até aqui em servidão serão dela desonerados"* (160).

Todos êstes fatos evidenciam uma surpreendente persistência de certos mecanismos de destribalização, postos em prática pelos colonizadores europeus no século XVI e que eram, ainda, operantes no século XIX (161).

---

(158) Negrão, Francisco — Memória Histórica Paranaense, p. 85. Impressora Paranaense, Curitiba, 1934.
(159) *In* Boletim do Archivo Municipal de Curityba — Rezoluções, Ordens Provizões, 1721-1735, volume X, p. 5. Livraria Mundial, Curitiba, 1924.
(160) *In* F.R. Azevedo Macedo — "Conquista pacifica de Guarapuava", p. 95. Edição Gerpa, Curitiba, 1951.
(161) Ianni, Octávio, op. cit. p. 54.

Não só no século XIX, mas em pleno século XX repetem-se processos e situações semelhantes aos do início da colonização do continente americano. A história das relações da população indígena remanescente, com os novos colonizadores trazidos pelo avanço das frentes pioneiras e pelos contingentes europeus da imigração recente, propiciou a repetição contínua de choques culturais, conflitos e violências idênticas aos que ocorreram na colonização que se convencionou histórica, ou seja a do período colonial.

No Paraná, cuja ocupação territorial foi realizada em diferentes etapas, cada avanço da colonização é assinalado por episódios que evidenciam estas afirmativas. As reações dos grupos humanos postos em contato não diferem essencialmente quer tenham ocorrido no século XVI ou no século XX. As pequenas diferenciações existentes ao se renovarem aquelas circunstâncias históricas são devidas mais às mudanças de personagens e não aos métodos empregados. Assim, na ocupação das terras paranaenses, o colonizador português foi substituído por imigrantes alemães, italianos ou poloneses, cujas experiências foram relatadas em numerosos depoimentos, alguns publicados, outros ainda inéditos. Os relatos revelam o mesmo impacto de deslumbramento dos primeiros europeus pela natureza paradisíaca americana e as mesmas características na convivência entre brancos e índios. Renovam-se os conflitos porque os índios, para defender suas terras e fugir ao extermínio, reagem atacando os estabelecimentos mais avançados e isolados dos colonos. Então reaparecem os caçadores de índios, os "bugreiros", homens de longa experiência no ofício, bem como a catequese, esta realizada, via de regra, por componentes das ordens religiosas incumbidas da assistência espiritual dos contingentes imigrados. A história do Paraná registra a atuação de missionários como frei Timotheo de Castel Novo que catequizou os índios caingangues do Tibagi, no aldeamento de São Pedro de Alcântara, ou frei Luiz de Cimitile, no aldeamento de São Jerônimo (162), ou, ainda, como o padre João Kominek, vigário da paróquia polonesa de Alto Paraguaçu que pacificou os índios "botucudos" do Taió (163).

Do mesmo modo que a presença do índio, também a presença do negro data dos primeiros agrupamentos humanos estabelecidos no Paraná, conforme as inúmeras referências existentes, tanto nas

---

(162) Loureiro Fernandes, José — Frei Luiz de Cimitile, *in* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, p. 52, tomo III, n.º 1, Curitiba, 1956.
(163) Wachowicz, Ruy Cristovam — A imigração e os xokleng do Taió, *in* Humanitas, p. 108. Anuário da Universidade Católica do Paraná, Gráfica Vicentina, Curitiba, 1968.

atividades da mineração, como naquelas que se desenvolveram posteriormente.

Em 1674, Agostinho de Figueiredo, Capitão-Mor e Governador da Capitania de São Vicente e Administrador-Geral das minas da repartição do Sul, vindo a Paranaguá, a fim de averigüar o descobrimento de minas de prata que se dizia existentes, refere-se ao Provedor das minas de Paranaguá, Manoel Lemos Conde, que o acompanhou na citada averigüação, *"com sua pessoa, filhos; e negros de seu serviço a sua custa..."* (164).

Pouco mais tarde, em 1696, as autoridades da Metrópole, eram informadas por Bernardino Freire de Andrade, que *"os homens moradores da Villa de Pernagua e na de Iguape, ficaram com algumas impossibilidades para poderem ir a descobrimentos de minas como costumavam, por causa de lhes morrerem os negros de sarampo e bexigas..."* (165).

E não apenas no litoral, mas igualmente no planalto aparecem os negros desde o começo da ocupação, operando nos diferentes setores de produção, e cresce o seu número conforme crescem os recursos dos moradores, ampliando-se as fazendas, surgindo engenhos de mate, enfim, desenvolvendo-se as suas atividades.

A utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração à agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos, e mesmo às funções de administração, conforme numerosas fontes documentais existentes.

Na análise da formação da sociedade campeira, através principalmente de autos de inventários de famílias fazendeiras dos Campos Gerais, ficou já demonstrada a importância do escravo na pecuária paranaense: *"Quasi todos os serviços da fazenda eram feitos por escravos nem sempre negros, ... porém os negros constituíam a maioria... Distinguem-se entre "criolos" e de "nação", conforme tivessem nascido no Brasil ou na África ... O número de escravos na fazenda foi em aumento desde o último quartel do século XVIII até mais ou menos em 1860, em que começou a declinar"* (166).

Outra importante fonte para o conhecimento da população escrava, quanto ao seu número e demais características, são as

(164) Vieira dos Santos, Antonio. Op. cit. p. 46.
(165) Moreira, Júlio — História da Medicina no Paraná — 1654-1822, p. 60. Edição da Associação Médica do Paraná, Curitiba, 1953.
(166) Ver página 92.

matrículas de escravos cuja obrigatoriedade foi instituída no século XVIII, sobretudo com o propósito de melhoria e aumento do sistema de arrecadação, do mesmo modo que os recenseamentos gerais introduzidos quase simultâneamente em tôdas as colônias da América, a partir de 1760. Alguns exemplos da aplicação de medidas tomadas em relação à população do Paraná para a obtenção de dados estatísticos, com tais finalidades, registram grande número de escravos nas estruturas demográficas paranaenses.

Assim, a "Matrícula Geral de Escravos do Círculo da Collectoria da cidade de Paranaguá", realizada em 1844, constitui importante fonte para o conhecimento do número e proporcionalidade da escravaria negra na população local, bem como fornece dados sôbre a composição do grupo escravo quanto à sua procedência, sexo, idade, côr e profissão, bem como o nome dos seus proprietários, possibilitando conhecer o número médio de escravos por proprietário.

Naturalidade dos escravos de Paranaguá em 1844

Naturalidade	N.º absoluto	N.º relativo
Brasil	1171	72,13
África	448	27,60
Outros países	4	0,27
Total	1623	100,00

Entre os nascidos no Brasil, 1036 eram naturais de Paranaguá, e os restantes 135 escravos haviam nascido em Antonina, Cananéia, Curitiba, e em outras cidades ou vilas brasileiras. Entre os nascidos em África, 299 traziam apenas essa designação genérica, enquanto que os outros, em escala descendente, procediam de Angola, Benguela, Cabinda, Caçanje, Congo, Loanda, Mina, Moçambique, Nagoa, Quilimane, Sofala e outras regiões africanas. Entre os escravos procedentes de outros países, três eram do Uruguai e um da Argentina.

Considerando a data em que foi realizada a matrícula referida, ano de 1844, às vésperas, pois, da extinção do tráfico negreiro, seria válido pensar que os escravos nascidos em África seriam apenas aquêles de idade mais avançada. Entretanto, estabelecida a correlação entre procedência e faixa etária, verifica-se que 70% dos escravos matriculados como oriundos da África, ocupavam os grupos de idade entre 15 e 34 anos, 28% dos escravos ocupavam os grupos de idade acima de 35 anos, e 2% dos escravos menores de 15 anos haviam nascido ainda em África. Tal fato evidencia a persistência da importação de negros, intensificada a partir da segunda déca-

da do século XIX, mesmo na medida em que aumentava a pressão inglêsa no sentido de extinguir o comércio negreiro. Assim, a importação maciça de negros, particularmente na Província de São Paulo, conforme Relatório do Presidente da Província, Almeida Tôrres, refletindo-se no Paraná e, particularmente, em Paranaguá, pôrto, aliás, de contrabando de escravos desde o século XVIII, faz com que sejam encontrados tantos jovens africanos de *"nação"* na população escrava paranaense, em meados do século XIX [167].

O incidente de grande repercussão verificado em 1850, na baía de Paranaguá, quando embarcações que realizavam o tráfico negreiro foram apreendidas pelos inglêses do Cormorant está inserido nesse contexto de persistente importação de escravos através de Paranaguá.

A composição do grupo escravo matriculado, quanto ao sexo, apresenta relativo equilíbrio, pois, o número de homens, com 52%, é apenas pouco superior ao número de mulheres, com 48%. Quanto aos grupos de côr há nítida predominância de pretos que representam 65% do total, porém, o número apreciável de mulatos escravos, em cêrca de 24%, é significativo, evidenciando o processo de branqueamento em curso, principalmente considerando-se que o número de mulatos alforriados era, via de regra, duas ou três vêzes superior ao número de mulatos escravos.

Côr e sexo dos escravos de Paranaguá em 1844

Grupos de côr	Homens	Mulheres	Total
Prêto	568	486	1054
Mulato	176	212	388
Pardo	73	70	143
Fulo	19	13	32
Fusco	5	—	5
Cafuso	—	1	1
Total	841	782	1623

O número médio de escravos em Paranaguá era pequeno, pois, 73% dos proprietários possuiam entre 1 a 5 escravos sòmente, e menos de dez proprietários, isto é, 3% dos mesmos, possuiam 30 ou mais escravos.

Embora grande o elenco de atividades desenvolvidas pelos escravos de Paranaguá, observa-se que cêrca de 50% dos mesmos estavam, em 1844, ocupados na agricultura de subsistência, ou seja

(167) Relatório do Presidente da Província de São Paulo, Almeida Tôrres, São Paulo, 1829.

no setor primário, e que pouco mais de 20% exerciam ocupações domésticas.

Número médio de escravos, por proprietário, em Paranaguá em 1844

Número de escravos	Número de proprietários
1 a 5	226
6 a 10	38
11 a 15	14
16 a 20	9
21 a 25	5
26 a 30	3
31 a 35	1
36 a 40	—
41 a 45	—
46 a 50	—
51 a 55	1
56 a 60	—
61 a 65	2
Total	309

Estrutura ocupacional dos escravos de Paranaguá em 1844

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Alfaiate	18	—	18
Alugado	2	1	3
Aprendiz	4	3	7
Barbeiro	1	—	1
Calafate	13	—	13
Carpinteiro	34	—	34
Costureira	—	18	18
Cozinheiro	7	112	119
Engomadeira	—	3	3
Ferreiro	3	—	3
Jornaleiro	1	—	1
Lavadeira	—	29	29
Lavoura	465	377	842
Madeireiro	7	—	7
Marinheiro	28	28	28
Mocamba	—	26	26
Oleiro	—	2	2
Padeiro	—	2	2
Pajem	10	4	14
Pedreiro	27	—	27
Remeiro	3	—	3

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Sapateiro	3	—	3
Servente	13	8	21
Serviço doméstico	18	64	82
Tanoeiro	2	—	2
Não declararam	178	137	315
Total	841	782	1623

Quanto à discriminação da população paranaense, por grupos de côr, os recenseamentos anteriores ao século XIX, não fornecem indicações precisas, nem para a população livre, nem para a população escrava. A partir do século XIX, os recenseamentos, embora apresentando critérios imprecisos ou discordantes, mencionam com regularidade declarações de côr da população recenseada.

O quesito "côr" foi incluído ainda no recenseamento oficial de 1872, bem como naquele realizado em 1890. No recenseamento de 1900, que ficou incompleto, não foi feita a apuração da côr, enquanto que no de 1920 foi excluída a discriminação segundo a côr, a qual voltou a ser incluída a partir de 1940, já então com um nôvo grupo de côr, o "amarelo", constituído, via de regra, pelos imigrantes japonêses e seus descendentes.

Os grupos de côr que aparecem com maior freqüência nos levantamentos estatísticos da população brasileira são: brancos, pretos, mulatos e pardos, ou as designações genéricas de mestiços ou caboclos. Evidentemente, foi sempre difícil uma delimitação precisa dos grupos de côr, tanto pela sua multiplicidade devida à imensa variedade de cruzamentos, como pelo processo de "branqueamento social", característico das estruturas demográficas latino-americanas, onde, de um modo geral, muitos habitantes de ascendência mestiça são considerados brancos.

Para a população escrava a declaração de côr era feita pelos proprietários, ou por seus prepostos, tanto na ocasião das matrículas de escravos, como nos recenseamentos, enquanto que para os demais habitantes a côr era atribuída de acôrdo com o critério do declarante ou dos aplicadores do censo. A presença de pessoas de côr, escravas ou livres, na população paranaense, em proporções que se mantém durante quase um século em tôrno de 40%, constitui um fato de relevância para o conhecimento da composição da referida população.

Composição da população do Paraná, segundo a côr, no século XIX

Anos	Brancos	Negros, mulatos e pardos
1800	58,6	41,4
1803	55,5	44,5
1822	55,1	44,9
1854*	57,2	42,9
1872	55,0	45,0
1900	63,8	36,2

(*) — Sem a população da Lapa.

Conforme as evidências apresentadas, a participação econômica e social de escravos, índios e africanos, e seus descendentes, na formação do efetivo populacional paranaense, foi bastante significativa e persistiu durante um largo período, imprimindo-lhe características que o identificam com aquêles do modêlo clássico da formação da população brasileira. Entretanto, estas características de identidade e aproximação tornaram-se menos visíveis porque o quadro demográfico do Paraná foi substancialmente alterado, durante a segunda metade do século XIX, pelas transformações econômicas da sociedade tradicional paranaense.

A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da fôrça de trabalho representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno, e de outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes. Êstes fatos estão em conotação com outras ocorrências havidas na sociedade global brasileira e contribuiram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná. A expansão ecológica da economia de exportação deslocando para São Paulo o centro da produção cafeeira coincidiu com a extinção do tráfico de escravos, tornando angustiante o problema da mão-de-obra nos cafèzais paulistas e provocando a conseqüente mobilização da escravaria existente em várias regiões do Brasil. Para atender à carência de braços na lavoura cafeeira de São Paulo foi grande o número de escravos recrutados, inclusive no Paraná. O comércio interno de escravos que alcançaram, em tais circunstâncias, alto preço, encontra-se amplamente documentado. A saída de escravos do Paraná, com esta finalidade, ficou registrada inclusive nos mapas de arrecadação da Receita Pública Ordinária da Província, conforme Relatórios da Tesouraria Provincial. Nêles estão relacionados os impostos cobrados pela entrada e saída de mercadorias através dos limites do território paranaense, e consta entre os mesmos o *"imposto sôbre escravos que sahiram da Província"*, bem como a importância respectiva arrecadada. Desde 1865,

foi de tal maneira grande a aquisição ou o arrendamento de escravos do Paraná, para as fazendas de café que, em 1867, o impôsto arrecadado pela Província, sôbre escravos que saíam para São Paulo *"era quase igual ao impôsto sôbre animais"* (168).

Dessa maneira, diminuiu o número de escravos no quadro populacional do Paraná, ocorrência que, por sua vez, propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo imigratório que se intensifica no Brasil motivado, principalmente, pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto de exportação, como na de subsistência. Na verdade, a mobilização da escravaria pela lavoura paulista de café, desfalcou o meio rural brasileiro de mão-de-obra, de tal maneira que comprometeu todo o sistema de abastecimento de gêneros alimentícios, ocasionando a falta e a elevação dos preços dos mesmos. A vinda de *"colonos morigerados e laboriosos"* passou a ser considerada como único meio adequado para solucionar o problema da crise de escassez e carestia de produtos agrícolas (169).

Assim, à tríade étnica fundamental: índio, português e negro, vieram somar-se novos elementos étnicos, principalmente europeus, na composição do quadro demográfico do Paraná. Os contingentes de imigrantes, de origem e procedência heterogêneas, imprimiram à população paranaense sua principal característica, ou seja a grande variedade étnica, constituindo o quadro populacional paranaense verdadeiro mosaico étnico-cultural, no qual estão representados povos e culturas os mais diversos.

Crescimento da população do Paraná nos séculos XVIII e XIX

Ano	Total de habitantes	Crescimento da população %
1721	3.400	—
1772	7.627	124
1800	21.843	542
1816	27.097	697
1822	32.678	861
1836	42.890	1.161
1847	47.950	1.310
1854	62.258	1.731
1872	126.722	3.627
1890	249.491	7.238
1900	327.136	9.522

(168) *In* Relatórios do Presidente da Província do Paraná, anos de 1865 e 1867.
(169) Notas Estatísticas sôbre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil, p. 11. Rio de Janeiro, 1860.

Emancipação do Paraná - Representação dos eleitores de Paranaguá.

Comércio da Comarca - Representação da Câmara de Paranaguá.

Despacho real à representação da Câmara de Paranaguá.

TIPOS DE NAVIOS QUE FREQUENTARAM O PÔRTO DE PARANAGUÁ NO SÉCULO XIX

Tipo de navios que frequentavam o pôrto de Paranaguá no século XIX.

PORCENTAGEM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, QUANTO AO VALÔR, EXPORTADOS ATRAVÉS DO PÔRTO DE PARANAGUÁ NO ANO DE 1826

69,81 %
8,93 %
8,21 %
7,12 %
2,07 %
1,71 %
1,15 %
1,00 %

Congonha
Amarras e viradores, cabos de embé e betas
Madeiras
Arroz pilado
Açucar
Cal
Toucinho
Diversos

Exportação através do pôrto de Paranaguá, no ano de 1826.

POPULAÇÃO DO PARANÁ EM 1854

Têrmos	1854	Quarteirões	Sexo		Idades			Estado			Cores			ESCRAVOS	SOMA	TOTAL DOS TÊRMOS
			Homens	Mulheres	Até 21 anos	Até 40 anos	Mais de 40	Solteiros	Casados	Viúvos	Brancos	Mulatos	Pretos			
1.º	Paranaguá	20	3134	3399	3118	2075	1340	4667	1509	357	4150	1109	1274	1274	6533	11573
	Guaraqueçaba	14	1740	1736	1957	957	562	2201	1122	153	2846	382	248	248	3476	
	Guaratuba	10	775	789	938	415	211	1082	424	58	736	630	198	175	1564	
2.º	Antonina	12	2098	2062	2410	1168	582	2974	990	196	2664	604	892	838	4160	4160
3.º	Morretes	9	1856	1853	1975	1233	501	3001	434	224	1563	1234	912	755	3709	3709
4.º	Curitiba	27	3433	3358	4236	1899	656	5115	1494	182	4624	1293	874	578	6791	20529
	S.José dos Pinhais	20	2301	2359	2881	1251	528	3286	1208	166	2696	992	972	363	4660	
	Campo Largo	14	1783	1907	2182	1000	508	2470	1064	156	2101	979	610	359	3690	
	Palmeira	7	900	918	1037	518	263	1326	373	119	1028	427	363	269	1818	
	Iguaçu	6	831	821	893	471	288	1143	460	49	952	629	71	71	1652	
	Votuverava	14	1070	948	1255	531	232	1390	569	59	1060	815	143	126	2018	
5.º	Principe	..	2562	2844	1916	1723	1767	3121	1829	456	....	....	....	1858	5406	7290
	Rio Negro	4	957	927	1191	464	229	1247	590	47	868	952	64	77	1884	
6.º	Castro	16	2893	3006	4009	1094	796	3952	1413	534	3618	1295	896	798	5899	11643
	Ponta Grossa	17	1652	1381	1572	986	475	1865	1021	147	1889	746	398	1059	3033	
	Jaguariaiva	2	688	383	627	318	126	638	320	63	490	260	321	440	1071	
	Tibagi	7	750	890	931	408	301	1188	410	42	501	492	347	354	1640	
7.º	Guarapuava	19	1349	1171	1356	551	310	1762	674	84	1193	909	418	379	2520	3254
	Palmas	3	447	287	411	263	60	529	186	19	354	220	160	158	734	
	SOMA	212	31219	31039	34895	17623	9735	43007	16140	3111	33633	13968	9251	10189		62258

In Relatório do Presidente da Provincia do Paraná, *Zacarias de Goes e Vasconcellos*, Anexos, Curitiba, 1854.

Embora as contagens e estimativas da população paranaense, nos séculos XVIII e XIX, deixem bastante a desejar, permitem, entretanto, acompanhar o crescimento da população durante um período amplo de dois séculos.

No século XVIII a população paranaense manteve-se diminuta e aumentou apenas em 124% em cinqüenta anos. No decorrer do século XIX o aumento, em números absolutos, foi mais significativo, pois a população passou de 21.843 para 327.136 habitantes. Assim, no século XVIII a população cresceu apenas entre 6 a 7 vêzes, ao passo que no século XIX cresceu entre 14 e 15 vêzes. O crescimento relativo nos dois séculos foi de 9.522% sôbre o ano base de 1721.

Até o ano de 1900 a densidade populacional do Paraná era de apenas 1,6 habitantes por quilômetro quadrado. Na realidade, a população paranaense ocupava efetivamente apenas um têrço do território, constituído pelos antigos têrmos da 5.ª Comarca de São Paulo que compreendiam as cidades de Paranaguá, Curitiba, Castro e suas vilas e freguesias.

ECONOMIA PROVINCIAL

A medida que o século XIX avançava, a economia provincial passava de um aspecto de subsistência para uma fase de comércio. A produção para exportação substituiu quase que por completo a produção de subsistência da própria comunidade. Dois negócios passaram a dominar: a exportação de erva-mate e o comércio de tropas muares, compradas no sul, invernadas no Paraná e vendidas nas Feiras de Sorocaba. Negócios rendosos e fáceis como eram (pois a erva-mate é nativa e não exige cultura, e o comércio de animais, embora exigisse capital, propiciava rendas com o simples arrendamento dos campos para os períodos de invernagem) — encerraram dentro de seus quadros de atividades, a maioria da população, que abandonava cada vez mais os trabalhos da agricultura. E à medida que isso acontecia, ia-se agravando a endêmica crise de abastecimento.

Segundo informação de um contemporâneo, a população da

Província, no ano de 1860, era mais ou menos de 80.000 habitantes, espalhados por tôdas as áreas do litoral, do planalto curitibano, dos Campos Gerais e dos campos de Guarapuava e Palmas.

Como a economia era baseada na produção para exportação, o abastecimento dessa população era feito predominantemente pela importação de artigos do exterior e das outras Províncias.

A lavoura, tratada por uma pequena parcela da população, *"nem sequer preenche as exigencias do consumo"* — informava um Relatório de 1860 (170).

Na economia da erva-mate empregava-se grande parte da população do litoral, do planalto curitibano e dos Campos Gerais. Apesar de ser a exportação da erva o negócio fundamental para as rendas da comunidade, os contemporâneos já percebiam com lucidez os perigos da não diversificação da produção, e os males que a concentração dos esforços na produção de erva traziam à economia paranaense. *"A industria que explora a erva-mate* — opinava aquêle Relatório de 1860 — *goza de predicados que torna dificil, se não impossivel, outra industria no estado atual da Provincia, pois, por pouco que se empregue na exploração do produto, tem-se lucro muito mais subido do que aquele que podia dar-lhe o trabalho do cultivo da terra"* (171). Multiplicam-se, no correr do século, as advertências dos Presidentes da Província. Em 1856, o Relatório presidencial lamentava que a erva-mate tivesse matado definitivamente a cultura do trigo: *"a fabricação da erva-mate que, com pouco trabalho, oferecia um produto lucrativo aos nossos incolas, deu o último garrote àquela interessante indústria (a cultura do trigo)"*. O Presidente de 1857 repisava: *"o corte da erva-mate, pela suavidade do trabalho e exorbitância do lucro, continua a monopolizar a atividade dos lavradores de serra acima"*. Referindo-se a uma crise nos mercados platinos, devido às revoluções, alarmava-se o Presidente de 1861, dizendo em seu Relatório que nos bons tempos da erva, a sua exploração tinha absorvido todos os outros ramos da pequena e grande lavoura, e que naquele ano não havia perspectiva de melhora, *"temendo-se a completa extinção desse comercio, com o empobrecimento definitivo da Provincia"*. Apesar disso, o Relatório presidencial de 1868 informava que na colheita, preparo e fabrico do mate, aplicava-se a maior parte da população da Província. Ao redor da economia do mate tinham-se criado as indústrias complementares, as fábricas de barrica e surrões de cou-

(170) Memória de José Matias Ferreira de Abreu, sôbre o estado da agricultura no País e na Província do Paraná, 1860. Ms. do Arquivo Público do Paraná.
(171) Memória citada acima.

to para o acondicionamento da exportação, e um sistema de transporte que empregava muita gente. O Presidente Carlos de Carvalho advertia em 1882: *"a erva-mate não deve ser a principal, se não a unica, exportação da Provincia. É um perigo"*.

Por outro lado, nas áreas dos campos, o comércio de muares, apoiado nas fazendas de criação de gado, atraía outra grande parte da população nas suas várias camadas sociais. Dizia o acima citado do Relatório de 1860: *"a criação de gado é paixão dominante. O habitante do campo rota a terra o menos que pode, e como meio para alimentar e desenvolver sua industria predileta, na qual emprega toda a sua atividade e tempo; o serviço agricola para ele é imposição da necessidade, uma precisão que não pode evitar; fa-lo forçado sem dedicação nem prazer e o considera de ordinario como um desvio da industria para que nasceu, para que tem queda e que ele julga mais belo e nobre... Neste estado o lavrador deixará de se-lo logo que lhe seja possivel a profissão preferida e empregará na compra e educação de animais o produto da exploração da terra que rotear."*

Essa estrutura econômica, inteiramente dependente dos mercados externos, completava-se com o comércio de importação, por onde se provia a maior parte do abastecimento da população.

O Rio de Janeiro era o *"emporio do sul do Imperio"*. As mercadorias estrangeiras importadas pelas firmas, geralmente portuguêsas, do Rio, eram comercializadas nas Províncias do sul. Contra essa subordinação aos monopolistas do comércio importador, tentou-se promover a importação direta do exterior para os portos do Paraná. Mas os comerciantes paranaenses, inteiramente dominados pelo sistema de crédito aos importadores portuguêses do Rio, não tinham a experiência do comércio internacional. *"Convinha animar-se a importação direta da Europa para a Provincia* — dizia em seu relatório o Presidente de 1881 — *porque recebendo esta imediatamente dos mercados produtores as mercadorias de que carecesse, maiores lucros aufeririam os comerciantes, não pagando aos intermediarios e podendo assim oferecer mais vantagens aos proprios consumidores"*. Convencia-se, porém, de que isso não seria possível enquanto a Província não tivesse alguns produtos de exportação para os países europeus, para *"em retôrno, com êles carregarem-se os navios que trouxerem-nos as mercadorias"*.

Era, pois, a Província do Paraná inteiramente dependente das outras Províncias, na sua economia. O valor das importações era maior que o das exportações, e apesar disso, pôde manter-se essa

situação enquanto a Província recebia do Govêrno Central *"grande numerario, primeiramente para os serviços de imigração e, mais tarde, para os trabalhos de construção de estradas de ferro"*. Como essas contribuições em dinheiro, oriundas do Govêrno Central, iriam cessar, dizia o Presidente em seu Relatório de 1886 que a Província iria entrar *"em serias perturbações até que chegasse ao forçoso equilibrio"*, pois o valor da importação paranaense era *"calculada em menos de seis mil contos e a nossa exportação não alcança o valor de quatro mil contos"*; o Govêrno Central enviava quinhentos contos, havendo, pois, *"um excesso de mil e quinhentos contos entre o consumo e a produção"* (172).

As mercadorias importadas pelos comerciantes portuguêses do Rio eram remetidas aos comerciantes de Curitiba com a garantia apenas do crédito pessoal dêstes, e êstes as revendiam para os pequenos comerciantes do interior da Província, nas mesmas condições. *"A importação foi excessiva nos anos que se seguiram á criação da Provincia, e com o excessivo provimento do mercado, houve uma conseqüente baixa de preços e perda do crédito pessoal"* dos comerciantes.

Procurando expressar essa instabilidade que provinha da própria estrutura econômica inteiramente dependente do exterior, dizia em 1882 o Presidente Carlos de Carvalho: *"as funções econômicas do Paraná não estão perfeitamente definidas"*.

Foi para definir essas funções que o govêrno provincial, desde os meados do século XIX, desenvolveu uma ativa política de imigração européia e de colonização agrícola.

A ERVA-MATE E A MADEIRA

Desde que, a partir de 1811, os moradores da 5.ª Comarca da Capitania, depois Província de São Paulo, passaram a reclamar govêrno próprio, sempre o fizeram, entre outras razões, alegando que a agricultura e o comércio paranaenses não tinham maior progresso em virtude da pouca atenção que o Govêrno da Capitania

(172) **Relatório do Presidente Faria Sobrinho, 1886.**

ou o Govêrno Provincial dispensavam aos negócios da Comarca, indiferentes aos seus problemas e às representações de seus habitantes.

Estes, por êsse tempo, tinham sua vida econômico-social fundada no latifúndio campeiro, sobretudo dos Campos Gerais. Primeiro, a criação e a exportação do gado vacum, depois a "invernagem" e o comércio das tropas de mulas, vindas do Sul para os mercados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, foram as atividades econômicas que rendosamente haviam ocupado os paranaenses desde o século XVIII e grande parte do século XIX. No mais, era a lavoura de subsistência, cujos produtos via de regra não eram objeto de comercialização. Registra-se apenas um incipiente comércio de "bens pobres" no litoral, através do pôrto da foz do rio Taguaré, permitindo a troca de arroz, bêtas de embé, farinha de mandioca, feijão, congonhas, lenha, tudo em pequena escala, pelos panos e riscados para o vestuário e pelo sal de que necessitavam e não produziam na terra.

Assim, ao inaugurar-se o século XIX, embora estruturada a vida econômica do Paraná em tôrno do latifúndio campeiro, e também por êle condicionada, longe estava a 5.ª Comarca de contar com um comércio animado, baseado na produção de atividades industriais das vilas paranaenses.

Sua exportação no ano de 1801 alcançava apenas a importância de 9:981$370 enquanto que a exportação total da Capitania de São Paulo era de 614:543$435, ou seja sòmente 1,62% desta.

As relações comerciais, nesse ano, eram mantidas apenas com o Rio de Janeiro, Bahia, Santos e Santa Catarina. De mais longe vinha ùnicamente o sal, de Pernambuco. Era, enfim, ainda, a troca do arroz, das bêtas e de alguma congonha, pelo algodão e o sal.

Entretanto, os paranaenses, desde os primórdios da ocupação da terra, conheciam bem o uso e as virtudes da erva-mate, embora mesmo no século XVIII fôsse mantida uma produção doméstica e de consumo quase que exclusivamente local. É certo que o próprio Ouvidor Rafael Pires Pardinho observara, em 1721, o uso do mate e suas possibilidades de comercialização. Desejando melhorar a vida, que lhe pareceu miserável, dos moradores das Vilas de Paranaguá e Curitiba, aconselhara ao rei de Portugal que permitisse pudessem êles ir à nova Colônia do Sacramento, a fim de ali venderem suas congonhas.

Porém, apesar da Provisão Régia de 29 de abril de 1722, em

favor dêsse comércio, prevendo mesmo a sua introdução no mercado de Buenos Aires, êle não se realizou, continuando restrito, por todo o correr do século, às pequenas permutas com os barcos que aportavam em Paranaguá.

Desaproveitada a concessão, por quase um século, como bem nota Vieira dos Santos, a "*Comarca veio a perder um cabedal possante de alguns milhões de pesos que podiam andar em giro do país, e fazer a felicidade de muitas famílias*" (173).

Sòmente quando, um século depois, em virtude das dificuldades políticas, foi quase impossível o comércio da erva paraguaia com os mercados de Buenos Aires e Montevidéu, e "*vinha-se destas cidades procurar o mate em Paranaguá*" (174), é que foram ampliados os horizontes comerciais da 5.ª Comarca.

Nessa conjuntura veio a Paranaguá, o argentino Francisco de Alzagaray, "*especulador ativo que vendo estagnado o comércio que havia da erva paraguaia com Buenos Aires quis suprir aquela falta, introduzindo a dêste país naquele mercado e achando ter merecimento e aprovação para ali encaminhou seu comércio estabelecendo a primeira fábrica de seu beneficiamento em Paranaguá*". E, assim, abrindo os olhos "*aos ignorantes Paranaguenses, e povos comarcãos que bem alheios estavam de possuirem no seu solo um dos mais preciosos vegetais que produz a natureza... é que principiou a ressurgir do esquecimento*" a possibilidade do aproveitamento comercial da erva-mate paranaense, como observa Vieira dos Santos.

As técnicas de beneficiamento, fabricação e acondicionamento introduzidas por Alzagaray, fundamentadas nas práticas ervateiras platinas e paraguaias, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial do mate paranaense e, sobretudo, para a sua colocação nos mercados externos.

A êle, outros se seguiram nos trabalhos do mate, surgindo assim, no litoral, os primeiros "engenhos de soque", como os de Manuel Miró e de Antonio Ricardo dos Santos, iniciando-se, de fato, a fase do aproveitamento industrial do mate e da sua efetiva comercialização externa. Antonio Ricardo dos Santos estabelecera o primeiro soque hidráulico e obtinha o beneficiamento de 120 arrôbas diárias de erva. Aliás, a marca A. R. Santos foi, na ver-

---

(173) Vieira dos Santos, Antonio — Memória Historica, Chronologica Topographica e descriptiva da Vila de Morretes e do Pôrto Real vulgarmente Pôrto de Cima, p. 27, nota 9, tomo 1, Museu Paranaense, Curitiba, 1950.

(174) Saint-Hilaire, Auguste — Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine, p. 159, Arthur Bertrand Librairie-Editeur, Paris, 1851.

dade, a primeira a impor a aceitação do produto paranaense nos mercados platinos[175].

A extração da erva paranaense ganha volume na década de 1820 e acaba por conquistar aquêles mercados. Buenos Aires e Montevidéu eram tradicionalmente supridas pela erva paraguaia, porém os obstáculos opostos por Francia ao comércio do seu país, desde 1813, haviam dificultado sua presença no Prata. Tais obstáculos chegariam ao estabelecimento do monopólio governamental e à completa proibição de exportação da erva paraguaia, o que, sem dúvida, iria aproveitar aos paranaenses, cujo produto encontrava naquele do Paraguai, o seu mais temível concorrente.

Já, no ano de 1826, decorrido apenas pouco tempo da chegada de Alzagaray a Paranaguá, a exportação da erva-mate constituía a base de todo o comércio exterior da 5.ª Comarca, através do pôrto de Paranaguá, predominando sôbre os demais produtos, com larga margem, e atingindo a 69,81% da exportação total do Paraná.

Montevidéu era, nesse momento, o grande comprador da erva paranaense, seguido de Buenos Aires, e fôra já estabelecido o comércio com o Chile. No Império, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santos também compravam, ainda que em pequena escala, a erva do Paraná. Animado pela exportação da erva, vinham ao Pôrto de Paranaguá, a fim de realizar seu carregamento, bergantins, galeras e sumacas, na sua maioria nacionais, mas já alguns estrangeiros, de maneira que, em 1827, era criada a Alfândega de Paranaguá.

Apesar das dificuldades para o transporte, em virtude da ausência de boas vias de comunicação com o litoral, também serra acima, em Curitiba, começam a surgir os engenhos de soque. Em 1832, Fidelis da Silva Carrão, associado a José Inácio de Loyola, organiza um engenho nesta cidade, e, pouco depois, em 1834, Caetano José Munhoz fundava o "engenho da Glória" que iria originar as "Imperiais Fábricas de Erva-Mate", de Francisco Fasce Fontana.

Desta maneira, quando, em 1842, foram renovadas mais intensamente as pretensões dos paranaenses, relativas à emancipação político-administrativa da 5.ª Comarca, elas se apresentaram sobretudo em nome da necessidade da expansão do comércio, focalizadas em tôdas as petições as suas grandes fontes de renda, quais sejam o comércio de tropas com a Província do Rio Grande do Sul e o comércio exterior da erva-mate, realizado principalmente com o Prata e o Chile.

(175) *In* Newton Carneiro, um precursor da justiça social, Curitiba, 1965.

Este, pela importância adquirida nos últimos anos, polarizava mesmo as atenções. A representação de 1843, da Câmara Municipal de Paranaguá refere expressamente: "*O comércio que anteriormente se tinha conservado em estreito circulo, há anos já tem tomado não pequenos desenvolvimentos, pois que, tem sido tal o seu progresso que tem quadruplicado o número de transações, geralmente, êle se estende a todos os objetos que no país se comercia; porém especialmente os gêneros que ocupam grande parte dos habitantes dêste Município, em cuja indústria empregam seus capitais são a erva de mate, aguardente, exportação de madeiras, etc. sendo que entre todos êstes, a erva ou mate, o de mais importância, porquanto êste gênero ocupa quase dois têrços dos capitais em giro tendo chegado a grande perfeição sua produção e fabrico*"[176].

Graças ao comércio exportador da erva-mate, através do pôrto de Paranaguá, no exercício financeiro de 1850-1851, quando a exportação total da Província de São Paulo alcançava a importância de 4.819:029$607, a 5.ª Comarca concorria já com 630.277$938, ou seja, passara de 1,62%, em 1801, para 13,09%, da exportação total de São Paulo. Da exportação paranaense, 86% era representado pela erva-mate. Assim, atingia o Paraná o momento da sua emancipação provincial.

Movimento do Pôrto de Paranaguá

Navegação de longo curso

Anos	Entradas			Saídas			Total		
	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.
51/52	73	20.697	861	80	23.100	1036	153	43.797	1897
52/53	42	13.178	516	51	13.861	588	93	27.039	1104
53/54	52	15.421	566	57	16.308	649	109	31.729	1215
54/55	62	16.291	658	67	18.297	711	129	34.588	1369
55/56	68	16.823	676	54	14.282	566	122	31.105	1242

Navegação com o Rio da Prata

Anos	Entradas			Saídas			Total		
	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.
51/52	45	11.280	535	69	17.896	896	114	29.176	1431
52/53	29	8.036	350	45	10.930	494	74	18.966	844
53/54	36	8.693	391	43	9.448	468	79	18.141	859
54/55	52	12.454	546	58	14.358	605	110	26.812	1151
55/56	14	7.542	360	46	10.451	462	80	17.993	822

(176) Vieira dos Santos, Antonio — Memória Histórica Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio, p. 320, 2.º tomo. Museu Paranaense, Curitiba, 1951.

Navegação de cabotagem

Anos	Entradas			Saídas			Total		
	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.	N.º	Ton.	Eq.
51/52	126	7.421	792	111	5.634	664	237	13.055	1426
52/53	113	6.978	641	106	5.030	562	219	12.008	1203
53/54	144	8.618	891	116	5.865	599	260	14.483	1151
54/55	140	9.607	1056	108	6.723	641	248	16.330	1697
55/56	149	11.540	1067	78	4.977	426	227	16.517	1493

Exportação paranaense

Anos	Fora Império	Império	Exportação e baldeação	Total
51/52	884:020	74:082	9:964	968:066
52/53	551:140	70:283	8:019	629:442
53/54	872:453	89:745	7:991	970:189
54/55	811:622	68:998	74:254	954:874
55/56	1.664:428	89:294	40:458	1.794:180

Principais produtos da exportação paranaense

Anos	Erva-mate		Arroz pilado		Madeiras	Diversos	Total
	Arrôbas	Valor	Alqueires	Valor	Valor	Valor	Valor
51/52	437.982	845:234	5.946	14:127	60:348	48:357	968:066
52/53	307.896	527:620	4.151	15:130	47:290	39:402	629:442
53/54	466.022	839:414	10.236	41:132	36:106	53:537	970:189
54/55	364.907	731:885	12.682	49:081	71:284	104:720	954:874
55/56	407.018	1.571:861	16.877	84:386	47:694	90:239	1.794:180

Exportação paranaense de erva-mate

Anos	Fora Império		Império		Total	
	Arrôbas	Valor	Arrôbas	Valor	Arrôbas	Valor
51/52	466.524	830:666	7.458	14:568	473:982	845:234
52/53	300.523	514:348	7.373	13:272	307.896	527:620
53/54	458.127	825.195	7.895	14:219	466.022	839:414
54/55	358.605	715:650	6.302	16:235	364.907	731:885
55/56	403.567	1.558:536	3.451	13:325	407.018	1.571:861

Importação paranaense

Anos	Mercadorias estrangeiras importadas diretamente	Mercadorias estrangeiras importadas p/cabotagem	Mercadorias nacionais importadas p/cabotagem	Total
51/52	44:256	1.110:992	304:635	1.459:883
52/53	68:717	1.061:432	218:069	1.348:218
53/54	120:691	1.272:600	224:907	1.618:198
54/55	44:341	1.451:861	175:257	1.671:459
55/56	11:292	1.726:034	424:696	2.162:022

Com a introdução dos engenhos a vapor, desde 1858, quando João Antonio Pereira Alves, montou um, no litoral, com a capacidade de moer diàriamente 400 arrôbas de erva, ou seja mais de 30% do que os outros, a exportação do mate teria incremento, favorecida novamente na época da Guerra do Paraguai. Outros melhoramentos mecânicos, da criação principalmente de Francisco de Camargo Pinto, e introduzidos por Ildefonso Pereira Correia, fariam da erva, até a década de 1930, o principal produto da exportação paranaense.

Em 1853, ainda que não com as mesmas proporções, outros produtos alimentavam o comércio paranaense, através do pôrto de Paranaguá, principalmente o arroz pilado e as madeiras.

A exportação de madeiras desde tempos era também praticada pelos paranaenses. Eram, contudo, madeiras de lei do litoral. Na lista geral de exportação do ano de 1801, dúzias de tabuado e de ripas eram exportadas para o Rio de Janeiro e Bahia. Em 1826, a exportação de madeiras concorria com 8,21% da exportação total da 5.ª Comarca. Eram exportados raios e eixos, portadas, lenha, vigas e tirantes, tábuas e pranchões, ripas e varas, paus tortos e curvas. O Rio de Janeiro era o grande comprador das madeiras exportadas, nessa época, através do pôrto de Paranaguá. Montevidéu aparece em segundo lugar, comprando todos os raios, eixos e portadas, bem como quase tôda a lenha exportada por Paranaguá. Pequena parte das madeiras seguia ainda para o Chile, Rio Grande, Pôrto Alegre e Laguna.

No exercício de 1850-1851, a exportação de madeiras diversas e lenha alcançava porém, apenas, 3,5% do total da exportação da Comarca. No Relatório do presidente Nabuco d'Araújo, à Assembléia Provincial, em São Paulo, não há referência, ainda, a qualquer estabelecimento fabril operando com madeiras na 5.ª Comarca.

Existiam apenas, em Curitiba, 11 engenhos de açúcar e 32 de mate; em Paranaguá, 12 de arroz; em Antonina, 6 de arroz, e, em Morretes, 47 de mate, sendo 8 em decadência. Contudo, no Relatório apresentado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, à Assembléia Provincial do Paraná, em 1854, o presidente da nova Província refere a existência de engenhos de serrar madeiras, em muito menor número do que aquêles de socar erva.

Zacarias avaliava bem a situação da exploração de madeiras no Paraná: *"O comércio de madeiras há de, sem dúvida, prosperar consideràvelmente, no futuro, atenta a imensa cópia delas (próprias não só para diversas obras como para construção naval) que*

existe tanto no litoral, como serra acima, onde os olhos dos viandantes descortinam matas sem fim de pinheiros, por ora só aproveitadas no limitadíssimo consumo desta parte da Província, e que sòmente esperam, para descerem a prover maiores mercados, uma estrada que, ao contrário das atuais, permita conduzi-las a um bom pôrto de embarque" [177].

Assim, ao instalar-se a Província do Paraná, era realizada apenas a exportação de madeiras de lei do litoral, como cedro, imbuia, canela preta, sassafraz, carvalho, araribá, peroba e outras, enquanto que o pinho era utilizado apenas nos limites de serra acima, dadas as dificuldades de transporte para o litoral.

Dêste, *"todos os anos despacham 6, 8 ou mais navios de grande capacidade com carregamentos de madeiras... embarcam de cada viagem 300 a 400 vigas, e grandes quantidades de pranchões das melhores madeiras; e depois, vêm despachá-los em Paranaguá, como caibros, ripas, lenha, etc., etc., ou trocam o nome das madeiras proibidas que embarcam"*. Desta maneira, em 1860, o inspetor da alfândega de Paranaguá denunciava no seu Relatório, a devastação das madeiras de lei do litoral e o verdadeiro contrabando que delas era exercido. O presidente da Província, em Relatório do ano anterior, mencionava já a existência de 29 engenhos de serrar madeiras, no Paraná.

Porém, sòmente após abertura de estradas compatíveis ligando o planalto curitibano ao litoral seria possível o desenvolvimento da exploração da madeira de pinho. Dizia, em 1872, o presidente da Província: *"...é verdade que a estrada da Graciosa já vai proporcionando facilidade à exportação do pinho, e a estrada de ferro, a cujos estudos se procede, em breve abrirá fácil caminho a êste ramo de negócio que sem dúvida se tornará muito importante e contribuirá para aumentar a renda"* [178].

Concluída a abertura da estrada da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina, em 1873, mas sobretudo aquela da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885, e, em 1891, o ramal Morretes-Antonina, poderiam realizar-se as expectativas de exploração do pinho paranaense. A primeira tentativa dessa exploração foi aquela empreendida, em 1872, pela Companhia Florestal Paranaense, fundada por Antonio Pereira Rebouças Filho, a qual, entretanto, pelos mesmos motivos da ausência de vias de comunicação com o litoral,

(177) Goes e Vasconcellos, Zacarias de — Op. cit. p. 74 e 75.
(178) Relatório do Presidente da Provincia, Venâncio José de Oliveira Lisboa, à Assembléia Legislativa Estadual, em 15 de fevereiro de 1872, p. 82. Curitiba, 1872.

que dessem possibilidade de escoamento à madeira, acabou dissolvendo-se.

Relata o presidente da Província: *"Atendendo a tão importante ramo de comércio, pois o Paraná pode abastecer de pinho aos mais exigentes mercados, organizou-se na Côrte uma associação com o título de Companhia Florestal Paranaense, que montou uma importante fábrica a vapor na Borda do Campo, a 25 quilômetros desta cidade, com o fim de explorar o comércio de madeiras, principalmente de pinho..."*, porém, *"a Companhia Florestal não tem podido vencer as dificuldades com que até hoje tem lutado. A estrada da Graciosa, que já não permitia o fácil transporte das madeiras por suas inúmeras voltas, arruinou-se por muito tempo, e a Companhia não pôde dar saída à grande quantidade de madeiras que preparara"* [179]. Em conseqüência, foi obrigada a paralisar as suas atividades, despedindo inclusive os seus empregados.

Ainda, em 1881, o presidente João José Pedrosa dizia à Assembléia Legislativa: *"A madeira, por enquanto, apenas alimenta uma pequena indústria para o consumo dentro da Província, havendo-se malogrado, por má direção e dificuldades de transporte, a importante emprêsa da Florestal Paranaense, hoje abandonada"*. Manifestava, entretanto, confiança na construção da estrada de ferro [180].

Alguns anos depois, o presidente Faria Sobrinho afirmava: *"Depois do insucesso da Companhia Florestal Paranaense, cuja organização tem sido qualificada de prematura e, no entanto, muito capital então alucinou, esta indústria extrativa permaneceu, por espaço de doze anos, com sua atividade restringida ao consumo local de cada povoação"*. O presidente da Província afirma, ainda, que após a experiência da Florestal, foi nula a exportação do pinho paranaense durante alguns anos, reiniciando-se em 1886. Observa que *"alguns estabelecimentos de importância estão se fundando para exploração dos pinhais mais próximos da estrada de ferro"*. Seria de fato esta a marcha das serrarias, primeiramente ao lado ou nas proximidades das linhas férreas, distanciando-se delas porém com o tempo e a conseqüente devastação das matas próximas de araucárias.

Entre os estabelecimentos referidos por Faria Sobrinho, dois sobressaíam; um, de Ildefonso Pereira Correia e Cia., situado entre

(179) Relatório do Presidente da Provincia, Adolpho Lamenha Lins, à Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1876.
(180) Relatório do Presidente da Provincia, João José Pedrosa à Assembléia Legislativa Provincial, em 16 de fevereiro de 1881.

a Vila de São José dos Pinhais e a Freguesia de Piraquara que *"tem já funcionando algumas máquinas de serrar movidas por uma locomotora de 20 cavalos, que dão a produção de 500 peças serradas diàriamente"*, e aquêle de Desmarais e Cia.

O pinho paranaense, de qualidade já comprovada na época, tinha possibilidades de conquistar os mercados do Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, bem como aquêles externos de Montevidéu e Buenos Aires.

Entretanto, dentro do próprio Império, sofria grandes obstáculos na sua colocação, em virtude de contrariar interêsses de importadores do pinho americano e sueco. *"Infelizmente, a introdução dêle no mercado do Rio de Janeiro, para onde tem sido mais avultada a nossa exportação, está sofrendo viva guerra por parte dos negociantes em grosso de madeiras importadas dos Estados Unidos e do Báltico"* (181).

A produção do pinho paranaense encontrara, porém, grande estímulo na administração de Faria Sobrinho que concedera, com apoio legislativo, a isenção de impostos provinciais e municipais, além de conseguir tarifas especiais para o transporte da madeira pela estrada de ferro.

Nessa época, o pinho paranaense tinha ainda outra destinação de importância, aliada à exportação da erva-mate: *"Convém notar que as barricas em que se acondiciona o mate são aqui feitas em madeira de pinho (Araucaria Brasiliensis), cuja indústria representa um valor de 300:000$000"* (182) o equivalente, portanto, a 10% do total da exportação de erva-mate, no ano de 1882.

Embora as dificuldades iniciais, a indústria da madeira continuou a desenvolver-se na última década do século, de tal maneira que, em 1900, já eram realizadas exportações regulares para o Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires.

No final do século, aliás, entre 1896 e 1899, existiam no Paraná, sobretudo ao longo da linha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 64 serrarias em produção.

Foi, porém, a partir da Guerra de 1914-1918, sobretudo do exercício de 1915-1916, que a exportação das madeiras paranaenses, principalmente do pinho, tomou maior incremento, mesmo porque

(181) Relatório do Presidente da Província, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, em 30 de outubro de 1886.

(182) Relatório do Presidente da Província, Carlos de Carvalho, em 26 de maio de 1883, p. 92. Curitiba, Paraná, 1883.

a madeira alcançara nessa conjuntura maiores preços nos mercados internacionais.

Fôra também desde o final do século que as matas das regiões dos rios Iguaçu e Paraná atraíram a atenção de companhias particulares, estrangeiras, via de regra, que obtiveram grandes concessões de terras do Govêrno paranaense, de tal maneira que não apenas pelo pôrto de Paranaguá saíam as madeiras, como também pelos portos do rio Paraná, exportadas dêstes últimos portos de embalse, ainda em toras.

Em 1920 já existiam 174 serrarias no Estado do Paraná, e o presidente do Estado dizia, em 1925: *"Multiplicam-se as serrarias pelas regiões dos pinheirais, algumas já bem afastadas da linha férrea"* (183).

Aliás, *"O surto madeireiro, por sua vez, dependeu do advento do caminhão, assim como o do mate dependera da carroça. O veículo de carga motorizado apareceu como competidor sério da carroça, nas estradas da região das matas de araucárias a partir de 1930 e conquistou em dez anos uma situação de absoluta exclusividade no transporte rodoviário da região"*.

A indústria da madeira desenvolvia-se tendo como unidade de produção a serraria e, que *"foram uma concentração populacional própria, chegando a cercar-se de uma vila residencial com dezenas e mesmo centenas de casas para operários, em geral tôdas de um só tipo, que dão ao conjunto aspecto de padronização monótona. Tem a serraria seus próprios armazéns, clubes, farmácia etc., tudo pertencente à emprêsa que tudo abastece à completa revelia do comércio local, suprindo-se de mercadorias adquiridas diretamente na Capital do Estado, ou em Ponta Grossa, quando não na Capital de São Paulo. A serraria não se integra na vida regional, permanece como um corpo estranho, até o dia em que, pelo esgotamento das reservas locais da floresta, é transferida para novas paragens, levando consigo as realizações complementares e a população"* (184).

A exportação da erva-mate continuava, porém, ocupando o primeiro lugar na pauta das exportações paranaenses, seguida pela madeira e o café. Êste, na década seguinte, já aparece em segundo lugar nas exportações paranaenses. Também, as madeiras que

(183) Mensagem do Presidente do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Estadual, em 1.º de fevereiro de 1925, p. 11. Curitiba, 1925.

(184) Barthelmess, Artur — Estado do Paraná: Aspectos geo-econômicos, in Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, p. 39 e 40, vol. VII, fasc. 3-4, Curitiba, 1958.

tiveram sua oportunidade na conjuntura da Primeira Guerra, iriam ter por ocasião da Segunda Guerra, uma acentuada procura e, pois, o seu grande momento. Em 1939, segundo o valor oficial das exportações, a madeira liderava a pauta paranaense, seguida pelo café e a erva. Esta não mais voltaria a ser o principal produto de exportação do Paraná. A conjuntura era outra, a vez seria do café.

POLÍTICA PROVINCIAL

Politicamente a 5.ª Comarca da Província de São Paulo estava organizada segundo os preceitos gerais da Constituição de 1824 e respectivo Ato Adicional de 1834, que consagravam um sistema de eleições indiretas.

Estava, assim, a Comarca dividida em paróquias e, nas eleições paroquiais, os cidadãos com renda igual ou superior a cem mil réis podiam eleger eleitores que, por sua vez, podiam votar e eleger os deputados à Assembléia Provincial, à Câmara dos Deputados e o senador. Êste, aliás, por meio de lista tríplice, constituída pelos três mais votados, cujos nomes eram submetidos à consideração do Poder Moderador, ou seja à escolha e indicação pessoal do Imperador. As condições de elegibilidade dos deputados e senadores eram também fundadas em suas rendas e propriedades.

Dois partidos políticos surgiram, ainda, no tempo da Regência e firmaram-se como as duas grandes agremiações partidárias do Império: o Partido Liberal, em 1831, e o Partido Conservador, em 1837.

O poder político, no entanto, pertencia e era manobrado pelas oligarquias locais: *"Até a instalação de Pedro II as famílias brasileiras foram pràticamente senhoras do seu destino* (do Brasil). *Elas não perdem de golpe a sua autoridade após 1840; esta autoridade se mantêm até o século XX. Mas elas devem praticar um jôgo mais complexo, às vêzes local, outras na Capital da Província, mas também na Capital do País. As alianças locais vão ser sucedidas pelas alianças provinciais e nacionais"* (185).

(185) Morazé, Charles — Les 3 âges du Brêsil, p. 76. Armand Colin, Paris, 1954.

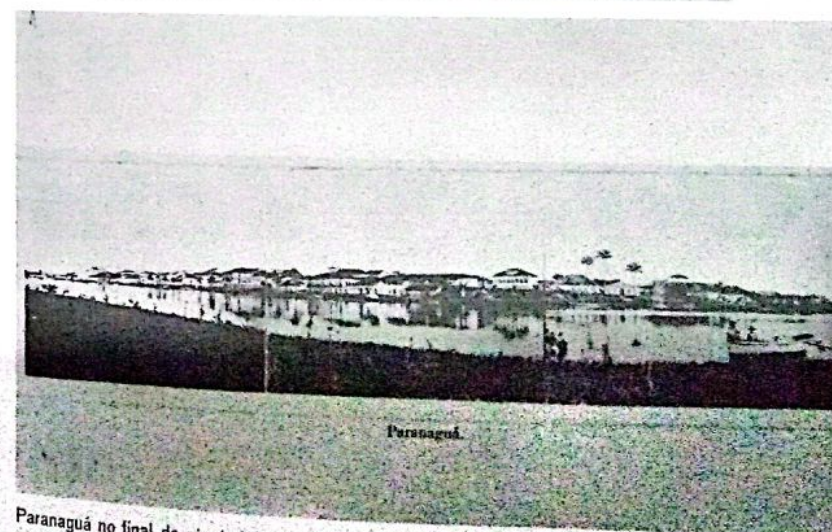
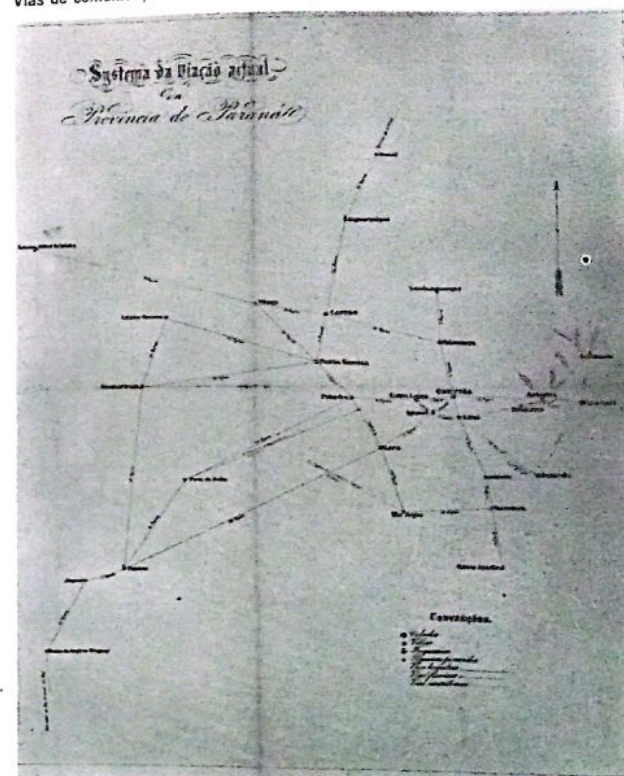
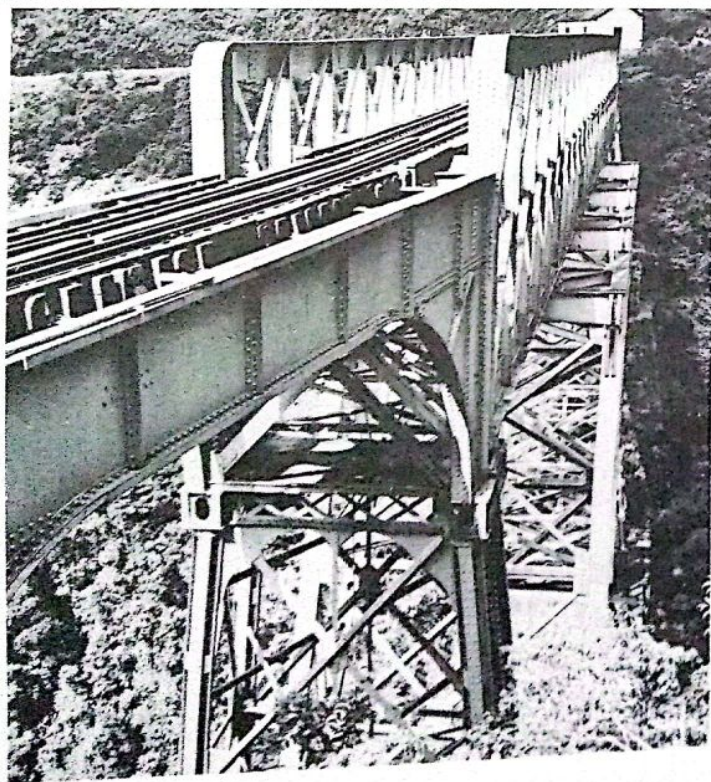
Vias de comunicação na segunda metade do século XIX.

Paranaguá no final do século XIX.

Foto: I. H. G. B.

Estrada de Ferro Curitiba - Paranaguá

E êste poder político encontrava-se nas mãos das famílias porque eram as detentoras da terra: *"Pràticamente as famílias poderosas davam-se a elas próprias o direito de votar; elas o recusam ao estranho e ao infiel. A escolha do eleito é feita, na realidade, em tôrno da poltrona do chefe local... Na realidade a sociedade brasileira desenvolvia-se pelo diálogo dos jovens bacharéis* (a quem o senhor faz eleger) *com os velhos senhores, entre os ramos citadinos das famílias e os ramos que permaneciam rurais".* Os grandes senhores rurais, proprietários da terra, tinham todos os meios de contrôle eleitoral, de tal maneira que as soluções políticas do Império foram sempre *"soluções políticas do Interior, daqueles que governavam a propriedade"* (186).

Em conseqüência, a ação dos partidos, em todo o Império, caracterizou-se ùnicamente pela disputa do poder. Diz Oliveira Viana: *"Os dois velhos partidos do Império... não tinham opinião, como não tinham programas, o seu objetivo era a conquista do poder e conquistado êste, conservá-lo a todo transe. Nada mais. Era êste o principal programa dos liberais, como era o dos conservadores"* (187). Dizia também um estadista do Império: *"Nada mais parecido com um liberal do que um conservador".*

As posições de mando eram disputadas pelas vantagens que ofereciam. Além do prestígio e da autoridade pessoal, bem caracteriza ainda Oliveira Viana, o objetivo era *"a conquista de proventos materiais... daí a áspera violência das famosas* derribadas. *O partido que subia derrubava tudo — quer dizer: sacudia para fora dos cargos públicos, locais, provinciais e gerais, todos os ocupantes adversários; era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores"* (188). Essas características, via de regra, viciavam também o processo eleitoral, consideradas quase sempre desonestas as eleições. *"Nenhum Ministério empossado jamais perdeu eleição"* (189), ou seja, com o contrôle da máquina eleitoral nas mãos dos senhores locais, a situação, quer conservadores, como liberais, predeterminava, em seu favor, os resultados das eleições, embora as repetidas afirmações de imparcialidade e liberdade de expressão, contidas nos relatórios dos presidentes de Província.

---

(186) Idem, p. 79 e 80.

(187) Oliveira Viana — Contribuições para a biografia de Dom Pedro II, parte 1.ª, *In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, p. 797, Rio de Janeiro, 1925.

(188) Oliveira Viana, Ibid. p. 802.

(189) Boehrer, George C. A. — Da Monarquia à República — História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889), p. 21. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, s/d.

Quando da emancipação da Província do Paraná encontrava-se no poder, um Gabinete conservador, partido que fôra, aliás, em 1842, já favorável ao desejo dos paranaenses, muito mais do que o foram os liberais, e iniciava-se mesmo, com Honório Hermeto Carneiro Leão, em setembro de 1853, a chamada política da Conciliação, nitidamente orientada pelos conservadores, e que perduraria até maio de 1857.

A Província seria, desta maneira, organizada em clima de relativa tranqüilidade política, até certo ponto convencidos os paranaenses da conveniência da sua união nesses primeiros momentos da vida autônoma da nova Província.

Ao Paraná, como primeiro presidente e para instalar política e administrativamente a Província, fôra enviado Zacarias de Goes e Vasconcellos, na época integrante ainda do Partido Conservador.

O cargo de presidente da Província era de livre escolha e nomeação do poder central, confiado, pois, exclusivamente, aos amigos da situação. Via de regra, políticos que se haviam destacado na Câmara, ou em trânsito para o Ministério. Êsse fato teria por conseqüência grande instabilidade no exercício da Presidência e, pois, na condução administrativa da Província. Além das naturais mudanças decorrentes das alterações político-partidárias já apontadas, a entrada e a saída, no cargo, de políticos em trânsito, impedia a continuidade administrativa, sobretudo o saneamento das finanças provinciais.

No Paraná, essa instabilidade foi marcante, haja vista que nos 36 anos da vida provincial, sucederam-se 55 ocupantes do cargo, alguns repetidas vêzes, como Agostinho Ermelino de Leão e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, quase sempre na qualidade apenas de eventuais e efêmeros vice-presidentes.

De outro lado, eram homens vindos de fora e que pouco tempo permanecendo na Província, difìcilmente conheciam a sua problemática, entregando-se pois ao jôgo político da situação dominante. Sòmente em 1880 é que um paranaense chegou à presidência da Província, e poucos o fariam: João José Pedrosa (1880), Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1886) e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1889).

Êste último, na circular em que, pela primeira vez, apresentou-se candidato ao eleitorado da nova Província, em outubro de 1853, advertia aos paranaenses acêrca da necessidade da união e trabalho conjunto, *"contra tôda imposição vinda de fora. Sem isso o Govêrno Geral não encontraria resistência contra as suas indébitas intervenções".* Jesuíno Marcondes, que era liberal, sob a liderança do seu pai, o Barão do Tibagi, amigo de Rafael Tobias de Aguiar, e que não participara da campanha pela emancipação, receava, ante um Gabinete de orientação conservadora, ver transformada a nova Província *"em mera colônia da Côrte"* (190), com homens e idéias vindas do govêrno geral.

A violência na luta pelo poder e pelas vantagens dêle decorrentes, também haviam estado presentes na vida da 5.ª Comarca. A realização de eleições era motivo de sobressalto das famílias e de intranqüilidade pública, tais os incidentes que se verificavam objetivando determinar os seus resultados.

Zacarias de Goes e Vasconcellos acentua, com ênfase, no seu primeiro Relatório, quando recém-instalada a Assembléia Provincial, em 15 de julho de 1854, e onde estavam presentes os liberais, liderados por Jesuíno Marcondes e David dos Santos Pacheco, e os conservadores, por Manuel Antonio Guimarães: *"celebraram-se eleições de senador, deputado geral e membros da Assembléia Legislativa Provincial, e essa quadra, de outras vêzes não pouco agitada e crítica, passou sem deixar traço de menor perturbação".* O Jornal do Comércio, de 3 de abril de 1854, também noticiava *"O concurso dos votantes foi numeroso e nunca se viu eleição mais pacífica! Outrora um dia dêstes era um receio constante de perturbação da ordem, um verdadeiro desgôsto para as famílias dos habitantes da cidade".*

Zacarias refere ainda e aponta claramente *"os tristes acontecimentos de São José dos Pinhais em 7 de novembro de 1852..."* que levavam a pensar que, no Paraná, os partidos *"mediam-se ordinàriamente pela fôrça física, e pleiteam o triunfo da urna com o bacamarte".* Tais acontecimentos se haviam verificado em razão de profundas divergências entre saquaremas (conservadores) e luzias (liberais), havendo resultado mortos e feridos, e foram de grande repercussão pública fora da Comarca. Embora a tolerância e a conciliação entre conservadores e liberais, participantes ambos inclusive da lista tríplice para o Senado, o próprio Zacarias não deixava de apontar as fricções ainda existentes, ao dizer: *"haja um pouco de perseverança na encetada carreira de moderação e tolerância, e creio, que, em breve, até os nomes — cascudo e farrapo — que hoje um partido aqui aplica, por escárnio, ao outro, e com que ambos, sem o pensarem, se desairam aos olhos de estranhos, serão riscados do seu vocabulário político"* (191).

---

(190) *In* Moysés Marcondes, op. cit. p. 6-7.

(191) Goes e Vasconcellos, Zacarias de — op. cit. p. 2 e 3.

Contudo, as fricções partidárias persistiriam. O próprio conselheiro Jesuíno, ainda, em 1878, referia-se aos conservadores como "cascudos". E embora a conciliação dos primeiros momentos, não deixou Zacarias de ter oposição, justamente dos conservadores liderados pelos Guimarães. Os seus opositores, alegava Zacarias, em seu Relatório de entrega da presidência da Província: *"Os meus adversários, porém, não são um partido, nem por mais que o inculquem, fazem-me oposição por motivo de partido. Se falam em nome dos interêsses da província, que dizem esquecidos, se invocam a bandeira de uma parcialidade política, que declaram conculcada, é que o mesmo egoismo e o sórdido interêsse, não podendo fazer ostentação de suas torpes e reprovadas aspirações, nem lamentar publicamente as decepções que sofrem..."* moviam-lhe oposição em virtude de interêsses contrariados. As mesmas palavras, e referindo-se aos mesmos descontentes com a sua administração, diria o presidente José Francisco Cardoso, ao retirar-se da Província, depois dos tumultos contra êle dirigidos por políticos locais, nas chamadas "cardosadas"([illegible]). De outro lado, continuavam a repetir-se, em época de eleições, os atritos e os choques, entre adversários políticos, motivando, muitas vêzes, a sua anulação. Outras vêzes eram anuladas pelo presidente da Província, a quem não satisfaziam os resultados, a pretexto de irregularidades e fraudes havidas.

O Partido Liberal cristalizava-se, na Província, sob a chefia do conselheiro Jesuíno Marcondes e do seu cunhado Manuel Alves de Araújo, os quais exerceriam as mais altas funções e cargos na Província e no Império. Foram ambos, aliás, ministros da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o primeiro no Gabinete Furtado, e o segundo no Gabinete Martinho de Campos. Essa poderosa família, de proprietários de terra, dos barões do Tibagi e dos Campos Gerais, constituiu a mais poderosa oligarquia local, durante todo o tempo da Província do Paraná.

De outro lado, o Partido Conservador também se afirmara sob a liderança de Manuel Antônio Guimarães e de Manuel Francisco Correia, aquêle barão e visconde do Nacar, ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador, e o exportador da erva-mate. Manuel Francisco Correia foi também ocupante das mais altas funções e cargos, chegando a ministro do Império, havendo ocupado a pasta das Relações Exteriores no Gabinete do Visconde do Rio Branco, em 1871.

([illegible]) Relatório do Presidente da Província, José Francisco Cardoso, em 12 de março de [illegible], p. [illegible], Typ. do Correio Official, Curitiba, [illegible].

Dos paranaenses que, como presidentes ou vice-presidentes, exerceram a Presidência da Província, exceto Agostinho Ermelino de Leão que era magistrado, Manuel Alves de Araújo, Jesuíno Marcondes, João José Pedrosa, Antonio Alves Araújo e Joaquim José Alves, pertenciam ao Partido Liberal, enquanto que Manuel Antonio Ferreira, Manuel Antonio Guimarães, Joaquim de Almeida Faria, Sobrinho, Ildefonso Pereira Correia e Antonio Ricardo dos Santos, eram conservadores.

Observa-se, pois, uma nítida orientação liberal entre os políticos dos Campos Gerais, embora integrantes da aristocracia fundiária paranaense, ao passo que, entre os homens comerciantes do litoral, encontram-se os grandes chefes do Partido Conservador.

Durante o período provincial, reformas houve na legislação eleitoral, procurando melhorar o sistema e afastar a corrupção, embora mantido sempre o critério da divisão entre cidadãos ativos e cidadãos passivos, com base na renda e na propriedade.

Em 1855, as províncias foram divididas em distritos, modificado o critério de representação. Em conseqüência, Francisco Liberato de Mattos, relatava em janeiro de 1858, que o Paraná "... *forma um só distrito eleitoral para a representação nacional e 3 para a eleição dos membros da assembléia provincial".* Entretanto, a reforma de 1875 seria de maior importância, ao fixar, por paróquia, um eleitor para cada 400 brasileiros. À Província do Paraná, cabiam 23 paróquias e 311 eleitores. O sistema, porém, era demasiadamente complicado, nas exceções previstas na lei.

Prosseguia, no entanto, a insatisfação contra o sistema de eleições indiretas, acusado de favorecer as oligarquias locais, o provincialismo e a corrupção em favor das situações dominantes na política do Império. Em conseqüência, veio a reforma eleitoral de 1881 que perduraria até a República, instituindo o sistema de eleições diretas, delas podendo participar, como eleitores, todos os brasileiros com renda igual ou superior a duzentos mil réis. Eram, porém, mantidas as exigências relativas aos elegíveis para o Senado, quando o candidato deveria ter renda anual de, pelo menos, 1:600$000, ao passo que aos candidatos à deputação era exigida a renda de, pelo menos, 800$000. Outras condições ainda eram impostas, complicando o nôvo sistema eleitoral. As eleições gerais que se seguiram a esta reforma, segundo a opinião pública da época, apresentaram melhores resultados, no sentido de que as Câmaras traduziriam mais expressivamente a vontade do povo, dos eleitores, brasileiros. Não deixaram, contudo, de ser argüidas de vício e corrupção.

Os relatórios dos presidentes de Província deixam transparecer a luta política, no Paraná, com todos os aspectos próprios ao Império, já apontados.

Polidoro Cesar Burlamarque, em 1867, refere: *"Achei a polícia da Província quase tôda montada em sentido desfavorável à situação política do Império"*, que era liberal. Necessária, pois, a sua reorganização. Antonio Augusto da Fonseca diz claramente: *"A mudança política operada em 16 de julho de 1868 exigiu que o Govêrno tirasse o poder da mão dos agentes em quem não pode ter confiança... reação necessária e legítima em uma mudança política"*. Referia-se à queda do Gabinete liberal e ascenção dos conservadores que por dez anos se manteriam no poder. Êle próprio, ainda, em 1869, dizia: *"A Assembléia Provincial dominada pelo desejo de fazer oposição ao Govêrno"*. Na assembléia local, encontravam-se, pois, em maioria os liberais, em oposição ao govêrno conservador.

Polidoro Cesar Burlamarque, por ocasião de acirradas eleições, em conseqüência da exaltação dos ânimos dos dois partidos, seria acusado de parcial pelos conservadores, havendo empregado fôrças policiais em Campo Largo, Paranaguá, Morretes e Guaraqueçaba. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, em 1868, seria também acusado de parcial, tal a irritação em que se encontravam os partidos, discutindo pela imprensa, sobretudo em Paranaguá, *"em linguagem pouco comedida"*. Antonio Augusto da Fonseca, por sua vez anularia eleições, a pretexto de falhas e fraudes havidas. Eleições vivamente pleiteadas verificavam-se contudo sem quaisquer incidentes, outras porém chegavam a degenerar em conflitos armados, assim aquelas presididas por Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, em 1874, com violações de urna eleitoral, e feridos na própria Matriz de Curitiba. Aquelas de 1875, embora algumas anuladas por Abranches, seriam mais tranqüilas. Nas eleições gerais de 1877, sob Adolpho Lamenha Lins, alguns tentaram o tumulto, no interior, não encontrando porém apoio da população, verificando-se apenas um conflito em Curitiba. A Sancho de Barros Pimentel coube presidir as primeiras eleições gerais diretas, no Paraná, em 1882, havendo sido realizadas em ordem.

De modo geral, porém, as relações entre os dois partidos na Província do Paraná, transcorreram sem maiores incidentes, afora a profunda divergência de interêsses e as inevitáveis fricções eleitorais, e as derrubadas por ocasião das mudanças políticas.

O chefe de Polícia, Manuel da Silva Mafra, dizia, em 1865, ao presidente da Província: *"O espírito de partido, encerrado antes no*

círculo das afeições individuais do que dirigido por pensamento e fins políticos pròpriamente ditos, (como em geral acontece no Império), se dá lugar a rivalidades e rixas locais, a que se pretende qualificar de política, sabe no entanto conter-se".

O Relatório de André Augusto de Pádua Fleury reflete bem outro aspecto da política das oligarquias locais, quando os seus interêsses são coincidentes: *"Como em outras ocasiões ela* (a eleição) *transcorreu tranqüila, sem a menor reclamação; os diversos grupos se combinaram e escolheram seus representantes"* (193). Quando havia acôrdo, tudo corria mais tranqüilamente, distribuídos os votos necessários a conservadores e liberais, porém quando "pleiteadas", ou seja, quando não fôra possível o acôrdo, então se complicava o processo eleitoral, ocorrendo inevitáveis conflitos.

A orientação política da Província entregue, via de regra, ao chefe do partido dominante e, pois, em acôrdo com o eventual ocupante da Presidência da Província, salvo raras exceções quando êste era de orientação diversa daquela do Gabinete Imperial, não trazia em conseqüência maiores problemas ao presidente.

Dois incidentes, no entanto, evidenciam complicações maiores: aquêle da oposição dos conservadores locais a José Francisco Cardoso, que era liberal, em tempo de ministério conservador; e aquêle do "impôsto do vintém", em 1883, quando liberais dissidentes comandaram a revolta do comércio curitibano, contra o impôsto lançado por Carlos de Carvalho, registrando-se inclusive choques armados entre a população que apoiara a revolta e a polícia, resultando mortos e feridos.

Foram, aliás, os dois momentos de maiores desencontros entre chefes partidários locais e os presidentes da Província.

DESAGREGAÇÃO DA SOCIEDADE TRADICIONAL

No seu Relatório de 1881, o presidente da Província exprimia oficialmente um fato que vinha se agravando de anos atrás: *"um*

(193) Relatórios dos Presidentes da Província à Assembléia Legislativa Estadual, de 15 de março de 1867, 6 de abril de 1869, 1.º de setembro de 1869, 14 de setembro de 1863, de 15 de fevereiro de 1874, de 15 de fevereiro de 1866 e 7 de setembro de 1865.

ramo de comércio, que de alguns anos a esta parte, há decaído consideràvelmente, é o de animais muares e cavalares que, trazidos do Rio Grande, eram levados à Feira de Sorocaba". E exibindo o montante das arrecadações, continuava: *"êstes algarismos exprimem a oscilação e a decadência do comércio a que me refiro"*, e opinava que isto se devia *"à diminuição da procura de animais nas Províncias que dêles se supriam por intermédio desta (do Paraná), e isto em razão do prolongamento das estradas de ferro, que vão excluindo os serviços feitos outrora por bêstas".*

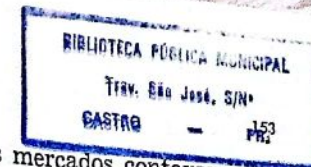
Estava, já de alguns anos antes, caracterizada uma crise, que se manifestava pela deterioração dos negócios de invernagem.

Pela investigação documentária do historiador sorocabano, Aluísio de Almeida, verifica-se que de 1875 em diante, começou a declinar o número de muares entrados em Sorocaba, de tal maneira que em 1860 aquêle número atingia a casa dos 100.000, e no final do século não passava de 5.000 por ano (194).

Pontas de mulas levadas das invernadas das fazendas dos Campos Gerais para a Feira de Sorocaba, aí não encontravam fàcilmente compradores, eram então reconduzidas ao Paraná, onde se liqüidavam por preços que, na expressão de um dos grandes tropeiros, *"desmoralizava o negócio"* (195).

Ante a conjuntura, que se agravava contìnuamente, já em 1860, tanto os fazendeiros como o govêrno se preocupavam com o estado de abandono a que fôra relegada a criação de gado. Acreditava-se que a raça tinha degenerado. Nesse mesmo ano, o Barão de Tibagi opinava: *"...a ausência de raças que regenerassem a antiga, e o alto preço por que chega o sal ao fazendeiro, por falta de boas estradas, são as causas essenciais do estado pouco lisonjeiro desta indústria entre nós, a qual, com muito trabalho, não dá hoje uma recompensa de 5%"* (196). Em 1876, perdurava ainda a crise: *"hoje* — dizia nesse ano o Relatório presidencial — *que decresceu muito aquêle comércio (de muares), os fazendeiros estão voltando os seus cuidados para esta antiga e lucrativa indústria (da criação de gado)".*

A situação agora era diferente daquela que presidiu ao desenvolvimento da criação de gado nas fazendas do Paraná, no século XVIII. Naquela época havia um mercado em carência, que apelava para os produtores, oferecendo-lhes altos preços. Agora, nas

(194) Revista de História, S. Paulo, n.º 1, p. 73.
(195) Carta do Barão do Tibagi, Ms. do Arq. M. Marcondes, Bibl. Pública do Paraná.
(196) *In* Relatório do Presid. da Prov., 1860.

últimas décadas do século XIX, aquêles mercados contavam com outras fontes de suprimento, já organizadas para isso, enquanto que as fazendas do Paraná, depois de restringirem a produção durante tanto tempo, teriam, então, de se refazerem para novamente competir. *"São constantes, há dois anos,* — informava o Presidente, em 1886 — *as queixas dos criadores pela aglomeração de gado em suas fazendas, sem aparecerem interessados a êle. Longe, porém, de cogitarem na agremiação de todos os seus recursos para debelar a crise que os flagela, aguardam do tempo e dos acontecimentos incertas evoluções para o melhoramento de seu negócio"* (197).

A conjuntura trazia um rápido processo de empobrecimento para os fazendeiros. Sua riqueza era cada vez mais nominal. *"Se não fôra o valor que têm naturalmente tomado os campos pelo aumento da população* — observava o Barão de Tibagi — *os criadores de gado se achariam talvez na mais pobre classe da população"* (198). As famílias fazendeiras enobrecidas aguardavam na rotina de suas fazendas, que a crise passasse, *"e enquanto não chega essa época, vão os fazendeiros restringindo mais e mais as suas despesas gerais e particulares, marchando dêste modo, sem o perceberem, para a decadência particular e de sua classe"* — advertia o Presidente da Província, em 1886. No mesmo Relatório, o presidente deixava claro que uma das dificuldades para se enfrentar a situação, era a degeneração do gado, criado por métodos que, em outras conjunturas, poderiam ser eficientes: *"a Província de S. Paulo, que de muitos anos tem oferecido os únicos mercados consumidores para a exportação de nossas boiadas, muito há desenvolvido e melhorado a criação do gado em seu próprio território. Calculando pela diminuição que nestes últimos anos tem sofrido a nossa exportação, pode-se aventurar que aquela Província, dentro de pouco tempo, deixará de ser tributária da nossa nesse ramo de comércio ... Sinto ter de confessar aqui a inferioridade do nosso gado para poder competir com outro importado no grande mercado do Rio de Janeiro".* Ainda mais, agora, em 1886, o gado paulista vinha concorrer dentro dos próprios mercados paranaenses: *"há pouco mais de um mês* — continua o presidente — *uma boiada vinda do Apiaí (S. Paulo), alcançou em Curitiba o preço de 40 mil réis por cabeça, sem refugo, ao passo que os bois vindos de Palmas, Guarapuava e Castro apenas tem conseguido, com dificuldade, 24 a 32 mil réis".*

A desintegração do sistema continuava. Em 1904, o Secretá-

(197) Relat. do Pres. da Prov., 1886.
(198) *In* Relat. do Pres. da Prov., 1860.

rio das Finanças do Estado fazia as mesmas anotações que os presidentes da Província: *"A indústria pecuária está em decadência. É visível o aumento do consumo no Estado e a fraqueza da produção... o gado produzido em nossos campos não satisfaz, desde já, o abastecimento da população do Estado ... O número de gado tem diminuido em nossos campos, não só pela fraqueza dêstes, devido às queimas anuais e necessárias, trazendo a degeneração da raça ... só a qualidade do produto poderia compensar o desfalque sofrido; mas em pastagens exaustas de fosfatos, de azoto e hidrocarburetos, é impossível a reorganização de produtos que caracterizam pelo pêso e pelo leite"*, e propunha então a melhoria do pasto e a introdução de novas raças, preferencialmente o zebu, que realmente substitui inteiramente a velha raça, nos anos que se seguiram (199).

A fazenda, com as estruturas que sôbre ela se criaram, não cumpria mais a função de integrar uma comunidade no conjunto nacional, e logo depois, nem a de manter as grandes famílias enobrecidas dentro do contexto social da Província e do Estado. Forçosamente, portanto, essa estrutura se desagregaria.

A baixa renda gerada pela propriedade, o aumento dos núcleos familiares da sociedade fazendeira, ao mesmo tempo em que chegava ao capítulo final da ocupação das terras de campo, várias situações pressionavam sôbre o sistema pelo qual aquêles núcleos familiares viviam agregados na grande família fazendeira apoiada, de fato, num mesmo patrimônio indiviso. Com uma resultante de tôdas essas situações, dissociou-se a família da propriedade. Os membros novos da grande família se viam forçados a procurar outras fontes de renda, ao menos suplementar, diferente da renda da terra. Segue-se a dispersão da família fazendeira. O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família fazendeira é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascenção, como, por exemplo, a dos imigrantes.

As novas gerações emigravam para S. Paulo, para o Rio Grande, para as cidades. Filhos de fazendeiros de Ponta Grossa, Lapa e Palmeira, fixaram-se nos campos de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Soledade, Nonoái, S. Maria, no Rio Grande. Num inventário da comarca de Castro, de 1871, antes mesmo de ultimado, podemos constatar a dispersão dos herdeiros de uma grande fa-

(199) Relatório ao Presidente do Estado, apresentado pelo Secretário das Finanças, Dr. Javert Madureira, 1904.

zenda: a maior parte dêles vende a sua herança inteira, residentes como já eram em S. Paulo e noutras cidades, com outras profissões. Fazendas dos Campos Gerais eram vendidas à colonização russa e a companhias frigoríficas, que, afinal, também não se manteriam (200).

Tobias Monteiro, visitando os arredores de Ponta Grossa, em 1903, captou com finura o fenômeno da desagregação de uma estrutura social com base na propriedade dos campos, e anteviu os traços de uma nova estrutura que iria sucedê-la: *"e chegamos perto de uma igreja que parecia abandonada, em frente de uma grande habitação. Nesta igreja estava sepultada a antiga proprietária do imenso domínio que outrora era uma dependência da habitaçã.o O edifício pertence hoje a um alemão, que o comprou com uma pequena parte do terreno vizinho, por 26 contos de réis. Numa dependência da vasta morada êle estabeleceu uma casa de comércio, à qual êle consagra os lazeres que lhe permitem os cuidados da criação. Ao redor do velho colono se comprimiam dez crianças, das quais as mais velhas já cuidavam dos animais. Quanto aos herdeiros de D. Magdalena* (tal era o nome da proprietária do domínio), *ninguém soube informar a respeito. Dentro de alguns anos, se a igreja resistir às injúrias do tempo, o nome de D. Magdalena passará, talvez, à memória dos novos habitantes da localidade, como uma legenda confusa. Os herdeiros de seu domínio, sem dúvida, o fragmentaram, e como tantos outros, foram se refugiar nas cidades. Foram, talvez, pedir à proteção do govêrno, à escravidão da política, os modestos recursos necessários à sua existência e, com o aumento de suas famílias e de seus encargos, verão crescer dia a dia, em seu interior, a miséria do funcionário público. Os mais felizes terão feito de seus filhos doutores, oficiais, altos funcionários. Em sua velhice se regozijarão de os ver cabalar nas eleições, insultar seus adversários nos jornais, falar nas assembléias, preencher os quadros da administração, chegar mesmo a algum ministério. E enquanto as escolas, os ginásios, as faculdades produzirão, assim, fornadas de candidatos aos empregos, os netos do colono que conduzia nas estradas as carroças de mate, se multiplicarão. Êles fecundarão os campos, cobrirão os pastos de rebanhos, espalharão as árvores frutíferas; nas cidades, êles estabelecerão as indústrias, tornar-se-ão donos do comércio, construirão belas residências. Tornar-se-ão prósperos, ricos, desfrutarão de tudo e do-*

(200) Relatório do Dr. Javert Madureira, citado em nota anterior.

minarão realmente, pelo império das profissões independentes, a raça suicida que se crê dominadora" (201).

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

As migrações humanas constituem fenômeno permanente e universal. Há regiões que se caracterizaram como centros de dispersão humana, isto é, são terras de emigração, enquanto outras, ao contrário, estão marcadas pela convergência de migrações humanas, são terras de imigração.

A América é uma dessas regiões, é um continente de imigração para o qual desde os tempos pré-históricos se têm dirigido numerosos contingentes de imigrantes. A América não possui população autóctone, todo o seu povoamento se fêz através de contingentes imigratórios procedentes sobretudo da Ásia, nos tempos pré-colombianos, e da Europa e da África, após o descobrimento. Esta evidência implica na conclusão óbvia de que, na América, todos são imigrantes. A diferença está em que alguns chegaram mais cedo, há trinta ou vinte mil anos atrás, e outros chegaram mais tarde, há quatrocentos ou trezentos anos, e outros estão chegando ainda. Trata-se, portanto, de uma longa história de imigração e colonização, de um longo processo de organização de novas sociedades que apresentam linhas essenciais comuns, embora a distância no tempo e na motivação.

Na América colonial, a imigração era efetuada, via de regra, mediante permissão obtida através de licenças especiais e limitadas. O caráter restritivo e seletivo da imigração para as colônias americanas foi determinado, sobretudo, por motivos de ordem econômica e religiosa. Em conseqüência, a colonização americana foi eminentemente litorânea, embora expedições territoriais pelo interior e mesmo a penetração avançada em algumas regiões. Isto porque os primeiros colonos não contavam com recursos materiais e humanos que lhes permitissem estender por todo o território conquistado, sua efetiva presença colonizadora.

(201) Monteiro, Tobias — "De Rio de Janeiro au Paraná — Voyage au sud du Brésil", p. 49. Rio de Janeiro, 1903.

No século XVIII, porém, ocorreram movimentos de expansão de certa importância, como o norte-americano, com a colonização alemã, e o brasileiro, com a colonização açoriana, evidenciando nova orientação colonizadora.

Entre as diversas regiões do Brasil que receberam colonos açorianos, a partir desta época, figura o Paraná, conforme registro efetuado, pelo cronista Vieira dos Santos que, ao referir-se ao ano de 1816, diz: *"se faz memorável êste ano pela passagem e estadia de alguns dias, 50 casais de famílias vindas das Ilhas dos Açores, por ordem do Rei Dom João 6.º, expedido pelo ministro e secretário de Estado, o Conde de Linhares, e a pedido do Coronel João da Silva Machado, Barão de Antonina para se formarem colonizações nas matas do sertão"* (202). Tais colonos vieram povoar o antigo pouso e registro fiscal do caminho de tropas que constitui o território dos municípios de Rio Negro e Mafra, que era constantemente assolado pelos índios "botucudos", moradores da região.

A mudança nos rumos da política imigratória manifesta-se motivada pela preocupação com os vazios demográficos. No Brasil, é significativo o decreto de 25 de novembro de 1808, baixado pelo Príncipe Regente Dom João, tornando possível a propriedade da terra aos estrangeiros: *"Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta neste Estado; e por motivos que me foram presentes: hei por bem conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma com que segundo as minhas reais ordens se concedam aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis e disposições em contrário"*.

Com a conquista da Independência acentua-se a preocupação pelos vazios demográficos. Os governos das jovens nações americanas procuram resolver o problema da ocupação efetiva do solo, necessária à soberania nacional e à sua valorização econômica.

Desta maneira, a política imigratória passa a ser orientada no sentido de estimular a entrada de novos contingentes populacionais. Inaugura-se na América, a tradição da "porta aberta" para os imigrantes de tôdas as procedências e culturas. Através, sobretudo, de dispositivos legais e, em parte, de organismos e entidades criadas para a sua efetivação, esta diretriz domina pràticamente um século da história da imigração nos países americanos.

(202) Vieira dos Santos, Antonio — Memória Histórica, Chronológica Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Cima, tomo 1.º, p. 76, Publicação do Museu Paranaense, Curitiba, 1950.

No Brasil, o estabelecimento de alemães em Ilhéus, na Bahia, em 1818, e de suiços e alemães, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1819, assinalam a política inaugurada por Dom João e reafirmada em 1820 por lei que concedia terras a imigrantes católicos com o objetivo de atrair a colonização alemã. Surgem nessa década as primeiras colônias alemãs no Sul do Brasil: em 1824, São Leopoldo, e, em 1825, Três Forquilhas e Tôrres, no Rio Grande do Sul; em 1829, São Pedro de Alcântara e Itajaí, em Santa Catarina; Rio Negro, no Paraná, na mesma localidade da anterior colonização açoriana; e, ainda, Santo Amaro e Itapecerica, em São Paulo.

O estabelecimento, portanto, da primeira colônia de imigrantes alemães no Paraná, se insere em amplo programa de colonização desenvolvido, naquela época, sob os auspícios do Govêrno Imperial.

A instalação dêsses colonos alemães foi confiada também a João da Silva Machado, que recebera e instalara os açorianos, conforme documentação no Arquivo do Estado de São Paulo. Por ordem do govêrno da Província de São Paulo foram enviados, em dezembro de 1828, para Paranaguá, pelo brigue Otter, vinte famílias de colonos alemães, perfazendo o número de cem pessoas, devendo ser remetidos ao major João da Silva Machado, na Vila do Príncipe. Porém, a entrada indiscriminada de imigrantes e, sobretudo, os repetidos fracassos em muitos dos empreendimentos colonizadores, provocaram críticas às iniciativas governamentais, no setor da colonização. Em conseqüência, foi proibida, por lei de 15 de dezembro de 1830, a realização de quaisquer despesas públicas com o estabelecimento de núcleos coloniais e, por conseguinte, houve retração no programa imigratório em curso. Nova fase, porém, de estímulo à imigração teve início em 1834 quando, pelo Ato Adicional, ficou entregue à competência dos governos provinciais a iniciativa de *"promover e estimular em colaboração com o poder central o estabelecimento de colônias"* (293).

Entretanto, essa concessão sòmente produziu resultados, no Paraná, após a emancipação da Província, em 1853. Anteriormente a esta data apenas dois novos núcleos coloniais foram estabelecidos no território paranaense, por iniciativa particular de João Maurício Faivre, que fundou, em 1847, a Colônia Thereza, à margem direita do Ivaí, com imigrantes franceses, e de Carlos Perret Gentil que, em 1852, estabeleceu no Superaguy, em Guaraqueçaba, alguns

(293) Handelman, Henrique — História do Brasil, p. 381, volume II. Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1931.

colonos suiços, franceses e alemães. Êstes núcleos, estabelecidos ambos em função da política de povoar os vazios demográficos, não tiveram condições de prosperidade e quase nem mesmo de sobrevivência. Durante êste período, no entanto, tivera início um movimento espontâneo de reimigrantes alemães de Santa Catarina que se foram estabelecendo nos arredores de Curitiba, sobretudo na parte norte e nordeste da cidade, em pequenas chácaras (294).

Por outro lado, a estratégia governamental relativa ao problema imigratório sofrera alterações a partir de 1840. O preenchimento de vazios demográficos deixou de ser a função principal da imigração e o fornecimento de mão-de-obra para a agricultura, sobretudo para o cultivo do café em expansão passou a constituir o seu objetivo primordial. A luta política, travada entre os representantes destas duas correntes, uma favorável à constituição de núcleos coloniais independentes, com colonos pequenos proprietários de terras doadas ou vendidas a preços módicos, e a outra, interessada em favorecer a entrada de mão-de-obra agrícola assalariada, marcou a história da política imigratória brasileira.

Obviamente a competição entre os dois grupos girava em tôrno da concessão de facilidades e, sobretudo, de financiamentos governamentais para os empreendimentos imigratórios e colonizadores, os quais dependiam, em grande parte, das subvenções concedidas para o pagamento de passagens, compra e medição de terras, para a realização de campanhas publicitárias criando atrativos em favor da imigração para o Brasil, e outras despesas. O custo de tôdas estas operações era, em grande parte, subvencionado pelos recursos consignados nos orçamentos da despesa do Império e das Províncias, além de privilégios, concessões e empréstimos, em favor das companhias de colonização e de empresários isolados. As discussões eram tanto mais violentas quando se tratava de verbas concedidas diretamente ou através de empréstimos para a formação de núcleos coloniais autônomos, considerados investimentos valiosos e não compensadores.

A Lei Orçamentária de 1848 reafirmou a competência de colonizar por parte dos governos provinciais, e concedeu terras devolutas para a criação de núcleos coloniais. Contudo, o predomínio político-econômico dos latifundiários do café e a pressão por êles exercida no Legislativo do Império, teriam implicações na redação da Lei de Terras de 1850. Na defesa acirrada dos seus interêsses, visando terras para estender a cultura cafeeira e fôrça de trabalho

(294) Fugmann, W. — Die Deutschen in Paraná. Empresa Ed. [illegible], Curitiba, [illegible].

para a mesma, defendiam o acesso à terra ùnicamente por meio de compra, fixando expressamente no artigo primeiro da referida Lei: *"Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra"* (205). Tal dispositivo dificultava aos imigrantes recém-chegados a propriedade da terra, obrigando-os à prática do aluguel do seu trabalho, e evidencia a vitória dos representantes dos grandes proprietários interessados na importação de mão-de-obra agrícola, e que vinham preconizando a medida: *"...Um dos benefícios da providência que a secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras... Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se conseqüentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário"* (206).

Dessa maneira, do contingente de quatro milhões e meio de imigrantes recebidos aproximadamente pelo Brasil, no período da grande imigração, ou seja, nos séculos XIX e XX, até a Primeira Guerra, São Paulo concentrou cêrca de dois milhões e meio, ou seja, 55% do total de imigrantes. O agravamento, porém, das condições de abastecimento e a alta de preços dos gêneros de primeira necessidade, na própria Província de São Paulo, levariam à adoção de posições menos radicais, razão pela qual o decreto que regulamentou a Lei de Terras de 1850, favoreceria a imigração através de estímulos à posse da terra e auxílios em favor da colonização (207).

Foram tomadas em consideração, nesse caso, as condições peculiares das diversas províncias, como a do Paraná, onde não existiam grandes propriedades rurais exigindo mão-de-obra assalariada em larga escala. Correm, assim, paralelas duas orientações e duas práticas imigratórias, no Brasil, uma oficial quando o Govêrno cria ainda núcleos coloniais de estrangeiros, e outra particular, mas estimulada por favores governamentais que visa a obtenção de trabalhadores agrícolas para as grandes fazendas. Tal situação, à primeira vista paradoxal, era, na verdade, resultante

(205) Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850.
(206) Consulta de 8 de agôsto de 1842, citada por *Ruy Cirne Lima*, in Pequena História Territorial do Brasil, p. 82, Livraria Sulina, Pôrto Alegre, 1954.
(207) Decreto n.º 1318, de 30 de janeiro de 1854.

Foto: Grafipar

Pinhões.

Fundação de Curitiba, por Theodoro de Bona.

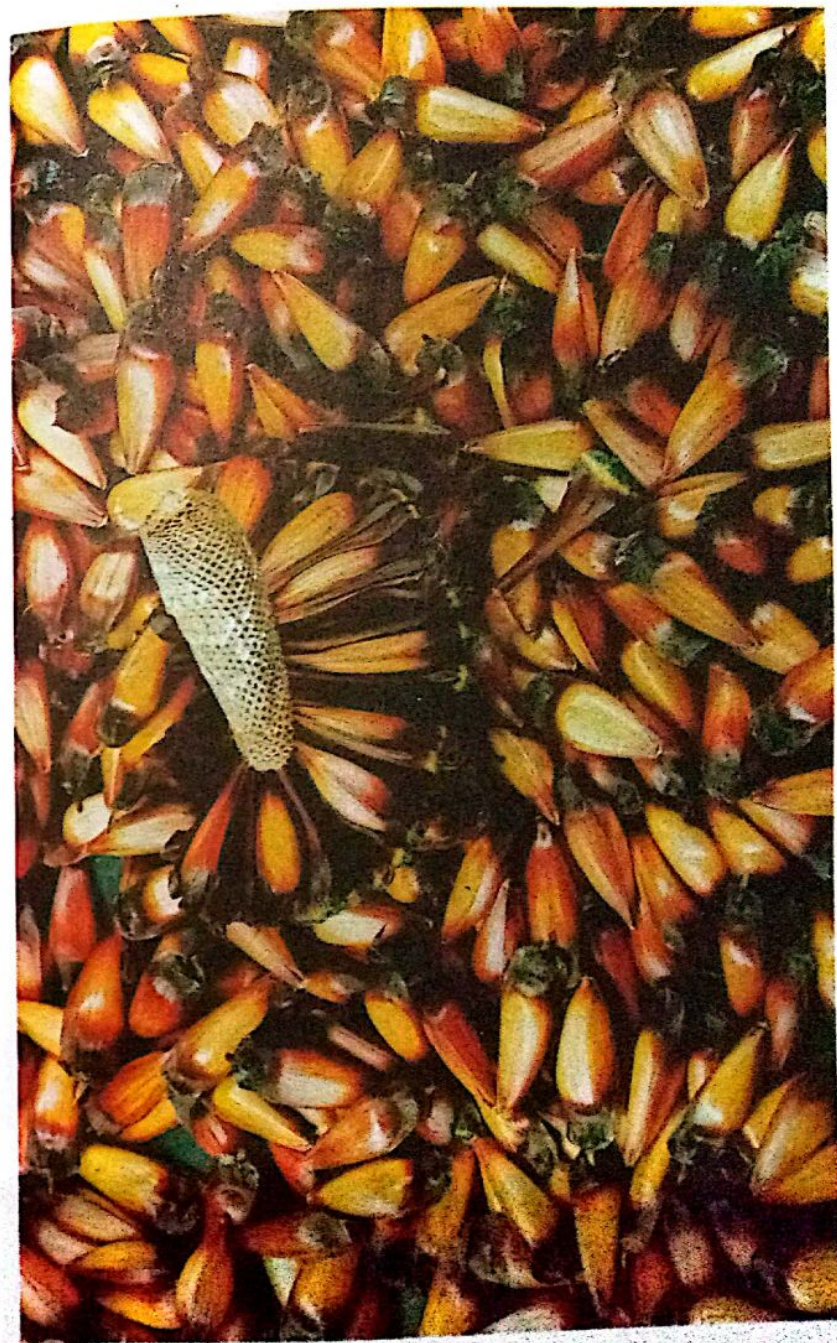
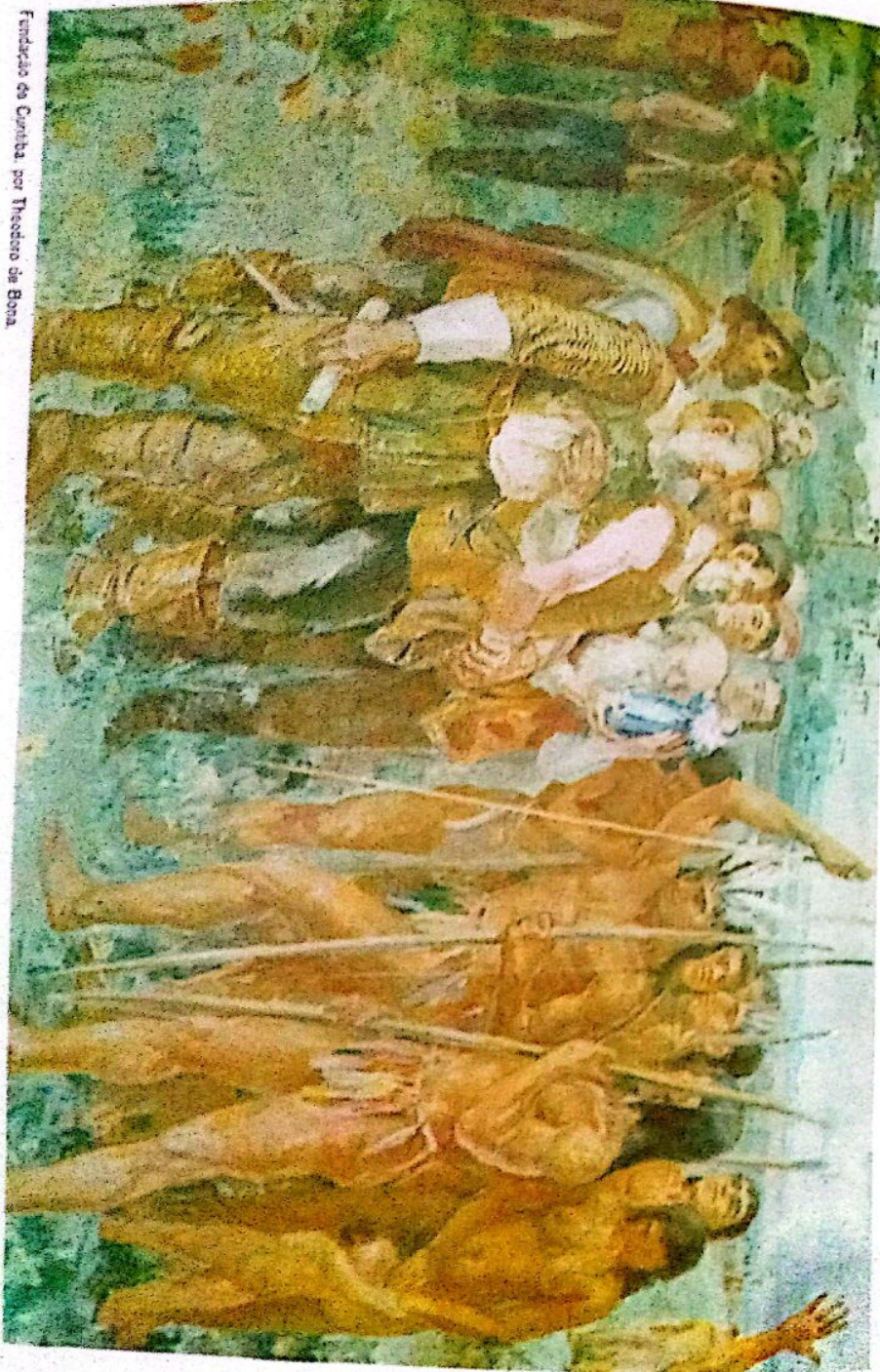



Foto: Grafipar

da contradição da conjuntura, ou seja a carência de mão-de-obra para a agricultura de exportação e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. Esta última, orientou a política imigratória paranaense, cuja colonização vinha sendo desenvolvida com lentidão e sem continuidade, desde o início do século XIX. Os governantes do Paraná, desde os primeiros tempos da sua emancipação político-administrativa, procuraram desenvolver uma política imigratória adaptada às condições particulares da Província recém-instalada: *"Não há por ora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha nela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província vizinha. Assim, se o govêrno provincial quiser promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou emprêsas que quiserem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais onde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes... Fica entendido que, quando assim me exprimo, refiro-me ùnicamente à colonização pròpriamente dita, isto é, à que se promove no intuito de cultivar as nossas terras, e não à importação, por conta do govêrno, de operários e gente própria para o serviço de estradas e obras públicas, aos quais nunca pode faltar pronta ocupação e imediatos lucros numa província nova, balda do pessoal preciso aos trabalhos dêste gênero"* [208].

Embora as obras públicas se ressentissem da falta de braços, as autoridades provinciais ensaiam firmar o princípio de que os cofres públicos deveriam apenas financiar a imigração destinada à agricultura.

No ano seguinte, em 1858, aparecem melhor definidos os rumos que seguiria a política imigratória da província paranaense, tomando o sentido que perdura até o presente: *"Não contando a província proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é a chamada — pequena —, portanto, a que menos se presta à colonização por aquêles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra*

(208) Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1857, pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, p. 45. Curytiba, 1857.

por módico preço, que se há de realizar, em meu entender, a colonização nesta província..." (209).

Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, a não ser a eventual introdução de trabalhadores para as obras públicas, sobretudo construção de estradas, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. Analisando a situação da agricultura, na Província, dizia o seu presidente, em 1858: "*É para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mor parte daqueles gêneros. Êste estado de coisas porém tenho continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas*" (210).

Além de remédio contra a decadência da produção agrícola, a imigração, já naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário, como pode, ainda, ser constatado pelo mesmo Relatório: "*Abusaria de vossa ilustração se me ocupasse de demonstrar-vos a necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao maneio e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possue a província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola; limitar-me-ia pois a indicar-vos o meio, que me parece mais adotável, para consecução de tão almejado bem*" (211).

Considerando que os recursos da Província não eram suficientes para atingir a êsse fim, regozijam-se as autoridades provinciais com as medidas tomadas pelo Govêrno Imperial no intuito de promover ou facilitar a imigração: "*Felizmente os Poderes do Estado compreendendo tôda a importância da colonização nas circunstâncias atuais do país, e vendo malogradas as diversas tentativas, que se tem feito em vários pontos do Império no intento de promover-se*

(209) Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858, p. 21. Curytiba, Typ. Paranaense, 1858.

(210) Mattos, Francisco Liberato de — Op. cit. p. 35.

(211) Mattos, Francisco Liberato de — Op. cit. p. 21.

a emigração, habilitarão o govêrno imperial com amplos meios, para cuidar dêsse ramo de serviço, a que o mesmo govêrno acaba de dar valioso impulso celebrando com a Associação Central de Colonização um contrato, pelo qual se obriga a importar avultado número de colonos" (212).

Ainda, para facilitar a vinda de colonos "*...a lei de 18 de setembro assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos de modo a extremar o domínio público*" (213), além do que, na mesma ocasião, o Govêrno Imperial determinava a redução dos preços da terra. Em conseqüência, foi autorizada a venda de braça quadrada de terra a um real e a meio real (214). Recomendava-se, ainda, à Presidência da Província que atentasse "*a posição e circunstâncias do pretendente, quando pertença à classe de colono, não imponha outro preço senão o mínimo, acima marcado, ainda às terras de primeira qualidade*" (215).

Os frutos da orientação conjunta das autoridades imperiais e provinciais logo se fizeram sentir. Aos três estabelecimentos coloniais existentes na Província, no momento da sua emancipação, dezenas de outros vieram somar-se. Por volta de 1879, sòmente no rocio de Curitiba, eram já mais de vinte as colônias existentes.

A imigração introduziria no meio rural paranaense elementos de renovação que iniciariam o processo de mudança nas suas estruturas agrárias.

Analisando o quadro cronológico do estabelecimento das principais colônias localizadas no Paraná, observa-se a ocorrência de alguns períodos de maior intensidade na execução do plano de colonização agrícola destinado a desenvolver uma agricultura de abastecimento, elaborado pelo Govêrno Provincial, nos meados do século XIX.

Assim, na década de 1870, principalmente na administração de Adolpho Lamenha Lins, o programa governamental foi dinamizado, com a localização de colônias agrícolas nas proximidades dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-las junto aos mercados consumidores.

A intensa atividade colonizadora atingiu sobretudo os terrenos dos arredores de Curitiba e de um modo geral o planalto curitibano

(212) Mattos, Francisco Liberato de — Op. cit. p. 35.

(213) Relatório de José Francisco Cardoso à Assembléia Provincial, p. 60, Curytiba, 1860.

(214) Braça quadrada = 4,84 m2.

(215) Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, p. 19. Curytiba, 1859.

COLÔNIAS ESTABELECIDAS NO PARANÁ

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Distância da sede munic.	Área em hectares	Número de lotes	Número de Imigrantes	Grupos étnicos
1829	Rio Negro	Rio Negro					248	Alemães
1847	Ivaí	Thereza					87	Franceses
1852	Guaraqueçaba	Superagui					85	Suíços, alemães, franceses e outros
1860	Sêrro Azul	Açungui			59.681,4	400	949	Inglêses, franceses, italianos, alemães e outros.
1869	Curitiba	Argelina		3 km	276,0	33	117	Francêses da Argélia, alemães, suíços, inglêses, italianos
1870	"	Filarzinho		3 km	500,0	50	242	Poloneses, alemães e italianos
1871	"	São Venâncio		12 km	300,0	31	160	Alemães, poloneses e suecos
1873	"	Abranches		6 km	720,0	82	323	Poloneses e alemães
1875	"	Santa Cândida		8 km	613,0	64	340	Poloneses, suíços e franceses
1875	"	Orleans		10 km	377,0	65	290	Poloneses, italianos, suíços franceses e outros.
1873	Paranaguá	Alexandra		14 km	1.600,0	80	320	Italianos
1875	"	Pereira		20 km	880,0	40	115	Italianos e espanhóis
1876	Curitiba	Santo Inácio		3 km	358,8	70	334	Poloneses, silesianos e galicianos
1876	"	Lamenha		12 km	922,4	139	746	Poloneses, silesianos e alemães
1876	"	D. Augusto		12 km	199,8	36	281	Poloneses
1876		D. Pedro		15 km	266,1	24	98	Poloneses e suíços franceses
1876	Araucária	Tomaz Coelho		17 km	1.665,4	270	1.295	Poloneses galicianos e silesianos
1877	Curitiba	Rivière		16 km	825,0	97	406	Poloneses, franceses e alemães
1877	Morretes	Nova Itália	1. América	2 km	1.333,0	154	150	Italianos
	"		2. Sesmaria	1 km	1.775,4	141	620	"
	"		3. Rio do Pinto	4 km	897,9	56	242	"
	"		4. Sítio Grande	1 km	425,6	28	140	"
	"		5. Carl	4 km	152,0	17	91	"
	"		6. Marques	3 km	719,4	56	259	"
	"		7. Rio Sagrado	12 km	1.216,2	69	115	"
	Antonina		8. Entre Rios	3 km	605,6	45	50	"
	"		9. Ipiranga	6 km	136,1	9	16	"
	"		10. Zulmira	7 km	459,3	21	12	"
			11. Cabrestante					Observação: não chegou a ser medido e não recebeu colonos.
	"		12. Turvo	12 km	226,8	15	45	
1878	Curitiba	Santa Felicidade		7 km	1.200,0	120	580	Italianos

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Distância da sede munic.	Área em hectares	Número de lotes	Número de Imigrantes	Grupos étnicos
1878	Curitiba	Dantas		2 km	450,0	50	188	Italianos
1878	"	Alfredo Chaves		24 km	431,3	40	220	"
1878	S. José dos Pinhais	S. Maria Nôvo Tirol		30 km	1.019,4	66	350	"
1878	"	Muricy		32 km	875,5	72	397	Poloneses e italianos
1878	"	Zacarias		6 km	334,4	28	167	Poloneses silesianos
1878	"	Inspetor Carvalho		10 km	420,7	34	158	Poloneses e italianos
1878	Campo Largo	Antonio Rebouças		14 km	350,9	34	244	Italianos e poloneses
1878	Ponta Grossa	Octávio	1. Tavares Bastos	6 km	3.767,0	50	112	Alemães do Volga
			2. Taquary	3 km	8.773,3	76	214	"
			3. Tibagy	3 km	2.013,8	32	62	"
			4. D. Luiza	2 km	1.900,0	18	—	"
			5. Moema	8 km	1.216,7	35	115	"
			6. Eurídice	10 km	778,9	15	61	"
			7. Santa Matilde		2.100,0	33	—	"
			8. Botuquara	18 km	3.043,2	26	73	"
			9. Italacoca	20 km	2.461,5	23	65	"
			10. Guaraúna	26 km	2.530,2	33	322	"
			11. Guarauninha	21 km	3.016,5	26	88	"
			12. Uvaranas	3 km	4.900,0	30	—	"
			13. Rio Verde	6 km	3.016,5	26	133	"
			14. Santa Rita		800,0	10	—	"
			15. D. Adelaide	31 km	1.495,3	30	142	"
			16. Trindade	24 km	1.966,3	22	—	"
			17. Floresta	27 km	621,2	23	48	
1878	Palmeira	Sinimbú	1. Marcondes (Pugas)	3 km	4.119,4	61	50	"
			2. Nossa Senhora do Lago	15 km	5.550,0	66	155	"
			3. Santa Quitéria	10 km	1.284,0	37	175	"
			4. Alegrete		1.200,0	26	—	"
			5. Hartmann (Quero-Quero)	12 km	5.650,0	65	149	"
			6. Papagaios Novos	17 km	2.100,0	25	132	"

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Distância da sede munic.	Área em hectares	Número de lotes	Número de Imigrantes	Grupos étnicos
1878	Lapa	Virmond	1. Virmond	5 km	2.013,2	41	210	Alemães do Volga
			2. Marienthal	12 km	1.421,9	50	106	"
			3. Johanisdorf	4 km	2.120,2	60	131	"
1879	Paranaguá	Maria Luiza		16 km	2.672,0	167	268	Italianos e alemães
1885	Campo Largo	Mendes Sá		4 km	2.030,00	180	148	Italianos e poloneses
1886	"	Alice		9 km	63,9	9	48	Poloneses
1886	"	Santa Cristina		8 km	434,5	60	294	Poloneses
1886	Araucária	Barão de Taunay			394,0	51	255	Poloneses
1886	Curitiba	Santa Gabriela		8 km	312,4	40	180	Italianos e poloneses
1886	"	Antonio Prado		18 km	414,9	54	248	Italianos e poloneses
1886	"	Presidente Faria		20 km	493,4	50	450	Italianos e poloneses
1867	"	Maria José		19 km	128,0	13	78	Italianos
1887	Rio Negro	João Alfredo		3 km	540,0	61	303	Alemães e poloneses
1887	"	São Lourenço		7 km	763,8	25	124	Alemães
1888	Paranaguá	Visconde de Nacar		12 km	656,0	52	164	Italianos
1888	"	Santa Cruz		12 km	768,0	48	224	"
1888	"	Santa Rita		4 km	336,0	38	131	"
1889	Campo Largo	Balbino Cunha		8 km	225,9	25	122	"
1889	"	Dona Mariana		8 km	315,3	33	170	"
1890	São Mateus	São Mateus						
			Taquaral			78		
			Cachoeira			74		
			Canoas			24		
			Iguaçu		5.068,0	74	2.150	Poloneses (área e imigrantes e total)
1890	São Mateus	Euphrázio Correia			420,9	33	198	Italianos
1890	Contenda	Contenda						Poloneses
1891	São Mateus	Agua Branca		24 km	2.884,0	137	600	Poloneses
1891	Palmeira	Santa Barbara		15 km	1.916,0	141	491	Poloneses, alemães, italianos e ucranianos
1891	S. João do Triunfo	Palmyra	Bromado e Lagoa	19 km	1.605,5	88	386	Poloneses
1891	"	Rio Claro	Nove núcleos sem denominação					
1891	Rio Negro	Lucena			35.000,0	1.400	8.000	Poloneses e ucranianos
1891	"	Augusta Victoria		33 km	12.000,0	500	6.320	Alemães e poloneses
				43 km			250	Alemães e poloneses

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Distância da sede munic.	Área em hectares	Número de lotes	Número de Imigrantes	Grupos étnicos
1892	São Mateus	Eufrosina		13 km	5.000,0	200	1.475	Poloneses
1892	União da Vitória	General Carneiro		33 km			668	Ucranianos
1892	"	Antonio Candido					545	Poloneses
1892	"	Alberto Abreu					800	Poloneses
1892	Guarapuava	Apucarana			15.000,0	400	1.342	Ucranianos e poloneses
1892	Palmeira	Canta-Gallo		30 km	493,2	30	140	Poloneses
1892	"	Cecília						Italianos
1895	Lapa	Antônio Olynto	Agua Amarela	72 km	12.000,0	500	2.150	Ucranianos
1896	Prudentópolis	Prudentópolis	Trinta núcleos sem denominação		41.480,0	1.574	16.637	Ucranianos, poloneses, alemães e outros.
1896	Mallet	Mallet			8.500,0	150	3.600	Ucranianos e poloneses
1907	Guarapuava	Senador Correia		42 km	17.000,0	700	3.132	Ucranianos
1907	Prudentópolis	Jesuino Marcondes			1.520,0	61	307	"
1907	Ipiranga	Ivay	Calmon e São Roque	60 km	16.274,0	691	4.840	Ucranianos, alemães, poloneses, holandeses
1908	Irati	Irati	Gonçalves Junior	12 km	6.240,0	285	1.379	Alemães, poloneses, ucranianos, holandeses
1908	Prudentópolis	Itapará	Xavier da Silva		7.016,9	300	1:393	Ucranianos, poloneses e outros
1908	Ipiranga	Tayó		6 km	1.554,0	75	361	Poloneses e alemães
1909	Curitiba	Afonso Pena		20 km	2.240,0	112	486	Poloneses e alemães
1909	Paulo Frontin	Vera Guarany	Candido de Abreu	6 km	17.940,0	803	4.208	Poloneses, ucranianos alemães, outros
1910	Guarapuava	Cruz Machado			73.000,0	2.200	4.474	Poloneses, ucranianos e alemães
1911	Castro	Carambei		25 km	7.500,0	100	450	Holandeses

Organizado com dados dos Relatórios de Presidentes da Província, Secretários de Obras Públicas e Colonização e Inspetores de Imigração e Colonização.

com o estabelecimento de numerosos núcleos coloniais situados a distâncias que variam de dois, três, seis, oito ou mais quilômetros, num raio de mais ou menos trinta quilômetros do centro urbano da Capital paranaense.

A composição dos grupos imigrantes estabelecidos nas colônias dessa área, foi bastante heterogênea, compreendendo alemães, italianos, poloneses, em maior número, e franceses, suíços, inglêses e outros efetivos menores.

Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba, atrairam ainda maior afluência de reimigrantes de outras regiões do Paraná e mesmo de outras Províncias, os quais se dispersaram pelas colônias já existentes, ou formaram colônias particulares, ou ingressaram nas atividades artesanais e industriais da cidade.

As mesmas razões estimularam novas iniciativas de colonização, estendendo-se o programa ao litoral e aos Campos Gerais. Os empreendimentos coloniais, na região litorânea, compreenderam sobretudo a instalação de imigrantes italianos, cuja primeira leva chegou em 1875, a Colônia Alexandra, estabelecida por Sabino Tripotti.

Embora situada a pequena distância de Paranaguá, a colônia não progrediu. Várias causas foram apontadas para explicar o fracasso da emprêsa, sobretudo a insalubridade do clima. É válido, até certo ponto, responsabilizar o clima, não só pela insalubridade, mas por não se prestar ao gênero de vida ao qual os colonos estavam habituados e pela falta de conhecimento e orientação para superar as moléstias tropicais e as pragas, como, por exemplo, endemias, formigas, mosquitos, bichos-de-pé, e outras que muito molestaram os imigrantes e suas plantações.

A verdade, porém, é que Sabino Tripotti, como os demais empresários da colonização daquela época, estava apenas interessado em atrair o maior número possível de imigrantes, uma vez que recebiam certa importância "per capita", sem responsabilidades diretas pela posterior evolução do empreendimento colonial. Os contratos estabelecidos nesse período geralmente referem-se a milhares de imigrantes, enquanto que o de Tripotti autorizava a introdução de até três mil colonos. A fim de atraí-los fêz imprimir uma famosa carta ao *"Amico Colono"*, datada de julho de 1873 e lançada aos milhares na Itália [216].

---

(216) Marcone, N. — Gli italiani in Brasile, p. 9. Roma, 1877.

Essa carta referia com exagêro as vantagens que aguardavam os colonos, no Brasil. Êstes, quando se sentiram ludibriados nas esperanças que haviam alimentado pelo errôneo conceito que formaram do Brasil e, em particular, da colônia de Tripotti, esperanças que a realidade não podia atender, desanimaram ante as dificuldades e resolveram abandonar o núcleo, procurando os arredores de Paranaguá e Morretes, e depois o planalto de Curitiba.

O Govêrno Provincial a fim de acomodar não sòmente aquêles que não mais desejavam permanecer em Alexandra, bem como a outros que continuavam a chegar em grande número, criou, em 1877, a Colônia Nova Itália, com sede em Morretes, abrangendo doze núcleos coloniais em uma vasta área que se estendia pelos municípios de Morretes e Antonina. A experiência de Alexandra criara, porém, um clima desfavorável à colonização no litoral do Paraná.

Os núcleos da Colônia Nova Itália não chegaram a alcançar real prosperidade. Além da repercussão que tivera a primeira colônia malograda, tanto no Paraná, como na Itália, havia a ausência de mercados consumidores, a falta de orientação técnica sôbre as condições locais de cultivo e aproveitamento de plantas tropicais e a impraticabilidade das culturas tradicionais européias, fatôres todos que contribuiram para o fraco desenvolvimento dos núcleos coloniais litorâneos.

Assim, de cêrca de dois mil e quinhentos imigrantes italianos instalados no litoral, foi bem pequeno o contingente daqueles que ali permaneceram, dedicando-se às plantações de cana para o fabrico de açúcar e aguardente e, em menor escala, ao cultivo do milho, feijão e café. Os demais, por iniciativa própria, ou com o auxílio oficial foram se transferindo para o planalto. Alguns se fixaram nas colônias já existentes, onde se instalaram ao lado de imigrantes de outras nacionalidades, como nas colônias Argelina, Pilarzinho, Muricy, Orleans, Inspetor Carvalho, Antonio Rebouças, Presidente Faria, Maria José, Balbino Cunha e Antonio Prado. As duas primeiras hoje se encontram dentro do quadro suburbano da Capital. Outros colonos foram localizados em colônias criadas para tal fim, como as de Alfredo Chaves, atual município de Colombo, Santa Gabriela e Nôvo Tirol. Muitos reimigrantes adquiriram terrenos da municipalidade de Curitiba, constituindo colônias de povoamento espontâneo, como a Colônia Dantas, na Água Verde, inteiramente absorvida no quadro urbano de Curitiba. Outros, ainda, adquiriram terrenos de particulares, como em Santa Felicidade, Ferraria, Campo Magro, Bateas e outras. Finalmente, mui-

tos foram os imigrantes italianos que se fixaram em diferentes setores de atividade da própria cidade de Curitiba.

Quanto à extensão do programa oficial de colonização nos Campos Gerais, após uma frustrada tentativa de colonização inglêsa em terras dos municípios de Palmeira e Lapa, entre os anos de 1873 e 1875, seguiu-se o grande projeto de localizar, na área, imigrantes procedentes da Rússia.

Desde o final do ano de 1876, aparecem na imprensa da Província, bem como na do Império e mesmo na internacional, notícias de que um empreendimento colonizador de vulto seria desenvolvido nos Campos Gerais. Referem-se à visita de uma *"comissão russa que anda à procura de local apropriado para estabelecimentos coloniais. O sr. Grüber a acompanhou duas vêzes aos Campos Gerais, dos quais traz ótimas recomendações. Não podemos ao certo, saber se realizar-se-ão os projetos que induziram alguns importantíssimos lavradores russos a tentar tão útil cometimento"* (217).

As reflexões algo apreensivas sôbre a viabilidade do projeto foram dissipadas em seguida, pois *"a comissão russa tendo à sua frente o sr. Grüber dirigiu-se ao interior da província e com tôda a satisfação comunicam-nos que encontraram campos e matos nos lugares Tamanduá, Redondo e Alegrete"* (218).

Fato êste depois confirmado pelo relatório presidencial: *"Ligando como cumpria, tôda importância a esta nova imigração, procurou o govêrno e a inspetoria geral, proporcionar-lhe todos os meios para que ela se estabelecesse inteiramente a seu contento e neste sentido foram-lhe mostradas as terras das importantes fazendas do Tamanduá, Papagaios e Alegrete, que ficam situadas logo depois da Serrinha e à margem da importante estrada Mato Grosso, bem assim as terras dos municípios de Palmeira, Ponta Grossa e Castro, que, embora um pouco afastadas, poderiam oferecer as condições desejadas"* (219).

Realmente, o relatório dos componentes da comissão russa, Karl Hartmann, Jacob Mueller e Gottfried Meier, revela que êles tiveram amigável acolhida dos governantes brasileiros, e particular assistência do Presidente Lamenha Lins, da Província do Paraná. Êstes observadores, depois de percorrerem o sul do Brasil, escolheram terras de campo limpo em Ponta Grossa, Palmeira e Lapa para o estabelecimento de suas colônias e plantações de trigo (220).

(217) Dezenove de Dezembro, Anno XXIII, n.º 1759, 23 de novembro de 1876, Curytiba.
(218) Dezenove de Dezembro, Anno XXIII, n.º 1760, 25 de novembro de 1876, Curytiba.
(219) Relatório de 1878, J. Bento de Oliveira Jr., p. 52.
(220) Fugmann, W. — Op. cit. p. 32.

Ao lado das manchetes relativas à guerra russo-turca, mereceu atenção da imprensa internacional a imigração russa. O *Times*, de 18 de abril de 1877, noticiava que 200 mil colonos alemães do sul da Rússia haviam resolvido emigrar para o Brasil, e outras partes da América, em virtude da ameaça de serem alistados no exército russo.

"Two hundred thousand German colonists in Southern Russia have determined to emigrate to Brazil and other parts of America, to avoid being placed under Russian Courts of Law and draughted into Russian Army. Though they and their ancestors have been in Russia over 100 years and will be impoverished by emigration, the abolition of their privileges, in consequence of the incessant demands of the National Party, has sufficed to drive them away. The emigration has already begun" (221).

Êstes migrantes haviam primeiramente ido fixar-se na região do Volga, entre os anos de 1764 e 1767, oriundos da Alemanha, em grande parte naturais de Hessen, Württenberg, Pfalz e Franken, na época de Catarina II, princesa alemã do Anhalt-Zerbst. Ela, como seria natural, lhes fêz vantajosas concessões porque desejava introduzir culturas agrícolas nas *"incultas estepes do Volga"*. Por isso consentiu, por decreto, que os alemães do Volga gozassem do direito de administração própria, jurisdição alemã, escola, igreja, enfim, cultura alemã e mais ainda isenção de serviço militar. Êstes privilégios foram pouco a pouco sendo retirados até que, em 1874, se quis também retirar-lhes a *"liberdade militar"*, razão pela qual muitos decidiram abandonar a Rússia (222).

Comentando aquela notícia do Times, o correspondente do Jornal do Commercio, em Londres, escrevia: *"Supondo que a notícia seja exata, no que respeita ao Brasil, o que até certo ponto é confirmado pela recente visita que a êsse país fêz uma deputação dêstes colonos, e, que nem o govêrno russo, nem a guerra com a Turquia há de impedir a proposta emigração, devemos esperar que os emigrantes não cheguem às nossas plagas em partidas demasiadamente grandes, antes de estarem feitos aí os preparativos para recebê-los e mantê-los até chegarem ao seu destino, para o seu pronto estabelecimento nas terras que lhes forem distribuídas e para o seu sustento e abrigo na colônia enquanto o seu próprio trabalho não lhes fornecer casa e alimento. Pois, de outro modo,*

(221) Times, 18 de abril de 1877, Londres.
(222) Fugmann, op., cit., p. 31.

a sua emigração pode ser causa de mais uma censura ao Brasil" (223). Referia-se, certamente, à repercussão desfavorável que outras emprêsas do mesmo gênero, haviam provocado anteriormente.

Em setembro de 1877 chegaram ao Brasil os primeiros *"imigrantes russos"*. Na Província a nova repercutiu favoràvelmente: *"Temos a satisfação de comunicar aos nossos leitores que se acha na côrte a primeira expedição de colonos russos, que se destina a esta província. A Sua Excia., o sr. Dr. J. Bento de Oliveira Junior caberá a dita de iniciar o estabelecimento daqueles laboriosos emigrantes"* (224).

Além da linguagem efusiva, a notícia vem acompanhada por comentários de regozijo e aplausos pelo especial significado da iniciativa. Ela representava um esfôrço das autoridades provinciais no sentido de estender, até o segundo planalto, os benefícios do sistema de colonização que vinha sendo pôsto em prática na marinha e no primeiro planalto.

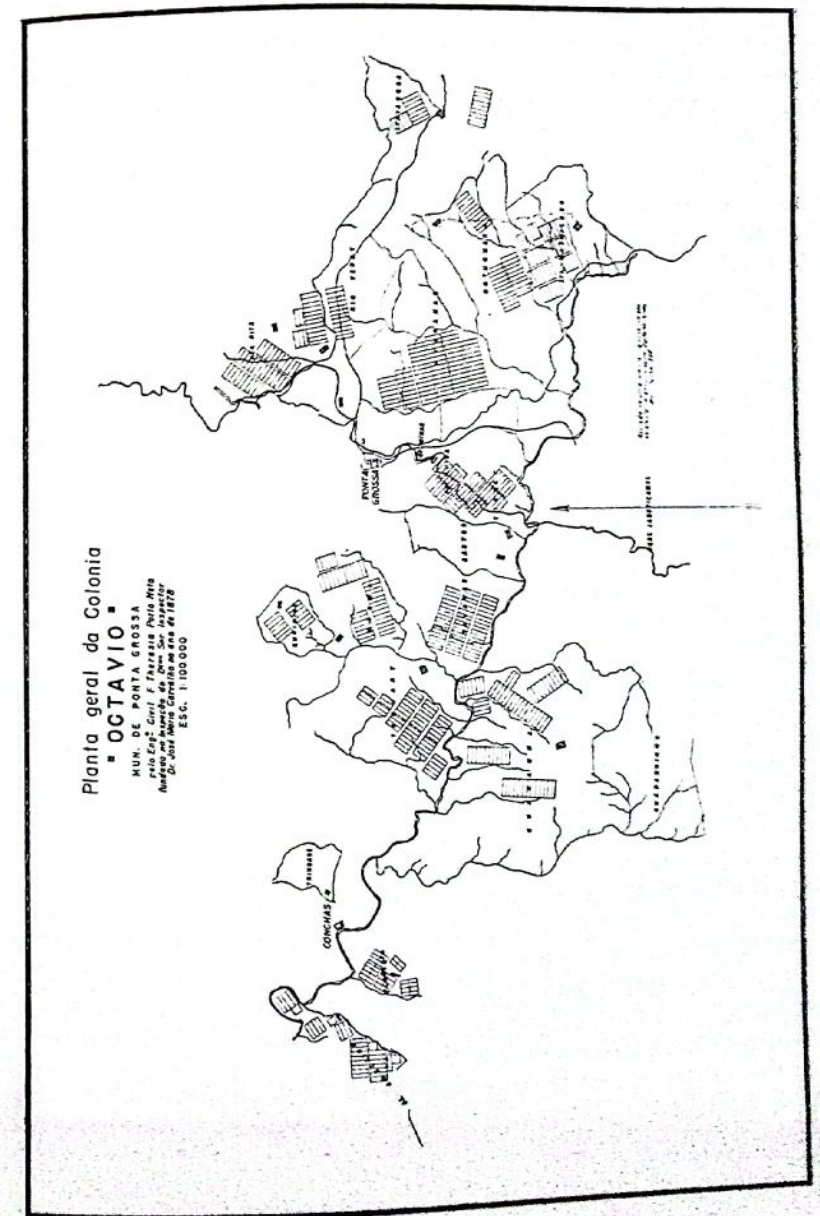
A expectativa em tôrno do projeto era imensa. Vinte mil imigrantes eram esperados. *"A província tôda como é fácil de crer-se, achava-se entusiasmada com a aquisição, que julgava importantíssima"* (225).

Na Côrte, porém, ao lado da expectativa, havia alguma apreensão.

O Jornal do Commercio, comentando a chegada dos imigrantes, assim se expressava: *"a julgar pelas repetidas expedições que ùltimamente têm chegado ao nosso pôrto, a corrente da imigração espontânea russo-alemã será dentro em pouco uma realidade, se causas supervenientes não vierem transtorná-la. Confiamos, portanto, que medidas prontas e adequadas serão tomadas, a fim de que não malogre tão almejado desideratum"* (226).

Porém, o govêrno provincial mostrava-se confiante no êxito do empreendimento: *"Tenho completa confiança no pleno sucesso da colonização russa em Campos Gerais, que, disse o sábio Saint Hilaire, é o paraíso terrestre do Brasil, a sua região mais apropriada à colonização européia. Ali começam a chegar as primeiras turmas de imigrantes russos, a população nacional os recebeu com alegria e, mostram-se êles satisfeitíssimos do país e do acolhimento que tiveram"* (227).

---

(223) Jornal do Commercio, 18 de maio de 1877, Rio de Janeiro.
(224) Dezenove de Dezembro, Anno XXIV, n.º 1844, 26 de setembro de 1877, Curytiba.
(225) Relatório do Presidente J. B. Oliveira Jr., p. 52, 1878.
(226) Jornal do Commercio, outubro de 1877, Rio de Janeiro.
(227) Relatório do Vice-Presidente da Província, Jesuíno Marcondes, p. 52. 1878.

Colônia de alemães do Volga — Arquivo do Departamento de Geografia, Terras e Colonização

Efetivamente, em novembro de 1877, partia para Ponta Grossa a primeira expedição de colonos, logo seguida de outras, de tal modo que em fins de dezembro já passavam de mil os imigrantes encaminhados para os Campos Gerais.

Nos três municípios, destinados a receber russos-alemães, encontravam-se comissões de engenheiros e agrimensores procedendo à compra, medição e distribuição das terras para o estabelecimento das colônias.

Os contingentes de imigrantes foram alojados, provisòriamente, em casas particulares, nas sedes urbanas daqueles municípios, onde permaneceram aguardando que fôssem ultimados os preparativos para a sua instalação nos respectivos lotes coloniais.

Em alguns casos a espera prolongou-se por meses, como é possível constatar-se através das datas de fundação dos diversos núcleos coloniais. Houve, portanto, um pernicioso período de inatividade e expectativa, depois de tão longa viagem, que teria reflexos desfavoráveis no bom andamento da emprêsa.

Segundo as informações contidas nos relatórios oficiais, a acolhida por parte da população local foi amável e generosa. O presidente Joaquim Bento de Oliveira Jr., em seu relatório em 1878, faz especial menção ao *"prazer com que foram os colonos recebidos pela população do lugar"*, salientando, ainda, que muitas famílias presentearam os recém-chegados com *"algumas vacas, o que muito os contentou, visto como pretendiam êles adotar aqui o sistema de agricultura que tinham na Europa, dedicando-se simultâneamente à cultura de cereais e criação de gado"* (228).

As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fôsse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural.

As terras compradas pelo govêrno a fim de instalar os novos colonos foram, via de regra, antigas fazendas, e não constituiram um bloco único. Assim, cada uma das colônias estabelecidas nos três municípios, era composta por vários núcleos coloniais dispersos, e, por vêzes, bastante distantes uns dos outros.

Os núcleos que compunham cada colônia constituiram estabelecimentos confissionais fechados, na sua maioria católicos.

O equipamento inicial dos núcleos, constituído de gado vacum

(228) Relatório de 2 de fevereiro de 1878, Joaquim Bento de Oliveira Jr. p. 52, Curytiba, 1878.

e cavalar, arados, carros e sementes, foi razoável, porém os resultados de suas primeiras colheitas foram uma decepção:

"Der rohe Camp eignete sich aber sehr schlecht zum Weizenbau, und die Enttaeuschung hatte bald eine starke Abwänderung zur Folge. Der Weizen gedich nicht nach Wunsch, und die Leute waren ganz entmutigt und wanderten ab" (229).

Realmente, apenas instalados, começou a retirada. Rodrigo Octavio ao desembarcar em Paranaguá, para assumir a presidência da Província, já encontrou naquele pôrto, russos-alemães, à espera de repatriação.

O Dezenove de Dezembro, de 10 de abril de 1878, publica sob o título "Transcripção" a seguinte notícia: *"A imprensa de S. Petersburgo reclama contra a triste condição em que se diz estarem 400 imigrantes russos que vieram para o Brasil, levados pelas sugestões dos agentes brasileiros a emigrar para a província do Paraná, onde não sòmente encontraram um clima inconveniente, mas também terra imprópria para cultura, e, por conseqüência, estão na mais funda miséria"*. Até aqui a notícia, depois o seu comentário: *"A imprensa russa propõe que se mande um navio e que sejam transportados para a Sibéria. Uma imperatriz da Rússia chamou seus antepassados alemães à Rússia, garantindo-lhes e a seus descendentes perpétua isenção do serviço militar que as suas crenças religiosas vedavam. Um imperador da Rússia acabou com esta garantia imperial e como única compensação permitiu-lhes que emigrassem dentro de um certo prazo. Por uma questão de consciência êste povo emigra em massa, sacrificando pátria e comodidade, a fim de livrar-se do odioso jugo da Rússia, e não obstante, a verídica imprensa de S. Petersburgo parece acreditar que os emigrantes para a província do Paraná estão desejando vivamente outra vez a lei russa e as delícias da Sibéria. Antes de emigrarem, êsses russos mandaram delegados, que examinaram a província, verificaram o delicioso clima daquelas paragens e nelas escolheram local para estabelecimento dos colonos que os tinham mandado. Não ouvimos queixas dos colonos que já chegaram à província; todos êles parecem satisfeitos, e, na verdade, os emigrantes seriam muito desarrazoados se se queixassem do clima do Paraná e desejassem sujeitar-se outra vez ao tacão de ferro do despotismo russo"* (230).

Apesar do Dezenove de Dezembro, jornal oficioso do Govêrno provincial, negar a existência destas queixas, a percentagem de

(229) Fugmann, W. — op. cit. p. 33.
(230) Dezenove de Dezembro, Anno XXV, n.º 1899 de 10 de abril de 1878, Curytiba.

emigrantes saídos da Província pelo pôrto de Paranaguá foi tão alarmante que o amanuense encarregado de organizar os mapas do movimento do pôrto julgou conveniente juntar uma nota explicativa ao mesmo:

"Mapa estatístico da emigração no pôrto da cidade de Paranaguá, durante o ano de 1879.

Nacionalidade	Entraram	Sairam	Diferença
Americanos do norte	330	63	
Alemães	3	2	
Austríacos	10	8	
Brasileiros	1.115	920	
Dinamarqueses	2	—	
Franceses	25	30	
Espanhóis	7	6	
Inglêses	17	28	
Italianos	752	437	
Portuguêses	33	21	
Prussianos	1	14	
Russos	4	1.960	
Suecos	1	—	
Suiços	3	3	
Total	2.303	3.492	1.189

Resumo
Emigração

Entraram	2.303
Sairam	3.492
Diferença	1.189

Pela presente demonstração V. Ex. se dignará ver que houve na emigração uma diferença para mais de 1189 estrangeiros sendo a causa principal desta diferença a repatriação dos russos-alemães em número de 1960 que se achava nos Campos Gerais. Convém deixar consignado que a maior parte da repatriação se dera antes da administração de V. Ex. que data de 23 de abril, pois que de janeiro a princípio de maio, quando era impossível que V. Ex., pudesse evitar a saída dos que já se achavam em Paranaguá, à espera do vapor que os transportasse à Europa, foi a repatriação de 1455 russos-alemães. Felizmente V. Ex. por suas providências e acertadas medidas soube conter o grande movimento de repatriação" [231].

(231) Relatório apresentado ao presidente da Provincia Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, pelo Juiz de Direito, Barreto Correa de Menezes, Chefe da Policia da Provincia, em 2-1-1880, p. 43.

Deve juntar-se aos repatriados, através de Paranaguá, aquêles que sairam por via terrestre em direção ao sul, cujo número pode apenas ser estimado.

O Jornal do Commercio de 26 de novembro de 1877 relatava o seguinte: *"O govêrno imperial auxiliou a imigração russa com importantes somas, deu transporte aos colonos, sustentou-os durante longos meses, colocou-os em boas terras, em região fértil e bem situada. O govêrno fêz, pois, tudo quanto podia fazer no caso. Eis porém que emissários argentinos que recebem uma libra esterlina por cabeça de colono russo, que do Brasil levarem para a Confederação, penetram na Colônia Bôca do Monte, não obstante tôda a vigilância da polícia, e aí começam a instigar os russos à transmigração para o Rio da Prata. Para conseguirem os seus reprovados fins, argumentam com a superioridade das terras de campo da Confederação, lisonjeando assim uma maioria dos russos, e especulam por outro lado com o fanatismo religioso dos mesmos, figurando o Brasil como minado pelo ceticismo e descrença. Os pobres e ignorantes colonos instigados por êsses especuladores, resolvem ir para o Rio da Prata e com êste fim se põem em marcha para Pôrto Alegre"* [232].

Afinal, dos 20 mil colonos esperados, vieram apenas 3.809, o que significa menos 25% do total previsto e dêles permaneceram nos Campos Gerais sòmente cêrca de 50%, e isto sem levar-se em conta os que sairam por via terrestre.

Em 1880, das 659 casas coloniais construídas para alojar êstes imigrantes, apenas 292 estavam ocupadas, sendo que 317 estavam abandonadas e 50 encontravam-se em mau estado [233].

Nesta mesma data, a situação dos colonos remanescentes era a seguinte, conforme o Relatório do presidente Souza Dantas, de 16 de fevereiro, à Assembléia Provincial: "...*dedicam-se a plantações em pequena escala. A sua cultura consta de milho, feijão, centeio e batatas, que êste ano prometem uma colheita assaz suficiente para o consumo do estabelecimento*", ou "*sua plantação é resumida, consta de 2 e meio alqueires de milho, 2 e meio ditos de feijão e 500 pés de fumo*"; "*entre os núcleos, o de Moema dá sinais de prosperidade pois a sua plantação consta de 7 e meio alqueires de milho, 6 e meio de feijão, 25 de centeio, 4 de trigo, 4 de aveia, 2 de trigo sarraceno, 4.000 pés de fumo e diversas qualidades de hortaliças*", mas como o fato constitui exceção, aparece conveniente-

(232) Jornal do Commercio, 26 de novembro de 1877, Rio de Janeiro.
(233) Relatório de Manuel de Souza Dantas Filho, 16-2-1880 p. 66.

mente comentado, *"a animação que se nota no trabalho dêstes colonos, parece ser devida ao método por êles adotado na preparação da terra para a qual empregam estrume, que com muita dificuldade reúnem"* (234).

Na maioria dos núcleos, a agricultura ficou restrita ao cultivo do milho, feijão, batatas, cuja produção apenas, e mal, bastava para o sustento dos próprios colonos. Por esta razão visando prover os colonos com algum recurso extra, uma vez que os núcleos foram prematuramente emancipados, em outubro de 1878, o Govêrno autorizou seu emprêgo nos trabalhos de construção e reparo de estradas. O engenheiro da estrada Mato Grosso recebeu instruções para *"empregar os colonos russos-alemães dos Campos Gerais, nos trabalhos da estrada, da Serrinha e Palmeira, e desta localidade a Ponta Grossa, a fim de dar-lhes salário para auxiliá-los em seu definitivo estabelecimento"* (235).

A fim de que os colonos da Lapa fôssem equiparados aos demais foi-lhes proporcionado serviço em consertos de que *"carece a estrada que dali se dirige a esta Capital"*.

Sôbre a eficácia dêste procedimento no sentido de fixar os colonos, manifestou dúvidas o diretor do núcleo de S. Quitéria, em ofício dirigido ao Presidente da Província:

"Não há certeza de que o govêrno consiga por êsse meio, os benéficos resultados que teve em vista. Em vez de ministrar aos colonos meios de iniciarem suas lavouras, pode concorrer indiretamente, para que êles se repatriem mais fàcilmente". E, como prova, cita o caso de alguns colonos do Lago que após receberem seus salários, correspondentes a serviços prestados na estrada de Palmeira, começaram a *"efetuar o movimento de repatriação"* (236).

Por outro lado, já a partir de 1879 aparecem russos-alemães ocupados nos serviços de transporte. Com referência aos colonos do Lago, diz, ainda, outro Relatório, que desprezam as atividades agrícolas porque *"empregam-se de preferência em dar conduções em carroças"*. Esta atividade rendosa seria de grande importância para os colonos russos-alemães, *"muitos dos colonos retirantes se haviam aplicado ao transporte de mercadorias, realizando quase invariàvelmente 100$000 líquidos em cada viagem"* (237).

Seu entrosamento na economia do mate não tardou, os colonos

---

(234) Relatório de Souza Dantas, 1880 p. 63.
(235) Relatório de Souza Dantas, 1880 p. 27.
(236) Relatório de Rodrigo Octávio, 1879, p. 61.
(237) Relatório de Rodrigo Octávio, 1879, p. 58.

do núcleo D. Adelaide, *"não se dedicam à lavoura, ocupam-se êles quase exclusivamente no transporte de erva-mate, que vão comprar no sertão"* (238).

Êste fato é de grande significação pois sòmente participando do comércio do mate é que êles encontrariam uma atividade capaz de garantir sua sobrevivência e prosperidade. Para isso foi, portanto, necessária sua integração na conjuntura econômica do momento paranaense que estava fundamentada na exploração do mate.

É certo que a má colheita, decorrente das deficiências do solo, atuou de modo ponderável no ânimo dos imigrantes, levando-os ao abandono da lavoura, para a qual vieram destinados, ou, ao abandono das terras, o que foi incontestàvelmente mais grave.

As apreciações até hoje feitas sôbre a colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais, têm sido conduzidas em sentidos opostos, ambos condenatórios e pouco explicativos.

Primeiramente houve uma total condenação dos imigrantes que, qualificados como *"muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos"*, não haviam correspondido às esperanças do país que os acolheu generosamente, com terras férteis e todo o apoio oficial e particular (239).

O fundamento documental para a adoção dessa atitude foi o Relatório do Presidente Rodrigo Octavio que, embora tendo passado apenas um ano no Paraná, de março de 1878 a março de 1879, dedicou 16 páginas do Relatório com que passou a administração da Província, à colonização russa nos Campos Gerais. Sua crítica aos colonos revela, mais que a ineficiência dos mesmos, a sua própria incapacidade de compreender outras culturas. Sua atitude indignada porque os russos semeavam milho e feijão à lanço, à maneira da semeadura do trigo ou centeio, é um indício da sua pouca sensibilidade para o conservadorismo inerente às populações rurais. Por outro lado, êle ao assumir a presidência veio já com um juízo formado *"à priori"* sôbre os colonos, pois começa o Relatório dizendo que, a pedido de fazendeiros de São Paulo estivera na Inspetoria Geral de Colonização, no Rio de Janeiro, em 1877, para obter informações sôbre colonos russos, e influir que procurassem aquela Província, mas o chefe daquela repartição lhe dera a seguinte resposta: *"As informações não são boas e aconselho aos fazendeiros de S. Paulo que não pensem em semelhante gente"*. Ao che-

---

(238) Relatório de Souza Dantas, 1880 p. 63.
(239) Relatório de Rodrigo Octávio, 1879, p. 53.

gar ao Paraná constatou, com surprêsa, que aqui estavam alojados mais dois mil colonos russos (240).

Outra tendência adotada na apreciação dos resultados da colonização russa, é aquela de acusar aos governantes pela sua imprevidência, colocando os imigrantes em terras infecundas e à míngua de qualquer recurso. O apoio documental para esta atitude foi o relato do Presidente Taunay que, ao passar pelos Campos Gerais, comenta o malôgro da colonização russo-alemã *"que repercutiu em tôda a Europa e nos trouxe inúmeros desgostos e vexames. Quantas somas de dinheiro tem o Brasil perdido, quantas decepções sofrido e quantos males proporcionado a inúmeras pessoas com o péssimo e anticientífico sistema de atirar grupos imigrantes em pontos invios, longe de todos os recursos e relações sociais"* (241).

O curioso é que a condenação tornou-se extensiva aos Campos Gerais. O *"paradis terrestre"* de Saint Hilaire, a partir dêsse cometimento mal sucedido, foi considerado impróprio para qualquer atividade agrícola e, portanto, para a colonização. Generalizada a opinião de que aquêles Campos não comportavam outra atividade além da tradicional exploração pastoril, intensificou-se a procura de terras de matas para a agricultura. A reconquista dos Campos Gerais para as atividades agrícolas é bastante recente.

Hoje, à vista dos empreendimentos coloniais agrícolas realizados com êxito, e dos recursos que foi necessário lançar mão para tal fim ser obtido, é possível a reavaliação dos fatôres que concorreram para o insucesso da colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais.

A década de 1880 assinala o término de uma fase de programação colonizadora no Paraná, com a extinção do sistema de colonização oficial, com colônias mantidas sob a tutela do Govêrno, e o início de outra etapa com motivações diferentes e com menor participação oficial.

Em fevereiro de 1881, o Presidente João José Pedrosa, no seu Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, faz uma apreciação dos resultados da colonização já efetuada na Província: *"Como sabeis foi nos terrenos próximos desta Capital que a colonização pôde medrar, prometendo os mais auspiciosos resultados. No centro da Provincia as colônias continuam decadentes, e ainda muito pouco, por ora, prometem em futuro próximo. No litoral, em Morretes,*

(240) Rodrigo Octávio, op. cit. p. 52.
(241) Taunay, A. de Escragnolle, Viagem do Presidente ao Iguaçu em março de 1886. Revista do Instituto Histórico, Tomo I, Parte II, 1887, Rio de Janeiro.

principalmente os núcleos mantém-se à sombra dos trabalhos que ainda ali executam-se por conta do Govêrno, e na expectativa do desenvolvimento que a viação férrea deve trazer...". Em seguida, no mesmo documento, aponta os rumos que deverão ser tomados para o desenvolvimento da colonização, *"... o Govêrno deve estabelecer colonos nas proximidades de povoações que por seu grau de prosperidade, ofereçam ocupações remuneradas aos mesmos, quer em serviço de lavoura, quer nos diferentes misteres industriais; ou cumpre-lhe apenas colocá-los nas localidades onde, por conta do Estado, executem-se obras importantes, em condições de aproveitarem os novos braços introduzidos no país... Aqui na Capital noto que a colonização já vai excedendo dos limites naturais, isto é, a capacidade do mercado e a demanda de braços para os diferentes misteres da população. Se a emprêsa da viação férrea não vier alargar êsses limites faltará em breve lugar para maior número de imigrantes"* (242).

Na realidade, o programa que vinha sendo desenvolvido pelo Govêrno Provincial, ou com a sua tutela, em virtude da sua própria motivação, limitou-se à ocupação das áreas já povoadas històricamente e assim não representou contribuição para o povoamento do território não desbravado do Paraná. A nova conjuntura, inaugurada pela realização de grandes obras públicas, como a construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas, iniciadas a partir de 1880, abriu novas perspectivas para o problema da introdução de imigrantes, oferecendo oportunidades de trabalho para grandes massas de trabalhadores. Na construção da ferrovia que liga Paranaguá a Curitiba, iniciada em junho de 1880 e concluída em dezembro de 1884, *"conta o barão de Capanema que o dr. Teixeira Soares para manter em serviço 3.000 operários arregimentara 9.000 dos quais para mais de 5.000 permaneciam doentes"* (243). A importância assumida pela viação férrea e também pela construção de estradas de rodagem, nas programações das autoridades provinciais é evidenciada pelo espaço dedicado ao assunto nos Relatórios dos presidentes de Província da época. As ferrovias principalmente, concretizadas ou apenas projetadas, passaram a constituir os eixos de penetração para o povoamento do território não desbravado do Paraná, em uma conjuntura em que declinava a economia do comércio do gado, tomava incremento aquela da madeira, e encontrava-se a da erva-mate sem maiores possibilidades de expansão.

(242) Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembléia Provincial.
(243) Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná — 1885-1935, p. 240. Publicação da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, Impressora Paranaense; Curitiba, 1935.

Ao mesmo tempo, a necessidade de libertar os cofres públicos do oneroso programa colonizador, levou as autoridades a emanciparem as colônias existentes e a extinguir a colonização pròpriamente oficial. Contudo, a imigração espontânea não satisfazia a demanda, agora de mão-de-obra para as construções das ferrovias e de outros serviços públicos. Era necessário, pois, encontrar novos estímulos para atrair imigrantes. Surgem novas tentativas de promover a colonização através da iniciativa privada, conforme recomendação do Ministro da Agricultura em circular de 27 de junho de 1884.

No Paraná, o Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello atende já, em 22 de agôsto de 1884, a sugestão ministerial, *"ocorreu-me empreender a organização de uma sociedade promotora da imigração abrangendo em seu vasto plano a província inteira... Não será possível constituir na província uma grande Associação Promotora da Imigração concorrendo cada associado com uma quota mensal módica?. Se a idéia for geralmente aceita poder-se-á fundar uma confederação de associações municipais cada uma com o seu diretório, superintendidas tôdas pelo diretório central da Capital, a quem incumbirá a gerência dos fundos sociais e sua aplicação"* (244).

Em conseqüência, nos anos de 1885 e 1886, o Presidente Alfredo d'Escragnolle Taunay criou sociedades de imigração em onze localidades da Província, na seguinte ordem cronológica:

1. *Paranaguá*, 27 de setembro de 1885, sob a presidência do Visconde de Nacar.
2. *Curitiba*, 18 de outubro de 1885, sob a presidência do Comendador Ildefonso Correia.
3. *Superagui*, 14 de novembro de 1885, sob a presidência de J. M. Sigwalt.
4. *Pôrto de Cima*, 16 de novembro de 1885, sob a presidência de José R. de Macedo.
5. *Morretes*, 16 de novembro de 1885, sob a presidência de Gabriel Pinto.
6. *Antonina*, 17 de novembro de 1885, sob a presidência de J. Loyola.
7. *Campo Largo*, 24 de dezembro de 1885, sob a presidência de João Ribeiro de Macedo.
8. *Lapa*, 19 de fevereiro de 1886, sob a presidência de Silva Braga.

(244) Relatório do Presidente da Província, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, à Assembléia Legislativa Provincial, em 22 de agôsto de 1884, p. 14. Typ. Perseverança, Curytiba, 1884.

9. *Ponta Grossa*, 31 de março de 1886, sob a presidência de Ferreira Ribas.
10. *Castro*, 1.º de abril de 1886, sob a presidência de Olegário Macedo.
11. *Guarapuava*, 7 de abril de 1886, sob a presidência do Visconde de Guarapuava.

Essas associações atuaram de modo eficiente e variado na promoção de serviços de imigração, inclusive na propaganda das terras do Paraná para a colonização. Em virtude, aliás, da intensificação da publicidade, realizada também pelas companhias concessionárias das construções de ferrovias, da abolição da escravatura e da proclamação da República, intensificou-se, nesse período, a entrada de imigrantes no Brasil, oportunidade em que são atingidas as quotas anuais mais elevadas, com mais de duzentos mil imigrantes por ano.

Como reflexo dessa maior procura do Brasil pelos imigrantes, nas décadas de 1880, 1890 e 1900, foram estabelecidos mais de quarenta novos núcleos coloniais, no Paraná, ora com o apoio do Govêrno central, ora por iniciativas particulares ou estaduais, conforme mudavam as diretrizes da oscilante política imigratória da época.

Entre os estabelecimentos instalados no período destacam-se as grandes colônias federais de Prudentópolis, Cruz Machado, Senador Correia, Ivaí, Vera Guarani, a colônia estadual Afonso Pena e as colônias particulares Nova Galícia e Carambeí.

Quanto à composição dos grupos de imigrantes dessas novas colônias, embora mantenha-se aquêle caráter de variedade étnica que é constante nos contingentes imigrados para o Paraná, houve acentuada predominância de elementos eslavos, principalmente poloneses e ucranianos, que constituem, aliás, pelo seu número, o grupo étnico mais significativo das correntes imigratórias dirigidas para êste Estado.

Data, ainda, dêsse último período, a introdução de imigrantes procedentes da Ásia, sírios-libaneses a partir de 1890, e japonêses a partir do início do século XX.

No decorrer de quase um século de colonização, desde a fundação da colônia alemã do Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cêrca de cem mil colonos foram localizados em seu território.

O sistema de colonização que prevaleceu na estratégia imigratória paranaense imprimiu um caráter rural predominante entre os contingentes imigrados no Paraná.

Embora numèricamente o contingente de imigrantes entrados no Paraná, incluídos aquêles que se fixaram nas áreas urbanas, não tenha ultrapassado de cem mil imigrantes, o seu número é bastante significativo em relação ao total da sua população.

Estrangeiros na população brasileira e paranaense

Anos	Brasil	Paraná
1872	3,9%	2,9%
1890	2,4%	2,1%
1900	6,2%	13,6%
1920	4,2%	9,2%

Os principais grupos étnicos que predominaram nos contingentes populacionais imigrados para o Paraná, no período analisado, constam do quadro seguinte.

Contingentes populacionais imigrados para o Paraná

Contingentes	%
Poloneses	49,2
Ucranianos	14,1
Alemães	13,3
Italianos	8,9
Russos	4,2
Franceses	2,5
Austríacos	1,5
Holandeses	1,2
Outros	5,1

A contribuição dos vários grupos populacionais imigrados criou o mosaico étnico-cultural sôbre o qual se estão armando as novas estruturas demográficas do Paraná.

POLÍTICA FINAL DO IMPÉRIO E INÍCIO DA REPÚBLICA

Ainda, às vésperas do 15 de novembro de 1889, a situação política do Paraná era pràticamente a mesma de todo o período provincial, ou seja, aquela do jôgo político realizado exclusivamente

por conservadores e liberais, na disputa do poder. Aquêles, estando o Partido Conservador no Gabinete Imperial, ocupavam também a Presidência da Província e eram senhores da situação desde 1886. Entre maio dêsse ano e junho de 1889, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Ildefonso Pereira Correia e Antonio Ricardo dos Santos, além de outros vindos de fora, todos paranaenses e conservadores, ocuparam a Presidência. A derrubada do Gabinete conservador e a ascenção do Partido Liberal, com o Gabinete Ouro Prêto, normalmente fariam subir, no Paraná, os liderados por Jesuíno Marcondes. Êste, por quatro vêzes, já exercera a Presidência da Província, na qualidade de vice-presidente. Agora, porém, era chamado para diretamente ocupar a Presidência. Êle *"sempre opinou que as funções de chefe de partido e de presidente da Província nunca deveriam associar-se no mesmo indivíduo"* (245), porém, premido pelos correligionários, aceitara a investidura.

Encontrou a Província em sérias dificuldades financeiras e econômicas que atribuía à má administração conservadora que o antecedera. Teve o apoio, entretanto, dos liberais para a obra de saneamento das finanças públicas, bem como da oposição conservadora, quer na Assembléia, como na imprensa. Êle mesmo afirmaria: *"desde que assumi a presidência, tenho recebido aplausos gerais da Província. Os próprios conservadores tem-se mantido em atencioso silêncio"* (246).

Era, pois, de calma e tranqüilidade o ambiente político da Província, em novembro de 1889. O movimento republicano que corria o Império, embora existente no Paraná, não tinha expressão, nem qualquer influência maior na situação política provincial. O paranaense Ubaldino do Amaral que exercia liderança entre os republicanos, não tinha, porém, militância política na Província.

Desde o Manifesto de 1870, pequenas e isoladas manifestações republicanas verificaram-se no Paraná. O efêmero jornal *"Operário da Liberdade"*, de Barros Júnior, republicara o próprio Manifesto. Algumas vozes republicanas são ouvidas na Lapa e em Paranaguá. Em 1879, de Morretes, Rocha Pombo, adere ao movimento, e, em 1881, de Castro, Vicente Machado, apresenta, embora sem êxito, a sua candidatura republicana à Assembléia Provincial. Na década seguinte, sem contudo nunca se haver estruturado no Paraná, foi, porém, mais ativo o movimento, com a fundação dos jornais *Livre Paraná*, dirigido por Fernando Simas e Guilherme

(245) *In* Moysés Marcondes, op. cit., p. 97.
(246) Idem, p. 102.

Leite, em 1883, e *A República*, de Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Antonio da Silva, em 1886. Também, respectivamente, em 1885 e 1887, foram fundados os clubes republicanos de Curitiba e Paranaguá.

Como partido político, os republicanos concorreram às eleições provinciais de 1887, sem, contudo, haver alcançado uma só cadeira na Assembléia. Apenas, no ano anterior, isoladamente conseguira Fernando Simas um lugar na Câmara Municipal de Paranaguá.

A notícia dada por Ernesto de Campos Lima, de Curitiba, a Joaquim Saldanha Marinho, é elucidativa da fraqueza do movimento republicano no Paraná, onde, em julho de 1888, no 1.º distrito eleitoral que abrangia Curitiba e o litoral, portanto, onde mais ativa era a propagação através dos clubes e dos jornais, havia apenas 31 republicanos declarados, sendo 7 em Paranaguá, 2 em Guaratuba, 1 em Guaraqueçaba e 21 em Curitiba. Nas eleições de 1887, Vicente Machado apresentara-se candidato à Assembléia Provincial, pelo Partido Liberal e fôra eleito. Sua atuação foi, porém, republicana, tornando-se desde então chefe do partido no Paraná. Mas êste não alcançava êxitos eleitorais na Província. O próprio Vicente Machado, disputando as eleições de 1889, para a Câmara dos Deputados, teve apenas 30 votos, dos 918 eleitores do 2.º distrito.

A República, porém, se fêz no Paraná sem qualquer resistência, ou incidentes, como se fôra apenas mais uma troca de Ministério, com a inevitável derrubada dos políticos da eventual situação.

O Estado Monárquico brasileiro chegara a tal ponto de deterioração que a ninguém mais interessou conservar o Império.

Liberais radicais, dissidentes, seriam, em 1870 os iniciadores da propaganda republicana no Brasil. Desde 1871, porém, liberais ou conservadores, aumentaram o seu número, ou deram-lhe apoio tácito, em virtude dos seus interêsses contrariados ante a política abolicionista da Coroa. Outros pontos de fricção agravariam também o distanciamento do poder central, haja vista a disputa entre a Igreja e o Estado, ou aquela com os militares. Mas foram, sobretudo, senhores de escravos e políticos derrubados pela intervenção do Poder Moderador, aquêles que menor interêsse tiveram em conservar a Monarquia.

Êste distanciamento e esta irritação eram sentidos desde anos. Jesuíno Marcondes escrevia, ainda, em 1883: *"Um sôpro de anarquia percorre o país. A Câmara Municipal da Côrte tem tido cenas*

desagradáveis. Há um sentimento vago, porém, geral, de que a atual ordem de cousas não irá longe" (247). Assim, derrubado o Partido Conservador em julho de 1889, foram até mesmo os seus chefes atraídos pela pregação republicana, ou restaram omissos ante os acontecimentos que se precipitavam. Rocha Pombo assinala, logo após a proclamação da República: *"Basta notar o açodamento com que o Partido Conservador, quase em pêso, que estava na ocasião fora do poder, acudiria, em 1889, à ordem: República"* (248).

Para os arraigados hábitos políticos do País teria sido apenas uma nova troca de Gabinete, e, instalada a nova ordem, conservadores e liberais, não quiseram restar de fora, tentando conservar o seu antigo prestígio e defender seus interêsses.

O mesmo pràticamente se verificou no Paraná. O próprio Conselheiro Jesuíno Marcondes, o velho oligarca liberal, já em 30 de novembro de 1889, escrevia de São Paulo: *"Vejam o Correio Paulistano, que mando, onde vêm cartas de Saraiva e Paulino, com opiniões iguais às nossas, isto é, que a Monarquia está morta, e cumpre ajudar a reconstrução da pátria"* (249), recomendando a seus amigos e liderados que o ideal, naquele momento, seria atrair *"o melhor dos partidos antigos e fundar ali* (no Paraná) *a República com a maioria, a ilustração e a moralidade do nôvo Estado"* (250). Assim, tal como no Brasil, a República se fizera no Paraná, não pela ação dos republicanos, que foram poucos e sem expressão política, mas pela omissão dos monarquistas, quer liberais, quer conservadores.

Proclamada a República, a 16 de novembro ainda que não oficialmente chegava a notícia a Curitiba. O Presidente Jesuíno Marcondes e o Comandante da Brigada Militar, coronel Francisco José Cardoso Júnior, imediatamente realizam reunião, objetivando a manutenção da ordem na Província. Os oficiais, porém, da guarnição logo manifestam o seu apoio ao gesto de Deodoro e logo chega também o telegrama dêste encarregando o Comandante da Brigada, da manutenção da ordem pública, até a nomeação de um Govêrno provisório. Em conseqüência, nesse mesmo dia, Jesuíno Marcondes entrega a Presidência da Província a Francisco José Cardoso Júnior.

(247) *In* Moysés Marcondes, op. cit. p. 109.
(248) Rocha Pombo — História do Brasil, vol. X, p. 11.
(249) *In* Moysés Marcondes, op. cit., p. 109.
(250) *In* Moysés Marcondes, op. cit., p. 111.

Este, porém, não se conserva no Govêrno por muito tempo, caracterizando-se o ano de 1890 por grande instabilidade. Além de Cardoso Júnior, José Marques Guimarães, Américo Lobo Leite Pereira, Inocêncio Serzedelo Correia e José Cerqueira de Aguiar Lima, exerceram a Presidência do Govêrno do Paraná nesse período.

Duas correntes políticas estavam delineadas perfeitamente. Os republicanos e os conservadores agrupavam-se ao lado de Vicente Machado, enquanto que os liberais ao lado de Generoso Marques dos Santos que herdara a liderança de Jesuíno Marcondes.

A José Cerqueira de Aguiar Lima coube presidir as primeiras eleições republicanas no Paraná. Êle fôra hàbilmente conquistado, graças sobretudo à influência de Emygdio Westphalen, para os candidatos liberais, Generoso Marques dos Santos e Silveira da Mota. Os mesmos hábitos de pressão política, por parte da situação, funcionaram na República que se iniciava e, assim, venceram os liberais, a 10 de abril de 1891.

Em virtude, porém, do apoio dado ao golpe de Deodoro, foram os novos governantes depostos, em 29 de novembro, pela guarnição militar de Curitiba que formou ao lado de Vicente Machado. Uma Junta Governativa Provisória fêz realizar novas eleições para um nôvo Congresso Estadual Constituinte. A Constituição de 7 de abril de 1892 é que organizaria o Estado do Paraná e dar-lhe-ia as estruturas que teriam vigência até a Revolução de 1930. Os seus homens seriam também os senhores da política paranaense nesse interregno, debaixo do Partido Republicano.

Francisco Xavier da Silva, como Presidente, e Vicente Machado, como vice-presidente, foram os eleitos em 1892. Encontravam-se, pois, no Govêrno quando da Revolução Federalista.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Proclamada a República, tanto liberais, como principalmente os conservadores acomodaram-se à nova ordem republicana. Logo, porém, a muitos, esta nova ordem afigurou-se pouco renovadora,

sobretudo no que tange aos velhos hábitos políticos e ao centralismo do Govêrno Federal.

No Rio Grande do Sul, pelas tradições liberais e pelas condições peculiares da fronteira, a inquietação e a agitação eram mais sentidas e mais visíveis em ações francas.

Ali, conservadores e liberais, chefiados pelo general Silva Tavares (Joca Tavares), no exílio do líder liberal, chefe indiscutível da oposição local, Gaspar Silveira Martins, se haviam fundido no Partido Nacional Federalista, enquanto que os republicanos históricos, liderados pelo jovem político, Júlio de Castilhos, entranhado da filosofia positivista, arregimentavam-se no Partido Republicano.

Se aquêle agrupava homens de variada formação e das mais diversas aspirações que chegavam a incluir a restauração monárquica; êste, sob a liderança de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão Faria e outros, logo também estaria fraccionado, constituindo o Partido Republicano Liberal, em oposição aberta a Júlio de Castilhos, ocupante do Govêrno Estadual com o apoio de Deodoro.

Êste, por sua vez, quando do golpe de 3 de novembro, recebe o apoiamento tácito de Júlio de Castilhos. Inflama-se, no Rio Grande do Sul, a oposição ao castilhismo positivista sufocante de um centralismo sem limites. Unem-se o Partido Nacional Federalista, defensor, segundo a orientação teórico-doutrinária de Silveira Martins, de fórmulas parlamentares de govêrno, e o Partido Republicano Liberal, defensor embora de fórmulas presidencialistas ambos, porém, contrários à Constituição castilhista que instituira, desde 14 de julho de 1891, no Rio Grande do Sul, um presidencialismo hipertrofiado.

Assim, antes mesmo da queda de Deodoro, a 12 de novembro, depuseram a Júlio de Castilhos e convencionaram apoiar um govêrno provisório, até a realização de eleições.

O contra-golpe de 23 de novembro e a ascenção de Floriano à Presidência da República foram feitos em nome da restauração das virtudes republicanas e da manutenção da República federativa.

Segundo êsses princípios seria reorganizada a vida política nos Estados, após a deposição dos governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. A situação política no Rio Grande do Sul, embora já deposto Júlio de Castilhos, era de extrema gravidade, ante a fraqueza da Junta Governativa que se instalara, registrando-se movimentos sediciosos de batalhões aquartelados em Pôrto Alegre.

De outro lado, os rancores e ódios políticos, novos e antigos, encontravam-se acirrados, radicalizadas as posições em tôrno ao próximo pleito eleitoral que indicaria o presidente do Estado. Castilhistas, sobretudo, agitavam a luta, visando a volta de Júlio de Castilhos ao govêrno do Estado.

Floriano mantinha aparente neutralidade ante as eleições no Rio Grande do Sul. Sua política pessoal, entretanto, inclinava-se em favor dos castilhistas, em cujo meio eram realmente encontrados os seus partidários mais fiéis. Pouco a pouco, pela ação de Floriano, levada a efeito pelos seus emissários no Rio Grande do Sul, principalmente pelo general Bernardo Vasques, o *"retôrno de Castilhos será um imperativo da defesa da República e da unidade nacional"* (251).

Em março de 1892 estava delineada a situação no sul. Os republicanos castilhistas se haviam reunido em Caseros, na Argentina, jurando promover a volta da legalidade, ou seja, de Júlio de Castilhos ao govêrno, enquanto que os seus oposicionistas, contando já agora com a presença de Silveira Martins, que regressara do exílio, reúnem a 31 de março no Congresso de Bagé, todos os chefes federalistas, aprovando programa partidário, pelo qual lutariam, e desaprovando inclusive atos do Govêrno Provisório.

As bases programáticas dos federalistas, segundo a orientação liberal parlamentar de Silveira Martins, para quem o primeiro e principal problema residia na necessidade de regeneração das liberdades constitucionais, pela via do parlamentarismo, constituíam-se na defesa de sete pontos:

a) Constituição republicana de tipo parlamentar.

b) Iniciativa do Govêrno e da Câmara na apresentação das leis, exceto quanto às privativas desta última.

c) Autonomia municipal.

d) Liberdade de imprensa, responsável perante o Poder Judiciário comum.

e) Eleição presidencial para mandato de 4 anos, proibida a reeleição.

f) Eleição dos deputados por 4 anos, renovável a Câmara de 2 em 2 anos.

g) Poder Judiciário do Estado, de nomeação municipal ou estadual segundo a lei.

Era, pois, o programa federalista radicalmente contrário à

(251) Bello, José Maria — História da República, p. 124, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1964.

Constituição *comtiana* que Júlio de Castilhos se apressara em dar ao Rio Grande do Sul, caracterizada por um presidencialismo excessivo, pelo qual não havia inclusive limite para o mandato presidencial.

Assim, a revolução de 1893 seria motivada pelo extremado presidencialismo de Castilhos, em favor do parlamentarismo republicano, defendido por Silveira Martins, mas que, no entanto, pela fôrça das circunstâncias, poderia inclusive admitir soluções de restauração monárquica. O próprio Silveira Martins apontava que o acento principal residia, para êle, não em Monarquia ou República, mas em parlamentarismo. Silveira Martins foi, no Congresso de Bagé, proclamado chefe do Partido Nacional Federalista, enquanto que era também lançada a candidatura de Joca Tavares à presidência do Estado, nas eleições marcadas para 21 de junho de 1892.

Os federalistas pareciam contar com a maioria e certos estavam da sua vitória eleitoral. O Partido Republicano Liberal, defensor do presidencialismo moderado, sob a condução de Demétrio Ribeiro, não tinha condições de vitória, a menos que pudesse contar com o apoio das fôrças federais. Júlio de Castilhos e o Partido Republicano, alijados do poder, também enfrentavam dificuldades para voltar ao mesmo pelo processo normal das eleições. Foi quando, embora veladamente, receberam o apoio de Floriano.

No Estado, a agitação era extremada, de maneira que, sem condições de autoridade, o general Barreto Leite, a 8 de junho de 1892, deixa o govêrno em mãos do Visconde de Pelotas. Êste, compreendendo a trama política que se passava e sem fôrças para resistir, a 17 de junho passa, por telegrama, conforme o permitia a própria Constituição castilhista, o govêrno a Silva Tavares que, com fôrças militares, encontrava-se em Bagé.

A sedição castilhista, animada e sob a proteção do homem de Floriano, o general-comandante do Distrito Militar, Bernardo Vasques, assalta o poder, e nêle se empossa Júlio de Castilhos, pretextando reassumi-lo. Designa, nos têrmos da Constituição, a Vitorino Monteiro como vice-presidente e passa-lhe o govêrno, desejoso de disputar as eleições, para o que contava com o apoio do Govêrno central.

Estava o Rio Grande do Sul pronto para o deflagrar da luta armada entre federalistas e castilhistas. Aquêles, políticos oriundos das mais variadas origens e tendências, agrupados porém em tôrno da oposição aos desígnios de mando pessoal de Júlio de Cas-

tilhos, e sob a bandeira das teses liberais parlamentares de Silveira Martins; êstes, fortemente reunidos em tôrno ao republicanismo presidencialista de Júlio de Castilhos que introduzira na Constituição estadual tôdas as teses que não pudera fazê-lo na Constituição de 1891, e identificados com a sorte de Floriano e da própria República nascente.

Silveira Martins e Joca Tavares não desejavam a guerra civil que se avizinhava. Êste, ante a iminência da mesma, face aos últimos acontecimentos que haviam culminado no retôrno dos castilhistas ao poder, com a palavra de respeito às pessoas e aos bens dos federalistas, desarma a sua tropa, renuncia à liderança e retira-se, com grande número de companheiros, para o Uruguai.

A vitória castilhista foi, entretanto, de desmandos e de violação da palavra empenhada. Aos opositores políticos só a violência era reservada, de tal maneira que recrudesce a agitação revolucionária.

Tendo por chefe espiritual a Silveira Martins, e como condutores militares a Joca Tavares, Gumercindo Saraiva e Vasco Martins, invadem os revolucionários o Rio Grande do Sul, em 1893, vindos do Uruguai, onde se haviam concentrado os federalistas.

Era a guerra aberta entre "maragatos" e "pica-paus". Aquêles, os federalistas, assim pejorativamente denominados, com suas fitas vermelhas, onde se lia o dístico de "Viva a liberdade", e outros; êstes, os castilhistas, com as divisas brancas que lembravam o pássaro e que como êste picavam até o fundo, destruindo.

Embora os primeiros triunfos da marcha federalista, ela foi detida pela vitória das fôrças de Pinheiro Machado, às margens do arroio Inhanduí. Separa-se, depois, o exército revolucionário. Enquanto Joca Tavares permanecia operando na área da fronteira, Gumercindo Saraiva dirige-se para o norte, rumo a Santa Catarina, onde os federalistas encontrariam de parte do govêrno maiores simpatias, e ao Paraná, onde o govêrno estadual era-lhes totalmente hostil.

Em junho de 1893, o almirante Wandenkolk pronunciara-se contra os castilhistas. Em agôsto, o general Salgado, por sua vez, apoia Gumercindo. Certo da traição de Floriano, Custódio de Mello, em setembro deixa o Ministério e revolta a Armada, fortalecendo a revolução federalista. O apoio da Armada permitirá a constituição de um Govêrno Provisório, em Destêrro, Santa Catarina, do qual participaria, como representante do Paraná, o ex-liberal paranaense, Emygdio Westphalen.

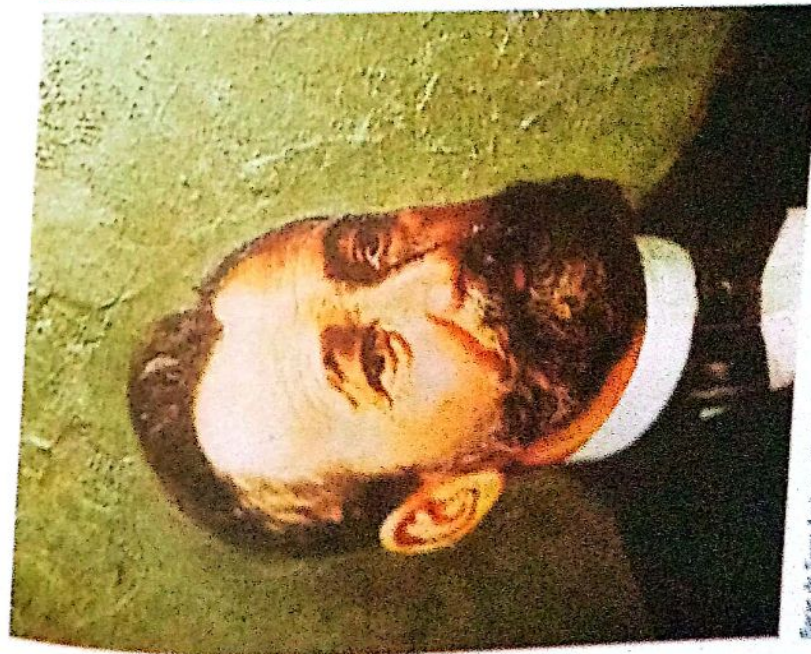
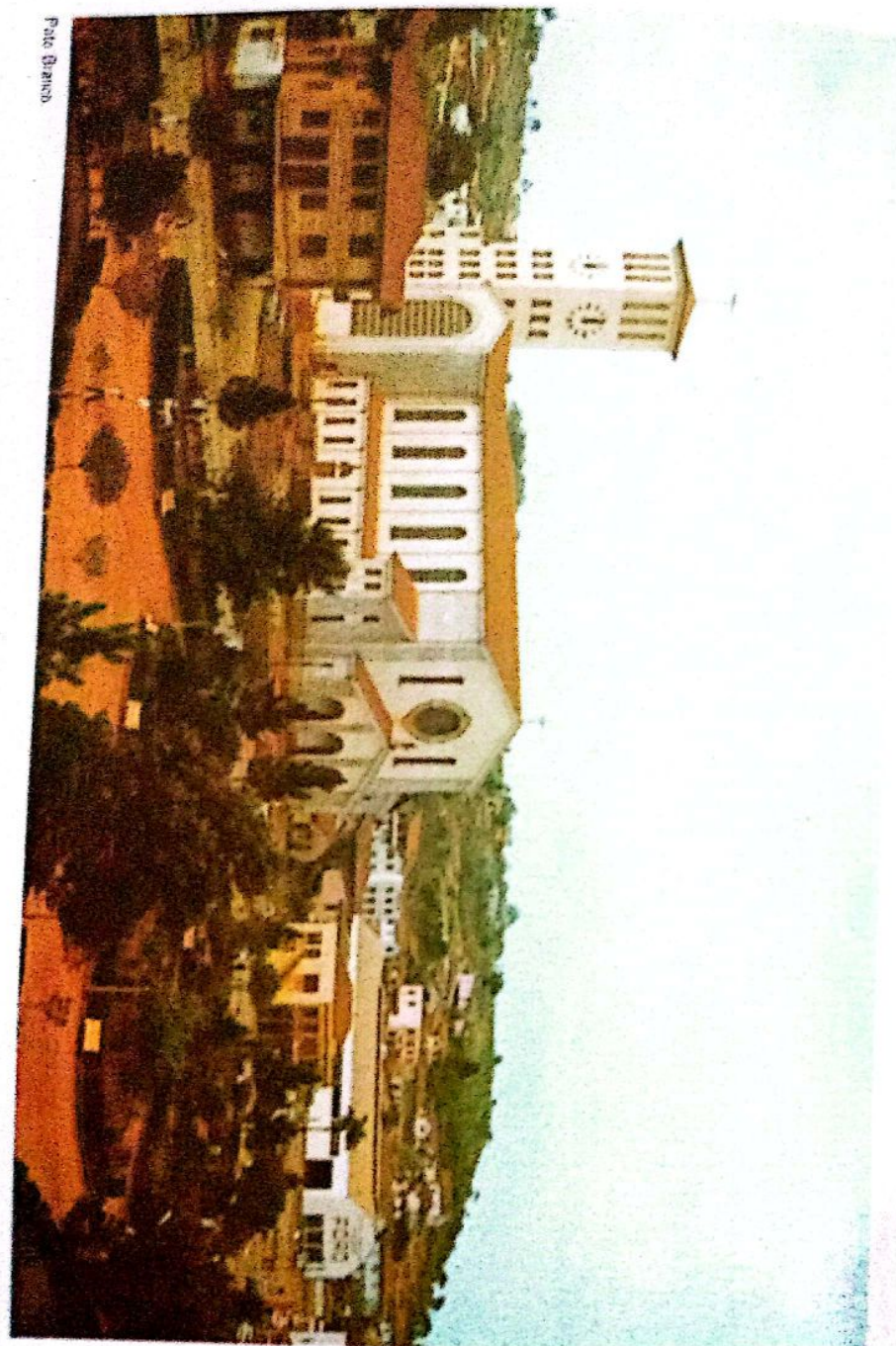
Monumento ao General Carneiro - Lapa

Foto: C. M. W. 1969

Barão do Serro Azul, por Alfredo Andersen.

Foto: Grafipar

Foto Branco

Foto C.M.M. 1968

Floriano, ante a marcha dos acontecimentos e o avanço dos federalistas, procura deter sua caminhada rumo ao norte. Entrega o comando do 5.º Distrito Militar ao general Argôlo que com apoio em fôrças da Lapa, conduz sua tropa até Tompson, em Santa Catarina. Entretanto, ante a aproximação dos revolucionários, comandados por Piragibe, retiram-se os legalistas, parte das tropas permanecendo em Tijucas, parte na Lapa.

Três foram, na verdade, os setores de luta armada, da Revolução Federalista, no Paraná: Paranaguá, Tijucas e Lapa.

Custódio de Mello, visando apoiar as fôrças de terra, permitindo-lhes passagem mais fácil, além de abrir nova frente de operações, com o cruzador República, e os navios mercantes transformados em barcos de guerra, Esperança, Palas, Urano e Iris, força a passagem pela fortaleza da barra de Paranaguá, da qual, aliás, não havia mesmo possibilidades de resistência maior.

Ao nôvo comandante do Distrito Militar, general Pêgo Júnior cabia a defesa da cidade. Entendendo, porém, que o ataque da Armada teria culminância e desembarque em Antonina, retirou suas tropas de Paranaguá, estabelecendo-se em Morretes, de onde impediria quaisquer tentativas de passagem rumo a Capital do Estado, acreditando-a de melhor posição estratégica.

Entretanto, o ataque e o desembarque realizaram-se, em 15 de janeiro, mesmo em Paranaguá que, embora o esfôrço pequeno e heróico, foi tomada pelos revolucionários. Em 20 de janeiro, o próprio Custódio de Mello entrava em Curitiba, já abandonada, aliás, pelas tropas e pelo govêrno estadual.

Em Tijucas, desde 11 de janeiro registravam-se choques entre federalistas, comandados por Gumercindo Saraiva, e legalistas, comandados pelo coronel honorário Adriano Pimentel, o qual, embora os reforços trazidos, não pôde deter a marcha federalista.

Foram combates diários de 11 a 19 de janeiro, o maior dêles registrado a 16. Desde então estavam os legalistas pràticamente cercados, sem água e com escassez de víveres. Porém, capitularam sòmente a 19, quando cientes das notícias da queda de Paranaguá e de Curitiba.

A passagem estava livre para o norte, os chefes revolucionários todos em Curitiba, onde se estabelecera, a 20 de janeiro, com João de Menezes Dória, um govêrno revolucionário provisório.

No interregno entre a saída de Vicente Machado, em 18 de janeiro, e a constituição dêsse Govêrno, uma primeira Comissão

formada por homens do comércio, e presidida por Ildefonso Pereira Correia, Barão do Sêrro Azul, se havia incumbido da manutenção da ordem na cidade. Os participantes desta comissão, após a instalação do Govêrno provisório, seriam chamados a integrar uma nova comissão, encarregada do levantamento do empréstimo de guerra ordenado pelos revolucionários. Quando do retôrno da legalidade, o Barão do Sêrro Azul, suspeito de colaboracionismo com os federalistas, seria uma das vítimas dos fuzilamentos do Quilômetro 65.

Com a queda de Tijucas, e a ocupação de Curitiba, na retaguarda federalista havia sòmente a Lapa, guarnecida por Gomes Carneiro. Quando da saída do general Argôlo do comando das tropas no Paraná, a condução das fôrças em operação fôra confiada a Carneiro que ficou na Lapa, com tropas regulares e com patriotas, arregimentadas pelo "coronel" Joaquim Lacerda. Desde 26 de novembro Carneiro já se encontrava no comando, organizando a tropa. A 27 de dezembro já eram evistadas as vanguardas federalistas. A 15 de janeiro, no caminho do Rio Negro, surgiram os federalistas e logo tiveram início as hostilidades.

A 17 de janeiro trava-se o primeiro combate, havendo a cavalaria federalista contornado a cidade, atacando-a também pela retaguarda. A cidade estava sitiada, interceptadas as estradas de ferro e de rodagem, e cortadas as comunicações telegráficas.

Carneiro ordena o levantamento de trincheiras para a resistência, e pouco a pouco se vai limitando a área disponível da cidade, pelo bombardeio diário e a presença dos federalistas dentro da mesma, tiroteando inclusive quintais das ruas do centro. Carneiro, já a 22 de janeiro, disposto a resistir, recusara-se a atender às ponderações de emissários da Comissão de Comércio, de Curitiba, que procuravam impedir um sacrifício maior.

E êste foi grande, não apenas para a guarnição, com inúmeras baixas, como para a população civil, exposta aos bombardeios e às privações de tôda ordem.

O combate de 7 de fevereiro foi particularmente grave, morto Amintas de Barros, Dulcídio Pereira e o próprio Carneiro feridos mortalmente. Carneiro morre a 9, e a notícia da sua morte é retardada por algum tempo. Há indecisão e mesmo dissenções quanto à sucessão no comando e quanto ao prosseguimento da resistência. A 11 chega emissário de Laurentino Pinto Filho, que tinha conhecimentos na cidade, propondo a capitulação. E esta se fêz com

tôdas as honras de guerra, *"atendendo a forma heróica por que defenderam a praça"* (252).

Assim vitoriosas no Paraná, as fôrças revolucionárias deveriam seguir rumo a São Paulo. Suas vanguardas, porém, chegaram apenas até Castro e Jaguariaíva. Ante a notícia que numerosas fôrças federais, legalistas, avançavam pelo Itararé, bem como pelas dissenções entre os próprios chefes revolucionários, e os acontecimentos havidos com a Armada, retrocedem para o sul, em retirada, pelos campos de Palmas, entrando em Santa Catarina, deslocando-se novamente do Paraná o centro principal da luta armada.

Ficaram, entretanto, com a volta do legalismo, os ardores e as paixoes da oposição política.

No Paraná, com o advento da República, haviam caído os liberais de Jesuíno Marcondes, assumindo o Govêrno provisório o comandante da Brigada Militar, coronel Francisco José Cardoso Júnior. O ano de 1890 foi, porém, de grande instabilidade política, sucedendo-se vários governadores provisórios.

Republicanos e conservadores aglutinaram-se sob a liderança de Vicente Machado, enquanto que a Generoso Marques cabia agora a direção dos liberais. Êstes conseguiram elegê-lo para a presidência do Estado, dominando o Congresso Estadual. Havendo, contudo, apoiado o golpe de Deodoro, a 29 de novembro, foram depostos pela guarnição militar que aderira a Floriano. Vicente Machado era novamente o senhor da situação. Opera-se a reorganização da ordem republicana, no Paraná, sob a sua direção.

A agitação federalista encontrava, porém, numerosos adeptos no Paraná. Os paranaenses, de há muito, pelo comércio de tropas, tinham grandes relações com os homens do Rio Grande do Sul, estavam, pois, bastante penetrados das idéias de Silveira Martins. De outro lado, os liberais descontentes, iriam também simpatizar e mesmo participar do movimento revolucionário sobretudo quando êste chegou ao Paraná.

O Partido Republicano, em 1892, elege para a presidência do Estado a Xavier da Silva, e a Vicente Machado, como vice-presidente. Estavam no Govêrno quando da eclosão da revolução federalista.

Por motivos ainda não suficientemente esclarecidos, Xavier da

(252) Ata da Capitulação, in Romário Martins, *História do Paraná*, p. 359 a 361. Editôra Rumo, São Paulo, s/d.

Silva deixa, às vésperas da entrada dos revolucionários, o govêrno do Estado, assumindo Vicente Machado, chefe do Partido Republicano, e adepto de Floriano.

Este substituíra, no comando do Distrito Militar, o general Argólo pelo general Pêgo Júnior que não defendeu Paranaguá, impedindo a invasão vinda do litoral rumo a Curitiba.

A queda de Paranaguá e a inevitável subida da serra pelos revolucionários, além dos sítios a que estavam submetidas Tijucas e Lapa, levaram a numerosas deserções na Capital e à própria retirada das tropas legalistas, com o abandono puro e simples da cidade. O próprio governador em exercício deixa Curitiba, seguindo para Castro, pela estrada do Açunguí, acompanhado de alguns companheiros políticos e funcionários, e soldados cavalarianos. Por telegrama de 24 de janeiro, passado de Apiaí, assim Vicente Machado comunicava a Floriano a transferência da Capital paranaense: *"No dia 18 do corrente, tendo-me declarado o general Pêgo que fazia sua retirada sôbre Castro com as fôrças da guarnição de Curitiba, com o mesmo combinei a mudança provisória da Capital, para onde, por decreto da mesma data, transferi a sede do Govêrno"* (253).

Pêgo Júnior, entretanto, não ficou com suas tropas em Castro. Na localidade de Serro Azul encontrara-se com Vicente Machado, acertando-se ali a retirada definitiva rumo a São Paulo.

Reorganizadas as fôrças florianistas, em Itararé, descem novamente ao Paraná. Federalistas por sua vez abandonam a Capital e o território do Estado. Em Curitiba, o general Ewerton Quadros assume o comando e tem início a repressão contra políticos "maragatos" e contra aquêles que haviam manifestado simpatias pela causa revolucionária durante a ocupação. Aos degolamentos revolucionários sucedem-se os fuzilamentos legalistas. *"Sob o patrocínio do jovem alferes Lepage, do batalhão patriótico Frei Caneca, e do capitão Freire, da guarda nacional carioca, estabelecera-se na Capital do Paraná o furioso tropel dum pega-pega diabolesco"* (254).

Teme-se pela sorte dos vencidos, bem como pela dos próprios legalistas que se opõem às perseguições, à violência e às injustiças. *"O domínio da lei transmuda-se no domínio do terror, dos pesadelos,*

---

(253) Citado por *David Carneiro in* "O Cêrco da Lapa e seus Heróis", p. 112.
(254) Nepce da Silva, José — Ecos da Revolução de 1893, no Paraná. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, p. 123. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

das inquietações das ruas e dos lares... O vento da insania sopra, numa sucessão de rajadas sinistras" (255).

Além dos seis eliminados no Quilômetro 65, Francisco Braga era fuzilado em Curitiba, José Antonio Colona e Pedro Nolasco, em Paranaguá...

As desforras políticas locais e as malquerenças pessoais aumentavam o número de vítimas, com o Paraná dividido entre "maragatos" e "pica-paus". Vicente Machado retorna com as fôrças legalistas, reassumindo o Govêrno em 6 de maio. Procura explicar o abandono da Capital paranaense. Mais tarde, no Senado da República, diria: *"eu não havia de ficar guardando sereno o pôsto que me confiara o voto popular, quando não tinha elementos para garantir a minha autoridade, nem fôrças para fazê-la respeitar; praticaria um sacrifício inútil, permanecendo na Capital..."* (256).

Golpeados de morte pela derrota revolucionária, os partidários do federalismo não têm oportunidades de triunfo político, o campo aberto, no Paraná, aos "pica-paus" que ocupam sòzinhos o poder até 1908, com Xavier da Silva, Santos Andrade, Xavier da Silva novamente e Vicente Machado, falecido êste no primeiro ano do seu govêrno, em 1904.

Mortos Vicente Machado e alguns outros líderes "pica-paus" ou "maragatos", foi possível, em 1908, a aproximação e mesmo a aliança entre as duas facções, quando, deixando os princípios do federalismo, e adotando aquêles do presidencialismo conservador de Pinheiro Machado, unem-se no Paraná, sob a liderança dêste, "pica-paus" e "maragatos" em tôrno da candidatura do próprio Xavier da Silva que, pela terceira vez, ocupa o Govêrno do Estado.

Ficaram, no entanto, apesar de tudo, marcas profundas na vida política paranaense, que sòmente muito mais tarde, com o varrer da Revolução de 1930, seriam alteradas.

---

(255) Idem, p. 124.
(256) Discurso de *Vicente Machado*, em 25 de junho de 1895, no Senado Federal. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. p. 463. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

AS GUERRILHAS DO CONTESTADO

Na área limítrofe contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, no início do século irrompeu movimento sertanejo de graves proporções.

Eram, em parte, terras de campos ocupadas pelos latifúndios pastoris. Os campos de Palmas constituiam, na verdade, a mais avançada penetração, nesse rumo, em terras do Paraná, da sociedade tradicional campeira paranaense. Ali, os grandes proprietários rurais ocupavam, ainda, no início do século, as posições de prestígio social, econômico e político, porque donos da terra.

Dispersa, porém, pela grande propriedade ou nos confins da mesma, vivia uma população numerosa de agregados e posseiros que o sistema do latifúndio não mais comportava, praticando apenas uma lavoura de subsistência e criando alguns poucos animais, em terra que não era sua. Tinham apenas a posse da terra, onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o beneplácito do "coronel" fazendeiro e mesmo ao abrigo do compadrio que o regime paternalista instituira.

De outra parte, nas zonas de matas da área contestada, as atividades principais, dominadas também pelos grandes proprietários, eram aquelas ligadas à exploração de ervais e da madeira.

Os caboclos que viviam dessas atividades, dispersos pela mata, constituiam população numerosa, miserável, e sem terra. Eram, assim, também, posseiros ou intrusos em terra alheia. Até aos ervais e às matas chegava o poderio dos grandes proprietários, senhores também dos ervais e da madeira, ou arrendatários daquelas pertencentes ao Estado. Em conseqüência, tanto os caboclos das zonas de campo, como aquêles das zonas de mata, eram obrigados a seguir adiante, embrenhando-se no sertão, para estabelecer os seus ranchos e roças, intrusando terras ou tirando novas posses.

Contudo, a repressão contra intrusos e posseiros muitas vêzes logo se fazia sentir, inclusive com a ação da Polícia do Govêrno, êste ao lado dos grandes proprietários.

A questão de terras muito se agravaria, no final do século, na região contestada, pela passagem das terras devolutas para a competência dos Estados, de vez que os seus governos eram controlados pelas oligarquias locais que faziam pesar o seu poderio, conse-

guindo terras e benefícios e, sobretudo, polícia contra intrusos e posseiros.

Êstes eram então violentamente despejados, perdendo os parcos bens que possuíam, devendo tudo recomeçar.

De outro lado, a conjuntura favorecia as grandes concessões de terras às companhias estrangeiras, haja vista aquelas feitas em favor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e à sua subsidiária Companhia Lumber. As atividades madeireiras desta última ocasionaria inclusive a desorganização e a falência econômica dos pequenos industriais serradores de madeira da região.

Depoimentos configuram o clima de escorraçamento em que viviam os caboclos da região do Contestado face a estas concessões feitas a estrangeiros poderosos que, inclusive, contavam com fôrça policial privada. O general Demerval Peixoto, ao referir-se à Colônia Rio das Antas, fundada pela Lumber junto à estrada de ferro, diz: *"Aí foram sumàriamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das terras devolutas, nas margens do rio do Peixe"* (257).

O próprio comandante das fôrças do Exército enviadas para a grande operação contra os "fanáticos" do Contestado, em seu primeiro apêlo dirigido à população revoltosa, em 26 de setembro de 1914, general Setembrino de Carvalho, apontava o âmago da questão: *"Aí lhes serão garantidos meios de subsistência, até que o Govêrno do Estado do Paraná* lhes dê terras, *das quais se passarão títulos de propriedade"* (258).

A aspiração monárquica do movimento dos fanáticos do Contestado está, na verdade, diretamente ligada à questão de terras devolutas que a República passara à competência dos Estados. Um "fanático" deixaria escrito em uma parede da estação de São João: *"O govêrno da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertencem à Nação e vende para os estrangeiros, nós agora* "estemo" *disposto a fazer prevalecer nossos direitos"* (259). A famosa carta manchada de sangue encontrada no bôlso do guerrilheiro morto, dizia: "Nóis *não tem direito de terras, tudo é para as gentes da* Oropa" (260).

---

(257) Peixoto, Demerval — Campanha do Contestado — Episódios e Impressões, p. 296. Rio de Janeiro, 1916.
(258) *In* Relatório do general Setembrino de Carvalho. Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1916.
(259) Peixoto, Demerval — Op. cit., p. 74.
(260) Assumpção, Herculano Teixeira d' — A Campanha do Contestado, p. 245, 1.° vol. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1917.

Os "coronéis" locais estavam todos comprometidos nesse problema agrário. Suas rivalidades eram comandadas por motivos de terras e ervais. Uns, porém, mais amenos na sua ação, considerados "pais dos pobres", outros mais rudes e espoliadores. A sua rivalidade local, em disputa pelo predomínio político, é que muito contribuiria para o deflagrar do movimento que foi a explosão da insatisfação agrária.

Os Governos em litígio, nas áreas contestadas, por sua vez também agravavam a situação, pois que, para afirmar a sua posse e domínio, realizavam concessões de terras.

A miséria dos sem terra, aliava-se todo o cortêjo conseqüente, sobretudo a ignorância, com a total ausência de instrução, e a exploração que eram vítimas constantes de intermediários inescrupulosos, de tal maneira que constituíam massa prêsa fácil de qualquer pregação mística que lhes acenasse com melhores dias, tanto na terra, como no céu.

No meio sertanejo da região, de há muito tempo era comum o aparecimento e a passagem de "santos milagreiros" que, além de palavras de fé, ministravam cuidados e remédios corporais de que essa população necessitava, encontrando-se totalmente desamparada.

João Maria de Agostinho, ou Anastás Marcgraf, foi um dêsses "monges" curandeiros que, durante algum tempo, pregou na região contestada, desaparecendo, porém, por volta do ano de 1910.

Pouco depois, em 1912, José Maria de Agostinho, dizendo-se irmão de João Maria, mas na verdade Miguel Lucena de Boaventura, soldado desertor e já foragido da cadeia de Palmas por crimes contra a honra, surge realizando pregações, na região de Curitibanos. Instala-se em Taquaruçu, onde, além de palavras religiosas e *mezinhas,* prega também a oposição à República e o retôrno à Monarquia. Organiza os seus Doze Pares de França e faz mesmo proclamar a um velho fazendeiro da região, nôvo Imperador. Os miseráveis caboclos do Contestado ouviam fascinados as suas palavras, pois que, além da salvação eterna, prometia-lhes a felicidade na própria terra.

José Maria e seus seguidores parecem contar com o apoio do "coronel" Henrique de Almeida, um dos chefes políticos da região e acirrado opositor do "coronel" Francisco de Albuquerque, de tal maneira que êste denuncia ao Govêrno do Estado de Santa Catarina, a movimentação "monárquica" de Taquaruçu. O Govêrno catarinense envia um contingente policial para dispersar os caboclos. Ante a aproximação da polícia, o "monge" e centenas de seus seguidores retiraram-se para os campos do Irani, no município paranaense de Palmas.

Nesse momento justamente estava no auge a questão dos limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. O Govêrno do Paraná e mesmo a opinião pública paranaense, expressa pela imprensa, parecem ver, na movimentação de José Maria, fins ocultos. Afinal, era um grupo de homens vindos de Santa Catarina que invadia terras do Paraná, e com a notícia de que portavam armas. O Govêrno, *"interpreta como invasão do inimigo desejoso de assegurar seu poder sôbre a zona em litígio"* (261). E não era para menos, pois que, em diversas ocasiões, já grupos armados que defendiam interêsses catarinenses, na zona contestada, haviam invadido a região, assim aquêle de Demétrio Ramos, com 600 homens, em 1905, e o de Aleixo Gonçalves, com 500 homens, em 1909, quando se registraram escaramuças. A imprensa curitibana noticia, ante "a invasão catarinense": *"O Paraná se levantará como um só homem para defender seus direitos, embora odeie derramamentos* (de sangue)*"* (262).

Em conseqüência, é enviado um destacamento do Regimento de Segurança do Paraná, sob o comando do coronel João Gualberto Gomes de Sá. Êste oficial era conhecido no Paraná pela sua bravura e destemor, gozando na ocasião de grande prestígio político, prestes a ser indicado para a Prefeitura da Capital paranaense.

Deixando o grosso de sua tropa em Palmas, João Gualberto apenas com 64 homens marchou em direção ao Irani, onde se encontravam concentrados os homens de José Maria. O Faxinal do Irani, desde tempos constituía um arraial de posseiros e caboclos miseráveis.

O "coronel" Domingos Soares, chefe político de Palmas, no manifesto desejo de evitar luta armada, antes do encontro, procurou parlamentar com José Maria, solicitando a sua retirada e dispersão. É do "coronel" Domingos Soares o depoimento acêrca do reconhecimento de José Maria como detento foragido da prisão de Palmas.

No entanto, estava o coronel João Gualberto convencido da superioridade das suas fôrças, confiando no treinamento militar dos seus homens e, sobretudo, nas armas que portavam, notada-

(261) Pereira de Queiroz, Maria Isaura — La "Guerre sainte du Brésil". Le mouvement messiannique du "Contestado" p. 20, São Paulo, 1957.
(262) *In* jornal *Diario da Tarde*, de Curitiba, edição de 1.ª de outubro de 1912.

mente uma metralhadora, não receando quaisquer embates com os homens de José Maria. Um incidente, porém, ocorrera inutilizando a metralhadora que caíra em um riacho e não mais funcionaria.

Os "fanáticos" de José Maria não são encontrados; parece que, de fato, haviam abandonado o local, quando, de surprêsa, armados de garruchas e facões de pau, caem cêrca de 200 homens sôbre os soldados em minoria. Pelas condições do ataque, número e, sobretudo, pela violência ardorosa com que seguiam o "monge", levam de vencida a tropa de João Gualberto. Durante êsse combate, em 22 de outubro de 1912, após ferido, morre José Maria. A mesma sorte teve Joao Gualberto, cujo corpo foi retalhado pelos "fanáticos".

Morto José Maria, a quem ainda dão sepultura nos campos do Irani, os seus seguidores retiraram-se para território catarinense, onde, embora dispersos, continuaram a cultuar a imagem do "monge", desenvolvendo-se a crença na sua ressurreição em uma "cidade santa".

Desta maneira, no final de 1913, a fim de cumprir o desejo de José Maria reúnem-se novamente em Taquaruçu, esperando sua volta, liderados por Euzébio Ferreira dos Santos. O reduto de Taquaruçu foi atraindo numerosos adeptos, fanatizados pela idéia da volta de José Maria. Não deixaram, porém, os sertanejos de preparar-se militarmente para qualquer eventualidade.

Estabelecidos a 1.º de dezembro, já em 29 do mesmo mês, tropas do Exército e da Polícia catarinense, constituinto três colunas, realizaram o primeiro ataque a Taquaruçu.

Após pequeno e rápido tiroteio, as tropas debandaram em pânico, abandonando o ataque ao reduto, resultando em inteiro fracasso.

Cresce o prestígio de Taquaruçu. A sua população em janeiro de 1914 alcança o número de 600 pessoas, das quais 300 homens em armas. É grande o fervor místico, e continuam as manifestações em favor da monarquia. Após o primeiro ataque, o "exército de José Maria", liderado por Euzébio, seu neto Joaquim, o vidente, e por Chico Ventura, mudara-se para Caraguatá.

O deputado paranaense Manuel Correia de Freitas estivera em Taquaruçu, conferenciando com os sertanejos, a fim de conseguir a sua dispersão pacífica, evitando-se um segundo ataque. Nada conseguiu, porém, embora fôsse também a Caraguatá.

Um segundo ataque, por fôrças do Exército, foi efetivado contra o reduto de Taquaruçu, em 8 de fevereiro de 1914. Setecentos homens bombardearam e metralharam Taquaruçu. Os sertanejos, após resistência inútil, retiraram-se do reduto, deixando dezenas de mortos. *"O ataque a Taquaruçu foi positivamente o facho que ateou a guerra no Contestado"* (263).

Reunidos os seguidores de José Maria em Caraguatá, ali continuavam a pregação contra a República, e viviam comunitàriamente: *"Quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos serão iguais"* (264).

Ante a agressividade que aos poucos assumia o reduto de Caraguatá, e a ameaça dos sertanejos a Lajes, Curitibanos e Canoinhas, nova expedição militar é organizada, agora contra êsse reduto, em 9 de março de 1914. Os sertanejos, porém, passando a adotar a técnica de guerrilhas, derrotam as tropas legais no chamado combate de Caraguatá.

Reaviva-se o seu ânimo e entusiasmo pela causa de José Maria e da monarquia. Contudo, em virtude de epidemia de tifo, foram obrigados a abandonar o reduto de Caraguatá, mudando-se para os campos do Bom Sossêgo, ouvindo ainda os avisos da vidente Maria Rosa.

Outro encontro realiza-se logo depois, quando a Expedição Mesquita tomou a guarda do reduto de São Sebastião. Na verdade, os vitoriosos foram os sertanejos que, contraatacando de surprêsa, obrigaram os soldados a retirar-se.

O Exército deixa na região, a fim de proteger os serviços da Estrada de Ferro, com 200 homens, a missão do capitão Matos Costa. Êste, após conhecer bem a situação do Contestado, afirmaria: *"A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança"* (265).

Face as insatisfações políticas locais, o fanatismo fazia adeptos em Canoinhas e em Curitibanos. Trabalhadores dispensados pelas companhias de estradas de ferro, aderiam também à revolta. Redutos, redutinhos e guardas se multiplicavam. De Bom Sossêgo, sob a liderança agora de Chiquinho Alonso, o reduto-mor mudara-se para Caçador.

Os "fanáticos" fortes com o apoio que recebiam de vários gru-

(263) Peixoto, Demerval — op. cit. p. 160.
(264) *In Diário da Tarde*, edição do dia 22 de fevereiro de 1914.
(265) Peixoto, Demerval — op. cit. p. 94.

pos armados, preparavam a ofensiva, chegando a atacar, em 15 de julho de 1914, a cidade de Canoinhas, e a ocupar as Vilas de Papanduva e Itaiópolis.

Um dos diretores da Lumber, telegrafava ao Govêrno Federal: *"Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades"* (266).

De fato, piquetes de "fanáticos" partiam do reduto-mor de Caçador. A 5 de setembro atacaram a estação de Calmon, onde estava instalada uma das serrarias da Lumber, a tudo incendiando. Atacaram, ainda, a estação de São João. O próprio destacamento de Matos Costa é atocaiado e dizimado, mortos o capitão e 42 praças. Pôrto União e União da Vitória estavam diretamente ameaçadas de ataque pelos sertanejos.

O pânico é enorme, vilas são abandonadas pelas populações em fuga. Por tôda parte, na área conflagrada, paira a ameaça dos "fanáticos" contra aquêles que não querem aceitar a sua "nova ordem".

O território ocupado pelos rebelados era grande, abrangendo desde o rio Iguaçu, até Lajes; das Vilas de Itaiópolis e Papanduva, até a Estrada de Ferro.

Os ataques continuavam. Curitibanos é incendiada, as colônias de Iracema e Moema são atacadas. No ataque, porém à colônia do Rio das Antas, sofrem revés ante os colonos armados. Ali morre Chiquinho Alonso. Logo, porém, Adeodato Manuel Ramos, toma a liderança dos revoltosos.

O general Setembrino de Carvalho, em setembro de 1914, assume o comando da ação militar contra os "fanáticos" do Contestado.

O nôvo comandante divide as tropas disponíveis, constituídas por fôrças do Exército, da Polícia Militar de Santa Catarina e do Paraná, bem como de *vaqueanos*, homens armados pelos "coronéis" da região, em colunas móveis, a fim de, com maior flexibilidade de ação, poder deslocar-se na mata e enfrentar os "fanáticos" com nova tática, mais apropriada ao meio e de acôrdo com aquela dos próprios sertanejos.

Em conseqüência, após vários encontros e escaramuças, em janeiro de 1915, estavam cercados os sertanejos e confinados à área

(266) Telegrama de Bishops, diretor da Companhia Lumber, em Calmon, ao Govêrno Federal, citado por *Maurício Vinhas de Queiroz*, em "Messianismo e Conflito Social", p. 190. Editôra Civilização Brasileira, S.A. Rio de Janeiro, 1966.

dos seus redutos. Ante o cêrco e a impossibilidade de conseguirem alimentos, com fome, muitos começam a render-se, apresentando-se em Papanduva, Canoinhas, Rio Negro, sobretudo as mulheres, as crianças e os velhos. Poucos homens em armas entregam-se porém às autoridades.

Após novas ações, Adeodato ordena a retirada geral e a concentração no reduto-mor de Santa Maria. Ali as dificuldades são maiores, ainda, pelo número dos concentrados e pela fome. Em 8 de fevereiro de 1915, realiza-se o primeiro ataque das fôrças legais a Santa Maria; foram, no entanto, obrigadas a retirar-se. Outro ataque também resultou inútil. Porém, tropa comandada pelo capitão Potiguara, já experimentado na luta contra os "fanáticos", partindo de Canoinhas com 600 homens, depois de dez dias de lutas, consegue entrar no reduto, embora ficasse cercado pelos revoltosos. Destrói o reduto e, recebendo auxílio, consegue sair do cêrco.

A destruição do reduto-mor é saudada como vitória final da campanha contra os "fanáticos", sendo dissolvida a Expedição Setembrino que chegara a contar com 7.000 homens.

Porém, a luta não estava finda. Logo os sertanejos reagruparam-se, sob a liderança de Adeodato, no reduto de São Miguel. Outro reduto surge em Pedras Brancas, êste destruído em 17 de outubro de 1915, pelos *vaqueanos*. São êstes *vaqueanos* e tropas policiais de Santa Catarina e do Paraná que se encarregam dos últimos movimentos armados contra os "fanáticos".

Pela última vez, Adeodato muda o reduto mor para junto do rio Timbó, onde é erguida a Cidade Santa de São Pedro.

Fôrça policial catarinense e os *vaqueanos* de Lau Fernandes atacam a cidade, em 17 de dezembro de 1915, destruindo-a. Adeodato, acompanhado de alguns homens, foge pelo mato, até que, em princípios de agôsto de 1916, é prêso em Canoinhas. Nesta cidade, mais de mil sertanejos, em estado miserável, se haviam apresentado implorando a caridade pública.

As fôrças policiais, após a total destruição da Cidade Santa, realizaram a "limpeza" da área, destruindo tôdas as guardas e redutinhos encontrados, e chacinando mesmo os fanáticos considerados de liderança, e, pois, de maior periculosidade.

Os antigos moradores dos redutos, muitos se dispersaram pelas próprias cidades e vilas da região, outros foram enviados como trabalhadores para o litoral de Santa Catarina, outros, ainda, pelo

Govêrno do Paraná, foram para colônias agrícolas, localizadas neste Estado.

Quatro anos duraram as guerrilhas do Contestado, sendo necessárias grandes fôrças armadas para levá-las de vencida, tal o ardor dos sertanejos fanatizados pela miséria e pelo desejo de melhores dias.

A QUESTÃO DE LIMITES ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

Quando da criação da Província do Paraná, a nova Província deveria ter os mesmos limites da antiga Comarca de São Paulo. Ocorre, porém, que alguns anos antes surgira já questão de limites entre as Províncias de São Paulo e Santa Catarina, a respeito da linha demarcatória ao norte desta última, justamente na área dos campos de Palmas.

Êstes campos haviam sido descobertos pelas expedições do século XVIII. A bandeira de Zacarias Dias Côrtes teria devassado os campos de Palmas. Contudo, permaneceram desconhecidos e desabitados até 1839 quando foram reencontrados pelas expedições de José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Côrtes, em oposição aliás. Foi um instante de forte tensão, ameaçado um encontro armado entre os dois grupos que, pacificados, permaneceram uns em Palmas de cima e outros em Palmas de baixo.

A conjuntura favorecia ainda as atividades de criação de gado, valorizadas portanto as terras de campo limpo. Essa a razão pela qual ambas as Províncias, São Paulo e Santa Catarina, desejaram assegurar domínio sôbre os campos redescobertos, inaugurando-se, em conseqüência em 1840, a questão do Contestado.

De outro lado, nas terras de matas, havia extensos ervais nativos, onde se encontrariam as frentes exploradoras catarinense e paranaense.

Santa Catarina, na questão de limites, opunha suas razões com base na Carta Régia de 1749. O Paraná, por sua vez, alegando o princípio do *uti possidetis,* demonstrava que as terras contes-

tadas haviam sido povoadas por paranaenses, em União da Vitória, Palmas e Timbó.

Durante o Império permaneceu sempre discutida a questão, porém não resolvida. Instalada a República, esta também não resolve a questão de limites, permanecendo o *statu-quo*. No entanto, ela se agravaria, com a competência dos Estados poderem realizar concessões de terras devolutas, o que foi feito na região contestada. Companhias estrangeiras ali penetraram para a construção de estradas de ferro, instalação de serrarias e de colônias.

Os dois Estados tudo faziam, concedendo terras, fundando vilas e criando municípios, a fim de afirmar o seu domínio sôbre as áreas contestadas. A Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a sua subsidiária Lumber, foram particularmente beneficiadas pelo reconhecimento do Govêrno do Estado do Paraná.

O Estado de Santa Catarina, por três vêzes, obteve ganho de causa junto ao Supremo Tribunal Federal, embargadas porém tais decisões pelo Estado do Paraná que não reconhecia a validade das sentenças.

Grupos armados, favorecidos pelos governos, se constituiram na região, haja vista as incursões de Demétrio Ramos, em 1905, com 600 homens, e de Aleixo Gonçalves de Lima, em 1909, com 500 homens, que invadiram terras do Paraná, na defesa de interêsses de Santa Catarina. Várias escaramuças foram trocadas recìprocamente.

Nessa área conflitada é que iriam encontrar ressonância as idéias messiânicas de José Maria de Agostinho.

A pendência entre os dois Estados é que determinaria também a direta intervenção do Exército na questão do Contestado, a qual assumiria as graves proporções já referidas.

A gravidade da situação na região é que conduziu a um acôrdo entre os dois Estados, partilhando-se a área contestada, em 1916.

Houve a princípio reação contra o Acôrdo. Paranaenses da região de Palmas chegaram a formar companhias provisórias para combater pelo Contestado, acalmando-se, no entanto, quando foi o Acôrdo ratificado pelos poderes da República.

A região do Contestado, porém, sobretudo naquelas áreas diretamente assoladas pelo movimento sertanejo, permaneceria em grande retardo.

POLÍTICA DA 1.ª REPÚBLICA

Vencidos os distúrbios que irromperam depois da instalação da República, já pela década de 1910 o sistema político-constitucional republicano se consolidava, adaptando-se inteiramente ao modêlo tradicional brasileiro de distribuição do poder político. No plano da realidade, o princípio federativo se encarnou na autonomia das oligarquias estaduais que, apoiadas na tradição de uma estrutura paternalista e na conseqüente política de clientela, tanto quanto na manipulação das leis eleitorais e do sistema de reconhecimento da representação política, monopolizavam o jôgo político.

Tão sólido era o sistema conservador da oligarquia-latifundiária que resistira sem transação ao irrompimento de antagonismos tão acentuados como a Campanha Civilista (1910) e a Reação Republicana (1923), onde as próprias oligarquias se cindiram no esfôrço da conquista do poder nacional.

O sistema político interno do Estado do Paraná, acompanhou, como parte integrante do conjunto nacional, a mesma linha de evolução.

Desde a década de 1910, após a liquidação dos resíduos das lutas provenientes dos distúrbios que vinham desde o princípio do século, instalou-se tranqüilamente o sistema do govêrno oligárquico, fortemente apoiado dentro do Estado pela política paternalista dos "coronéis" municipais, e no âmbito nacional pela solidariedade incondicional às oligarquias cafèeiras de São Paulo.

Assim, as regras do jôgo político se centraram no mecanismo da representação que, cada vez mais exclusivo em favor dos segmentos componentes das oligarquias latifundiárias ou a elas associados, criavam antagonismos com novos segmentos sociais que iam emergindo e que pretendiam participar do jôgo político e, conseqüentemente do sistema da distribuição do poder.

Para os analistas atuais, os pronunciamentos revolucionários da década de 1920 são tìpicamente de classe média e visavam, tàticamente, os problemas políticos de representação, como via de acesso para os reajustamentos estruturais da sociedade brasileira.

No Paraná, a década de 1920 apresentava os mesmos traços da sociedade nacional global da época. Segmentos das classes médias ascendentes e partes desestruturadas de antigas configurações

Pinheiros.

Café

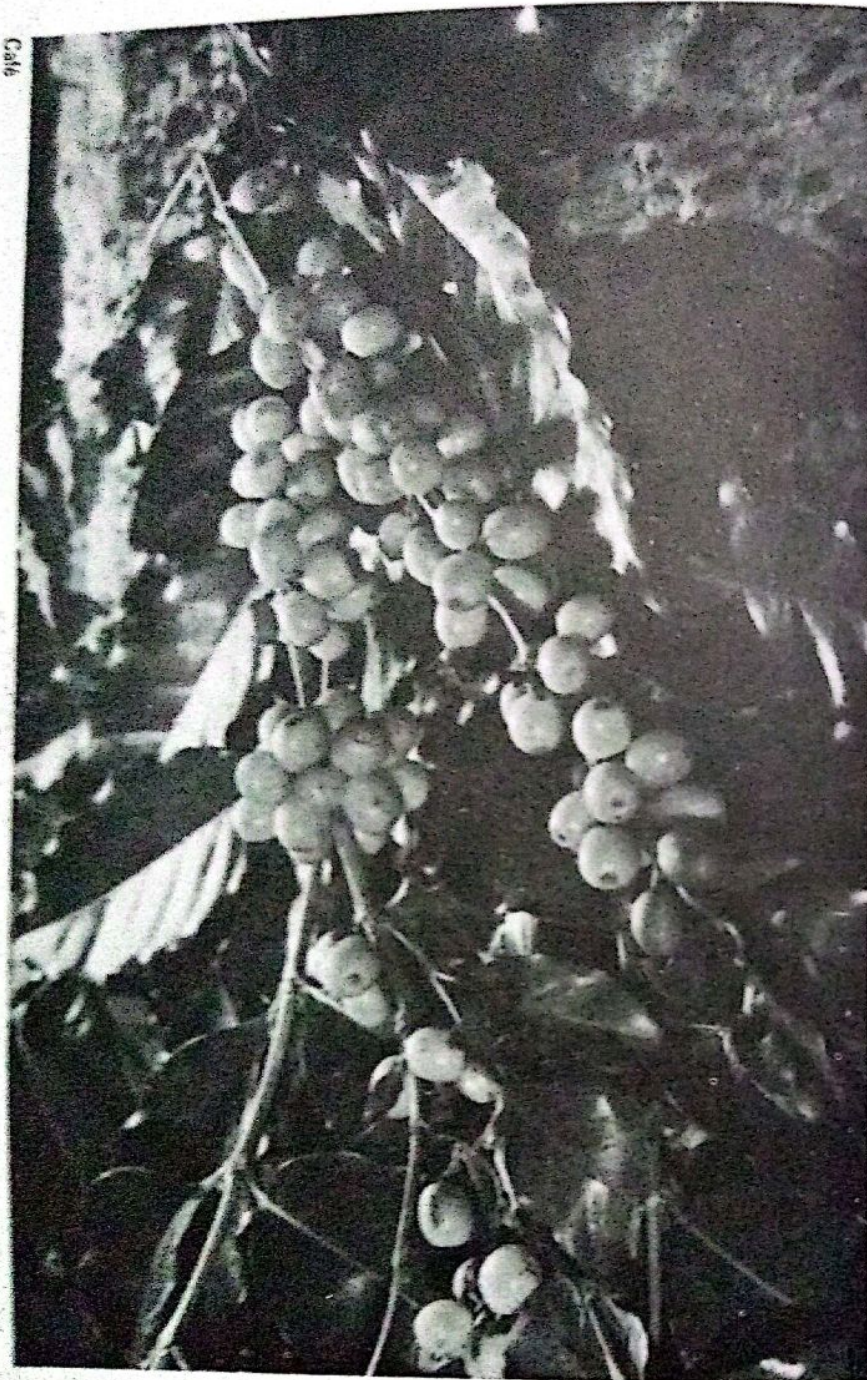
oligárquicas, liquidadas na luta pelo poder político do Estado e dos municípios, formavam uma consciência de oposição e, eventualmente de revolução, centrada nos problemas de representação política.

A sucessão do Presidente da República, em 1930, forneceu o motivo para a mobilização de tôdas as fôrças políticas. Os situacionismos estaduais se desentenderam e constituiram-se em dois blocos: de um lado os governos dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, apoiados pelas oposições dos outros Estados, formando a *Aliança Liberal*, que sustentava a candidatura do Presidente do Rio Grande, Getúlio Vargas; de outro lado, o Presidente da República, sustentado pela máquina eleitoral de todos os outros Estados, apoiando a candidatura do Governador de São Paulo, Júlio Prestes.

De junho de 1929 a março de 1930, a campanha eleitoral se desenvolveu com alguns acontecimentos de violência e manifesta preparação revolucionária. A eleição de 1.º de março transcorreu na forma usual pela qual funcionavam as máquinas eleitorais dos governos estaduais e a vitória coube a Júlio Prestes que, entretanto, não assumiria.

Dois fatos facilitaram a revolução: a liderança dos políticos pertencentes às próprias oligarquias dos Estados rebelados e a grande crise do café, conseqüência da crise mundial de 1929.

Assim, em 3 de outubro de 1930, se iniciava a revolução em Pôrto Alegre, dirigida pelo próprio govêrno estadual. As fôrças militares estacionadas no Rio Grande, acompanhadas de fôrças irregulares, marcharam para o norte, entrando nos Estados de Santa Catarina e Paraná, onde levantes locais já haviam deposto os respectivos governos e tomado o poder.

Em Curitiba, na madrugada de 5 de outubro de 1930, os conspiradores levantaram fôrças militares, apossaram-se de todos os postos da administração pública, após a fuga do Presidente do Estado. No interior do Estado, os prefeitos municipais também foram depostos e presos, desmoronando assim todo o sistema da República de 1891.

REVOLUÇÃO DE 1930 E A INTERVENÇÃO

Vitoriosa a revolução deflagrada, em Curitiba, na madrugada de 5 de outubro de 1930, pela oficialidade da 5.ª Região Militar, tendo à frente o major Plínio Tourinho, êste indica ao tenente-coronel Mário Monteiro Tourinho para assumir o Govêrno Provisório do Estado, o que realiza na tarde do mesmo dia 5.

Era necessário implantar a ordem revolucionária, assim foram baixados imediatamente atos reformadores da situação vigente. *"Tornava-se, porém, imprescindível e urgente a decretação de uma nova série de medidas mais radicais, que desarticulasse, de vez, as peças do antigo mecanismo político e administrativo do Estado, para facilitar, de futuro, a sua remodelação, sob as novas bases moralizadoras que o evangelho revolucionário consagrara"* (267). Em conseqüência, foram dissolvidos o Congresso Legislativo Estadual e as Câmaras Municipais do Estado, cassados os mandatos dos prefeitos e nomeados outros da confiança do Govêrno revolucionário. Comissões de sindicância foram instaladas, entre outras, no Tesouro do Estado, no Banco do Estado do Paraná, no pôrto de Paranaguá e no Departamento de Terras. As três Secretarias de Estado existentes foram aglutinadas em uma só Secretaria Geral do Govêrno, tendo por titular João Ribeiro de Macedo Filho.

Gravíssima era, sobretudo a situação econômico-financeira do Estado, onde o desequilíbrio orçamentário atingira *"... a um verdadeiro descalabro financeiro"* (268), agravado, aliás, pela emissão pelo Tesouro do Estado, de notas promissórias que deveriam cobrir os deficits orçamentários. Aliás, *"O método preferido antes do advento da revolução — era o dos empresários para cobrir alcances assoberbadores resultantes de desequilíbrios orçamentários... Empréstimos para cobrirem deficits que cresciam cada vez mais com o aumento das onerosas obrigações impostas pelo prestamista"* (269).

Ao nôvo Govêrno impunha-se dar solução aos problemas econômicos, buscando a normalização da precária vida financeira do

(267) Mensagem dirigida pelo Interventor Federal do Paraná, General Mário Tourinho, ao Chefe do Govêrno Provisório da República, em 5 de outubro de 1931, p. 6. Curitiba, 1931.
(268) Relatório do Secretário de Fazenda e Obras Públicas, Rivadavia de Macedo, 1931 a 1933, p. 3. Curitiba, 1933.
(269) Relatório do Interventor Federal no Paraná, Manuel Ribas, ao Presidente da República, período de 1932-1939, p. 4. Curitiba, 1940.

Estado, embora as *"insuperáveis dificuldades de ordem financeira que assoberbam o Govêrno do Paraná, quer provenientes da crise econômica universal, quer advindas sobretudo dos pesados ônus e encargos legados pelas passadas administrações"* (270). Demoraria a pronta recuperação do Estado. Em 1933, o Secretário da Fazenda ainda afirmava: *"Assumimos a Secretaria, num período ainda sombrio para a administração paranaense. A restauração econômica e financeira do Estado, para a qual V. Excia. vinha empregando tôda sua energia, parecia cousa irrealizável ou muito remota. O Govêrno peiado por um complexo emaranhado de dívidas e compromissos onerosos, cujo total mal podia ser avaliado, pela deficiência da escrituração, variedade e complexidade das responsabilidades reais do Estado. A economia estadual debilitada, os produtos desvalorizados e as classes produtoras sofrendo ainda as conseqüências de uma grave crise recente. O Tesouro sem dinheiro e sem crédito algum. Necessidades e serviços públicos prementes a reclamarem amparo e estímulo do poder público"* (271).

Além do saneamento das finanças públicas e da economia paranaense, o Govêrno revolucionário enfrentou ainda outro gravíssimo problema, resultante de favores concedidos a companhias ou a particulares, sobretudo no que respeita à concessão de terras devolutas do Estado. O chefe do Govêrno Provisório e depois Interventor Federal no Paraná, refere: *"...os inomináveis abusos, por parte do Govêrno, decorrentes de concessões, a título gratuito ou por preço reduzido de terras devolutas a emprêsas de construções de estradas e de colonizações, bem como as legitimações de grandes áreas que se foram processando, deram em resultado, a formação dos latifúndios prejudiciais aos supremos interêsses da Nação"* (272). Assim, foram anuladas ou declaradas caducas, por inadimplemento de cláusulas contratuais, várias concessões de terras, entre as quais, famosas concessões feitas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, sucedida pela Companhia Brasileira de Viação e Comércio-Braviaco, e a Companhia Matte-Laranjeiras.

O general Mário Tourinho deixa a interventoria federal do Paraná, sendo substituído por Manuel Ribas. Êste assume o Govêrno do Paraná em julho de 1932, deixando-o apenas quando da revolução de 1945. Encontrara, ainda, a situação econômica e financeira do Paraná, em grandes dificuldades. Mas, em 1939

(270) Relatório Rivadavia de Macedo, p. 3.
(271) Relatório do Secretário da Fazenda, Othon Mäder, p. 7. Curitiba, 1934.
(272) Tourinho, Mário Monteiro — Op. cit. p. 42.

anunciava um substancial aumento das receitas estaduais que *"não é uma decorrência da criação ou majoração de impostos, mas, sim, expressivo índice do crescimento econômico do Estado, resultante das numerosas obras realizadas, notadamente no que diz respeito ao plano rodoviário, pondo em contato fácil e rápido os centros de produção com os mercados de consumo"* (273).

Em 1934, o Govêrno de Manuel Ribas concluira já a restauração das poucas centenas de quilômetros de estradas existentes no Estado, e iniciava então o seu plano rodoviário, visando bàsicamente a ligação da Capital e dos portos de mar aos principais centros produtores, por estradas de rodagem. Foram, assim, reconstruída a estrada da Graciosa, e construída a estrada do Cerne, esta última ligando finalmente a Capital com o Norte do Estado, via Piraí-Londrina, e Piraí-Ribeirão Claro.

De outro lado, *"mereceu nossa atenção, desde logo, a edificação escolar, que pràticamente não existia no Estado, pois, excluindo-se alguns prédios de real valor em Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, nada mais havia em todo o vasto território"* (274). Entre outros, foram construídos os edifícios, na Capital, da Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Carlos Cavalcanti", e a Escola de Artes e Ofícios, onde funcionam hoje respectivamente a Escola de Agronomia da Universidade Federal do Paraná e a Escola Técnica de Curitiba, além de dezenas de grupos escolares no interior do Estado.

O govêrno de Manuel Ribas prosseguiu a obra revolucionária relativa às concessões de terras, fazendo retornar ao patrimônio do Estado, milhares de hectares de terras. A organização do cadastro territorial revelara ao Govêrno *"uma situação de notável gravidade, no patrimônio do Estado"*, ante a fraude e o vício praticados sobretudo pelos "grileiros".

O Govêrno reinicia, aliás, os trabalhos de colonização, executados agora diretamente pela administração estadual, rescindindo todos os contratos com as emprêsas colonizadoras, exceto com a Companhia de Terras Norte do Paraná, e com a de Francisco Gutierrez Beltrão.

O fomento à agricultura e à pecuária constituiu também uma das preocupações básicas do govêrno nesse período, com a distribuição de sementes selecionadas, reprodutores importados, e a realização de exposições estaduais de animais e produtos derivados.

---

(273) Relatório do Interventor Federal do Paraná, Manuel Ribas, ao Presidente da República, período de 1932-1939, p. 3, Curitiba, 1940.

(274) Idem, p. 2.

NORTE DO PARANÁ

As primeiras tentativas, mais em razão de ordem militar que colonizadora, dos meados do século XIX, de expansão rumo ao Norte do Paraná, com o estabelecimento da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra, ou aquelas do último quartel do século, rumo ao Oeste do Paraná, com as colônias militares de Foz do Iguaçu e de Chopim, justamente porque não tinham função no sistema, haja vista a repetida observação dos relatórios oficiais de que os colonos, tanto de uma, como de outras, não tinham onde colocar a sua produção agrícola, pela ausência de mercados e de transportes, não resultaram, na verdade, na ocupação colonizadora da terra.

Sòmente quando, desde o final do século XIX, novas estruturas começavam a se formar, é que outras regiões paranaenses seriam efetivamente ocupadas e partilhadas pelos proprietários privados.

A partir da década de 1860, penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros, iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no Norte paranaense.

Os mateiros que percorriam a região, haviam difundido a notícia da existência de grandes manchas de terras rôxas. Concessões de terras foram requeridas, mediante a aquisição feita a baixo preço, ainda ao Govêrno Imperial e, nesta primeira frente pioneira que chegaria apenas até o rio das Cinzas, surgem os núcleos de Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antonio da Platina (1866), Venceslau Braz, e São José da Boa Vista (1867).

Era a frente pioneira constituída por fazendeiros, grandes proprietários isolados que empreendiam a emprêsa, com suas famílias e empregados, espontâneamente, procurando as terras do Norte do Paraná, para plantar café e, em menor escala, para a criação de gado.

As fazendas, nesta fase, constituem grandes propriedades; o colono é, ainda, geralmente nacional e assalariado, enquanto que a produção escoa exclusivamente por São Paulo. As técnicas agrícolas e o regime de trabalho são todos um prolongamento das práticas tradicionais paulistas.

A penetração, porém, em território paranaense, sòmente ganharia expressão, como onda povoadora, no início do século XX

quando a conjuntura nacional tornaria procuradas e preferidas, para o café, as terras do Paraná. Êste Estado, por não haver ainda ultrapassado as suas quotas de produção, estava fora do alcance das leis restritivas ao plantio do café, advindas das crises de superprodução, não incidindo sôbre os seus cafèeiros as taxas que já gravavam aquêles do Estado de São Paulo.

Nas primeiras décadas do século, com a fundação de Jacarèzinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924), propiciadas as últimas sobretudo com a chegada a Ourinhos (1908) dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, realizou-se a colonização da área entre o rio Itararé e o rio Tibagi, caracterizada também pela ocupação espontânea dos fazendeiros que, como emprêsa privada, individual, estabeleciam as suas fazendas em terras adquiridas ao Estado do Paraná, a antigos posseiros, ou a concessionários na região. Esta ocupação estende-se até às margens do rio Tibagi e completa-se no decênio de 1920. Contudo, não ocuparam tôda a extensão da área, por completo, restando terras à sua retaguarda, que seriam mais tarde ocupadas, inclusive por colonização dirigida, como foi o caso da colônia Assaí.

A colonização dirigida, no entanto, quer por emprêsas privadas, quer pela iniciativa oficial, seria, sobretudo, realizada entre a margem esquerda do Tibagi e as barrancas do rio Paraná.

Também, os povoadores vinham agora através do rio Paranapanema, trazidos pela ação das companhias colonizadoras que revelaram a exuberância e a fertilidade das terras do Norte do Paraná; organizaram o fluxo migratório e a efetiva ocupação da terra.

Foram, inicialmente, as concessões de 50.000 hectares cada uma, feitas a Corain e Cia. (Primeiro de Maio) e a Leopoldo de Paula Vieira (Sertanópolis). Lotearam suas concessões em chácaras, sítios e pequenas fazendas. Outras concessões foram, ainda, realizadas, entre as quais aquelas a Manuel Firmino de Almeida (Zacarias de Goes), a Antonio Alves Almeida (Nova Bahia) e à Companhia Agrícola Marcondes (Pirapó). A mais conseqüente, no entanto, dessas concessões foi a realizada, por meio de venda, feita pelo Govêrno do Estado, de terras consideradas devolutas, à Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, companhia inglêsa que passava, como outras já o faziam, a operar no Brasil também com negócios de terras e colonização.

Em 1924, Lord Lovat, que havia promovido colonização agrícola, na Austrália e na Africa, integrante da Missão Montagu, visitou a região do Norte do Paraná, contratando em 1927, com o

Govêrno do Estado, a aquisição de cêrca de 500 mil alqueires, das melhores terras rôxas, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Estas terras eram já disputadas por antigos concessionários e posseiros, a quem a nova Companhia compraria antes os títulos discutidos e as posses contestadas, entrando, pois, sem maiores problemas na região. Fundada a Paraná Plantations Limited, em consórcio com a Companhia de Terras Norte do Paraná e com a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, executou o plano de colonização das terras obtidas do Govêrno paranaense.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, contando com técnica superior, organizou, em moldes modernos, a colonização da imensa área que alcançaria 515 mil alqueires, dividindo-a em *zonas* que, após os serviços de medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda. Tibagi e Pirapó foram as primeiras zonas colonizadas, situadas que estavam mais próximas do escritório central da Companhia, localizado na área de Londrina. Depois, foram as zonas de Rio Bom, Primitiva e Paranhos. Finalmente, a zona de Ivaí.

Estas zonas foram, por sua vez, divididas em *glebas* e estas, reservadas as áreas para a localização de patrimônios e cidades, em lotes coloniais, cujo tamanho médio, nas terras da Companhia, era de cêrca de 15 alqueires. Os lotes, em faixas alongadas, foram todos planejados com frente para a estrada que passava no alto do espigão, e com aguadas nos fundos, nos vales. Não havia servidões, nem propriedades encravadas.

Tôda área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais em comunicação fácil com os centros urbanos e possibilitando o fácil escoamento da produção agrícola.

Foram desde logo criados muitos *patrimônios*, como pontos de apoio às propriedades rurais. Estas, via de regra, não distavam mais de 15 quilômetros de um patrimônio ou de uma cidade. Foi, assim, prevista a integração entre o meio rural e urbano.

Intensa propaganda, acêrca do Norte do Paraná e das condições da colonização, foi realizada pela Companhia, sobretudo através de jornais de grande circulação, principalmente em São Paulo, com o objetivo de atrair colonos nacionais.

A aquisição dos lotes rurais era facilitada em prestações, até quatro anos, aos juros de 8% ao ano, e a dos lotes urbanos, as *datas*,

até dois anos. Ao comprador era exigida a reserva de 10%, na propriedade adquirida, de área florestal. A Companhia prestava, ainda, transporte e assistência para a instalação inicial dos colonos.

Até o ano de 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cêrca de 117 mil alqueires de suas terras. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos cêrca de 400 mil alqueires, divididos em perto de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média não excedia a 15 alqueires. Nesse mesmo ano, em média, quatro famílias estavam localizadas em cada lote, ou seja 100 mil famílias, mais ou menos, na área rural colonizada pela Companhia.

Esta, a partir de 1951, não tendo podido adquirir novas terras devolutas ao Estado, teve de lançar-se a novos empreendimentos: que não apenas os de venda de terras e colonização, surgindo, em conseqüência, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná e de outras companhias colonizadoras, particulares, fêz povoar densamente a região. Os povoadores recém-chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros, de variada origem e procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontâneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras. No último caso, constituem exemplos significativos, as colônias de Assaí e Uraí, fundadas respectivamente pela Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac e pela Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, com imigrantes japonêses e seus descendentes.

O Govêrno do Estado do Paraná, proprietário ainda de grandes áreas de terras devolutas, e de terras de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou, também, a partir de 1939, diretamente, um programa de colonização de muitas dessas áreas, no Norte paranaense. Foram, assim, de iniciativa oficial, além de Jataizinho, situada entre Ibiporã (concessão feita, em 1935, a Francisco Gutierrez Beltrão) e o rio Tibagi, as colônias Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950), em terras da ex-concessão Alves Almeida, bem como a colônia Paranavaí, mais a oeste, em 1942, situada a sua sede no centro da antiga Fazenda Brasileira, cujas terras haviam voltado ao patrimônio do Estado do Paraná, após a Revolução de 1930.

O sistema de colonização praticado pelo Govêrno do Estado, foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da

colônia Centenário que foi loteada em fazendas, e de Paranavaí, onde as propriedades rurais eram de dimensão variada, conforme a sua localização mais próxima ou distante em relação à sede da Colônia.

SUDOESTE E OESTE DO PARANÁ

A exportação do mate e o iniciar da indústria da madeira de pinho haviam, desde o final do século XIX, chamado a atenção para as matas da região do Iguaçu e do Paraná.

A conjuntura favoreceria, nessa área, um tipo de ocupação extensiva, rarefeita, pela concessão de grandes tratos de terras devolutas, pelo Govêrno do Estado, a companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense, e sem efetiva ocupação colonizadora do território concedido.

De outro lado, colônias militares, de nacionais, haviam, ainda no século passado, sido fundadas, Iguaçu e Chopim, face, sobretudo, aos problemas de fronteiras, principalmente com a Argentina. Esta, entre outras razões, objetivaria também a posse dos imensos ervais nativos da região. A ação das companhias concessionárias foi tipicamente de exploração, depredatória. Eram, via de regra, companhias inglêsas ou argentinas. Muitas nem sequer tentaram a colonização, como no caso das enormes concessões feitas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em troca da construção da ferrovia, as quais somavam milhões de hectares no Sudoeste, Oeste e Noroeste do Paraná, sucedida pela Companhia Brasileira de Viação e Comércio-*Braviaco*. Outras, apenas se dedicaram à exploração do mate e da madeira. Devastaram com suas "obrages"(*), as florestas, retirando-lhes as madeiras de lei que, pelo rio Paraná, eram exportadas para a Argentina; além de que arrasaram também os ervais da região, com a exportação da erva, muitas vêzes simplesmente contrabandeada. Entre as grandes companhias da região, podem ser citadas a Compañia Maderas del Alto Paraná e a Companhia Matte Laranjeiras, aquela proprietária

(*) "Obrage", lugar onde são estaleiradas as toras de pinho ou de quaisquer madeiras, para posterior transporte.

da Fazenda Britânia, e esta da área entre Pôrto Mendes e Guaíra, e da respectiva estrada de ferro que ligava êstes dois portos do rio Paraná.

Os trabalhadores da mata, geralmente brasileiros e paraguaios, empregados dessas ricas companhias, viviam, no entanto, em condições de miséria, transformados em verdadeiros servos. Os *mensu* (trabalhadores mensalistas), de Don Allica, proprietário do pôrto Artaza e concessionário de extensos ervais, foram os mais conhecidos pelas brutalidades a que eram submetidos pelos feitores.

A miséria e a exploração suportadas pelos trabalhadores foram, sobretudo, reveladas quando da passagem e estada, nessa região, das colunas revolucionárias de 1924. Viajantes brasileiros que, esporàdicamente, visitavam, dadas as dificuldades de transportes, os saltos do Iguaçu e de Guaíra, foram unânimes na sua observação da vida até certo ponto faustosa dos proprietários e administradores das companhias, bem como das condições em que viviam os trabalhadores das *"obrages"* e dos ervais. Explorado depredatòriamente pelas companhias que extraíam a erva-mate e as madeiras, o Oeste paranaense permanecia até então pràticamente desconhecido e despovoado.

Contudo, começara já outro processo de deslocamento de populações em direção às terras do Paraná. Os rio-grandenses do sul, expelidos de suas terras agrícolas pelo minifúndio, iniciavam a ocupação efetiva de terras do Sudoeste e do Oeste do Paraná.

Na década de 1920 teve início, em grande escala, a entrada da corrente povoadora vinda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, constituída, principalmente, de agricultores de origem italiana e alemã. Entraram por Pato Branco, infletindo depois pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná.

Esta corrente povoadora é que realmente ocuparia a terra, onde a exploração da erva-mate e da madeira, feita via de regra por estrangeiros, deixaria apenas rarefeitos caboclos, seminômades na floresta.

Os novos povoadores traziam quase sempre alguns recursos pecuniários para a sua instalação, plantariam cereais e criariam porcos. Entraram apenas com os seus recursos privados, sem quaisquer auxílios dos podêres públicos.

Com a Revolução de 1930, a qual denunciou também as negociatas de terras havidas no Paraná, inúmeras concessões foram anuladas, sobretudo com base na inoperância e não cumprimento

das cláusulas contratuais. A expansão da civilização capitalista com a marcha do café e a sua aplicação, na política de Getúlio Vargas, rumo ao Oeste, teve repercussões imediatas no Paraná, onde Manuel Ribas, em 1940, iniciava luta contra aquêles que se haviam apossado de cêrca de 59 mil quilômetros quadrados de terras do Estado (mais de um quarto do seu território), anulando concessões, além daquelas da *Braviaco*, de Miguel Matte, de Mayer, Anes e Cia., e outras, reconquistando cêrca de três milhões de hectares de terras que deveriam ser efetivamente colonizadas.

Desde 1939, o Govêrno do Estado resolvera colonizar suas terras devolutas e de antigas concessões, também no Oeste paranaense, fundando, na margem esquerda do Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Gôio-Bang e Gôio-Erê, e à margem direita do Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquilão e Mourão. Seguiu planos de colonização, demarcando os lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos.

Os lotes agrícolas, nessas colônias, foram, em geral, de dimensões superiores àquelas do Norte do Paraná, medindo, em média, mais de 20 alqueires.

Nesta nova fase do povoamento do Oeste paranaense, companhias colonizadoras, particulares, empreenderam também grande ação. Entre estas companhias, pela organização colonizadora, pelo espírito de emprêsa e pela importância conseqüente que ganhou o empreendimento, destaca-se a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.-Maripá, com sede no atual município de Toledo.

Essa companhia colonizadora, do Rio Grande do Sul, adquiriu, em 1946, da companhia anglo-argentina Maderas del Alto Paraná, com sede em Buenos Aires, as terras que esta, em tempos anteriores, havia obtido para a colonização, no Oeste paranaense. Eram as terras da Fazenda Britânia que mediam 36 quilômetros de norte a sul, e 72 quilômetros de oeste a leste, e situavam-se no vale do rio Paraná, com cêrca de 124 mil alqueires. Essa imensa gleba foi ràpidamente colonizada, pelo regime da pequena propriedade e da policultura. Aí surgiram também cidades novas, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras, e esta região iria ter mais tarde a cidade de Cascavel como centro.

Iniciados os trabalhos da Maripá, com a instalação dos escritórios centrais e de uma serraria junto ao arroio Toledo, foram medidos e demarcados os lotes, abertas as picadas e estradas, reservadas as áreas para a cidade de Toledo e mais 13 núcleos urbanos, após o que foram abertas as vendas de terras, em lotes rurais e lotes urbanos.

O *lote urbano*, a *chácara* e a *colônia* foram as unidades seguidas pela Maripá. As chácaras que circundam os núcleos urbanos foram estabelecidas, em média, com um alqueire, enquanto que as colônias (sítios), servidas sempre por águas correntes, foram demarcadas com a área média de 10 alqueires.

Os colonos poderiam comprar mais de um lote agrícola, porém, a insuficiência de recursos, de início, para tanto, impediu a formação de grandes propriedades.

A procura das terras ofertadas pela Maripá, por colonos gaúchos e catarinenses, foi extraordinária, de tal modo que, em 1951, tôdas as terras demarcadas, já se encontravam vendidas ou compromissadas. A Companhia, no entanto, não realizara grande campanha publicitária em tôrno do empreendimento, a fim de não atrair aventureiros e parasitas. Havia preferido empregar, como agentes de propaganda e venda, sitiantes e comerciantes que primeiro haviam chegado a Toledo, com a obrigação de periódicas visitas aos seus lugares de origem e procedência, recrutando novos colonos, conhecidos e selecionados.

Em 1956, afora algumas áreas extensas que vendera para serem colonizadas por outras companhias, a Maripá havia já vendido 9.618 colônias, do projeto inicial, restando apenas 3.544 à venda. A Companhia, por sua vez, adquirira ainda outras porções de terras, possibilitando o alargamento do projeto. Os seus fundadores e responsáveis participavam também de outras companhias colonizadoras e madeireiras na região.

ECONOMIA CAFEEIRA

Desde o ano de 1801, o café é encontrado na lista dos produtos exportados pelo Paraná, enviando 34 arrôbas para o Rio de Janeiro. Era, no entanto, café do litoral paranaense, produzido sem maior expressão econômica, mesmo para a época.

Nos meados do século XIX, foi também o café plantado e colhido na Colônia Militar do Jataí, nos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo e, mesmo, na Colônia Tereza.

Se os aldeados de Frei Timotheo de Castelnovo produziam, em reduzida escala o café, mais para consumo interno, entretanto, a partir da década de 1860, com a entrada da frente pioneira, constituída por fazendeiros, grandes proprietários isolados que empreendiam a emprêsa, com suas famílias e empregados, espontâneamente, iniciar-se-ia, com essas penetrações pelos cursos superior e médio do rio Itararé, em maior escala, o seu cultivo e produção. Surgem, nesta primeira frente pioneira, os núcleos de Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antonio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867).

De início, a existência de terras roxas fertilíssimas disponíveis, o clima favorável e o não gravamento do café paranaense pelo regime de quotas que ainda na primeira década do século atingira aquêle de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram condicionantes da intensificação da cafèicultura em território paranaense. O "Convênio de Taubaté", com base no Plano Siciliano (Comendador Alexandre Siciliano), em virtude da crise de superprodução que ameaçava o café, inaugurava a política de intervenção governamental que, a partir de 1906, se exerce sôbre os negócios do café, e que culminou, em 1952, com a criação do Instituto Brasileiro do Café, e com a instituição do regime de confisco cambial.

Eram as fazendas pioneiras do Norte Velho, fazendas de café no tradicional estilo paulista, cuja produção demandava exclusivamente ao pôrto de Santos, mesmo pela ausência de vias de comunicações entre o Norte do Estado e o pôrto de Paranaguá.

Até a década de 1920, não se fêz regularmente exportação de café paranaense, via pôrto de Paranaguá. Em 1916, foram por ali exportadas apenas 40 sacas de café, vindas do Norte. Em 1918, essa exportação alcançava 196 sacas, porém, em 1920 e em 1922, foram respectivamente embarcadas sòmente 4 sacas de café paranaense. Em 1923, 215 sacas. O ano de 1924, contudo, inauguraria o fluxo normal do café do Norte do Paraná, rumo ao pôrto de Paranaguá, com a exportação de 29 521 sacas.

O café, a partir dêsse momento, começaria a compensar o decréscimo da exportação da erva-mate, em crise, e na Mensagem de 1926, o Presidente do Estado anunciava, *"as rendas do café já supriam, na economia do Estado, a diminuição das rendas de outros produtos"*.

Afinal, em 1928, a Mensagem do Presidente do Estado declarava, com grande euforia: *"Senhores Deputados: começou a encami-*

nhar-se pelo pôrto de Paranaguá a exportação de café" (275). Desde então, todo o Paraná, tôda a sua vida tem estado ligada à economia do café. Economia de uma das suas regiões, mas abrangendo a vida de todo o Estado, não sòmente pelo processo da distribuição das rendas, mas, sobretudo, por haver criado na região produtora, uma nova comunidade paranaense, cuja influência se exerce sôbre todo o território e tôda a população do Paraná.

No decorrer de um século, o café se estendera dominantemente em todo o Norte do Paraná, em três zonas sucessivas, as duas últimas com maior impetuosidade face à conjuntura. A primeira, do Norte Velho, desde a divisa nordeste com São Paulo, até Cornélio Procópio, colonizada entre 1860 e 1925; a segunda, do Norte Nôvo que, desde Cornélio Procópio abrange Londrina, prolongando-se até o rio Ivaí, colonizada entre 1920 e 1950; e a última, do Norte Novíssimo, entre os rios Ivaí e Piquiri, colonizada desde 1940, sobretudo até 1960, quando se encerrou o ciclo de grande dinamismo da cafèicultura paranaense. Pouco a pouco, com o crescer da produção, com a melhoria das vias de comunicação, com o melhor aparelhamento do pôrto, foi também ganhando expressão a exportação de café por Paranaguá. No exercício de 1946/47, Paranaguá exportava, ainda, apenas 44% da produção paranaense, mas no exercício seguinte, a situação invertia-se: Santos exportou apenas 35% do café paranaense, saindo 65% pelo pôrto de Paranaguá, que continuou a alcançar percentuais mais altos. No exercício de 1951/52, apenas 12% do café paranaense, ainda, saía pelo pôrto de Santos. Paranaguá conquistaria, dentro em pouco, não sòmente a quase totalidade da produção paranaense, mas também a posição de maior pôrto mundial do café.

O sistema de colonização efetuado, a partir da década de 1920, em que ressalta principalmente a adoção do regime da pequena propriedade, estimulou fortemente a concentração da produção, a explosão demográfica, e o aparecimento, no Paraná, de classes médias rurais.

A intensa ocupação colonizadora da terra e a concentração pràticamente de todos os esforços, no Norte do Paraná, na produção do café, fizeram com que, a área plantada com café, que, em 1944, era de cêrca de 107 mil hectares, alcançasse, em 1949, a 242 mil hectares e a 350 000 hectares em 1952.

(275) Mensagens do Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Estadual, Curitiba, 1926 e 1928.

Na década de 1950 a 1960, por incentivo direto da cafèicultura, triplicou o número de propriedades agrícolas no Paraná, que se elevou de 90 mil a 271 mil. Da mesma maneira, quase triplicou, nessa mesma época, a área cultivada de todo o território paranaense que ascendeu de 1 350 000 ha., a 3 471 000 ha. A exploração capitalista do café realizara uma revolução agrária no Paraná.

A população paranaense que, em 1920, contava apenas 685 mil habitantes, ascende, em 1940, a 1 236 000, a 2 115 000 em 1950, e a 4 200 000 em 1960, revolucionando, inclusive, as estruturas demográficas paranaenses. Até 1950, o café, *"impulsionado por um dinamismo sem contrôles"*, invadiu áreas impróprias para a sua cultura, *"sujeitas às geadas, ou pedològicamente inadequadas para o seu plantio"* (276). Era estimulado, na sua marcha, pela ocorrência de altos preços no mercado mundial e pelo crescimento do mercado interno brasileiro que *"absorveu a enorme produção de cereais, propiciando recursos para o pagamento da terra e o financiamento da formação de cafèzais que exige quatro anos"* (277).

Milhões de cafeeiros haviam sido plantados, sobretudo no final da década de 1940, e deveriam entrar em produção, dando desde logo ao Paraná a posição de maior produtor brasileiro de café. Porém, a ocorrência de geadas, em 1953, reduziu a um têrço as safras esperadas para 1954, enquanto que as geadas de 1955 fizeram as safras paranaenses regredirem ao índice de 1948.

"A recuperação se fêz nos três anos seguintes, explodindo a produção paranaense ao nível de 20 milhões de sacas em 1960. Em três anos, o Paraná passa de 2 para 20 milhões de sacas, e o Brasil de 12 para 43 milhões. Esta entrada súbita da produção paranaense na oferta mundial de café é o fator mais importante no desequilíbrio entre a oferta e a demanda em têrmos mundiais e principalmente nacionais" (278).

Embora fôsse o Paraná, em 1960, o maior produtor de café do Brasil, com a metade da produção brasileira e quase um têrço da produção mundial, *"as enormes safras paranaenses, oriundas de lavouras pouco equipadas, são constituídas de cafés de qualidade inferior aos de São Paulo, com elevada percentagem da bebida Rio, cuja colocação é mais difícil no mercado internacional"* (279), acumulando-se, em conseqüência, os estoques nacionais disponíveis, pas-

(276) *In* O Paraná e a economia cafeeira, Govêrno do Estado do Paraná, Secretaria da Agricultura — SPL — Serviços de Planejamento, p. 1/13, Codepar, 1963.
(277) Idem, p. 1/14.
(278) Idem, p. 1/13.
(279) Idem, p. 1/15.

sando o Brasil a detentor dos maiores excedentes acumulados de café.

Os desequilíbrios agravados do mercado internacional pelo excesso da produção, e motivados pela entrada das safras paranaenses e dos cafés africanos, conduziram, desde 1958, ao Acôrdo Internacional do Café, entre produtores e consumidores, com o estabelecimento do regime de quotas de exportação para cada um daqueles países.

A saturação dos mercados e a produção de cafés inferiores, tiveram por conseqüência, a efetivação de uma política econômica de erradicação de cafeeiros, cansados, improdutivos ou localizados em áreas impróprias para o cultivo, e sua substituição por pastagens, ou a diversificação agrícola, com culturas de subsistência, sobretudo o milho, o arroz e o feijão. Política esta, executada a partir de 1962, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafèicultura — *Gerca*.

A lavoura cafeeira produz o grão sêco de café, ou seja o café em côco que encaminha para as máquinas de beneficiamento. Estas, com as suas operações de limpeza, descascamento e classificação, é que transformam o café em produto comercializável.

A comercialização é feita em função do café classificado, conforme o seu tamanho (dimensões do café beneficiado), forma (chato ou moca), aspecto (côr e estado da superfície), bebida (gôsto) e tipo (defeitos e impurezas, de 1 a 8), alcançando maiores preços e colocação, aquêles padrões observados internacionalmente como de fina qualidade.

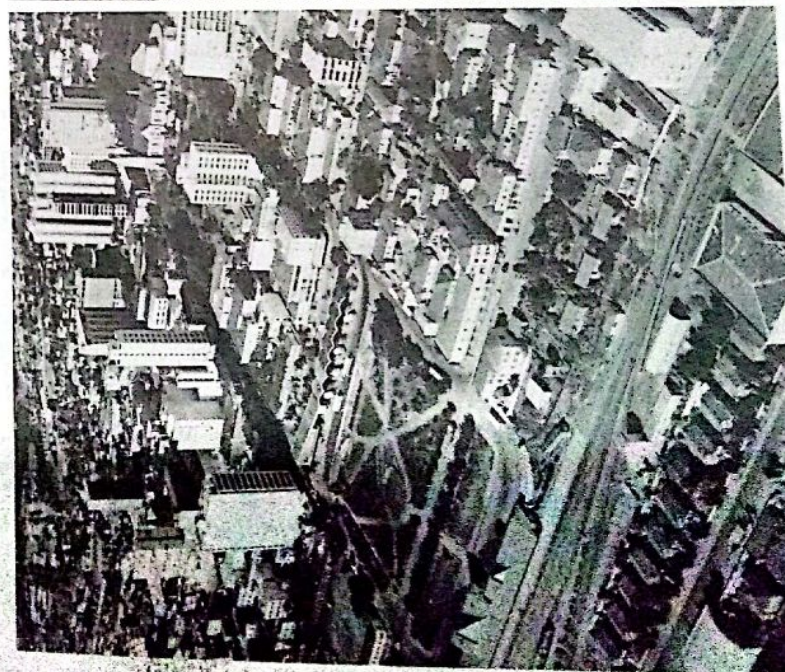
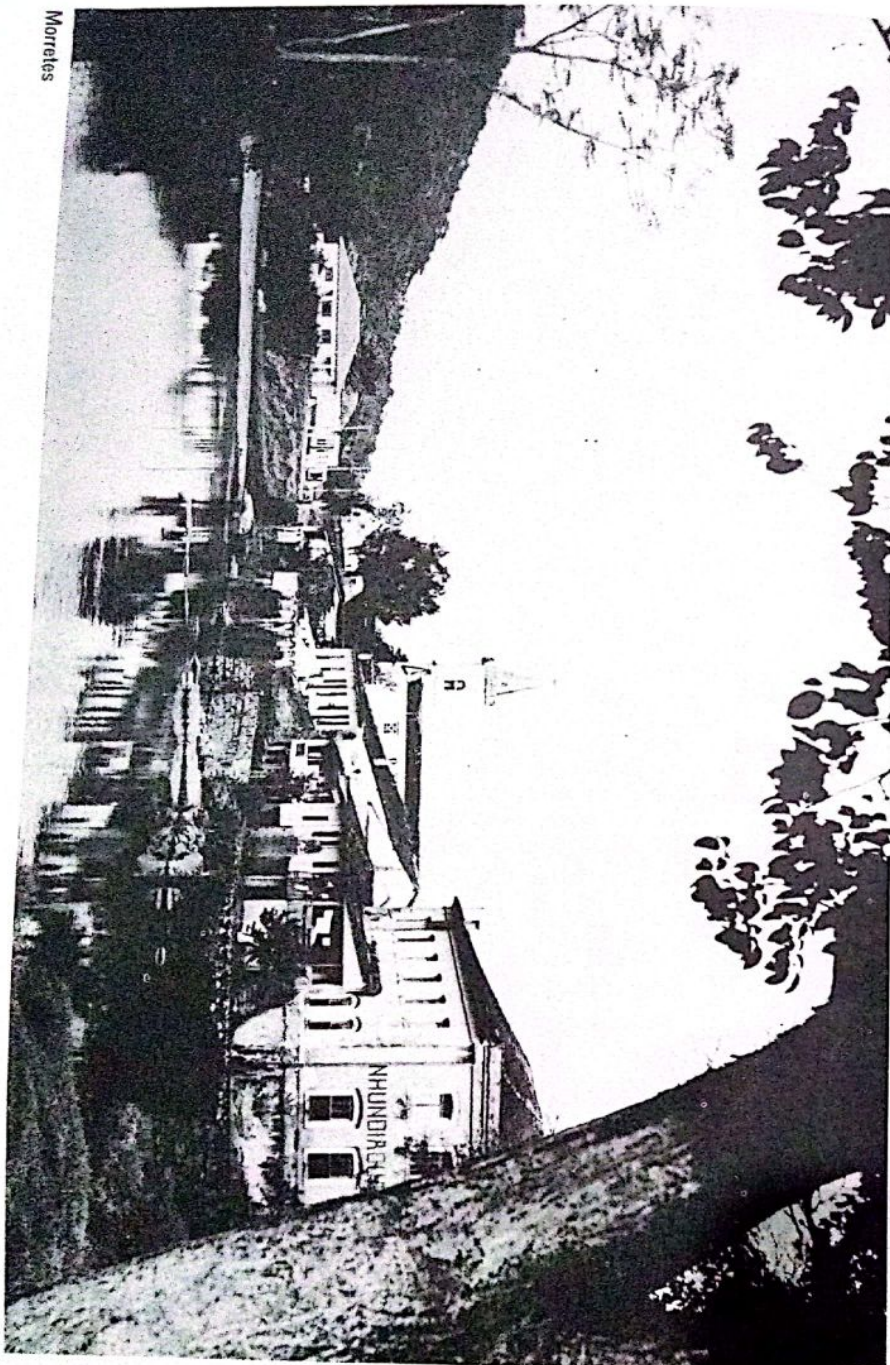
A produção de cafés finos, além da erradicação daqueles já referidos, constitui na década de 1960, a problemática básica da economia cafeeira paranaense.

NOVOS EMPREENDIMENTOS COLONIAIS

Durante mais de dois séculos a população do Paraná permaneceu concentrada em limitada porção do seu território, ou seja, na área ocupada pela comunidade tradicional paranaense. Também o intensivo programa de colonização pôsto em execução, na segunda metade do século XIX, gravitando, como ficou, em tôrno dessa

Maringá

Londrina

Morretes

mesma área, não representou contribuição significativa para o povoamento das extensas regiões do Norte, do Oeste e do Sudoeste paranaenses. Assim, no comêço do século XX, havia apenas pequenas e poucas povoações insuladas por consideráveis distâncias, nessas regiões do Paraná.

Entretanto, o centro populacional do Paraná tornara-se menos concentrado e apresentava tendências de expansão, atingindo mesmo alguns pontos avançados dessas regiões não desbravadas. Porém, as penetrações mais significativas de estabelecimentos populacionais densos no Sudoeste e Norte do Paraná, resultaram sobretudo de correntes migratórias internas, em uma conjuntura de declínio da imigração face às medidas restritivas da política imigratória brasileira, além de outros diferentes fatôres. Isto significa, principalmente, que a história da colonização intensiva do Norte e do Sudoeste está, de certa maneira, desvinculada da história da imigração no Paraná, embora imigrantes de variada procedência tenham também acompanhado o avanço das frentes pioneiras nessas regiões.

Pelos resultados do Recenseamento de 1950, ficou evidenciado que cêrca de 30% dos estrangeiros presentes na população paranaense estavam vivendo na região Norte do Paraná, onde entraram, de modo primordial, como colonos espontâneos, adquirindo seus lotes coloniais das companhias imobiliárias que operavam na região, e, em menor escala, para núcleos de colonização dirigida, como aquêles que se estabeleram em Rolândia, Assaí e outros.

Tal significa igualmente que o povoamento intensivo das regiões não desbravadas do Norte e do Sudoeste resultou da colonização com elementos nacionais, através de iniciativas dos governos federal e estadual, mas, sobretudo, de atividades colonizadoras realizadas por emprêsas particulares.

De outro lado, na política imigratória paranaense a tendência dominante depois de 1930 foi aquela de desligar a imigração da ação governamental direta, enfatizada a colonização através de organizações privadas e mais tarde de instituições internacionais de imigração.

A tônica dos projetos imigratórios continuou a ser o estabelecimento de pequenas e médias propriedades agrícolas através da introdução de imigrantes, política, aliás, consagrada pela legislação federal, com o Decreto n.º 3010 de 20 de agôsto de 1938, ao fixar que 80% da quota de cada nacionalidade de imigrantes, deveriam ser preenchidos por imigrantes agricultores.

Entre as colônias estabelecidas com imigrantes na região pioneira do Norte do Paraná, destaca-se a de Rolândia, estabelecida na gleba Roland da Paraná Plantations Limited, por Erich Kock Weser, com colonos alemães, em junho de 1932. Também a Colônia Nova Dantzig, atual município de Cambé, foi instalada, com alemães procedentes da Prússia Oriental, na mesma época. Igualmente, em 1932, a companhia colonizadora japonêsa Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac, instalou na antiga fazenda Três Barras, a Colônia Assaí, com imigrantes japonêses. Nas suas proximidades foi fundada, em 1936, a Colônia Pirianito, pela companhia Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, também com imigrantes japonêses e seus descendentes.

Além dessas colônias estabelecidas no terceiro planalto em terras de mata, ainda no ano de 1932 renovaram-se as tentativas de instalar imigrantes nas áreas de campo limpo. A fundação da Colônia Terra Nova pela colonizadora Geselschaft für Siedelung, nas proximidades de Castro, constitui a primeira dessas experiências. A colônia estabelecida com imigrantes alemães abrange uma área de 5 800 hectares e compreende dois núcleos coloniais, Maracanã e Garcez.

A recuperação econômica das terras de campo e a sua reconquista para as atividades agrícolas foram lentamente empreendidas pelos novos contingentes de imigrantes introduzidos na área. A realização pioneira de Carambeí, apesar das dificuldades iniciais constitui a primeira experiência bem sucedida de colonização das terras de campo, atraindo novos contingentes populacionais para aquelas áreas subutilizadas desde o final do século XIX, com a desagregação da economia pastoril. Mesmo durante o período difícil, desde a sua fundação, em 1911, até 1935, quando vieram novos imigrantes holandeses portadores de algum capital, Carambeí exerceu notável influência sôbre os Campos Gerais. A adoção de pastagens artificiais, a melhoria dos rebanhos de gado leiteiro, a produção de laticínios, a conveniente utilização agrícola das terras de campo e, sobretudo, a organização cooperativa adotada pelos colonos de Carambeí, em 1925, criaram as condições necessárias para o aparecimento de uma estrutura agrária fundamentada na pecuária associada às atividades agrícolas. O êxito da iniciativa holandesa foi favorecido pelas facilidades de financiamento e orientação técnica, bem como pela existência de um mercado de consumo de grande solicitação, mas carente de produção. Êsses fatôres que permitiram a sobrevivência e a expansão de Carambeí, abriram novas perspectivas para o aproveitamento dos campos e constituiram grande estímulo para que surgissem novos empreen-

dimentos colonizadores nas terras de campo que compreendem 33 mil quilômetros quadrados, ou seja, 16% do território do Paraná.

A instalação de novas colônias foi, sobretudo, acentuada na década de 1950. Três importantes empreendimentos de colonização assinalaram esta nova fase: a fundação da Colônia Entre Rios, em junho de 1951, em terras de antigas fazendas situadas a vinte quilômetros de Guarapuava, a da Colônia Castrolanda, em outubro de 1951, instalada na fazenda Capão Alto, situada a seis quilômetros de Castro; e a da Colônia Witmarsum, instalada na fazenda Cancela, município de Palmeira, em junho também de 1951.

A Colônia Entre Rios foi constituída com imigrantes de cultura alemã, os suábios do Danúbio (Donauschwaben) que haviam imigrado para a Iugoslávia e vieram para o Brasil com o patrocínio financeiro da organização "Ajuda Suíça à Europa". Esta entidade, através de facilidades obtidas com a desapropriação de antigas fazendas, adquiriu 22 mil hectares de terras de campo e matas entre os rios Jordão e Pinhão. A colônia foi instalada nessa área e compreende cinco núcleos de povoamento concentrado, as aldeias Jordãozinho, Cachoeira, Socorro, Samambaia e Vitória; esta última constitui o centro administrativo e social da mesma. O seu povoamento inicial, com cêrca de quinhentas famílias totalizava duas mil e quinhentas pessoas. As atividades econômicas de Entre Rios baseiam-se principalmente no cultivo de cereais, trigo, arroz, milho e outros. A agricultura altamente mecanizada que empreenderam, é já também praticada em muitas das fazendas da região. A organização econômica da comunidade tem por base o cooperativismo, que foi instituído desde a instalação dos primeiros imigrantes.

A formação da Colônia Witmarsum, em junho de 1951, no município de Palmeira, resultou de um movimento colonizador espontâneo, realizado por reimigrantes menonitas que, anteriormente, se haviam estabelecido em Santa Catarina. Os menonitas de Witmarsum fazem parte de um grupo sócio-religioso que provém do movimento anabatista da época da Reforma. Apesar de serem de origem holandesa, os menonitas adquiriram cultura alemã pela longa permanência na região de Dantzig, de onde imigraram para a Ucrânia e Rússia, no século XVIII. O grupo colonizador de Witmarsum veio para o Brasil em 1930, com a ajuda de entidades alemãs e holandesas. Já, a partir de 1934, começaram os imigrantes estabelecidos em Santa Catarina, a procurar o planalto de Curitiba, onde formaram os núcleos coloniais Boqueirão I e II, Xaxim e Vila Guaíra. A instalação de Witmarsum, nos Campos Gerais, foi realizada, posteriormente, com a vinda de 54 famílias de Santa Ca-

tarina, 20 procedentes de colônias menonitas do Paraguai, e outras. A população da Colônia, em 1964, totalizava 129 famílias com 748 pessoas. A Colônia ocupa uma área de 7 800 hectares e compreende cinco núcleos de povoamento, sem denominações e dispostos em tôrno de um centro administrativo, comercial e social, situado na sede da antiga fazenda Cancela, e destinado a constituir o futuro núcleo urbano de Witmarsum. A Colônia foi organizada no sistema de vida comunitária e de terras comunais, porém, atualmente, a propriedade é individual, com lotes rurais de 50 hectares em média. Sua base econômica reside na agropecuária, desenvolvida sobretudo no setor da pecuária leiteira, como fornecedores de leite pasteurizado à população de Curitiba. É um estabelecimento rural no estágio de agro-indústria, com elevado padrão tecnológico e emprêgo intensivo de capital com base no cooperativismo.

A Colônia Castrolanda constitui de certo modo um desdobramento da experiência holandesa de Carambeí. Foi organizada pela instituição Christian Emigration Centre, com ajuda dos governos brasileiros, federal e estadual. Os colonos, procedentes de províncias do norte da Holanda, totalizavam 64 famílias, com cêrca de quatrocentas pessoas. Os imigrantes trouxeram 1 250 cabeças de gado e 2 500 metros cúbicos de máquinas e implementos agrícolas. Castrolanda abrange uma área de 6320 hectares e compreende um núcleo central que é a sede da Colônia, onde estão localizados a igreja, a escola, os escritórios e as oficinas da Cooperativa Castrolanda, ao redor da qual estão dispersas as propriedades rurais. A Colônia foi instalada para produzir laticínios, mas os colonos dedicaram-se também a atividades agrícolas que ocupam lugar tão importante quanto a produção do leite, na sua economia. Em 1955 as cooperativas Castrolanda e Batavo, de Carambeí, constituiram a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Limitada e construiram uma grande e moderna usina localizada em Carambeí, a qual foi inaugurada em 1957. A necessidade de aumentar a produção de leite, bem como de atender ao crescimento natural da população, levou-os a pensar sèriamente na expansão da área colonizada, o que foi, inicialmente, realizado através da compra de terras vizinhas. Porém, como se fazia necessária uma expansão em maior escala das colônias, as cooperativas Batavo e Castrolanda reuniram-se para elaborar um projeto de "Imigração e Colonização" que previa a compra de seis mil hectares para a instalação de 100 famílias, sendo 60% de novos imigrantes e 40% de famílias das colônias já existentes. O plano foi pôsto em execução e foi instalado nôvo núcleo colonial holandês, Arapoti, situado no município do mesmo nome, em 1960. As atividades econômicas estão baseadas

na produção leiteira, cultivo do arroz, trigo e soja, além de fruticultura. A cooperativa de Arapoti também integra a organização da Cooperativa Central, sediada em Carambeí. Existe ainda um pequeno núcleo de colonos holandeses, nas proximidades de Carambeí, a colônia Tronco, com 450 hectares, constituída em 1953, por 8 famílias holandesas retirantes da colônia Holambra, de São Paulo. Também em Monte Alegre, vivem, como arrendatários, alguns colonos holandeses.

O êxito das recentes iniciativas colonizadoras, colocado em têrmos de estruturas e conjunturas econômicas, estêve condicionado ao desenvolvimento de uma economia de mercado, às facilidades de financiamento e à orientação técnica, bem como à sua fundamentação em uma organização de sistema cooperativo. Assim, o êxito tem sido maior e mais completo nas colônias organizadas em cooperativas, incluindo-se neste grupo as colônias holandesas de Carambeí, Castrolanda, Tronco e Arapoti, a colônia menonita Witmarsum e os colonos japonêses, instalados em Castro, pela Cooperativa Cotia, no ano de 1959, em propriedades rurais dispersas e que cultivam batata e arroz principalmente.

Outros empreendimentos coloniais na mesma área, como as colônias de russos brancos, instaladas uma em Ponta Grossa, Santa Cruz, em 1958, e outra em Teixeira Soares, Pau Furado, em 1960, e ainda a Colônia Santa Maria, estabelecida com coreanos, em 1965, no município de Tibagi, não conseguiram prosperar. Entre os diversos fatôres que concorreram para agravar as dificuldades dessas colônias, destaca-se a ausência de cooperativas para a coordenação de suas atividades econômicas, dando-lhes também real suporte.

Estas experiências de colonização recente, realizadas no Paraná, nas últimas três décadas comprovaram evidências já indicadas na colonização realizada anteriormente, de que a integração étnico-cultural das comunidades de imigrantes tem estado condicionada ao seu maior ou menor entrosamento na estrutura econômica do contexto no qual estão inseridas.

PROBLEMAS AGRÁRIOS DO PARANÁ MODERNO

Os anos da revelação das terras rôxas do Paraná caracterizam-se, na história regional, como tempo dos negócios de terras. Negócios que, pela sua movimentação fundiária, favoreciam a ascenção

econômica do Paraná moderno, mas que também, muitas vêzes, convulsionaram pelo variado jôgo de interêsses em choque, a comunidade paranaense.

O período que segue à redemocratização do país, em 1946, seria o mais agitado na história da ocupação da terra, no Paraná, pelos proprietários privados.

A obra colonizadora das grandes companhias de terras que operavam com seriedade nos seus negócios, e aquela do Govêrno do Estado, como agente colonizador, constituem o eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação. Elas se fizeram sob o regime da pequena propriedade, salvo casos excepcionais e em áreas restritas. Também, em função da produção agrícola, notadamente do café, no Norte do Paraná, e dos cereais, no Sudoeste e Oeste paranaenses.

A região do Norte do Paraná, graças principalmente à ação ordenada da Companhia de Terras Norte do Paraná, pôde experimentar, além de outras razões favoráveis da conjuntura, progresso rápido, em virtude das condições de segurança do direito de propriedade, por parte dos lavradores, ainda que pequenos proprietários. Da mesma maneira, a atuação da Maripá, no Oeste paranaense, deu aos colonos condições de segurança e tranqüilidade indispensáveis à sua fixação.

Adquirindo o lote agrícola, o lavrador logo e de modo seguro tornava-se o proprietário do seu pequeno sítio ou colônia, amparado, aliás, pelo poderio econômico-financeiro e político da companhia que lho vendera e o tinha como cliente. Se eram duros os tempos da abertura da mata e das primeiras roças, trabalhavam, no entanto, em terra sua e não eram molestados por questões de posse e domínio da terra.

Mas, se esta foi a regra que fêz povoar densamente as regiões do Paraná moderno, pontos houve em que as questões de terras assumiram graves aspectos conflitantes. Não faltou também a especulação nos negócios de terras, nem tão pouco o ludíbrio de muitos lavradores, nem a exploração dos trabalhadores rurais.

Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso à terra, a exuberância e a riqueza das glebas paranaenses, de outro, atraíram também aventureiros em busca de tôda a sorte de facilidades. Acresce, ainda, o fato de que, além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vêzes, a ocupação

pura e simples de terras devolutas, ou pertencentes a particulares ausentes.

Configurou-se, nesse caso, a *posse* quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em conseqüência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou êle próprio colonizá-las, muitos lotes e mesmo glebas inteiras já se encontravam ocupadas pelos *posseiros*, o mesmo acontecendo em terras particulares.

A venda de terras devolutas, ou de terras oriundas de antigas concessões anuladas, a companhias colonizadoras, ou a requerentes individuais, traria o problema da necessidade da regularização da situação dos posseiros nelas encontrados, ou a sua retirada, nem sempre pacífica. O conflito jurídico entre dois ou mais pretensos proprietários que alienavam as mesmas terras a dois ou mais compradores, também agravaria a questão de terras. Neste sentido foi de suma gravidade a questão entre o Estado do Paraná e a União em tôrno das terras da antiga concessão feita à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, sucedida pela *Braviaco*.

Outras vêzes, a ocupação de terras devolutas, ou pertencentes a particulares ausentes, foi deliberada, caracterizando-se a *intrusagem*, ou seja a modalidade ilícita de ocupação e posse da terra; sobretudo no povoamento do Oeste paranaense são freqüentemente encontrados os *intrusos*, ilegalmente empossados em terras de antigas concessões inexploradas. Também no Norte do Paraná, embora mais ordenado o povoamento com a valorização rápida e crescente de suas terras, com o plantio do café, principalmente em áreas colonizadas pelo Govêrno do Estado, estiveram presentes os intrusos, motivando agitação agrária.

Em todo Paraná, onde se verificaram negócios de terras surgiu, na verdade, a indústria da intrusagem, desinteressados os próprios intrusos na legalização de suas posses, objetivando apenas o recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações pelas benfeitorias realizadas na propriedade, as quais, via de regra, ficavam muito abaixo das importâncias recebidas.

Muitas vêzes a *intrusão* era violenta, quando aventureiros penetravam e instalavam-se, mesmo pela fôrça, em terras já alienadas, porém com os títulos definitivos ainda não expedidos, exigindo quantias de vulto para abandoná-las, não faltando ameaças ostensivas de sevícias e morte. Êstes invasores operavam freqüentemente para grupos poderosos interessados geralmente na formação de *grilos*.

A prática organizada da *grilagem*, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em falsos títulos de propriedade, perturbou grandemente, também no Paraná, os negócios de terras, a efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, ainda que humildes posseiros. Falsificando documentos, como escrituras de transferência de propriedades, recibos e outros, apossavam-se os grileiros de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas, sobretudo, a inquietação no meio rural paranaense. Ficaram famosos, na história agrária mais recente do Paraná, entre outros, os grilos das terras de Guavirova, Boa Esperança, Ubá, Pirapó e Ribeirão Vermelho.

Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de *jagunços*, pistoleiros de ofício, intranqüilizavam sitiantes e posseiros, obrigados também, muitas vêzes, a reagir à bala, de sorte que capítulos da história da ocupação das terras do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue. No Norte do Paraná, as questões de terras deram lugar inclusive a movimentos armados de importância. Devem ser particularmente referidos aquêles de Jaguapitã e Porecatu.

Em Jaguapitã, milhares de lavradores, integrando cêrca de 1500 famílias, posseiros de terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, desde 1946 passaram a viver em estado de alarma, face aos problemas de terras. Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de poderosos proprietários, outros despejados com violência.

Gravíssimas ocorrências registram-se a partir de agôsto de 1947, quando um grupo armado tentou ocupar as terras da Fazenda Guaracy, e os sitiantes reagiram à bala, deixando um saldo de vários mortos e inúmeros feridos. O tiroteio prolongara-se por alguns dias. Os lavradores enviaram suas famílias para os matos, e permaneciam atocaiados pelos picadões, com o dedo no gatilho, para defender suas posses contra novos assaltos.

O Govêrno do Estado prometera-lhes, em abril, terras devolutas, no vale do Paranavaí. Dez alqueires para cada família, uma casa de madeira e transporte, caso deixassem a região. Diante da promessa, os lavradores ultimaram suas colheitas, reuniram suas ferramentas, prepararam os ranchos para o desmonte e remoção, e não plantaram mais face à proximidade da mudança. Mas o Govêrno não consumou sua promessa e ficaram os lavradores e suas famílias, sob as agruras do inverno, sem novas colheitas, sem produção e mesmo sem alimentos. Foi tal situação aflitiva que provocou a reação armada dos sitiantes de Jaguapitã.

Propaga-se o temor que a atitude dos posseiros de Jaguapitã encontre seguidores em todo o Norte do Paraná, pois que são inúmeros os casos semelhantes de luta pela posse da terra e de exploração dos sertanejos pelos poderosos. O clima, aliás, é o mesmo em muitas regiões do Norte do Paraná, as terras são invadidas e defendidas à mão armada.

A questão de terras não era tumultuada e grave apenas no Norte do Estado, em todo Paraná desdobrava-se a luta entre a posse e o domínio, motivada pela ambição da conquista de terras valorizadas pela colonização recente.

No final de 1950, todo o Paraná viveu dias tumultuosos com as questões de terras agravadas. Foi nestas circunstâncias que ocorreu a revolta dos lavradores de Porecatu.

Suas origens datam do tempo da interventoria Manuel Ribas. O Govêrno do Estado conseguira anular a concessão Alves Almeida e iniciara, nessas terras, um plano próprio de colonização, introduzindo colonos nacionais em grande número, sem porém haver regularizado em definitivo, em favor dêles, a expedição dos títulos de domínio pleno. Atraídos pela notícia da anulação da concessão e da conseqüente colonização oficial, inúmeros caboclos vieram fixar-se nessas terras, ali tirando suas posses. Ocuparam terras do Estado, mas introduziram-se também em terras particulares. A venda desordenada de terras, entre os anos de 1947 e 1950, complicaria, mais ainda, a situação nessa área.

Os colonos de Porecatu, a quem, como àqueles de Jaguapitã, o Govêrno do Estado prometera novos lotes, casas e transporte, e que nada receberam de concreto, e ainda se viam na iminência de perder o trabalho da derrubada da mata, do preparo da terra, roças, ranchos e plantações de café, foram fàcilmente trabalhados por elementos do Partido Comunista do Brasil que desenvolviam o programa das Ligas Camponesas.

Caboclos insatisfeitos, temendo perder suas posses e lavouras ante as ameaças de despejo, aventureiros e negocistas intrometidos na questão, proprietários ávidos em resolvê-la em seu favor, políticos interessados em terras ou em votos, agitadores comunistas, todos contribuiram para criar o clima propício à sublevação daqueles desesperançados da ação imparcial do Govêrno do Estado. Sublevação, aliás, que culminaria em revolta armada de centenas de posseiros na região de Porecatu.

Muitos proprietários, não desejando a ação violenta da Polícia estadual nas ocasiões de despejo, preferiam entrar em acôrdo com

os posseiros e mesmo com intrusos, pagando-lhes indenização pelas benfeitorias realizadas em suas propriedades.

A disputa em tôrno justamente de um caso de indenização motivaria a formação de um grupo de posseiros rebelados, decididos a não se retirarem das terras ocupadas, sem que tivessem um lugar certo para onde ir. O assassinato de um emissário que tentava acôrdo com um dos componentes do grupo, julgado aliás intruso e não posseiro, precipitaria a deflagração da luta pela terra.

Quando a Polícia tentava alcançar o esconderijo dos rebelados, foi atocaiada pelos mesmos. Os lavradores sublevados estavam bem armados e municiados pelos orientadores comunistas do movimento. No primeiro encontro morrem quatro lavradores, enquanto que a Polícia apresenta seis baixas. A relação, porém, dos feridos é grande, enquanto muitos desapareciam.

Animados pela sua vitória sôbre a fôrça policial, os rebelados invadem as terras ocupadas por elementos governistas. Reforços policiais são enviados a Porecatu. Nôvo tiroteio é travado entre os lavradores e a Polícia. Os rebeldes levam a melhor. Conhecedores da região, podem atirar com segurança e refugiar-se nas matas. Os chefes da rebelião, protegidos pelos posseiros, internam-se na mata a fim de preparar a resistência. Cem homens da Polícia Militar guarnecem a cidade de Porecatu, armados de fuzis e metralhadoras. A população desta cidade está em pânico, receiosa de um ataque armado dos posseiros. Êstes, porém, permanecem internados na mata, em movimento latente.

A ameaça de revolta generalizada nos meios rurais do Norte do Paraná levou o nôvo Govêrno do Estado, em junho de 1951, a enviar novos contingentes armados para a região de Porecatu. Cêrca de 300 a 400 sertanejos armados encontravam-se, nessa ocasião, emboscados nas matas e picadões, de onde saíam apenas para incendiar, roubar, e mesmo matar, a pretexto de defenderem seu direito às terras.

A fôrça policial, operando com centro em Porecatu, com 250 homens, foi ocupando, sem luta armada, diversas localidades, focos de agitação. Os lavradores foram atraídos ao entendimento e desarmados.

Em 15 de março, o Govêrno do Estado já havia declarado de "utilidade pública" as terras litigiosas de Jaguapitã, Porecatu e outras, cujos títulos haviam sido irregularmente expedidos pela administração anterior, fundamentando-se no preceito constitucio-

nal do "interêsse social". Foi esta, aliás, a primeira desapropriação havida no Brasil, com base no interêsse social.

Os conflitos de terras, no entanto, continuaram a suceder-se no Paraná, agravando-se particularmente em 1957, tendo agora como cenário principal o Sudoeste, procurado pelas novas ondas povoadoras vindas do sul. Ali a confusão é maior, sobretudo nas terras da antiga concessão da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A inquietação agrária no Sudoeste crescera extraordinàriamente desde a operação de terras, realizada pela Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União, em favor da companhia imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Limitada — *Citla*, aquela na qualidade de administradora dos bens incorporados ao patrimônio nacional e pertencentes à antiga Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Conflitos agrários no Paraná Moderno. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, n.º 7, Curitiba, 1968.

A Superintendência alienara, em fins de 1950, em favor da *Citla*, terras no valor de 170 milhões de cruzeiros, nos municípios de Palmas, Clevelândia, Pato Branco e outros, em pretenso pagamento de honorários profissionais, transferidos à *Citla*, na importância de apenas 8 milhões e 600 mil cruzeiros. Eram as terras de Missões e Chopim, onde o Estado já alienara diversos imóveis, ex-

pedindo títulos de domínio pleno e permitira a localização de cêrca de 15 mil posseiros. A União também ali já localizara a Colônia Agrícola General Osório — *Cango*, quando da "marcha para o Oeste", e a própria Superintendência já vendera à Companhia Pinho e Terras Limitada, cêrca de 10 mil alqueires de terra.

Os contratos, porém, firmados entre o Estado do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, bem como com a sua sucessora *Braviaco*, haviam sido rescindidos ou declarados nulos pelo Decreto n.º 300 do Govêrno Revolucionário de 1930. A Companhia iniciara demanda contra o Estado do Paraná, o qual teve inclusive sentença transitada em julgado, em favor dos seus atos anulatórios.

Enquanto a questão encontrava-se ainda *sub-judice*, fôra a São Paulo-Rio Grande incorporada ao patrimônio da União. A Superintendência dêsse patrimônio é que, em 1950, concedera as terras de Missões e Chopim à *Citla*. Em conseqüência, o Estado do Paraná, a União e a *Citla* disputariam o domínio pleno dessas fertilíssimas glebas do Sudoeste paranaense.

No entanto, no decorrer de tôda a demanda judicial e da transação, milhares de colonos, vindos sobretudo do Rio Grande do Sul, haviam estabelecido ali a sua morada habitual e cultura efetiva, tirando suas posses em terras que acreditavam devolutas.

Muitos dêsses colonos haviam entrado entre 1940 e 1942, portanto, muito anteriormente à entrada da *Citla* na região. Haviam requerido suas terras, mas nunca haviam conseguido despacho, dadas as complicações de terras e a demora da burocracia estadual, desinteressada algumas vêzes em dar solução a tais problemas.

A *Citla*, no entanto, tudo conseguira em tempo surpreendentemente rápido, vendendo inclusive parte das suas terras a outras companhias que passaram a operar na região, consideradas algumas como simples subsidiárias da mesma. Tais foram, por exemplo, a Companhia Apucarana e a Companhia Comercial Agrícola Paranaense Limitada.

Estas últimas agiam com violência, denunciada desde abril de 1957, na Assembléia Legislativa Estadual. O seu objetivo era obter dinheiro, ou seja, conseguir dos posseiros pagamento pelas terras que ocupavam desde anos. Entre os meses de maio e agôsto redobra essa violência. Jagunços, em número de três ou quatro, ou mais algumas vêzes, percorriam as colônias (sítios), obrigando os posseiros a assinar contratos de compra da terra que já cultivavam e onde tinham suas casas. Ora, aquêles colonos que tinham certeza da legitimidade da sua posse e contestavam, pois, o domínio invocado pelas companhias, não assinavam e não pagavam, não queriam negócio algum com tais companhias.

Estas, com os jagunços a seu serviço, impediam as queimadas e o preparo de novas roças e plantações, incendiavam casas e paióis, matavam os animais, e os próprios lavradores, em represália. Freqüentes eram as mortes *"de espera"*, quando os posseiros, nos picadões e estradas, morriam varados pelas balas de fuzis e *"winchesters"*, ou atocaiados nas barrancas dos rios que carregavam os corpos, sumindo-os.

O quadro é o mesmo em todo o Sudoeste e Oeste do Paraná. Em Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Gôio-Erê, Guaíra, as famílias são escorraçadas de suas terras.

Em agôsto de 1957 a situação é particularmente explosiva no Sudoeste. Centenas de colonos estão escondidos pelos matos, a fim de escapar à ação violenta de companhias mercenárias e sem escrúpulos.

Muitos colonos, porém, cansados dos vexames a que eram submetidos, da insegurança diária em que viviam e, sobretudo, não mais confiando nas autoridades estaduais, acusadas de boa vontade para com as companhias, estavam dispostos a reagir e enfrentar os jagunços.

A 8 e 9 de agôsto já são denunciados conflitos armados em Pato Branco, com mortos e feridos, o mesmo acontecendo em Francisco Beltrão. Tôda a região está convulsionada. As companhias concentram a jagunçada ante o *aviso* dos colonos de Capanema que, em represália, haviam morto o gerente da Companhia Apucarana. A 14 de setembro verifica-se a tocaia do quilômetro 17 da estrada que vai de Santo Antonio a Capanema, quando os colonos atacaram uma camionete que deveria conduzir jagunços, fazendo alguns mortos.

Com receio do revide da jagunçada e da ação repressiva da Polícia, cêrca de dois mil posseiros ocuparam Capanema, obstruindo a estrada de Santo Antonio e paralisando o movimento do aeroporto próximo.

A situação é de insegurança em todo Sudoeste. O tiroteio é constante. Centenas de colonos refugiam-se nas matas ribeirinhas do Capanema. Ante a ameaça geral, centenas de brasileiros da área de Santo Antonio, refugiam-se em território argentino.

Esta busca de proteção no Exterior, tornou conhecida a rebelião dos posseiros do Sudoeste. Telegramas da United Press, vindos da Argentina, anunciam o deflagrar da *"revolución agraria brasileña"*. Noticias de Posadas dão conta que 1300 brasileiros encontram-se refugiados na Argentina e que morreram 50 pessoas na revolta de Santo Antonio e Capanema.

Tais notícias tiveram repercussão em todo o País, sobretudo no Paraná, onde autoridades estaduais são acusadas de comprometidas com as companhias.

O clima de revolta alastra-se. As companhias continuavam operando e impunemente cometendo violências em Francisco Beltrão e Pato Branco.

A 11 de outubro explode também a revolta nesta última, onde o temor de ataque por parte de jagunços fêz explodir a *revolução branca*. Convocados pela rádio local, todos os cidadãos de Pato Branco reuniram-se em Assembléia Geral do Povo que elegeu uma Junta Governativa da cidade, encarregada da sua defesa, enquanto não chegassem tropas regulares para guarnecê-la. Os colonos concentram-se na cidade, as estradas são vigiadas. Por sua vez, a população de Francisco Beltrão, que já atacara os escritórios da *Citla*, e destruira seus papéis, adere à revolta de Pato Branco. Capanema e Santo Antonio também instalam juntas governativas.

Liderados pela Junta Governativa de Pato Branco, os revoltosos impõem condições às autoridades do Estado, sòmente se dispersarão com o fechamento dos escritórios na região e com a mudança de juízes e promotores considerados coniventes com as companhias.

Estas Juntas tiveram, contudo, vida efêmera, dissolvendo-se com a entrada de tropas da Polícia Militar, na região, voltando a autoridade regular aos governos municipais.

Entretanto, a situação de revolta agrária sòmente se acalmaria com a proibição de atividades das companhias imobiliárias na região as quais foram obrigadas a fechar seus escritórios.

Sòmente pela ação do nôvo Govêrno do Estado, em 1961, limpando a área da ação dos jagunços, e com a desapropriação, pelo Presidente da República, das terras disputadas pela *Citla* e suas subsidiárias, teria solução o grave e conturbado problema de terras no Sudoeste e Oeste do Paraná.

A criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste e Oeste

do Paraná — *Getsop*, grupo constituído de representantes federais e estaduais, viria finalmente trazer ordem aos negócios de terras nessa região.

INDUSTRIALIZAÇAO DO PARANA

Até a década de 1960, a economia paranaense estêve bàsicamente fundamentada na monocultura do café. Foi quando iniciou a diversificação das suas atividades agrícolas, bem como, de fato, o processo da sua industrialização.

O interêsse maior pelo café e a preferência de investimentos nesse setor, explicam-se pela posição do produto na conjuntura e pela excelência das terras roxas do Paraná que permitiam altos índices de produtividade.

Porém, a dependência do café à conjuntura mundial, a queda de preços no mercado internacional, a acumulação de grandes excedentes pelo Instituto Brasileiro de Café, sobretudo de cafés paranaenses de qualidade inferior, bem como a ocorrência freqüente de geadas, conduziram à política de erradicação dos cafeeiros e à sua substituição por pastagens ou culturas de subsistência.

A população rural deslocada sobretudo pela pecuária, urbanizou-se, com fôrça de trabalho disponível, embora não qualificada, pressionando os quadros urbanos, principalmente em cidades do Norte do Paraná.

Era preciso, pois, não sòmente refazer a economia estadual, mas sobretudo impedir o agravamento de uma situação de tensão social, motivada pelos altos índices de desemprêgo nas zonas da cafèicultura deslocada. O caminho era o da concentração de esforços governamentais na industrialização e sua distribuição no Estado, e não apenas na área da Capital paranaense.

Mas, o Paraná, até a década de 1960, não tinha condições de montar um parque industrial razoável e adequado, face, principalmente, à ausência de energia elétrica disponível e de vias de comunicação compatíveis.

Conforme o Censo de 1950, com base na produção de 1949, o Paraná ocupava o 7.º lugar, quanto ao valor, na produção indus-

trial brasileira, porém, inexpressivamente, com apenas 3,06% da mesma. Tivera, no entanto, progresso em relação ao Censo de 1940, com base na produção de 1939, crescendo o valor da produção industrial paranaense, nessa década, em cêrca de 850%. Entre outras razões da conjuntura dos anos da guerra e daqueles que a ela se seguiram, a indústria paranaense tivera acionado o seu progresso em virtude dos capitais disponíveis da cafèicultura, embora a preferência de aplicação fôsse ainda marcante em favor do próprio café.

Entretanto, em 1949, as atividades industriais paranaenses podem ser ainda consideradas como pré-industriais de beneficiamento primário, de algumas matérias-primas oriundas da agricultura e da extração florestal.

A grande atividade industrial paranaense, nesse ano, era a da transformação de produtos alimentares, com cêrca de 41% do valor total da produção paranaense nesse setor, sendo que, por sua vez, a torrefação e a moagem de café, absorviam 53% dessa produção, seguidas de muito longe, com 8%, pelo abate de suínos, carnes, toucinho e banha.

Nesse ano, aliás, as indústrias de transformação significavam, no seu conjunto, 84% do valor da produção industrial paranaense, seguidas pela indústria extrativa com 8,5%, a indústria da construção civil com 6,5% e, finalmente, pelos serviços industriais de utilidade pública.

Não muito diversa era a situação da indústria paranaense, em 1959, conforme o Censo Industrial de 1960. "*As estimativas existentes de renda regional revelam que o setor secundário responde pela geração de apenas 10% da renda interna paranaense. Quando se compara tal percentagem com a correspondente para todo o Brasil (26%), depreende-se a magnitude do esfôrço de industrialização a ser feito, especialmente se levar-se em conta que mais da metade da renda gerada pela indústria no Paraná provém de atividades pré-industriais de beneficiamento primário de matérias-primas agrícolas e de extração florestal*" [280].

De tal maneira que, em 1959, as indústrias de transformação, no seu conjunto, englobavam ainda 70% do valor da produção industrial paranaense e a indústria de transformação de produtos alimentares significava ainda 36,5% do valor da transformação in-

(280) *In* Industrialização do Paraná, p. 13. *Asplan S.A.* — Assessoria em Planejamento, Codepar.

Foto: Grafipar

Igreja de São Benedito - Sacristia - Paranaguá

Foto: Grafipar

[illegible] da Igreja de São Benedito - Paranaguá

dustrial no Paraná. Mantinha-se como a grande atividade industrial, seguida pela indústria da madeira com 26,1% do valor, e pela indústria de transformação de minerais não metálicos, com 7,9%, do valor da transformação industrial no Paraná.

O beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares, especialmente do café, representavam 78% do valor da transformação industrial no setor de produtos alimentares, seguidos ainda, com 7,4%, do abate de animais, carnes e banha. A fabricação e a refinação do açúcar aparece em seguida, com 5%, e as padarias, confeitarias e similares, com 4,3% dessa transformação.

A indústria de produtos alimentares conforme o Censo Industrial de 1960, concentrava-se principalmente na área da Capital e em algumas cidades mais densamente povoadas do Norte do Paraná, como Jacarèzinho, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas, Maringá e outras.

O segundo setor mais importante da indústria de transformação paranaense, o da madeira, também podia, ainda, em 1959, ser considerado como atividade primária, uma vez que 89% do valor da transformação industrial provinha da produção de madeiras compensadas, e sòmente contava com 9% de peças e estruturas de madeira aparelhada. De outro lado, apenas 30% da madeira extraída, sofria operações secundárias no Estado, com todo o seu restante exportado para fora.

A indústria da madeira estava concentrada em Pato Branco, Palmas, Guarapuava, Pitanga, Campo Mourão, Maringá, Londrina, União da Vitória, Irati, Ponta Grossa e Curitiba. Na realidade, poder-se-ia falar em três centros madeireiros no Paraná: o de Curitiba-Ponta Grossa, o de Guarapuava e o de Londrina-Maringá.

O setor da transformação de minerais não metálicos era representado, em 1959, pela produção de cimento da fábrica de Rio Branco do Sul, com 30% aliás, do valor dessa transformação; pela produção de material cerâmico de Campo Largo, em 28,5%; pela produção de olarias, em 20%; e em 9% pela transformação primária de pedras para construção e trabalho em mármore, granito e outros.

Concentravam-se os estabelecimentos dêsse setor sobretudo na área de Curitiba e Ponta Grossa, ocorrendo também em Londrina e em algumas cidades do Oeste, no caso de olarias.

Os 30% restantes do valor da transformação industrial paranaense, em 1959, foram constituídos, principalmente, pela indús-

tria química e farmacêutica (fósforos de segurança, óleos brutos e essências diversas), com 5%, concentrada em Curitiba, Irati e Norte do Estado; pela indústria de papel e papelão, com 4%, sua principal fábrica localizada no município de Tibagi (hoje Telêmaco Borba), a indústria textil, com 3,1%, mas que não deixava na época de ser também uma atividade de beneficiamento primário de matérias têxteis; e pelos setores metalúrgico e mecânico, com 3,8%, de bebidas, com 2,7%, de mobiliário, com 2,7%, de couros, peles e produtos similares, com 1,7%, além de outros sem maior expressão.

Conforme os resultados do Censo Industrial de 1960, depreende-se que o Paraná apresentava três regiões industriais: a do *Norte*, constituída principalmente pelos municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Arapongas, Apucarana, Maringá e Paranavaí, que concentrava 32% do valor da transformação industrial paranaense; a *Madeireira*, concentrando 16,2% sobretudo compreendendo os municípios de Guarapuava, Irati, União da Vitória e Campo Mourão; e a do *Sul*, compreendendo Curitiba, Rio Branco, Campo Largo, Ponta Grossa e Tibagi, com 51,8% do total da transformação industrial do Paraná. A Capital do Estado era, aliás, o maior centro industrial, com o seu município gerando 23,3% do total da transformação industrial paranaense. Neste sentido, os dez principais municípios do Estado eram: Curitiba (23,3%), Londrina (4,8%), Maringá (4,8%), Guarapuava (4,4%), Tibagi (3,5%), Ponta Grossa (3,4%), Arapongas (3,4%), União da Vitória (2,7%), Rio Branco (2,6%) e Paranavaí (2,6%).

Observa-se, desta maneira, que pelos Censos de 1940, 1950 e 1960, que *"o setor secundário da economia paranaense manteve pràticamente inalterada sua estrutura interna, justamente em uma época em que a economia brasileira sofria profundas transformações"* (281).

A partir de 1962, entretanto, começa a alterar-se o panorama industrial do Paraná. Para o setor secundário, convergem as atenções do Govêrno paranaense, sobretudo em virtude dos problemas da cafèicultura, criando novas fontes de recursos, com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e um nôvo organismo que seria de importância para a diversificação industrial no Paraná, qual seja a Companhia Paranaense de Desenvolvimento Econômico — *Codepar*. O apôio governamental realizou-se através de incentivos

(281) *In Ação de Desenvolvimento*, p. 7. Relatório 1966 — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — *Codepar*, Curitiba, 1967.

concedidos pela *Codepar* às emprêsas privadas, aos projetos de instalaçao ou ampliação de indústrias. Em conseqüência, delineou-se um nôvo quadro para a economia paranaense que se caracteriza, de um lado, em ser o Paraná o maior produtor agrícola *per capita* do Brasil, com a aquisição e a multiplicação de sementes pela *Café do Paraná*, as possibilidades de armazenagem dadas pela *Copasa* e de crédito agrícola pela *Acarpa*, bem como pela criação de gado que se estende pelas novas pastagens que substituem a cafèicultura, com rebanhos de alta qualidade pela introdução e difusão das raças Gir e Nelore; e, de outro lado, por apresentar-se já o Paraná com atividades industriais de expressão.

Porém, para tanto alcançar foi necessária a ação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — *Copel*, eletrificando o Paraná, de tal maneira que, em 1966, vendia já 245 milhões de Kwh, possibilitando, pois, maior dinamismo à indústria paranaense.

"Nesse período de atuação da Codepar, de fato, o Paraná conheceu uma sensível diversificação em sua produção industrial, com o surgimento de uma série de iniciativas pioneiras, como é o caso do café solúvel, de aglomerados de madeira, de fios de algodão, de embalagens metálicas, componentes para a indústria nacional de automóveis e tratores, fertilizantes, e outras. Outros ramos expandiram-se consideràvelmente, como a produção de aço, as indústrias de óleos vegetais, frigoríficos, elétrodomésticos. A produção de fundidos aumentou de 200%; a capacidade de processamento de matérias primas nas indústrias de óleos vegetais expandiu-se em 70%, enquanto que a dos frigoríficos cresceu em 100%. Todos êsses índices expressivos indicam forte tendência para a diversificação registrada nos últimos anos, quer na produção industrial, como na própria estrutura econômica, pelos reflexos daquela sôbre o setor primário da economia" (282).

Embora tomado isoladamente, o município-Capital continuava, em 1966, como a região paranaense de maior produção industrial, porém *"um acentuado dinamismo no processo industrial do Norte Nôvo, onde se verifica uma intensa capitalização no setor"* poderá ser capaz de *"alterar a estrutura dos polos industriais do Estado"* (283).

No grupo das indústrias de transformação de produtos oriundos da lavoura, entre as iniciativas pioneiras, deve ser destacada a

(282) *In Ação de Desenvolvimento*, p. 7. Relatório 1966 — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — *Codepar*, Curitiba, 1967.
(283) Idem, p. 14.

indústria do café solúvel que concentra, no município de Londrina, a maior unidade produtora do mundo, com capacidade de processamento de 2 mil toneladas anuais de café solúvel. Exporta para os Estados Unidos da América do Norte, União Soviética, e outros países da Europa, estando em vias de entrar também nos mercados asiáticos.

Da mesma maneira, a indústria de óleos refinados, de amendoim, soja, algodão e girassol, que teve a sua capacidade de processamento anual de matérias primas, aumentada de 150 mil toneladas, em 1963, para 261 mil toneladas, em 1966, enquanto que a capacidade instalada para a produção de óleos refinados passou de 2000 toneladas para 16500 toneladas. A produção de óleo bruto que, em 1964, era de 8918 toneladas, elevou-se, em 1966, a 27911 toneladas, embora o volume de refino seja apenas de 10218 toneladas, portanto, apenas ainda 61,9% da capacidade instalada.

No grupo das indústrias químicas e de manufaturas diversas, deve ser mencionado o progresso realizado, nos últimos anos, com a produção de fertilizantes granulados e de produtos farmacêuticos, além daqueles no campo da fiação. O Paraná possuía a segunda produção brasileira de algodão, no entanto, o algodão em pluma era exportado para as indústrias de São Paulo e, mesmo para o Exterior. Nas áreas de Curitiba e do Norte passou-se à prática de atividades indústriais de fiação do algodão, além daquelas de juta-rami, e da fiação sintética, com tecidos, cordas, fios e ráfias, a partir do cloreto de polvinila e politileno.

No grupo das indústrias de extração e exploração de produtos de origem florestal, deve ser destacada uma nova forma de aproveitamento, com a produção de placas de aglomerados de madeira, bem como de melhor aproveitamento das reservas florestais paranaenses, com a produção de pasta mecânica, básica, aliás, para indústria de papel e papelão.

Outros grupos tiveram também diversificada a sua produção, como as indústrias metalúrgicas, mecânicas, elétricas e congêneres, além da ampliação da capacidade de produção de outras, como a indústria de laticínios, de pesca e frigoríficos.

Por sua vez, o surto populacional do Estado, levou à dinamização da indústria de materiais de construção.

O Registro Industrial de 1965, apontava o valor das vendas da indústria paranaense, como sendo de cêrca de um bilhão de cruzeiros novos, naquele ano. A indústria de transformação de produtos alimentares continuava como geradora das importâncias re-

lativas às vendas mais altas, com 54% do total das mesmas, seguida pela indústria da madeira, com 12%, pela do papel e papelão, com 10%, a textil, com 4,5%, a de minerais não metálicos, com 3,3%, a química, com 3,2%, a de bebidas, com 1,7% e a metalúrgica com 1,4%. Todos os demais setores e ramos da indústria, eram responsáveis por apenas 6% do total das vendas.

Em conseqüência, observa-se uma grande dinamização e mesmo a diversificação do setor secundário, porém, resta muito ainda ao Paraná a fazer no caminho da industrialização.

A conclusão, pela Copel, da usina hidrelétrica Capivari-Cachoeira, que, ampliando extraordinàriamente o estoque energético em oferta, representará, sem dúvida, uma grande etapa para a sua real e efetiva industrialização.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANO

Durante o século XX, o crescimento da população do Paraná foi o mais significativo que o de qualquer outro Estado brasileiro.

Entre 1900 e 1950, o contingente populacional paranaense passou de 327136 para 2115547 habitantes, apresentando um acréscimo de 1788411 pessoas, ou seja um aumento da ordem de 547%, no período de cinqüenta anos. Na década de 1950 a 1960 o crescimento populacional foi igualmente um dos maiores verificados no Brasil, com 102% de aumento relativo, uma vez que a sua população passou a 4277736, isto é, duplicou em relação ao total de habitantes do ano de 1950 [284].

Crescimento da população do Paraná no século XX

Ano	Total de habitantes	Taxa de crescimento médio anual %
		3,0
1900	327.136	4,0
1920	685.711	3,0
1940	1.236.276	5,5
1950	2.115.547	7,0
1960	4.277.763	

(284) Sinopse preliminar do censo demográfico de 1960. Estado do Paraná. IBGE. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1962.

A taxa média geométrica anual de crescimento da população paranaense é das mais elevadas e assinala um ritmo de evolução demográfica excepcional. O aumento médio anual da população é de 2,2% em todo o mundo, de tal maneira que, no Paraná, nas últimas duas décadas, as de 1940 para 1950, e dêste para 1960, as taxas foram muito superiores à média mundial.

Em virtude do grande aumento populacional, o Paraná passou a figurar entre os Estados mais populosos do Brasil, ocupando atualmente o 5.º lugar. Desde a realização do Censo de 1872, a proporção da população paranaense sôbre o total da população brasileira aumentou de 1,3% para 6,0%.

Proporção da população paranaense sôbre o total da população brasileira.

Anos	População paranaense	População brasileira	%
1872	126.722	9.930.478	1,3
1890	249.491	14.333.915	1,7
1900	327.136	17.318.556	1,9
1920	685.711	30.635.605	2,2
1940	1'236.276	41.565.083	3,0
1950	2.115.547	51.944.397	4,1
1960	4.277.763	70.967.185	6,0

Na realidade, o extraordinário crescimento populacional do Paraná está vinculado ao intenso movimento de migrações internas provocado pelo povoamento de suas áreas não desbravadas, a partir de 1920. O Recenseamento de 1950 demonstrou que 663783 pessoas presentes na população paranaense, tinham vindo de outros Estados brasileiros, na seguinte proporção decrescente:

Estados	Número
São Paulo	352.471
Minas Gerais	156.848
Santa Catarina	63.162
Rio Grando do Sul	35.701
Outros Estados	55.601
Total	663.783

No decênio de 1950 a 1960, o Paraná recebeu média anual de 120 mil novos habitantes, procedentes de outras unidades da Federação, principalmente dos quatro Estados acima referidos, dos quais provém os contingentes numèricamente mais significativos.

Quanto à distribuição da população paranaense, a principal alteração ocorrida foi no sentido da sua dispersão mais ampla e

homogênea pela área territorial do Estado. Assim, dos cinco municípios mais populosos do Paraná, em 1960, apenas um, o de Curitiba, situa-se na área da comunidade tradicional, enquanto que os outros quatro, Campo Mourão, Londrina, Cruzeiro do Oeste e Maringá, estão situados nas áreas recentemente desbravadas do terceiro planalto.

A densidade demográfica do Paraná elevou-se significativamente a partir de 1920, passando de 3,4 para 21,5 habitantes por quilômetro quadrado.

Densidade da população do Paraná

Ano	N.º de habitantes por km²
1900	1,6
1920	3,4
1940	6,2
1950	10,6
1960	21,5

As maiores densidades, com exceção do Município-Capital, ocorrem atualmente no terceiro planalto que apresenta elevada densidade de população rural em decorrência do sistema da pequena propriedade que vigorou no processo de ocupação da terra naquela área.

O crescimento demográfico do Paraná foi acompanhado pelo desenvolvimento urbano, ou seja, pelo aumento do número de cidades e pela concentração populacional em núcleos urbanos.

Desde o ano de 1872, em que havia apenas 16 municípios no Paraná, o seu número cresceu bastante, passando de 49 em 1940, para 80 em 1950 e 162 em 1960, continuando a crescer, acompanhando o processo de ocupação territorial nas áreas pioneiras. Contudo, embora elevado o número de núcleos urbanos que surgiram, a maioria da população atual do Paraná continua predominantemente rural.

Distribuição da população do Paraná

Ano	Rural %	Urbana %
1940	75,5	24,5
1950	75,0	25,0
1960	69,0	31,0

O grau de ruralidade apresentado pela população do Paraná, 69,0%, é dos mais elevados, pois está acima daquele do Brasil,

55,0%, considerado, por sua vez, como um dos mais elevados do mundo.

Do mesmo modo, embora o incremento da população urbana no decênio de 1950 a 1960, haja atingido 151,0%, os índices de urbanização do Paraná estão abaixo não só do índice global do Brasil que foi de 45,1%, como também daquele verificado na região sul, de 50,8%, que é uma das áreas mais urbanizadas do país [285].

O ritmo de concentração populacional nas principais cidades do Paraná, nos últimos decênios, foi maior em relação à Curitiba, acompanhando a tendência assinalada em outros municípios-capital do Brasil. Em Curitiba, o aumento relativo da população foi da ordem de 28,0% entre 1940 e 1950, e de 100% entre 1950 e 1960, situando-se entre os três mais elevados do Brasil, que ocorreram em Goiânia, com 188,0%, Macapá, com 128,0% e Curitiba, com 100,0%.

Embora no Brasil o rápido processo de urbanização das últimas décadas não tenha sido acompanhado de um processo substancial de industrialização, São Paulo, em primeiro lugar, e Curitiba, em segundo, ocupam posição especial quanto às possibilidades de trabalho existentes nos setores de manufaturas e construções. Ao contrário de outras Capitais brasileiras, nas quais o comércio combinado com o transporte e comunicações superam as categorias ocupacionais das manufaturas e construções, em São Paulo estas atividades têm a mesma importância das primeiras, enquanto que em Curitiba predomina a mesma situação, ainda que em menor escala [286].

Além da Capital paranaense que concentra cêrca de 12,0% da população total do Paraná, as cidades que contam com mais de vinte mil habitantes são poucas, sendo as mais populosas as do quadro seguinte.

Cidades paranaenses de maior concentração populacional — 1960

Cidade	População
Curitiba	361.309
Ponta Grossa	77.803
Londrina	74.110
Maringá	42.228
Paranaguá	27.728
Paranavaí	22.141
Arapongas	21.210
Apucarana	21.203

(285) Comninos, Constantino — Aspectos demográficos da urbanização do Paraná, *in* Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.º 5, Curitiba, 1968.

(286) Smith, T. Lynn — Brasil, povo e instituições, p. 659, Edições Bloch, Rio de Janeiro, 1967.

Duas destas cidades são centros de regiões, Ponta Grossa da região dos Campos Gerais, e Paranaguá do litoral, enquanto que as outras cinco estão situadas na região pioneira do Norte do Paraná e seu rápido processo de urbanização está em consonância com o próprio sistema de colonização adotado no povoamento daquela área do Estado.

A maioria das cidades do Paraná, mais de cem, tem menos de cinco mil habitantes, e cêrca de quarenta cidades têm entre cinco e vinte mil habitantes.

CULTURA PARANAENSE

O Paraná tradicional teve como iniciadores do seu preparo intelectual, os jesuítas do Colégio de Paranaguá. Êstes, entretanto, não tiveram tempo para consolidar sua obra educativa em terras paranaenses. Depois da sua expulsão, apenas classes isoladas, de ensino das primeiras letras, existiam, e foi, principalmente, no litoral que alguns primeiros professôres exerceram o seu magistério.

O Liceu Paranaense, criado em 1846 pela Província de São Paulo, na cidade de Curitiba, e que ministraria ensino de nível secundário, teve, porém, vicissitudes que, por algum tempo, impediram o seu regular funcionamento. Ensino superior não chegaria, também, a haver no Paraná do século XIX.

Alguns filhos de comerciantes do litoral, de abastados fazendeiros dos Campos Gerais, ou de estrangeiros radicados no Paraná e portadores de nível cultural mais elevado, é que procurariam, no decorrer do século, São Paulo, Recife ou a Côrte para a realização de estudos avançados, mor parte das vêzes de Direito apenas.

Dificilmente, pois, o meio da 5.ª Comarca propiciava condições para o surgir de movimentos literários ou artísticos.

A criação da Província viria, no entanto, organizar também a terra paranaense no que respeita à vida escolar, ainda que sòmente em 1912 viesse a contar com estabelecimento de ensino superior.

Foi no litoral, pelas relações comerciais que ofereciam maiores oportunidades de contatos com outros centros, que surgiram as

primeiras manifestações literárias e artísticas de expressão, assim, na poesia de Fernando Amaro, *"a voz mais longínqua"*, (287) da literatura no Paraná, e nos quadros de Iria Correia, *"considerada irrestritamente, a primeira pintora paranaense"* (288).

Tem sido reivindicada para Salvador José Correia Coelho, a primazia na produção literária paranaense, com poemas publicados, na década de 1840, no Parnaso Acadêmico Paulistano. Autor do "Passeio à minha terra", em que o lapeano que se afastara da terra natal, descreve o gênero de vida levado nos Campos Gerais, constitue êsse relato de viagem, um dos mais preciosos documentos para o estudo da sociedade campeira tradicional.

Entretanto, Fernando Amaro de Miranda (1831-1857) não teria sido apenas o ocasional estudante que versejava. Teve, porém, oportunidade de publicação dos seus poemas, sòmente com "O Dezenove de Dezembro", o primeiro jornal do Paraná, cuja maquinaria foi trazida por iniciativa de Zacarias de Goes e Vasconcellos, fundado e dirigido por Cândido Lopes. Influenciado, por certo, pela conjuntura poética brasileira, Fernando Amaro foi romântico à maneira de Casimiro de Abreu.

Romântica foi também Júlia da Costa (1844-1911), embora de poesia mais vigorosa. Publicou dois livros, "Flôres Dispersas", (1867) e "Bouquet de Violetas" (1868), com poemas de grande amargura.

Na recém-criada Província do Paraná logo surgem muitos poetas, todos de inspiração romântica. Realizam o aprendizado paranaense, são precursores de momentos de maior significação.

Entre êles deve ser referida a figura de Rocha Pombo que, entre 1881 e 1886, publicou várias obras literárias, evoluindo contudo para novos gêneros, desde romântico ao naturalista, parnasiano, e mesmo simbolista mais tarde. Rocha Pombo daria à cultura brasileira a primeira grande síntese da "História do Brasil".

Embora pequena e distante Província, até ao Paraná chegava a moda nova, bem como tinham ressonância as novas soluções estéticas, ou os problemas sociais que agitavam o país. Surgem, no Paraná, os parnasianos, como o seria José de Morais (1849-1909), no seu livro "Semprevivas" (1874), e os poetas abolicionistas como Antonio Camargo Pinto (1856-1883).

---

(287) Silveira, Tasso da — Literatura Paranaense — Notícia Histórica. *In* Album do 1.º Centenário de Emancipação do Paraná, p. 19. Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1953.
(288) Luz, Nelson — As Artes Plásticas e a Música no Paraná. *In* Album do 1.º Centenário da Emancipação Política do Paraná, p. 51, Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1953.

O mestre do parnasianismo no Paraná, entretanto, seria Dias da Rocha Filho (1862-1895). Seus poemas, reunidos em livro, foram publicados, porém, sòmente em 1916, "Poesias".

O final do século e o início de outro, indicavam a existência de um grande movimento literário no Paraná. Estavam em atividade sobretudo Leôncio Correia (1865-1950), com os livros "Flôres Agrestes" (1883) e "Em redor da vida" (1917); e Emílio de Menezes (1867-1918), que pertenceu à Academia Brasileira de Letras, com as obras "Marcha Fúnebre", "Poema da Morte", "Dies Irae", "Últimas Rimas", e os "Deuses em Ceroulas". O primeiro foi lírico-parnasiano, enquanto que o último notabilizou-se, principalmente, pelas suas criações satíricas.

O retôrno ao Brasil, em 1892, de João Itiberê da Cunha, que estudara na Europa, onde fôra colega, em Bruxelas, de Maeterlinck e de Verhaeren, faria conhecido aos paranaenses, o movimento simbolista. Trouxera notícias e livros que revelariam o nôvo gôsto estético, como bem notou Tasso da Silveira, chamando atenção para a importância dêsse contato.

João Itiberê da Cunha participara, em Bruxelas, do movimento de "La Jeune Belgique", considerado inclusive um poeta belga. Ali estreiara, com seu livro de versos, "Prèludes". Andrade Muricy observa a coincidência: o livro de João Itiberê da Cunha fôra lançado à venda, em Bruxelas, no mesmo dia de "Serres Chaudes", a obra de estréia do próprio Maeterlinck.

A renovação simbolista daria, pela primeira vez, um lugar nacional à literatura paranaense.

Em 1895 surge, em Curitiba, a revista "O Cenáculo" que será o veículo das novas concepções. *"Coube a essa revista implantar o movimento simbolista no Paraná e por efêmero instante centrar o movimento simbolista brasileiro"*. Dirigida por Dário Veloso, Silveira Neto, Júlio Perneta e Antonio Braga, a revista polarizava o movimento, considerado, aliás, pelos críticos como de alto significado pela revolução de espírito que realizaria contra a ditadura do parnasianismo, em busca da *"perfeita autenticidade na poesia"*.

Emiliano Perneta (1866-1921), parnasiano em 'Músicas' (1888), jovem estudante influenciado pelo brilho de Bilac, seria porém, como simbolista *"o ardente intérprete do planalto primaveral"* (289),

---

(289) Silveira, Tasso da — Literatura Paranaense — Notícia Histórica. *In* Album do 1.º Centenário da Emancipação Política do Paraná, p. 21 e 22. Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1953.

com "Alegoria" (1903), "Ilusão" (1911), "Pena de Talião" (1914), e "Setembro" (1934), sua obra póstuma. Da mesma maneira, também, o inverno paranaense teria o seu cantor simbolista, Silveira Neto, com "Luar de Inverno".

Embora desenvolvendo suas atividades no Rio de Janeiro, o paranaense Nestor Victor, como crítico literário, iniciador da crítica em profundidade, representa um dos grandes nomes da renovação literária no Paraná.

O ambiente literário paranaense, dominado pelo "O Cenáculo", seria agitado pela revolta dos "novos", de Euclides Bandeira, que preconizava, contra a poesia como criação intelectual, a poesia engajada. "Heréticos" (1901), "Ditirambos" (1901), "Velhas Páginas" (1903), "Ouropéis" (1906), são manifestações da sua obra radicalizada, *"de infatigável anticlericalismo"*. Porém, a partir de 1913, contra os *"novos que se tinham perdido da cultura universal e se tinham esterilizando em tôrno de pobres problemas de campanário"* [290], irrompe outro movimento, o dos "novíssimos", procurando a total renovação literária no Paraná. Andrade Muricy e Tasso da Silveira lideram o grupo que novamente alcançaria, para a literatura paranaense, expressão nacional.

No Brasil surgia também uma poesia nova, o Modernismo, de 1922. Andrade Muricy, Brasílio Itiberê, Tasso da Silveira, "o grupo triste" do Modernismo, paradoxalmente, fundaria no Rio, a revista "Festa", *"de ampla repercussão e influência decisiva nos rumos tomados posteriormente pelo Modernismo brasileiro"* [291]. Êsse grupo teria importância enorme na renovação dos valores literários no Brasil, constituindo-se na corrente espiritualista do Modernismo, seguindo rumos próprios diferenciados daqueles dos primitivistas de São Paulo e dos dinamistas do Rio de Janeiro.

Andrade Muricy, após a novela modernista "A Festa Inquieta", tomaria, porém, o rumo da crítica literária e musical, uma das mais lúcidas inteligências brasileiras. Tasso da Silveira, desde "Flor d'Agua" em que se revela ainda um simbolista, tem vasta obra literária em poesia e prosa. O poema "Caminho da Montanha", ou o ensaio sôbre Romain Roland, são das suas produções mais festejadas.

Brasílio Itiberê, depois de contos e crônicas publicados em Festa, exerceu sua atividade criadora sobretudo no campo da música.

(290) Silveira, Tasso da — Op. cit. p. 27.
(291) Idem, p. 27.

As novas concepções modernistas e a ação do grupo liderado por Andrade Muricy e Tasso da Silveira, tiveram grande repercussão no Paraná, influenciando as novas gerações.

O primeiro grupo jovem de renovação ao próprio Modernismo partiu, de Curitiba, com a revista" Joaquim", a qual teve, como os movimentos do "Cenáculo" e de "Festa", expressão nacional, de grande significado na renovação dos valôres literários e artísticos do país. Carlos Drummond de Andrade, ante o impacto do movimento de 1945, diria "*...espero que vocês nos darão sensações mais duradouras que o espanto...*"

Dalton Trevisan, integrante dêsse movimento, como contista, manifesta o mais alto valor literário do Paraná presente, enquanto Helena Kolody constitui a voz poética de maior expressão.

Na crítica literária, o Paraná possui dois nomes de projeção, Temístocles Linhares e Wilson Martins.

Nos primeiros tempos do Paraná provincial, surgiu, também, a primeira pintora do Paraná, Iria Correia. Em Paranaguá, na década de 1840, duas americanas, Jessica e Willie James, haviam estabelecido uma escola de desenho, e delas foi aluna Iria Correia. Com tôdas as limitações da técnica que o meio não lhe podia fornecer, Iria Correia, entretanto, revelou-se pintora de recursos que lhe grangearam a primazia na história da pintura no Paraná.

É certo que outros, estrangeiros via de regra, pintaram no Paraná ou sôbre motivos paranaenses. Frederico Guilherme Virmond foi miniaturista de altas qualidades, o primeiro pintor talvez, radicado no Paraná. Por sua vez, Debret, Elliot e outros, deixaram também quadros e gravuras com cenas paranaenses. Aquêle, nem sempre fiel à paisagem que parece haver reproduzido de memória, ou por informações; êste, mais preciso, embora sem a mesma inspiraçao artística. Contudo, foi quase no final do século que um primeiro esfôrço contínuo e sistemático foi realizado no Paraná, no sentido da implantação das artes plásticas no meio paranaense. Foi a criação e o funcionamento, a partir de 1886, da Escola de Belas-Artes, dirigida pelo português Mariano de Lima, que formaria tècnicamente alguns cultores do desenho, da pintura e da escultura. *"A escola de Mariano de Lima... valeu como ponto de partida para acordar no meio provinciano o gôsto pelas artes plásticas..."* [292]. Entretanto, o grande momento da pintura parana-

(292) Silveira Neto — Artes Plásticas no Paraná, *in* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, p. 144, tomo 2, n.º 2, Curitiba, 1941.

esse seria aquele propiciado pelo estabelecimento, a partir de 1903, em Curitiba, de Alfredo Andersen, pintor norueguês formado em escola européia, senhor de técnica apurada, colorido e imaginação, o qual *"durante quase meio século, desenhou, pintou e ensinou em nossa terra"* [203]. Foi esta, aliás, a grande obra de Andersen: *"O ambiente criado por Andersen no Paraná permitiu maior desenvolvimento de vocações e aparelhou o meio social para "ver" pintura"* [204]. O início do século era de extraordinária movimentação cultural na terra paranaense. O simbolismo vivia os seus grandes dias. A conjuntura era, pois, favorável ao pensamento e às novas criações estéticas.

Frederico Lange de Morretes, Amélia de Assunção, Curt Freyesleben, Estanislau Traple, Theodoro de Bona, entre outros, foram discípulos de Alfredo Andersen. Foi, sem dúvida, uma ínclita geração que, por sua vez, orientaria novos valores em terras paranaenses.

Pouco antes da morte de Andersen, chegara, em 1930, Guido Viaro que teria influência decisiva nas novas gerações, como mestre, orientador, inspirador e crítico. *"Suas telas são a manifestação de um espírito insatisfeito, sempre em peregrinação por novos caminhos de técnica e temática"*, como observou Silveira Neto. *Viaro é, antes de tudo, um pintor do Paraná. Suas telas registram as pulsações da vida paranaense, desde a pacatez das cidadezinhas do interior até a movimentação dos arrabaldes da Capital. Mostram a vivência específica de cada época, problemas de tôda espécie, originários do processo de desenvolvimento que o Estado vive nos últimos 40 anos"* [205].

A fundação, em 1948, da Escola de Música e Belas-Artes do Paraná, marcaria outro dos momentos da história da pintura. A realização do Salão Paranaense de Belas-Artes, seria de grande estímulo para os novos valores e contribuiu, sem dúvida, para a sua revelação. Constitui um dos mais importantes salões brasileiros, a êle acorrendo artistas de nomeada nacional.

O barroco colonial da Comarca paranaense foi muito pobre. Suas igrejas não tiveram o brilho e a ornamentação daquelas da Bahia, e mesmo do Rio de Janeiro. Despidas de imagens e de outros ornamentos, no que respeita à arquitetura, suas igrejas coloniais são de grande simplicidade, e, na verdade, podem ser cita-

(203) [illegible] — Op. cit. p. 59
(204) Silveira Neto — Op. cit. p. 167
(205) In Guido Viaro - Artista e Mestre. Documentação paranaense - 1. Edição do Departamento de Cultura da SEC, Curitiba, 1966

das apenas algumas delas, entre as quais a igreja de São Benedito a de São Francisco em Paranaguá, aquela já restaurada.

Assim, também, na escultura foram tardias as primeiras manifestações de valor no Paraná. Foram, aliás, dois alunos da escola de Mariano de Lima, embora ambos houvessem posteriormente realizado estudos na Europa: João Zacco Paraná, autor do "Semeador", uma das mais belas obras da estatuária brasileira, e João Turin, autor de "Tigre", também de admirável perfeição.

O paranaense Poty Lazzarotto, integrante do movimento da revista "Joaquim", e um dos precursores da moderna gravura brasileira, autor de murais em concreto e em pastilha, é considerado no presente como um dos melhores desenhistas e ilustradores do país.

Na Comarca de Curitiba dificilmente haveria ambiente para a música erudita. Quando se inaugura a Província, é ainda unicamente aquela dos saraus familiares, das igrejas e das bandas e retretas populares.

Instrumentos musicais variados são encontrados porém nas listas de importações realizadas pela Comarca e pela Província, assim um piano forte, em 1825. É sabido que Frederico Guilherme Virmond tinha um piano em sua casa de Guarapuava.

Com o avançar do século, irão surgir os primeiros nomes na música paranaense, sobretudo o de Bento de Menezes, regente da banda da Escola de Belas-Artes de Mariano de Lima, o *"companheiro e colaborador musical no camerismo de João Manuel (Cunha)"*. Foi também em Paranaguá que, na família Cunha, onde se cultuava a música, surge o primeiro musicista paranaense na verdade. Foi Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913), nome consagrado nacionalmente. Autor de "Sertaneja", o *"primeiro brasileiro a criar intencionalmente música brasileira característica"* [206]. No início do século, Augusto Stresser, compõe a ópera "Sideria", apresentada pela primeira vez em 1912. *"Foi essa a primeira obra musical de porte considerável em meio do tateamento amadorístico, de inibidor provincianismo, até então reinante na hoje metrópole que se tornou Curitiba"* [207]. Curitiba tinha já o antigo teatro Guaíra, onde realizavam temporadas periódicas companhias de fora, de óperas e operetas. A fundação do Instituto de Música, pelos irmãos Menssing, e da Academia de Música do Paraná, por Antonio Melli-

(206) Andrade Muricy — Cinqüentenário de Augusto Stresser, in *Diário do Paraná*, p. 8, edição de 30 de novembro de 1962, Curitiba, Paraná.
(207) Idem.

lo, propiciariam oportunidades de estudo da música, principalmente de piano. No entanto, o outro grande momento da música no Paraná foi propiciado, em 1944, pela fundação da Sociedade de Cultura Artística "Brasílio Itiberê". Esta Sociedade trouxe a Curitiba grandes intérpretes de renome internacional, havendo realizado obra educativa do público e da juventude paranaenses, de extraordinários méritos. A criação e o funcionamento da Escola de Música e Belas-Artes, implantariam em definitivo a alta cultura musical no Paraná, onde é presentemente grande o número de novos e jovens valores, alguns já com projeção internacional, na interpretação.

Na composição, o maestro Bento Mossurunga continua como a mais alta expressão da música no Paraná.

Embora trabalhando fora do Estado, durante quase tôda a sua vida, o Paraná deu ao Brasil um dos seus maiores e mais inspirados críticos musicais, Andrade Muricy.

A Universidade Federal do Paraná constitui presentemente a mais avançada expressão da cultura paranaense, havendo já comemorado, em 1962, o cinqüentenário da sua fundação, e funcionamento.

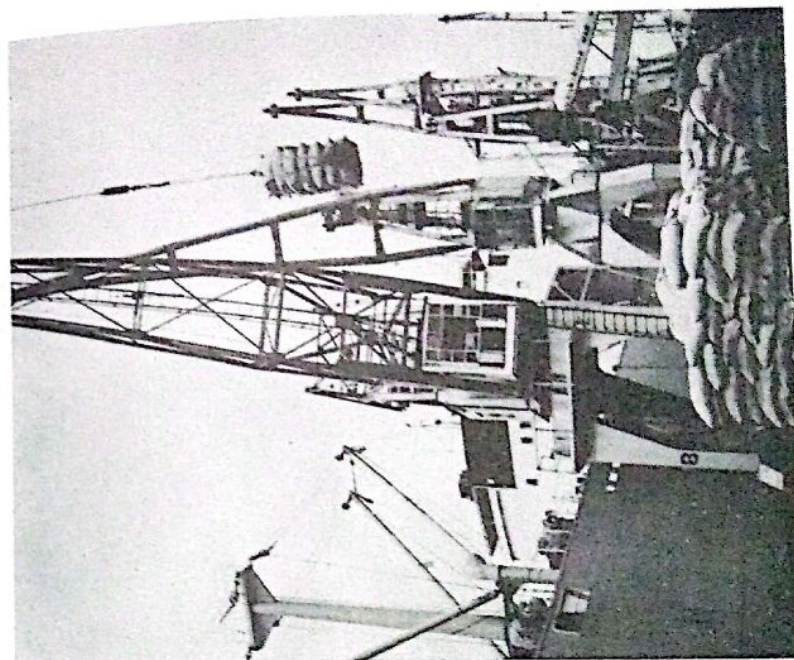
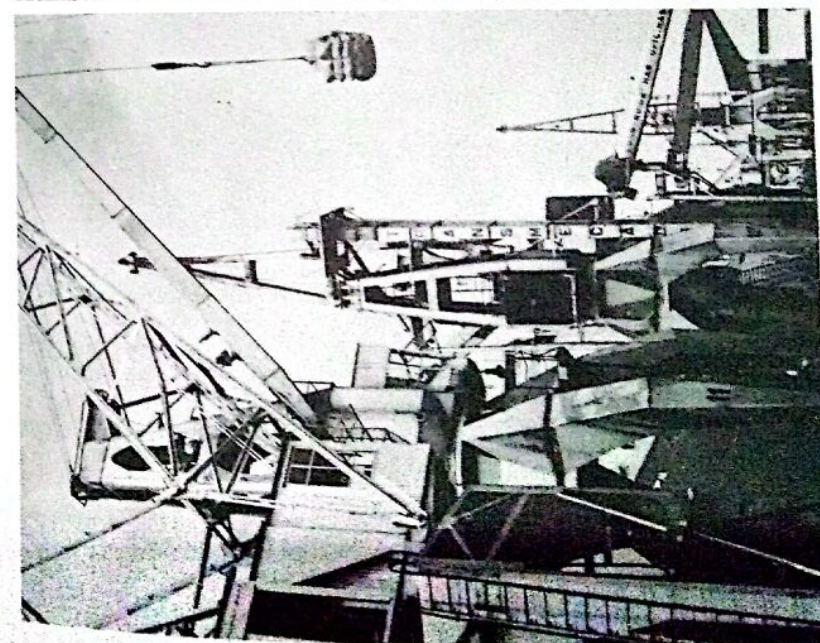
A sua criação, em 1912, teve precursores que, contudo, não conseguiram realizá-la principalmente pela imprecisão da idéia universitária. O historiador paranaense Rocha Pombo, pela Lei n.º 93 do Congresso Legislativo Estadual, teve autorizada uma "concessão" para o estabelecimento de uma universidade em Curitiba, confundidos porém os seus objetivos com aquêles do ensino médio. Chegou a ser lançada, no mesmo ano, a pedra fundamental dessa universidade, no Campo da Cruz (hoje, Praça Ouvidor Pardinho). Nada mais foi adiante.

Em 1912, Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção e Victor do Amaral e Silva, integram, em junho, uma comissão destinada a dotar Curitiba de ensino superior, na vigência da Lei Rivadávia, que instituira a liberdade de ensino em território nacional.

Outros, liderados por Nilo Cairo, tinham por essa época também o ideal da Universidade. Assim, unidos principalmente Victor do Amaral e Silva, com seu prestígio de médico de renome e deputado federal, e Nilo Cairo, com a audácia e a obstinácia da sua ação, apoiados pelo Govêrno de Carlos Cavalcanti, trabalharam no decorrer dos últimos meses do ano de 1912, conseguindo a 19 de dezembro reunir a primeira assembléia universitária de fundação e instalação da Universidade do Paraná.

Fôto: Grafipar

Pôrto de Paranaguá

1º Centenário da Emancipação do Paraná, por Poty Lazzarotto.

Esta era criada considerando-se o número daqueles paranaenses que procuravam outros Estados a fim de realizar estudos superiores, bem como o número daqueles que, falhos de recursos pecuniários, não podiam fazê-lo.

A Universidade deveria manter os cursos de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Os seus fundadores afirmavam *"não nos propomos fazer rótulos para dourar a ignorância, mas sim ministrar um ensino profícuo e sólido, que prepare o aluno para a vida prática"* (208).

Em 15 de março de 1913 já eram iniciadas as aulas, com 96 alunos e 26 professôres, dadas a princípio em casa da rua Comendador Araújo. Reconhecida, pela lei n.º 1284, de 27 de março de 1913, o Govêrno do Estado dera, à nova Universidade, substancial auxílio para a constituição do seu patrimônio, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, o terreno localizado à Praça Santos Andrade. Assim, foi desde logo iniciada a construção e transferidas as classes para a Praça, à medida que eram terminadas as salas de aula. Em 1914, a Universidade passava a contar, também, com cursos superiores de Medicina e Cirurgia.

Nova lei, porém, a Lei Maximiliano, em 1915, tolhe a liberdade do ensino no País, e o Conselho Superior de Ensino indefere o pedido de inspeção prévia apresentado pela Universidade do Paraná, a pretexto da não existência no País de Universidade padrão, à qual pudesse ser equiparada aquela do Paraná, conforme determinava a nova legislação.

Em decorrência, a Universidade, para efeito do reconhecimento de suas escolas, isoladamente, teve de ser desmembrada, permanecendo embora a Reitoria, responsável pela administração daquelas, sempre ocupada por Victor Ferreira do Amaral e Silva.

Entretempos novos estabelecimentos de ensino superior surgem no Paraná. Redemocratizado o País, ganha vulto em 1946 a idéia da restauração da Universidade. Um grupo de seus professôres ocupando posições executivas e legislativas de liderança, trabalham junto ao Govêrno Federal. Brasil Pinheiro Machado, na Interventoria do Paraná, e os deputados Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Netto, ganham o apoio do ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, de maneira que, em 1.º de abril de 1946, era novamente instalada a Universidade do Paraná.

(208) Amaral e Silva, Victor Ferreira do — *In* Ata da Assembléia Geral da Universidade do Paraná, em 19 de dezembro de 1912.

ainda como estabelecimento particular de ensino superior. Nela integraram-se as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras, e Ciências Econômicas. O Decreto-lei n.º 9.323, de 6 de junho, sancionava a restauração da Universidade do Paraná.

A Reitoria continua exercida por Victor Ferreira do Amaral e Silva até julho de 1948, quando é sucedido, por fôrça de disposições estatutárias, pelo vice-reitor João Ribeiro de Macedo Filho, que falece, entretanto, em agôsto de 1948.

O nôvo Reitor, Flávio Suplicy de Lacerda já na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1949, lança a campanha pela federalização da Universidade do Paraná.

Mobilizam-se as fôrças paranaenses, culturais e políticas, neste sentido, e, assim, a 4 de dezembro de 1950, por dispositivo da Lei n.º 1254 era federalizada a Universidade, integrada por aquelas faculdades.

A expansão do número de matrículas, a ampliação dos seus serviços, a instalação de novos cursos, a agregação de outros estabelecimentos, desenvolveram extraordinàriamente a Universidade Federal do Paraná. Novas e adequadas instalações permitiram também a melhoria dos serviços, com gabinetes, laboratórios, cujos professôres e pesquisadores têm alcançado notoriedade.

INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES PARANAENSES

A administração pública paranaense, ìntimamente ligada com todo o desenvolver da vida da sociedade paranaense, apresenta um traço muito interessante, qual seja uma perfeita continuidade, durante todo o tempo da história dessa sociedade.

Na sua expansão, a sociedade paranaense foi ocupando regiões geográficas distintas, e na sucessão das regiões geográficas, foram construídas economias sôbre essas regiões, e a pública administração delas se ocupou, passando para o primeiro plano, uma região sôbre a outra, conforme as suas possibilidades econômicas. Assim foi com os Campos Gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade

do Norte do Paraná fundada na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste paranaenses fundada na plantação de cereais e na criação de suínos, ambas com base no regime da pequena propriedade.

De modo que a administração, tanto do Império, como da República, como até os dias presentes, tem estado consonante com o progresso econômico, afinal com as atividades e as vicissitudes econômicas. A administração pública paranaense, realmente, desde o período provincial, sempre foi uma administração que tem acompanhado o desenvolvimento econômico da população paranaense.

Esta preocupação, aliás, do Govêrno em relação ao desenvolvimento econômico da população, centrado em determinadas regiões, tem sido constante.

O exame da série de mensagens dos presidentes do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo Estadual, é revelador dessa preocupação governamental. Já, em 1892, o presidente Xavier da Silva, ante a visível decadência da criação de gado, nos Campos Gerais, que não podia mais nem sequer atender ao abastecimento da sua própria população, advertia, dirigindo as esperanças do Paraná, para a região do Norte do Estado que, no final do século passado, começava a evidenciar os primeiros sinais da sua grandeza: *"...se essas férteis zonas ao norte de Jaguariaíva, São José da Boa Vista, Tomazina, se essas férteis zonas não forem servidas por uma estrada de rodagem, quando não possam ser por uma estrada de ferro, os seus produtos demandarão aos mercados de São Paulo, escoando-se pela ferrovia Sorocabana que, em dois ramais, procura as fronteiras do Estado do Paraná, sendo que um vem terminar nas margens do rio Paranapanema (Ourinhos) e outro na do Itararé".* Isto significa que o presidente do Estado, prevendo o desenvolvimento do Norte do Paraná, compreendera imediatamente que era necessário, que deveria ser tarefa fundamental da administração, reconstituir a unidade social, política e econômica do Paraná, fazendo com que o escoamento dos produtos que começavam a aparecer no Norte Velho, ao redor de Tomazina, e depois, de Jacarèzinho, demandasse ao Paraná tradicional; que sòmente por meio da construção de estradas seria possível fazer com que o escoamento dessas riquezas beneficiasse o restante da população, vindo para o Sul; e que enquanto não se fizessem estradas, a produção sairia por São Paulo. E a medida concreta que propunha ao Congresso Legislativo era a de que votasse, o mais depressa possível, uma lei de terras, pois que as terras eram, nessa nova região, tôdas devolu-

tas e estavam sendo griladas. O presidente do Estado prevendo, pois, o ritmo da colonização do Norte, pedia que o Congresso fizesse uma lei de terras. Dizia êle "*...tereis, sem dúvida, de legislar sôbre terras devolutas. Então seria oportuno autorizardes a venda de terras do Estado, sitas em uma zona determinada, que tenham mais procura, por exemplo, as do vale do Paranapanema, que são tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas, e que por êstes últimos são consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território de São Paulo*".

Diante do interêsse que o Norte do Estado começava a despertar, o restante do Estado, embora ainda sob os cuidados da administração que procurava por muitas formas, reerguer a vida econômica, realmente entrava em uma fase de clara decadência, e os esforços todos, desde o princípio do século, dirigiam-se, na verdade, para o Norte.

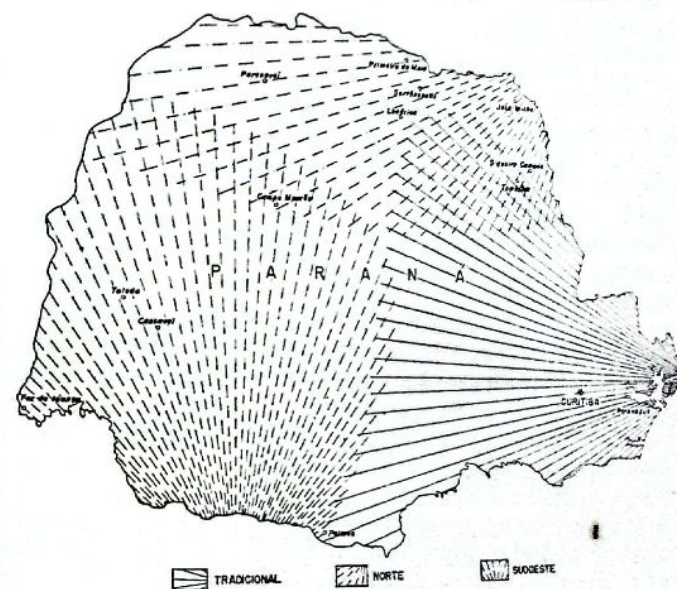
De duas maneiras procurou a administração do Paraná, na 1.ª República, atender a êsse desenvolvimento que se esperava pela ocupação das terras do Norte do Paraná. Primeiramente, por uma lei de terras, através da qual, a repartição das terras do Norte, pudesse ser mais ordenada. Entretanto, embora a lei de terras, tal não se realizou, e êste capítulo da história recente do Paraná, é repleto de dramas e tragédias em tôrno à apropriação da terra. Em segundo lugar, ligando as terras do Norte ao Sul, por meio de estradas. Era, principalmente, o tempo da construção de estradas de ferro. A estrada de ferro marca, aliás, na 1.ª República, o traço fundamental da economia paranaense, pois que sòmente com a estrada de ferro foi possível, por exemplo, o desenvolvimento da indústria madeireira.

O programa administrativo do Govêrno paranaense passou a objetivar a união de tôdas as regiões do Paraná, por meio de estradas. Esta era já a orientação apontada por Xavier da Silva, era necessário que se construissem estradas de rodagem ligando todos os pontos de produção à estação mais próxima da estrada de ferro, ou seja, a ligação de tôdas as fontes de produção por meio de estradas de rodagem até a estação da estrada de ferro.

E essa unidade se mantém na administração. Em 1905, o presidente do Estado, em sua Mensagem, dizia novamente ao Congresso Legislativo, ser necessário ligar o Norte do Estado, por estradas de rodagem, aos pontos terminais da estrada de ferro.

Foram os paulistas e os mineiros os desbravadores dessa região, que tomaram a posse física e efetiva da terra. As terras do Norte

representam històricamente uma fase da expansão paulista, uma fase do roteiro do café, acompanhando o café e sendo êste acompanhado pelas mesmas populações que o cultivavam desde o vale do Paraíba.

Era muito reduzido o número de paranaenses, vindos do Paraná tradicional, nessas frentes pioneiras. Assim, logo se estabelece um antagonismo, uma fricção em desfavor da comunidade paranaense. É justamente êsse antagonismo, essa fricção, que explicam muitas das medidas administrativas da própria política paranaense, ou seja, a luta da administração pública paranaense para incorporar tôdas essas regiões e tôdas estas populações do Norte do Estado na estrutura geral do Paraná, nas estruturas paranaenses. Até que o possa fazer, o Paraná realmente apresenta-se constituído por comunidades autônomas, hoje, aliás, três comunidades (tradicional, Norte e Sudoeste), convivendo, mas separadas, como se formassem estruturas diferentes, sociedades diferentes.

Comunidades paranaenses. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, n.º 7, Curitiba, 1968.

Precisava, pois, a administração paranaense incorporar tôda a região do Norte, voltada que estava para São Paulo. Em consequência, para o restante do Estado, segue a administração normal, rotineira, mas para o Norte desenvolve-se um programa especial, da mesma forma que no período provincial, se havia desenvolvido um programa visando diretamente a região de campos.

A estratégia para essa incorporação foi a ligação por meio de estradas. Pretendia-se ligar o Norte do Estado, produtor de café, ao pôrto de Paranaguá que seria o exportador de café. E as mensagens dos presidentes do Estado, desde Xavier da Silva, estão cheias dessa preocupação. Em 1906, o presidente do Estado dizia que "*...pelas distâncias e dificuldades de comunicação com o centro do Paraná, estão a população e o comércio desta riquíssima zona — Norte do Paraná — subordinadas quase que a São Paulo pelas comodidades que lhes oferece a facilidade de transporte para ali... Há positiva necessidade de conjurar isso, construindo estradas e assim ter-se-á incorporada à riqueza do Estado tôda fértil produção da região*". Em 1910, era "*...de máxima importância os problemas da viação pública, ligando os centros produtores, por meio de estradas de rodagem às estações da via férrea São Paulo-Rio Grande e do Paraná, a fim de facilitar a circulação de mercadorias em demanda aos mercados consumidores pelo pôrto de Paranaguá*". Em 1915, "*o cultivo do café progride de modo verdadeiramente extraordinário no território noroeste do Estado, que, incontestàvelmente em não afastados dias, concorrerá aos mercados estrangeiros com uma avultada parcela da exportação geral. Por isso basta que uma linha de estrada de ferro atravesse aquêle território, aproximando-o dos pontos de embarque que levarão ao pôrto de Paranaguá*". Em 1923, "*Dia a dia, abrem-se novas lavouras da rica rubiácea naquela região, e desde já deve ocupar a atenção do Govêrno e do Congresso, o melhor meio de canalizar para os portos de Paranaguá e Antonina, a produção daquelas lavouras que, dentro em pouco, tornar-se-ão vultosas*". Afinal, em 1928, a mensagem do presidente do Estado, declarava: "*Começou a encaminhar pelo pôrto de Paranaguá a exportação de café*" [299].

A Revolução de 1930 derrubou as oligarquias e mudou as elites governantes, mas essa política administrativa de incorporação, permanece, entretanto, com as mesmas diretrizes.

Os Relatórios da Interventoria Federal no Paraná expressam

(299) Mensagens do Presidente do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo Estadual, entre 1892 e 1928.

a mesma luta para alcançar e integrar o Norte do Estado ao Paraná tradicional. Finalmente, na década de 1940, concluiu-se a primeira estrada de rodagem continuada que seria a ligação fundamental, a estrada do Cerne, com o Norte do Paraná, mas que logo depois, por motivos de ordem técnica, não preencheria as suas finalidades.

Ainda, as outras administrações que se seguiram, continuaram com a mesma preocupação, até a inauguração, em 1965, da chamada Rodovia do Café, criando uma nova situação, dando enfim o grande passo para esta incorporação. O pôrto de Paranaguá, como pôrto exportador de café, as ligações rodoviárias ou ferroviárias, com o Norte do Estado, os incentivos governamentais para que os interêsses dessa região possam ligar-se estreitamente aos interêsses do Paraná tradicional, através de Curitiba, são bastante visíveis hoje.

De outro lado, a administração pública paranaense acompanhando sempre o desenvolvimento geral do Estado, mas sempre ligada e dando predomínio a uma das suas regiões, face às motivações de ordem econômica, está hoje também se defrontando com a mesma problemática da incorporação às estruturas paranaenses, da comunidade que se constituiu no Sudoeste e Oeste do Paraná, com migrantes internos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Nas áreas coloniais riograndenses, desde o final do século XIX, vinha acentuando-se a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores descendentes dos imigrantes italianos e alemães. Assim, desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriram terras de matas, ainda não ocupadas, primeiro no Noroeste do próprio Rio Grande do Sul, ao longo do rio Uruguai, depois no Oeste catarinense e, em continuidade, no Sudoeste do Paraná.

Planificaram a colonização dessas terras e venderam os lotes agrícolas aos agricultores excedentes das velhas zonas coloniais do Rio Grande do Sul.

A partir de 1940, essa colonização ultrapassou o rio Iguaçu, entrando no Oeste paranaense, ao longo do rio Paraná, até encontrar na altura de Campo Mourão, as frentes pioneiras dos agricultores da agricultura tropical, provenientes dos colonizadores das áreas paulistas que, inversamente, vinham do Norte para o Sul, em busca de terras para o café.

Na década de 1960, porém, todo o Estado do Paraná está com

o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação do gado, e depois com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; as do Paraná moderno, aquela dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e interêsses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo, e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e interêsses historicos, se ligaram mais ìntimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades.

Em conseqüência, o problema relevante que se coloca hoje na história do Paraná, é o da integração dessas comunidades.

BIBLIOGRAFIA (*)

ABREU FILHO, Alberto — O livro do mate (em colab.) Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1916.

AFFONSO DA COSTA, Mário J. — Paraná, contribuição para o estudo do Commercio e das Industrias do Estado. Pimenta de Mello e Cia., Rio de Janeiro, 1913.

ALCANTARA FILHO, Dr. Hortêncio — A questão de terras entre a União e o Paraná suscitada pelos Decretos estaduais n.ºs 300 de 3-11-1930 e 20-1-1931. Curitiba, Paraná, s/d.

ALMEIDA, Antonio Paulino de — A fortaleza de Paranaguá. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1949.

ALVES CERQUEIRA — A jornada de Taquarussu. Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1936.

ANAIS da Biblioteca Nacional. — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro (coleção).

ANAIS do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Comemorativo do Cinqüentenário do Cêrco da Lapa. Edição do Govêrno do Estado do Paraná. Emprêsa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1944.

ANDREATTA, Margarida Davina — "Fauna malacológica do sambaqui do Macedo". *In* "O Sambaqui do Macedo", de W. Hurt Jr. e O. Blasi, Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Arqueologia n.º 2, Curitiba, 1960.

ANDREATTA, Margarida Davina — "Notas parciais sôbre pesquisas realizadas no planalto e litoral do Estado do Paraná". Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Area do Prata". Instituto Anchietano de Pesquisas. S. Leopoldo, 1968.

ARAUJO, Manoel Alves de — Província do Paraná. Tip. Imp. e Const. de J. C. Villeneuve e Cia., Rio de Janeiro, 1872.

A Arquidiocese de Curitiba e sua História. Publicação da Arquidiocese de Curitiba. Curitiba, 1956.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d' — A Campanha do Contestado, 2 vols. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1917 e 1918.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d' — O fracasso da Revolução de 1893 aumentou o conceito republicano no seio da sociedade brasileira. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d' — O General Carneiro no cêrco da Lapa. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

ASSUMPÇÃO, Pâmphilo d' — Curityba Antiga. Livraria Econômica, Ponta Grossa, 1911.

ASSUMPÇÃO, Paulo Ildefonso d' — Madeiras do Paraná. Tip. Alfredo Hoffmann, 1908.

AULICH, Werner — Alemães no Paraná. Edição do Grupo Étnico Germânico do Paraná. Curitiba, 1953.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto — Viagem pelo sul do Brasil, no ano de 1858, 2 vols. Trad. e edição do Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1953.

AZEVEDO, Pedro Cordolino Ferreira de — O marechal Pêgo Junior e a invasão do Paraná. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

AZEVEDO MACEDO, Francisco de — A conquista pacífica de Guarapuava. Edições Gerpa. Curitiba, 1951.

AZEVEDO MACEDO, Francisco R. de — Commercio de Herva-Mate. Livraria Economica, Curitiba, 1899.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, Laemmert, Rio de Janeiro, 1879.

(*) Trata-se apenas de uma Bibliografia exemplificativa para a História do Paraná, e não exaustiva.

AZEVEDO, Moreira de — Biografia do Conselheiro Manuel Francisco Correia. Tip. Guimarães e Cia., Rio de Janeiro, 1900.

BACILLA, Antonio — O drama do mate. Editôra Guaíra Limitada, Curitiba, s/d.

BACK, Sylvio — Cinema Paranaense? Editôra Lítero-Técnica, Curitiba, 1968.

BALLÃO, Jayme — Propaganda da erva-mate do Paraná. Tip. Cezar Schulz, Curityba, 1908.

BALLÃO, Jayme — Foz do Iguassu e as Cataratas do Iguassu e do Paraná. Tip. de "A República". Curitiba, 1921.

BARRADAS, Joaquim da Costa — Ação originária de reivindicação sôbre limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, 1902.

BARRADAS, Joaquim da Costa — Questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, 1904.

BARROS, Bento Fernandes de — Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, 1877.

BARROS, Bento Fernandes de — Memorial sôbre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, 1897.

BARROS, Bento Fernandes de — Esclarecimento sôbre a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, 1902.

BARROS, Homero Batista de — Grafia científica de Curitiba. Impressora Paranaense, Curitiba, 1930.

BARTHELMESS, Arthur — Contribuição para o estudo de alguns problemas da Geografia Econômica do Paraná (mimeografado). Curitiba, 1954.

BARTHELMESS, Arthur — Estado do Paraná. Aspectos geo-econômicos. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. VII, Curitiba, 1957.

BARTHELMESS, Heloisa — A área de influência da estrada de ferro Curitiba-Rio Branco do Sul. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Geografia do Brasil, n.º 1, Curitiba, 1962.

BARTHELMESS, Heloisa — Grundlagen und Methoden für eine Dynamische Agrar Geographie. *In* Geographisches Zeitschrift, Heidelberg, 1966.

BARTHELMESS, Heloisa — Uso da terra no Estado do Paraná em 1920. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. IX, Curitiba, 1967.

BARTHELMESS, Heloisa — Campos Gerais — estruturas agrárias (em colab.). Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

BATISTA, Astolfo Severo — Jacarèzinho. Edit. Clássico-Científica, São Paulo, 1950.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti — Distribuição da população do Paraná em 1940. 1950.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti — O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. *In* Revista Brasileira de Geografia, ano XV, n.º 3, Rio de Janeiro, 1953.

BERNARDES, Nilo — Expansão do povoamento do Paraná, 1953.

BIGARELLA, João José — Sinopse da Geologia do Estado do Paraná (em colab.). *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. VII, Curitiba, 1957.

BIGG-WITHER, Thomaz P. — Pionneering in South Brazil — three years of Forest and Prairie life in the Province of Paraná, 2 Vols. John Murray, London, 1878.

BLASI, Oldemar — O Sambaqui do Macedo A.52.B (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Curitiba, 1960.

BLASI, Oldemar — Aplicação do método arqueológico ao estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo. *In* Anais do II Simpósio dos Professôres Universitários de História, Curitiba, 1962.

BLASI, Oldemar — Os indícios arqueológicos do Barracão e Dionísio Cerqueira, Paraná e Santa Catarina. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Curitiba, 1965.

BLASI, Oldemar — Investigações arqueológicas nas ruínas de redução jesuítica de Santo Inácio do I'paumbucu ou Mini, Paraná, Brasil. *In* Actas y Memorias do XXXVI Congresso Internacional de Americanistas, Espanha, 1964.

BOITEUX, José Arthur — Santa Catarina-Paraná, 1890.

BOLETIM do Arquivo Municipal de Curityba. Documentos para a História do Paraná. Impressora Paranaense, Curitiba (coleção).

BOLETIM do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba (coleção).

BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Papelaria Requião, Curitiba (coleção).

BOLETIM Paranaense de Geografia. Curitiba (coleção).

BORBA, Telêmaco — Observações sôbre os indígenas no Estado do Paraná. *In* Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1903.

BORBA, Telêmaco — Actualidade Indígena, Typ. Commercio, Curitiba, 1908.

BORMANN, José Bernardino — Dias fratricidas, 3 vols. Liv. Economica, Curitiba, 1901.

BORUSZENKO, Oksana — Nota prévia sôbre a imigração ucraniana no Paraná. *In* Revista de História, n.º 2, Curitiba, 1963.

BORUSZENKO, Oksana — Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais (em colab.) *In* Revista do Museu Paulista, nova série, Vol. XIV, São Paulo, 1963.

BREPOHL, Frederico Guilherme — Die Wolgadeutschen in Brasilianischen Staate Paraná, Stuttgart, 1927.

BRITO, R. Ribeiro — Esbôço da história de Guarapuava (em colab.), 1922.

CARDOSO, Jaime Antonio — Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba. *In* Boletim do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

CARNEIRO, David — Frederico Virmond e sua vida. J.B. Groff, editor. Curityba, 1929.

CARNEIRO, David — O Cêrco da Lapa e seus heróis (Antecedentes e conseqüências da Revolução Federalista no Paraná). Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.

CARNEIRO, David — Os fuzilamentos de 1894 no Paraná. Mandarino e Molinari Ltda., Rio de Janeiro, 1937.

CARNEIRO, David — Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por êle a seus filhos. Tip. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1938.

CARNEIRO, David — História da Palmeira. Liv. Mundial, Curitiba, 1938.

CARNEIRO, David — Duas histórias em três vidas. Pap. Universal, Curitiba, 1939.

CARNEIRO, David — O Paraná na Guerra do Paraguai. Cia. Editôra Americana, Rio de Janeiro, 1940.

CARNEIRO, David — O Paraná na história militar do Brasil. Tip. João Haupt e Cia., Curitiba, 1942.

CARNEIRO, David — A Revolução Federalista e o Paraná. Brusco e Cia., São Paulo, 1944.

CARNEIRO, David — Os dois máximos heróis da resistência da Lapa. *In* Anais do Primeiro Congresso da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.

CARNEIRO, David — D. Pedro II na Província do Paraná, Curitiba, 1945.

CARNEIRO, David — Duas conferências sôbre a vida e a obra de Afonso Botelho de Sampaio e Souza. Pap. Universal Ltda., Curitiba, 1950.

CARNEIRO, David — A história do incidente Cormorant. Ed. da Municipalidade de Paranaguá, Curitiba, 1950.

CARNEIRO, David — Incidente Cormorant e a repressão do tráfego de escravos. Pap. Universal, Curitiba, 1950.

CARNEIRO, David — "Affonso Botelho" e a história da fortaleza da Barra de Paranaguá — série Botelhana II. Pap. Universal Ltda., Curitiba, 1950.

CARNEIRO, David — Affonso Botelho de Sampaio e Souza — série Botelhana III. Pap. Universal Ltda., Curitiba, 1951.

CARNEIRO, David — Pombal, o Morgado do Mateus e Dom Affonso Botelho. Investigações, São Paulo, 1951.

CARNEIRO, David — "Affonso Botelho" e a parte sul da Capitania de São Paulo. Investigações, São Paulo, 1951.

CARNEIRO, David — "Affonso Botelho" e as vilas do sul da Capitania de São Paulo. Investigações, São Paulo, 1951.

CARNEIRO, David — Affonso Botelho em Curitiba. Investigações, São Paulo, 1951.

CARNEIRO, David — São Paulo e Curitiba no século 18. Investigações, São Paulo, 1951.

CARNEIRO, David — Como Affonso Botelho foi julgado por seus coevos. Investigações, São Paulo, 1952.

CARNEIRO, David — Bandeiras curitibanas no século XVIII. Investigações, São Paulo, 1952.

Digitalizado com CamScanner

CARNEIRO, David — Nobiliarquia Paranaense. Edit. Lítero-Técnica, Curitiba, 1952.
CARNEIRO, David — História da História do Paraná. Escola Técnica, Curitiba, 1952.
CARNEIRO, David — História da emancipação do Paraná. Escola Técnica, Curitiba, 1954.
CARNEIRO, David — História do período provincial do Paraná (Galeria dos Presidentes da Província). Curitiba, 1960.
CARNEIRO, David — Fasmas estruturais da economia do Paraná. Imprensa da Universidade do Paraná, Curitiba, s/d.
CARNEIRO, David Antônio da Silva (Jr.) — A indústria paranaense através das estatísticas oficiais. Boletim do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná. Impressora Paranaense, Curitiba, 1948.
CARNEIRO, Newton — Iconografia paranaense. Impressora Paranaense, Curitiba, 1950.
CARNEIRO, Newton — As artes e o artesanato no Paraná. Curitiba, 1955.
CARNEIRO, Newton — Um precursor da justiça social — David Carneiro e a Economia paranaense. Curitiba, 1965.
CARRÃO, Manoel — Impressões de viagem a Foz do Iguassu e Rio Paraná. Lit. Progresso, Curitiba, 1928.
CARVALHO, Carlos Augusto de — Questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, 1905.
CARVALHO, F. Setembrino de — A campanha do Contestado (em colab.). 1915.
CARVALHO, F. Setembrino de — Relatório do general Setembrino de Carvalho. Imprensa Militar. Rio de Janeiro, 1916.
CARVALHO, F. Setembrino de — A pacificação do Contestado. 1916.
CARVALHO FRANCO, F. A. — Dicionário de Bandeirantes e sertanistas de São Paulo. São Paulo, 1954.
CASTELO BRANCO, Adaucto — Catanduvas — breve histórico da Revolução de 1924-26, no território paranaense. Irmãos Ferraz, São Paulo, 1927.
CASTRO, Luiz Cristiano de — Estudo histórico-jurídico sôbre a pendência de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, 1911.
CASTRO, Nestor — Bento Cego. Impressora Paranaense, 1902.
CATÁLOGO de Manuscritos sôbre o Paraná existentes na Biblioteca Nacional. Ed. da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1953.
CINQUENTENÁRIO da Estrada de Ferro do Paraná — 1885-1935. Publicação da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina. Impressora Paranaense, Curitiba, 1935.
CHMYZ, Igor — Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá. *In* Revista de História, n.º 2, Curitiba, 1963.
CHMYZ, Igor — Dados parciais sôbre a arqueologia do vale do Rio Paranapanema. Publicação do Museu Emílio Goeldi, Belém, 1967.
CHMYZ, Igor — Nota prévia sôbre a jazida PRUV A-1 (63); Kavales, dados arqueológicos parciais do Rio Vermelho, Curitiba, 1963.
COELHO JUNIOR — Perfis e panoramas. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1940.
COELHO, Salvador José Correia — "Passeio à minha terra". Tip. da Lei, São Paulo, 1860.
CLETO DA SILVA, F. — O Contestado diante das carabinas, 1920.
CLETO DA SILVA, F. — Apontamentos históricos de União da Vitória. Max Roesner e Filhos, Curitiba, 1933.
CLETO, José — No Vale do Iguaçu. Livraria Cleto, União da Vitória, 1954.
CLETO DA SILVA, José Júlio — O Centenário de Palmas. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 1937.
COMNINOS, Constantino — Alguns aspectos populacionais do Paraná. *In* Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.º 3. Curitiba, 1967.
CORREIA, Leôncio — O Barão do Serro Azul. Ed. do Dr. Dicesar Plaisant, Curitiba, 1952.
CORREIA, Leôncio — Meu Paraná. Ed. do Estado do Paraná, 1954.
CORREIA, Manoel Eufrásio — Questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina (em colab.), 1891.
CORREIA, Manuel Francisco Ferreira — Notícias sôbre o Estado do Paraná (em colab.), 1893.
CORREIA, Manuel Francisco Ferreira — Estado do Paraná (em colab.), 1895.
CORREIA, Manuel Francisco Ferreira — O Estado do Paraná em 1920 (em colab.). A. Guimarães Filho, Curityba, 1920.

CORTES, José Sabóia — Paraná de outros tempos. Tip. João Haupt e Cia. Ltda., Curitiba, 1950.
CORTESÃO, Jayme — "Jesuítas e Bandeirantes no Guairá". Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, Vol. I, Rio de Janeiro, 1951.
COSTA, Dídio — Tricentenário de Paranaguá. Imp. Naval, Rio de Janeiro, 1948.
COSTA, Odah Regina Guimarães — Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. *In* Boletim do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, n.º 6, Curitiba, 1968.
COSTA LOBO, Honório Décio — Estudo Histórico - Apontamento sôbre Paranaguá, cidade marítima do Estado do Paraná. *In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1899.
COUTY, Louis — Le maté et les conserves de viande. Typ. Nacional, Rio de Janeiro, 1880.
D'ELBOUX, Dom Manuel da Silveira — "Influência da religião no Paraná". *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1956.
DOCUMENTOS interessantes para a história de São Paulo (coleção). Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
DOURADO, Angelo — Voluntários do martyrio. Typ. da Livraria Americana, Pelotas, 1896.
DUELCY, Américo Oswaldo — Vinte dias de glória. Curitiba, 1930.
EMPERAIRE, Joseph — Découvertes de peintures rupestres sur les hautes plateaux du Parana (em colab.) *In* Journal de la Société des Américanistes, Paris, 1956.
ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, tomo XXXI, Rio de Janeiro, 1959.
ERICHSEN GUIMARÃES, Nestor — Síntese da evolução econômica do Paraná. Gráfica Mundial, Curitiba, 1945.
ERICHSEN PEREIRA, J. E. — Uma história de caminhos. Editôra Literária "O Formigueiro", Curitiba, 1962.
ESCOBAR, Wenceslau — Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893, Rio de Janeiro, 1919.
ERVEN, Herbert Munhoz van — Datas do Paraná. Gráfica Mundial, Curitiba, 1945.
ERVEN, Herbert Munhoz van — Júlia Wanderley. Curitiba, 1945.
ERVEN, Herbert Munhoz van — Bombeiros do Paraná — História do Corpo de Bombeiros. Curitiba, 1954.
ESPÍRITO SANTO, Liguaru — O Círculo de Estudos "Bandeirantes" em vinte e cinco anos de existência. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1954.
FERNANDES, C. F. de Souza — Estado do Paraná — A cidade de Curitiba, 1912.
FERNANDES DA CRUZ, Demétrio Acácio — Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá. 2 tomos. Tip. do Diário do Rio de Janeiro, 1863.
FERREIRA, João Cândido — Gomes Carneiro e o cêrco da Lapa.
FIGUEIRA, Alberico — A propaganda abolicionista em Paranaguá. Curitiba, 1930.
FIGUEIRA, Alberico — Como se fez a propaganda da República em Paranaguá, Curitiba. 1930.
FIGUEIRA, Alberto (diretor) — Almanach dos Municípios — Paraná, Curitiba, 1927.
FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis — Santa Catarina versus Paraná, 1909.
FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis — Os pretensos embargos de "declaração" do Paraná contra Santa Catarina, 1910.
FRANCO, Arthur Martins — "Frei Timotheo de Castelnovo". *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 1936.
FRANCO, Arthur Martins — O Padre Francisco das Chagas Lima. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1938.
FRANCO, Arthur Martins — Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1942.
FRANCO, Arthur Martins — "Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava". Ed. Museu Paranaense, Curitiba, 1943.
FRANCO, Arthur Martins — O Marquês de Paraná. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geo- Papelaria Requião, Curitiba, 1957.
gráfico e Etnográfico Paranaense. Papelaria Requião, Curitiba, 1957.
FUGMANN, Wilhelm — Die Wolgadeutschen in brasilianischen Staate Paraná (em colab.) Sttutgart, 1927.
FUGMANN, Wilhelm — Die deutschen in Paraná. Emp. Ed. Olivero, Curytiba, 1929.
GAMA, José Saldanha da — La province du Paraná dans l'Empire du Brésil, 1888.

GARCEZ, João Moreira — Paraná-São Paulo. Limites interestaduais (em colab.), 2 vols. Curitiba, 1919.

GOMES, Raul Rodrigues — Aspectos gerais e econômicos do Paraná. *In* Album Comemorativo do 1.º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Edição do Govêrno do Estado do Paraná. Pôrto Alegre, 1953.

GOMY JUNIOR, João Theophilo — Elementos para a história financeira do Paraná. Emprêsa Gráfica Paranaense. Curitiba, 1956.

GUINLE Guilherme — Defesa da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Rio de Janeiro, 1932.

HEINZE, Eduardo — O mate ou o chá do Paraná, 1909.

HELM, Cecília Maria Vieira — Os suábios do Danúbio no Paraná (em colab.). *In* Correio, publicação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, n.º 38, Pôrto Alegre, 1963.

HURT, Wesley R. — O Sambaqui do Macedo — A.52 B (em colab.) Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná — Arqueologia n.º 2, Curitiba, 1960.

HURT, Wesley R. — Additional radiocarbon dates from the Sambaquis of Brazil, 1966.

IANNI, Octávio — Do polonês ao polaco. *In* Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1962.

IANNI, Octávio — As metamorfoses do escravo. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962.

JAKOBI, Hans — Contribuição ao conhecimento da pesca no Paraná (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Zoologia II, n.º 14, Curitiba, 1968.

KELLER, Francisco — Rio Ivaí (em colab.), 1865.

KELLER, Francisco — Relatório sôbre os rios Paranapanema e outros (em colab.), 1866.

KELLER, Francisco — Exploração da região noroeste do Estado do Paraná (em colab.), Curitiba, 1933.

LACERDA, Dulcídio Tavares de — A bandeira de Raposo Tavares e os jesuítas no Brasil Meridional. 1957.

LACERDA PINTO, Manuel — O coração de Emiliano Pernetta. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1941.

LAMING, Annette — Découvertes de peintures rupestres sur les hauts plateaux du Parana (em colab.). *In* Journal de la Société des Américanistes, Paris, 1956.

LANGE, Ernesto Germano — Medalhas do Paraná (em colab.). Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1959.

LEAO, Ermelino Agostinho de — Notícia sôbre a erva-mate do Paraná (em colab.). 1900.

LEAO, Ermelino Agostinho de — "Heleodoro Eobanos", 1908.

LEAO, Ermelino Agostinho de — A Ouvidora de Paranaguá. Liv. Economica. Curityba, 1911.

LEAO, Ermelino Agostinho de — Antonina — Fatos e homens da edade arqueológica à elevação à cidade. Tip. Gonçalves, Curitiba, 1918.

LEAO, Ermelino Agostinho de — Paraná e São Paulo. Limites interestaduais (em colab.). 2 vols. Curitiba, 1919.

LEAO, Ermelino Agostinho de — A história política do Estado do Paraná. 1923.

LEAO, Ermelino Agostinho de — Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná.

LEITE, Zenon Pereira — "Gabriel de Lara". 1953.

LIMA FIGUEIREDO — Oeste paranaense. Cia. Editôra Nacional, coleção Brasiliana. s/d.

LINHARES, Temistocles — Paraná vivo. Liv. José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1955.

LINS, Adolpho Lamenha — Colonização do Paraná. J. Villeneuve e Cia. Rio de Janeiro, 1879.

LINS, Bento José Lamenha — Paraná. Santa Catarina. Questão de Limites. 1911.

LOPES, Cândido M. — Biografia ou breve notícia sôbre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Muricy. Tip. de Serafim José Alves. Rio de Janeiro, 1879.

LOPES, Lauro Sodré — Território do Iguaçu na Constituinte (em colab.). 1946.

LOURENÇO FILHO — Organização do Ensino Primário e Normal XV — Estado do Paraná, *Inep*, Rio de Janeiro, 1942.

LOUREIRO FERNANDES, José — Museu Paranaense. Tip. João Haupt. Curitiba, 1936.

LOUREIRO FERNANDES, José — Os caingangues de Palmas. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1941.

LOUREIRO FERNANDES, José — A Comissão de Comércio, na Revolução de 1894. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1944.

LOUREIRO FERNANDES, José — Frei Luiz de Cimitile. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1945.

LOUREIRO FERNANDES, José — João Maurício Faivre.

LOUREIRO FERNANDES, José — Oitenta anos de vida do Museu Paranaense (em colab.). Curitiba, 1956.

LOUREIRO FERNANDES, José — Os índios da Serra dos Dourados. *In* Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia. Recife, s/d.

LOUREIRO FERNANDES, José — Sobrevivências de tecnologia arcaica portuguêsa nas prensas de mandioca brasileiras. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Etnologia n.º 1, Curitiba, 1964.

LUSTOSA D'ANDRADE, Antônio Ricardo — Breve notícia da Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas. Tip. "A Cruzada", Curitiba, 1933.

LUCCOK, John — Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, Livraria Martins Editôra S.A., São Paulo, 1951.

LUZ, Américo Machado da — O Norte do Paraná e o café como fatôres de influência na economia do Estado. 1948.

LUZ, Francisco Carlos da — Questão de limites entre as Províncias de Santa Catarina e do Paraná. 1876.

LUZ, Nelson — As artes plásticas e a música no Paraná. *In* Album do 1.º Centenário da Emancipação do Paraná. Pôrto Alegre, 1953.

MAACK, Reinhardt — Die neurer schlossenen siedlungs gebite und siedlungen in Staat Paraná. *In* Ibero Americanisches Archiv, Berlim, 1937.

MAACK, Reinhardt — Sôbre o itinerário de Ulrich Schmidel através do Sul do Brasil. Boletim da Universidade do Paraná, Curitiba, 1959.

MACEDO, Antonio Ribeiro de — Ligeiro estudo sôbre a questão de limites do Paraná com Santa Catarina. 1910.

MACEDO, José Ribeiro de — Notícia sôbre a erva-mate do Paraná (em colab.). 1900.

MACIEL, Ottoni — Bastidores políticos - Subsídios para a história da República no Paraná. Curitiba, 1925.

MAFRA, Manoel da Silva — Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina, sôbre a questão de limites com o Estado do Paraná. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1899.

MAFRA, Manuel da Silva — Limites entre o Paraná e Santa Catarina, 1905.

MARCELINO, Walmor — A guerra camponesa do Contestado. Editôra Litero-Técnica, Curitiba, 1968.

MARCONDES, Moysés — Documentos para a História do Paraná, 1.ª série. Typ. do Annuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.

MARCONDES, Moysés — Pae e Patrono (Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá). Typ. do Annuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1925.

MAGALHAES FILHO, J. — Dilemas do Paraná. Editôra Litero-Técnica, Curitiba, 1968.

MARTINS, Romário — Combate do Cormorant. Liv. Econômica, Curitiba, 1898.

MARTINS, Romário (redator) — Almanach do Paraná, 1899, 1900 e 1901.

MARTINS, Romário — O Paraná antigo e moderno - esbôço de um livro. A Rocha e Cia., Curitiba, 1900.

MARTINS, Romário — Argumentos e subsídios sôbre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Impressora Paranaense, Curitiba, 1902.

MARTINS, Romário — Curitiba (histórico da sua fundação). A Rocha e Cia., Curitiba, 1906.

MARTINS, Romário — Heleodoro Eobanos. Tip. de "A República", Curitiba, 1908.

MARTINS, Romário — O que é o Paraná. Liv. Econômica. Curitiba, 1910.

MARTINS, Romário — Alguns mapas do século XVII a XIX. Tip. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1915.

MARTINS, Romário — Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na Questão de Limites com Santa Catarina, 2 vols. Tip. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1915.

MARTINS, Romário — O livro do mate (em colab.). Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1916.

MARTINS, Romário — Alguns aspectos do Paraná. Liv. Mundial, Curitiba, 1918.
MARTINS, Romário — Curityba de outr'ora e de hoje. Graf. Monteiro Lobato e Cia., Curitiba, 1922.
MARTINS, Romário — Ilex-Mate. Emp. Gráfica Paranaense, Curityba, 1926.
MARTINS, Romário — Bandeiras e Bandeirantes. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1935.
MARTINS, Romário — Bandeiras povoadoras do Paraná. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1937.
MARTINS, Romário — Palquerê. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1940.
MARTINS, Romário — Guairacá. Curitiba, 1941.
MARTINS, Romário — Quanto somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1941.
MARTINS, Romário — Terra e gente do Paraná. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1944.
MARTINS, Romário — Bandeiras e Bandeirantes em terras do Paraná. Edit. Guaíra, Curitiba, 1946.
MARTINS, Romário — História do Paraná. Editôra Guaíra Ltda., Curitiba, s/d.
MARTINS, Wilson — Um Brasil diferente (Ensaio sôbre fenômenos de aculturação no Paraná). Ed. Anhambi Ltda., São Paulo, 1955.
MELLO, Benedicto Marcondes Homem de — Paraná - Exposição Provincial, 1875.
MENEZES, Maria José — "A arqueologia prehistórica no Paraná; (histórico)". Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. IX, Curitiba, 1967.
MENEZES, Maria José — "Notas parciais sôbre pesquisas realizadas no litoral do Paraná". Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Area do Prata. Instituto Anchietano de Pesquisas. S. Leopoldo, 1968.
MENEZES, Raimundo de — Emílio de Menezes — O último boêmio. Edit. Saraiva, São Paulo, 1949.
MENSAGENS dos Presidentes e Governadores do Estado do Paraná.
MERCER, Edmundo — Exploração da região noroeste do Estado do Paraná (em colab.). 1933.
MINICH, Herbert — "Campos Gerais — estruturas agrárias" (em colab.). Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.
MIO, João de — Notícias Históricas sôbre a Erva-Mate e os seus Engenhos de beneficiamento em Curitiba a datar de 1888 a 1950. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1951.
MONTEIRO, Tobias — De Rio de Janeiro a Paranaguá. Imp. Luiz Bedeschi, Rio de Janeiro, 1903.
MONTEIRO TOURINHO, Francisco Antonio — Bosquejo histórico da Estrada da Graciosa. Tip. Esperança, Rio de Janeiro, 1882.
MOREIRA, Julio Estrêlla — História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. *In* Revista Médica do Paraná, Curitiba, 1953.
MOREIRA, Julio Estrêlla — História da Medicina no Paraná. Ed. da Associação Médica do Paraná, Curitiba, 1953.
MOREIRA, Julio Estrêlla — Dicionário Bibliográfico do Paraná. Curitiba, 1954.
MOREIRA, Julio — Paula Gomes. *In* Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1956.
MOREIRA, Julio — Biblioteca Pública do Paraná. Efeito Pub. e Art. Gráficas Ltda., Curitiba, 1957.
MOREIRA, Julio — Medalhas do Paraná (em colab.). Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1959.
MOREAU DE TOUR, A. — Le mate. G. Steinhal Editeur, Paris, 1904.
MULLER, Daniel Pedro — Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, reedição literal feita na seção de obras de "O Estado de São Paulo", São Paulo, 1923.
MUNHOZ, Alcides — Le Parana pour l'étranger. Liv. Economica, Curityba, 1907.
MUNHOZ DA ROCHA NETTO, Bento — Tinguís, Curitiba, 1968.
MURICY, José Cândido de Andrade — "Emiliano Pernetta". Ed. América Latina, Rio de Janeiro, 1919.
MURICY, José Cândido da Silva — Descrição sôbre a Província do Paraná (em colab.), 1862.

MURICY, José Cândido da Silva — Ligeiras noticias sôbre a Provincia do Paraná, 1875.
NASCIMENTO JUNIOR, Vicente — Gabriel de Lara. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1940.
NASCIMENTO JUNIOR, Vicente — A tomada de Paranaguá na guerra civil de 1894. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Ed. do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.
NASCIMENTO JUNIOR, Vicente — O combate Cormorant. Tip. Fenix, Paranaguá, 1950.
NEGRAO. Francisco (diretor). Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. (coleção). Curitiba.
NEGRAO, Francisco — Guarda-Mor Francisco Martins Lustosa. 1917.
NEGRAO, Francisco — As minas de ouro da Capitania de Paranaguá. Tip. Bório e Cia., Paranaguá, 1920.
NEGRAO, Francisco — Os campos de Palmas. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1927.
NEGRAO, Francisco — Genealogia Paranaense, 6 vols. Curitiba, 1926 a 1950.
NEGRAO, Francisco — Memória histórica paranaense. Impressora Paranaense, Curitiba, 1934.
NEGRAO, Francisco — "Curityba". *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1936.
NEGRAO, Francisco — Efemérides paranaenses, 2 vols. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 1949 e 1954.
NICOLAS, Maria — Vultos paranaenses, 2 vols. Curitiba, 1948 e 1951.
NICOLAS, Maria — Cem anos de vida parlamentar... Impressora Paranaense, Curitiba, 1954.
NIEMEYER, Ernesto — Die deutschen in Brasilien. Impressora Paranaense, Curitiba, 1926.
NIEPCE DA SILVA, José — Ecos da Revolução de 1893 no Paraná (ed. póstuma). *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, 1944.
NOGUEIRA, Julio — Do Rio ao Iguassu e ao Guaíra. Tip. da Edit. Carioca, Rio de Janeiro, 1920.
NOVAES, Pedro — A fundação de Ponta Grossa. Imprensa Pontagrossense, Ponta Grossa, 1943.
OBERG, Kalervo — Toledo (em colab.). Rio de Janeiro, 1957.
OLIVEIRA PIMENTEL, Cel. Adriano Xavier d' — Capitulação de Tijucas. Tip. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1894.
OURIQUES, Alfredo Ernesto Jacques — Questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, 1887.
OURIQUES, Alfredo Ernesto Jacques — O drama do Paraná. 1894.
PARANA, Sebastião — Esbôço geográfico da Provincia do Paraná. 1889.
PARANA, Sebastião — Chrographia do Paraná. Typ. Livraria Economica, Curitiba, 1899.
PARANA, Sebastião — O Brasil e o Paraná, 1903.
PARANA, Sebastião — Questão de limites, 1904.
PARANA, Sebastião — Galeria paranaense, notas biográficas. Curitiba, 1922.
PARANA, Sebastião — Efemérides da revolução de 1930 no Estado do Paraná. Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1931.
PAVAO, Zélia Milléo — Notas preliminares sôbre a composição étnica da população de Curitiba (em colab.). Publicação do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, Curitiba, 1958.
PEREIRA, Altamirano Nunes — Aspectos meridionais do Brasil. Edit. Guaíra Ltda., Curitiba, 1942.
PEREIRA, Sebastião Isidoro — Maria Bueno. Gráf. Mundial, Curitiba, 1948.
PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura — La "guerre sainte" du Brésil. Le mouvement du Contestado. São Paulo, 1957.
PEIXOTO, Demerval — Campanha do Contestado. Episódios e Impressões. Rio de Janeiro, 1916.
PEIXOTO, Demerval — Limites entre os Estados de São Paulo e Paraná. 1920.
PILATTI BALHANA, Altiva — O fandango em Caiobá (em colab.). *In* Revista Logos, n.º 12, Curitiba, 1950.

PILATTI BALHANA, Altiva — Aspectos da Geografia Humana do Paraná. Boletim n.º 35, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Curitiba, 1955.

PILATTI, BALHANA, Altiva — Imigração Italiana no Paraná. *In* Revista Estudios Americanos, n.º 63, Sevilha, 1956.

PILATTI BALHANA, Altiva — Imigração Italiana no Paraná. *In* R.E.M.P. Bulletin (Research groups for European Migration Problems), Vol. 5, n.º 2, Haya, 1957.

PILATTI BALHANA, Altiva — Formação da população de Curitiba. *In* Album Comemorativo do 1.º Centenário da Farmácia Stellfeld, Curitiba, 1957.

PILATTI BALHANA, Altiva — Notas preliminares sôbre a composição étnica da população de Curitiba (em colab.). Publicação do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, Curitiba, 1958.

PILATTI BALHANA, Altiva — A inserção do homem no quadro ecológico. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. VII, Curitiba, 1958.

PILATTI BALHANA, Altiva — "Santa Felicidade — um processo de assimilação". Tip. João Haupt, Curitiba, 1958.

PILATTI BALHANA, Altiva — Duas pequenas indústrias agrárias em Santa Felicidade. *In* Boletim Paranaense de Geografia, ano X, n.º 1, Curitiba, 1960.

PILATTI BALHANA, Altiva — Os imigrantes na formação histórica da sociedade brasileira. Publicação do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná — série didática — n.º 2. Curitiba, 1961.

PILATTI BALHANA, Altiva — Roteiro para o estudo da casa rural no sul do Brasil. *In* Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, 1962.

PILATTI BALHANA, Altiva — Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Departamento de História. Curitiba, 1963.

PILATTI BALHANA, Altiva — Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais (em colab.). *In* Revista do Museu Paulista, nova série, Vol. XIV, São Paulo, 1963.

PILATTI BALHANA, Altiva — O Cesteiro, na coleção tipos e aspectos do Brasil, *in* Revista Brasileira de Geografia, Ano XXVIII, n.º 1, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1965.

PILATTI BALHANA, Altiva — Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, 1968.

PILATTI BALHANA, Altiva — "Cestaria de vime em Santa Felicidade — Do artesanato à indústria". *In* Revista de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, ano VII, Curitiba, 1968.

PILATTI BALHANA, Altiva — "Campos Gerais — estruturas agrárias" (em colab.). Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

PILOTTO, Erasmo — "Emiliano". Ed. Gerpa, Curitiba, 1945.

PILOTTO, Erasmo — Obras completas de Emiliano Pernetta. Ed. Gerpa, Curitiba, 1945.

PILOTTO, Erasmo — A educação no Paraná. Marques-Saraiva, Rio de Janeiro, 1953.

PILOTTO, Osvaldo — A imprensa do Paraná no Império. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1936.

PILOTTO, Osvaldo — Antonio Rebouças. Tip. João Haupt e Cia., Curitiba, 1939.

PILOTTO, Osvaldo — A criação da Província do Paraná. Edição da Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná. Curitiba, 1953.

PILOTTO, Osvaldo — Ação urbanística em Curitiba da Quinta Comarca de São Paulo. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. IX, Curitiba, 1967.

PILOTTO, Walfrido — Assis Cintra e a tragédia do Km. 65. Tip. da "Cruzada" Curitiba, 1932.

PILOTTO, Walfrido — Paranistas. Curitiba, 1938.

PILOTTO, Walfrido — Construamos com a verdade a história do Paraná. Curitiba, 1951.

PINHEIRO MACHADO, Brasil — Sinopse da História do Paraná. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1952.

PINHEIRO MACHADO, Brasil — Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná — Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. Departamento de História. Curitiba, 1963.

PINHEIRO MACHADO, Brasil — Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, 1968.

PINHEIRO MACHADO, Brasil — "Campos Gerais — estruturas agrárias" (em colab.). Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

PINTO, Adolfo Augusto — Questão de limites entre os Estados de São Paulo e do Paraná (em colab.). 1919.

PINTO BANDEIRA, Joaquim José — "Notícia da descoberta do Campo de Palmas". *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, [illegible].

PLAISANT, Alcebíades — Antologia Paranaense (em colab.). Liv. Mundial, Curitiba, [illegible].

PLATZMANN, Julius — Die Bai von Paranaguá. Druck und Verlag A. G. Teubner, Leipzig, 1872.

POMBO, José Francisco da Rocha — O Paraná no Centenário. Tip. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1900.

POMBO, José Francisco da Rocha — Paraná-Santa Catarina. [illegible].

POMBO, José Francisco da Rocha — História do Paraná (resumo didático). Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1929.

RAMALHO, Hamilton — Um bravo esquecido. *In* Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Edição do Govêrno do Estado do Paraná, Curitiba, [illegible].

RAUTH, José Wilson — Nota Prévia sôbre a escavação do sambaqui do Pôrto Maurício. Publicação do Museu Paraense, Belém, [illegible].

REBOUÇAS, André — Província do Paraná. G. Leuzinger e Cia., Rio de Janeiro, [illegible].

REBOUÇAS, Antonio Pinto — Província do Paraná, [illegible].

REBOUÇAS, Antonio Pinto — Acondicionamento da erva-mate. [illegible].

REIS, Jayme Drumond dos — Memórias sôbre a erva-mate. [illegible].

RELATORIOS da Companhia Paranaense de Desenvolvimento Econômico — Codepar.

RELATORIOS da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel.

RELATORIOS dos Presidentes da Província do Paraná.

RECOURT, Etienne — "Fazendas et Estancias". Notes de voyage sur le Brésil et la République Argentine. Ed. Plon, Paris, [illegible].

REVISTA da Academia Paranaense de Letras, Curitiba.

REVISTA do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba.

REVISTA de Economia, Curitiba.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

REVISTA do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba.

REVISTA Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba.

RIBAS, Joaquim Lourenço de Sá — Descrição sôbre a Província do Paraná (em colab.). [illegible].

RIBEIRO, Eurico Branco — Esbôço da história de Guarapuava (em colab.). Impressora Paranaense, Curitiba, [illegible].

RIBEIRO, Eurico Branco — Esbôço da história do oeste do Paraná. Tip. João Haupt e Cia., Curitiba, [illegible].

RIESEMBERG, Alvir — Fundação de Pôrto União da Vitória. *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, [illegible].

RODRIGO JUNIOR — Antologia paranaense (em colab.). Liv. Mundial, Curitiba, [illegible].

RODRIGUES, Agostinho José — O Paraná na FEB. Imprensa Oficial, Curitiba, [illegible].

ROLIM, Ernesto — Contribuição ao estudo da erva-mate. Curitiba, [illegible].

SAINT-HILAIRE, Auguste de — Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte Catherine, 2 tomes. Arthur Bertrand, Librairie Editeur. Paris, [illegible].

SAINT-MARTIAL — Au Brésil, de Rio de Janeiro a Paranaguá. Imp. Ernst Flammarion, Paris, [illegible].

SAITO, Hiroshi — Contenda: assimilação de poloneses no Paraná. Escola Sociologia e Política, São Paulo, [illegible].

SALAMUNI, Riad — Sinopse da Geologia do Estado do Paraná (em colab.). *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. VII, Curitiba, 1957.

SAMPAIO, Edgard Chalbaud — "Benedito Nicolau dos Santos — um valor paranaense". *In* Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, 1935.

SANTOS, Antonio Vieira dos — Memória Histórica Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Çima. Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1950.

SANTOS, Antonio Vieira dos — Memória Histórica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da cidade de Paranaguá e seu município, 2 vols. Edição do Museu Paranaense, Curitiba, 1951 e 1952.

SANTOS, Enéas Marques dos — Questão de limites Paraná-Santa Catarina, 1910.

SANTOS, Generoso Marques dos — Acôrdo que deu solução à questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1917.

SCHMIDT, Affonso — Colônia Cecília. Edit. Bras. Ltda., São Paulo, s/d.

SCHMIDT, Affonso — Uma aventura anarquista na América. Ed. Anchieta Ltda., São Paulo, 1942.

SCHMIDT, Oscar — Biografia do Barão do Serro Azul. Tip. João Haupt e Cia., Curitiba, 1945.

SCHNEIDER, A. — Das deutschtum in Staat Paraná, 1908.

SILVA, Justiniano de Mello e — História da Revolução do Paraná de 1894. 1944.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e — Herva-matte — sua cultura, colheita e preparo. Curitiba, 1901.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e — Herva-matte ou chá do Paraná. Tip. "A República", Curytiba, 1903.

SILVEIRA, Tasso da — Literatura paranaense — notícia histórica. *In* Album do 1.º Centenário de Emancipação do Paraná. Pôrto Alegre, 1953.

SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo — De Guaíra aos saltos do Iguassu. Cia. Editôra Nacional, Rio de Janeiro, 1939.

SILVEIRA NETTO — Artes plásticas no Paraná. *In* Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1941.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo — O mate do Paraná. 1875.

SOARES, José Octaviano Pinto — O Contestado, 2 vols. 1920.

SOUZA, Edno Alves de — Contribuição ao conhecimento da pesca no Paraná (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Zoologia I, n.º 14, Curitiba, 1968.

STADLER DE SOUZA, Newton — Lutas anarco-socialistas. Editôra Lítero-Técnica, Curitiba, 1968.

STELLFELD, Carlos — Cem anos no Brasil — subsídios para a biografia de Augusto Stellfeld. Curitiba, 1953.

TAUNAY, Affonso E. — Viagem do Presidente ao Iguassu em março de 1886. *In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1887.

TAUNAY, Affonso E. — Na Era das Bandeiras (Estudos de História Colonial Paulista). *In* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1919.

TAUNAY, Affonso E. — História das Bandeiras paulistas. Edição do Museu Paulista. São Paulo, 1946.

VARELLA, Alfredo — As oligarquias do Brasil — Ataque à do Paraná. 1903.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e — Questão de limites entre a Provincia do Paraná e a de Santa Catarina. 1877.

VERKER, H. P. — Repport on the Brazilian Province of the Paraná. 1862.

VERISSIMO, Ignacio José — André Rebouças através de sua autobiografia. Liv. José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1939.

VICTOR, Nestor — A terra do futuro (Impressões do Paraná). Typ. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1913.

VILLA, Adelaide Mattana — Aspectos da literatura brasileira no Paraná. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol. VII. Curitiba, 1957.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício — Messianismo e conflito social. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

WALLE, Paul — Au Brésil — Etats de Paraná et de Santa Catarina. Lib. Orientale et Americaine, Paris, 1916.

WASCHOWICZ, R. C. — História do Paraná. Editôra dos Professôres. Curitiba, 1967.

WASCHOWICZ, R. C. — "A imigração e os xokleng do Taió". *In* Revista Humanitas, Gráfica Vicentina, Curitiba, 1968.

WEISS, Leopoldo J. — Contribuição ao conhecimento da Província Sul Brasileira do Paraná com especial consideração de sua capacidade colonizadora. 1886.

WESTPHALEN, Cecília Maria — O fandango em Caiobá (em colab.). *In* Revista Logos, n.º 12, Curitiba, 1950.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Pequena História do Paraná — Edições Melhoramentos, São Paulo, 1953.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Paraná — zona de trânsito. *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. VII, Curitiba, 1958.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Alfaias e jóias do antigo Colégio dos Jesuitas em Paranaguá. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, 1962.

WESTPHALEN, Cecília Maria — O pôrto de Paranaguá — estudos de micro-conjuntura. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, 1962.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Duas vilas paranaenses no final do século XVIII — Paranaguá e Antonina. *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Departamento de História, Curitiba, 1964.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Uma experiência no financiamento da Educação. Publicação da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, Curitiba, 1966.

WESTPHALEN, Cecília Maria — Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná moderno (em colab.). *In* Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curitiba, 1968.

WESTPHALEN, Cecília Maria — "Campos Gerais — estruturas agrárias" (em colab.). Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1968.

WESTPHALEN, Emygdio — O Estado do Paraná em 1920 (em colab.). A. Guimarães Filho, Curitiba, 1920.

ZIMERMANN, Henrique Pedro — Os suábios do Danúbio no Paraná (em colab.). *In* Correio, publicação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, 1963.

PLANO DA OBRA

2.0 PARANÁ MODERNO: